

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de História

CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA

**OS MUSEUS E O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL:
ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS**

Ana Alexandra Rodrigues Carvalho

Orientador:

Professor Doutor Filipe Themudo Barata

Évora, Julho 2009

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de História

CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA

**OS MUSEUS E O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL:
ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS**

Ana Alexandra Rodrigues Carvalho

Orientador:

Professor Doutor Filipe Themudo Barata

Évora, Julho 2009

OS MUSEUS E O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

RESUMO

Tomando como referência fundamental o trabalho desenvolvido pela UNESCO em matéria de protecção do Património Cultural Imaterial (PCI), muito particularmente a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003), considerou-se oportuno reflectir sobre as implicações que este enfoque traz para os museus. São indiscutíveis as repercussões que este instrumento trouxe para o reconhecimento da importância do PCI à escala internacional, motivando um crescendo de iniciativas em torno da sua salvaguarda. São vários os agentes envolvidos na preservação deste património, no entanto o *International Council of Museums* (ICOM) reconhece um papel central aos museus nesta matéria. Mas para responder a este repto, os museus terão que repensar as suas estratégias de forma a relacionar-se mais com o PCI, contrariando uma longa tradição profundamente enraizada na cultura material. O presente estudo reflecte sobre as possibilidades de actuação dos museus no sentido de dar resposta ao desafios da Convenção 2003, sendo certo que a partir das actividades dos museus é possível encontrar formas de estudar e de dar visibilidade a este património. Em função das especificidades de cada museu, podem ser encontradas estratégias de salvaguarda do PCI, entre as quais se pode incluir o inventário e a documentação (audiovisual, texto, áudio, imagem), a investigação, a divulgação através de exposições e publicações, difusão através da internet, educação não formal, entre outras actividades. Alguns museus começaram já a desenvolver abordagens integradas para a salvaguarda do PCI, cujos exemplos se apresentam. Este tema suscita vários desafios, implicando práticas museológicas inovadoras que possam reflectir o papel dos museus como promotores da diversidade e criatividade cultural.

Palavras-chave: Museologia, Património Cultural Imaterial, Património Cultural, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Diversidade Cultural, UNESCO, ICOM.

MUSEUMS AND INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE: STRATEGIES TOWARDS GOOD PRACTICES

ABSTRACT

Recalling the UNESCO's work towards the protection of Intangible Cultural Heritage (ICH), in particular the *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* adopted in 2003, I took this opportunity to reflect upon the implications that this recognition brings to museums. The overwhelming success of this document has raised the importance of ICH at international level, motivating a growing number of initiatives towards its safeguard. Accordingly to the 2003 Convention, there are many agents involved in the preservation of this heritage, yet the *International Council of Museums* (ICOM) recognises a central role for museums. Nevertheless, to face this challenge, museums will have to rethink their relationship with ICH in opposition to their deep rooted tradition in material culture. The present study reflects upon the possibilities that museums have to answer the changeling 2003 Convention, recognizing that it's possible through museum activities to find ways to study and give visibility to ICH. According to each museum specificities, it seems clear that strategies can be engaged in order to promote the safeguard of ICH, including inventory and documentation (audiovisual, audio, text and image), research, promotion through exhibitions, publications, dissemination trough internet and other means, informal education, among other activities. Many museums have already started exploring integrated approaches towards the safeguard of ICH and some of these examples are presented in this study. This theme is challenging, implying innovative museum practices which reflect on museums role towards the promotion of cultural diversity and creativity.

Keywords: Museum Studies, Intangible Cultural Heritage, Cultural Heritage, Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Cultural Diversity, UNESCO, ICOM.

“Intangible cultural heritage is not just the memory of past cultures, but
is also a laboratory for inventing the future”

Koïchiro Matsuura, director-geral da UNESCO, 2002

AGRADECIMENTOS

As minhas palavras de agradecimento vão em primeiro lugar para o Prof. Doutor Filipe Themudo Barata, que para além de ser o orientador deste trabalho, foi um dos principais encorajadores para a conclusão desta etapa, sempre com optimismo e palavras de estímulo.

Não poderia deixar de referir todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que se concluísse esta dissertação: professores, colegas e amigos.

À Vanessa Antunes e à Isabel Santos, em particular, agradeço pela preciosa ajuda na revisão do texto.

E a todos aqueles que me são particularmente próximos e que, por isso, não preciso de nomear, dirijo um agradecimento especial.

ÍNDICE

<u>AGRADECIMENTOS.....</u>	<u>6</u>
-----------------------------------	-----------------

<u>LISTA DE ABREVIATURAS</u>	<u>9</u>
---	-----------------

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>10</u>
-------------------------------	------------------

<u>CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÕES DA UNESCO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL</u>	<u>16</u>
--	------------------

1.1 - As primeiras décadas de reflexão.....	19
1.2 - A Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore.....	24
1.3 - Acções da UNESCO após a Recomendação 1989.....	26
1.3.1 - O Programa Línguas em Perigo no Mundo.....	30
1.3.2 - O Programa Tesouros Humanos Vivos.....	32
1.3.3 - Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.....	34
1.4 - Propriedade Intelectual e Direitos de Autor.....	37
1.5 - Elaboração de um novo instrumento normativo.....	40
1.6 - A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.....	46
1.6.1 - Obrigações e Direitos dos ESTADOS-PARTES.....	58
1.6.2 - Inventários – alguns exemplos.....	60
1.6.3 - Operacionalidade da Convenção.....	62

<u>CAPÍTULO II – PORTUGAL: ENQUADRAMENTO NORMATIVO E INSTITUCIONAL EM MATÉRIA DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL</u>	<u>64</u>
---	------------------

2.1 - Legislação Nacional sobre Património Cultural Imaterial.....	64
2.2 - Instituições e tutelas.....	77
2.3 - Ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.....	91

<u>CAPÍTULO III – OS MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL – A PROCURA DE BOAS PRÁTICAS.....</u>	<u>105</u>
--	-------------------

3.1 - Orientações do ICOM.....	107
3.2 - Dificuldades e potencialidades.....	113
3.3 - Que Museus?.....	122
3.4 - Qual o papel dos museus?.....	127
3.5 - Contributos para a implementação de boas práticas nos museus.....	133
3.5.1 - Documentação e inventários.....	134
3.5.1.1 - Que tipologias de inventários?.....	139
3.5.1.2 - O papel da história oral.....	153
3.5.2 - Investigação.....	158
3.5.3 - Comunicação.....	161
3.5.3.1 - Comunicar o Património cultural Imaterial ONLINE.....	166
3.5.4 - Educação.....	172

CONCLUSÃO.....175

BIBLIOGRAFIA..... 181

Legislação..... 219

Referências online..... 221

LISTA DE ABREVIATURAS

AFO – Arquivo de Fontes Orais (Palmela)

CIDOC – International Committee for Documentation

DPI – Departamento Património Imaterial

DRC – Direcções Regionais de Cultura

ICME – International Committee for Museums and Collections of Ethnography

ICOFOM – International Committee for Museology

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

ICTOP – International Committee for the Training of Personnel

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IMC – Instituto dos Museus e da Conservação

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

IREPI – Inventaire des Ressources Ethnologiques du Patrimoine

NMEC – National Museum of Egyptian Civilisation

PCI – Património Cultural Imaterial

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WIPO – World Intellectual Property Organization

INTRODUÇÃO

A salvaguarda do PCI é um tema que tem merecido particular destaque nos últimos anos nos fóruns internacionais, especialmente os promovidos pela UNESCO, motivando o interesse crescente de profissionais de várias áreas para a sua investigação e análise. Mas não só, o ICOMOS, o ICOM e a WIPO são também algumas das organizações envolvidas no debate e que se prolonga nos meios universitários. De certa forma, este era um campo tradicionalmente restrito aos antropólogos e sociólogos, mas pouco a pouco o debate expandiu-se com a participação de museólogos, historiadores, arquitectos, urbanistas, entre outros.

Assistimos nas últimas décadas a um alargamento significativo do conceito de património cultural. A ideia de património estritamente focada nos monumentos e sítios foi sendo abandonada, passando por um processo evolutivo que introduz novas dimensões ou novos patrimónios. Por outro lado, ganhou expressividade uma perspectiva antropológica da cultura, mais interessada nos processos, em detrimento de uma visão centrada apenas nos objectos. Daqui resulta uma definição de património que se constitui por um conjunto de expressões, interligadas e complexas, apelando à diversidade cultural, da qual o PCI é um dos elementos essenciais.

Vários foram os termos utilizados ao longo do tempo, alguns até com carácter pejorativo, mas a designação “Património Cultural Imaterial” ganhou recentemente mais expressividade, sobretudo na esfera política, como conceito operativo, introduzido pela UNESCO.

O PCI compreende um conjunto diverso de expressões e tradições que as comunidades e os grupos vão transmitindo de geração em geração, recriando-as ao sabor dos tempos. Trata-se de um património vivo que se vai expressando através da música, da dança, da oralidade, do teatro e dos objectos, fazendo parte de uma complexa teia de valores, sistemas do conhecimento e saberes que estão associados à vida humana. Considerado um pilar fundamental da diversidade cultural, o PCI está na base da identidade das

comunidades. No entanto, estes conhecimentos raramente são documentados e, na maior parte das vezes, correm o risco de se perder indelevelmente, tendo em conta que se encontram muito condicionados pelos efeitos homogeneizadores da globalização. Por maioria de razão, poucas vezes se reflecte sobre a sua preservação. É este património que importa salvaguardar de modo a que continue a ser praticado e transmitido no seio das comunidades onde se insere.

A par das preocupações vindas da antropologia em resgatar os vestígios de uma sociedade cujas práticas sociais e culturais tradicionais estão em vias de desaparecer e de um contexto político preocupado com os efeitos da globalização, surgem algumas movimentações relativamente à protecção deste património. A UNESCO tem preconizado muitas das iniciativas que colocaram o tema do PCI na ordem do dia, alimentando a discussão em torno da sua salvaguarda, dando-lhe assim amplo reconhecimento internacional. Exemplo disso é o culminar de um longo caminho percorrido em prol da protecção deste património, primeiro com a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular* em 1989 e, mais recentemente, com a adopção da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* em 2003. Esta Convenção vem reconhecer a importância do PCI e completar, de certo modo, um espaço deixado pela *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* de 1972, um instrumento jurídico mais direccionado para o património material.

Apesar do seu relativo sucesso, se assim se pode dizer, a Convenção 2003 tem sido objecto de várias críticas. Muitos debates têm surgido em torno da sua implementação e dos princípios que lhe estão adjacentes. Mas a verdade é que a ratificação da Convenção pelos Estados-Partes, que actualmente já ultrapassa a centena¹, obriga a uma reflexão que cada país terá que necessariamente fazer em torno da formulação de políticas culturais de valorização do PCI. Afinal essa é uma consequência directa da aceitação deste documento normativo. Assim, tal como a Convenção 1972 viria a mudar indiscutivelmente o panorama político de salvaguarda do património cultural, é comumente aceite que o mesmo se passará com esta nova Convenção.

¹ A 13 de Maio, o Uganda figurava como o 113.º país a ratificar este documento.

A motivação para desenvolver este trabalho nasce das interrogações que surgiram no decorrer do trabalho de campo realizado no contexto de um projecto de dois anos que teve como objecto reflexões várias em torno da salvaguarda do PCI. Deste projecto resultaram mais perguntas do que respostas, às quais importava dar um sentido. Face à inexistência de um debate profundo sobre esta matéria em Portugal e perante os desenvolvimentos introduzidos pela UNESCO a propósito da Convenção de 2003 e respectiva conjuntura actual, considerou-se oportuno aprofundar este tema e interligá-lo com a museologia.

No que respeita à museologia, é conhecido o apoio do ICOM à Convenção 2003. Em documentos como a *Carta de Shanghai* (2002) ou a *Declaração de Seoul* (2004), o ICOM reconhece o papel dos museus na salvaguarda do PCI.

De uma forma geral, pode dizer-se que a museologia tem centrado as suas funções, sejam elas a recolha, preservação, investigação, educação e exposição, nos objectos, omitindo em muitos dos casos as práticas que lhes estão associadas. No entanto, parece agora claro que os objectos por si só não traduzem todo o seu significado sem os contextos e as memórias a que estão ligados. Esta não é uma questão nova. Recorde-se aqui as experiências e contributos de George Henri Rivière neste sentido. Todavia, nos últimos anos assistimos a uma revalorização do tema, já que muitas vezes as práticas não confirmam esta teoria. Assim, estamos hoje mais conscientes de que uma abordagem integrada que inclua tanto o património material como o imaterial nas colecções do museu (ou fora dele) é um aspecto central na sua gestão.

Reconhecido um campo de actuação aos museus cada vez mais alargado, nomeadamente responsabilidades no domínio do imaterial, importa reflectir sobre como lidar com um património que é por natureza complexo e cuja aproximação aporta diversos problemas. Poderão os museus contribuir para a salvaguarda do PCI? Quais os problemas que os museus enfrentam para realizar esta demanda? Estarão todos os museus capacitados para responder a este desafio? Finalmente, e partindo da premissa de que alguns museus poderão reunir condições para desenvolver trabalho nesta área,

importa reflectir sobre possíveis estratégias que permitam dar visibilidade ao PCI através das diversas funções do museu. Para isso, importa apresentar alguns exemplos de boas práticas em museus que espelham esta aproximação holística do seu património.

Em 2008, o Estado português ratificou a Convenção 2003, comprometendo-se a reposicionar as políticas culturais do país em prol de uma maior atenção ao PCI. Mais, terá necessariamente de definir em que medida o direito internacional se aplica em articulação com a legislação sobre património cultural em vigor, esboçando as directivas de enquadramento da salvaguarda do PCI no território português. E, por sua vez, assegurar a concretização de uma das condições impostas pela Convenção 2003: a realização de um ou mais inventários no território nacional. Qualquer que seja a estratégia formulada pela administração central neste sentido, irá certamente produzir repercussões nos museus portugueses. Reunirão os museus portugueses as condições necessárias para responder ao repto da UNESCO?

O trabalho desenvolvido organizou-se da seguinte forma. Assim, e atendendo ao exposto, no primeiro capítulo deste estudo estabeleceu-se como ponto de partida o enquadramento histórico e institucional que conduziu à Convenção 2003. Sendo a UNESCO o fio condutor deste movimento, é sobre as suas actividades que recai a atenção deste trabalho. Esta análise foi balizada a partir da década de cinquenta do século passado, momento em que se considera terem sido dados os primeiros passos para a reflexão em torno da protecção do PCI. Pretendeu-se aqui fazer o levantamento das principais iniciativas levadas a cabo pela UNESCO que, ao longo de três décadas, foram determinantes para se chegar ao discurso de salvaguarda patente no texto da Convenção 2003.

A partir do enquadramento internacional do tema, o segundo capítulo dá enfoque ao contexto nacional. Neste sentido, considerou-se pertinente reflectir sobre o quadro normativo português e a forma como este se articula com o PCI, sobretudo a partir da Lei n.º 13/85, momento a partir do qual se denotam sinais claros do alargamento da noção de património com a introdução de deveres do Estado face à protecção de “bens imateriais”. Por seu lado, coube ainda analisar a relação entre a legislação surgida na

década de oitenta, inovadora na forma como ressalva a dimensão imaterial do património cultural, e as consequências que se operaram ou não no cenário institucional de protecção ao PCI. Como balanço final, uma reflexão sobre a ratificação da Convenção 2003 em Portugal.

O terceiro e último capítulo procura reflectir sobre o papel dos museus na salvaguarda do PCI. Para enquadrar o tema, este capítulo desenvolve ainda quatro questões fundamentais. Primeiramente, são apresentadas as principais orientações do ICOM relativamente ao tema. Uma outra questão remete para a reflexão em torno dos obstáculos que terão de ser ultrapassados a fim de dar resposta às recomendações da UNESCO e, por outro lado, sobre as potencialidades que este desafio encerra. Segue-se uma breve reflexão sobre quais os museus mais capacitados para a salvaguarda do PCI e, finalmente, algumas considerações mais gerais sobre possíveis formas dos museus se relacionarem com o PCI. Para finalizar este estudo é apresentada uma proposta de actuação dos museus para a salvaguarda do PCI, tendo em conta as principais funções museológicas. Para o efeito, a par com algumas recomendações são apresentados alguns estudos de caso do panorama nacional e internacional que revelam boas práticas nesta área.

Em termos metodológicos, a pesquisa documental e bibliográfica foi um instrumento de trabalho imprescindível. Para levar a cabo os objectivos propostos, a investigação alicerçou-se em três tipos de fontes. Num primeiro momento, foram estudados os principais documentos de carácter técnico produzido pela UNESCO, permitindo uma melhor compreensão da acção desta organização no que diz respeito às actividades que conduziram à Convenção 2003. Em segundo lugar, a legislação produzida em Portugal, a partir da década de oitenta, sobre património cultural, de forma a permitir um entendimento sobre o enquadramento normativo português em matéria de PCI e respectivas repercussões no que diz respeito à acção nesta área. Em terceiro lugar, a principal bibliografia produzida no campo da museologia sobre o tema contribuiu para o enquadramento teórico sobre o papel dos museus neste domínio. Por outro lado, revelou-se fundamental o estudo comparativo de casos bem sucedidos no panorama nacional e internacional que, embora em pequena escala, comprovam a existência de boas práticas nos museus em torno da salvaguarda do PCI.

Relativamente às dificuldades sentidas no decorrer desta investigação, cedo se constatou a escassez de bibliografia portuguesa acerca das problemáticas ligadas ao PCI. A ausência de reflexão em Portugal sobre o tema verificou-se tanto ao nível do debate público, pouco alargado, como também ao nível da produção de bibliografia na área da museologia. Esta situação conduziu à consulta de bibliografia, na sua maioria, de autores estrangeiros. Ainda neste contexto, uma das dificuldades encontradas prendeu-se com a ausência de distanciamento temporal sobre um fenómeno que no contexto português se revela muito recente do ponto de vista da implementação da Convenção e respectivas exigências, ao nível das tutelas, bem como no panorama museológico português que denota uma acção incipiente a este respeito. Todavia, será justo dizer que algumas experiências neste campo têm decorrido nos últimos anos, mas está por fazer um estudo sistemático que avalie essas experiências e respectivos resultados. Apesar das dificuldades referidas, o caminho percorrido saldou-se positivo, pelo que os desafios implícitos neste estudo tornaram-no mais aliciante e estimulante.

CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÕES DA UNESCO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

A expressão “Património Cultural Imaterial” (daqui em diante PCI), recentemente adoptada para responder à necessidade de encontrar um conceito operativo em linha com as estratégias políticas contemporâneas de olhar o património, resulta efectivamente de várias décadas de discussão no seio da UNESCO. Ao fim ao cabo, este conceito advém também da necessidade de distinguir aquele património que não estava contemplado no conceito de património adoptado na *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* de 1972 (daqui em diante designada como *Convenção 1972*)².

Da *Carta de Veneza* (1964) à actualidade deu-se um salto gigantesco relativamente ao entendimento do que é o património cultural. Mediante um processo evolutivo, foi-se incorporando novas dimensões ao património (arquitectura vernacular, industrial, património natural, entre outras), conferindo-lhe maior complexidade. Por outro lado, uma concepção antropológica do património cultural que engloba tanto as expressões imateriais (tais como o saber-fazer, tradição oral, etc.) como os monumentos, sítios, bem como o contexto social e cultural nos quais se inscrevem, contribuiu, de certo modo, para se alcançar uma noção de património cada vez mais alargada, diversa e reveladora, muitas vezes, de relações de interdependência³. Assim, as práticas sociais tradicionais e culturais foram ganhando um papel mais relevante no seio das políticas culturais, facto que sobressai dos fóruns de discussão internacional sobre cultura e desenvolvimento como sendo, por exemplo, a Conferência MONDIACULT (1982) ou em documentos de referência como é o caso do relatório *Our Creative Diversity* (1996). Nesta questão, torna-se evidente a ideia da importância que o PCI assume para muitos países,

² KHAZNADAR, Chérif - Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 51.

³ BOUCHENAKI, Mounir – Editorial. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 7-12.

nomeadamente no contexto social e cultural, sendo entendido como uma mais-valia em termos de desenvolvimento económico, sobretudo naqueles países onde prevalece uma cultura rica de elementos imateriais⁴.

À luz destes desenvolvimentos pode-se compreender também o facto de em 1992 se terem introduzido alterações significativas nas orientações técnicas da Convenção de 1972 com repercussões no domínio do imaterial. Ou seja, passou a ser valorizada e reconhecida a dimensão imaterial associada ao património natural, de que é exemplo a paisagem espiritual indígena na Austrália (*Uluru-Kata Tjuta National Park*)⁵.

É neste contexto de alargamento do conceito de património cultural que se vai alicerçando o trabalho desenvolvido pela UNESCO. Por outro lado, tal como sugere Harriet Deacon⁶, o entusiasmo crescente que se tem verificado com relação ao PCI está ligado também a uma tendência que se verifica sobretudo a partir dos finais do séc. XX, e que reflecte a necessidade de reavaliar os efeitos causados pela globalização, dominando neste sentido uma preocupação centrada na questão das identidades em contextos locais.

Assim, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* 2003 (daqui em diante *Convenção 2003*) representa, de certa forma, o culminar de várias iniciativas promovidas pela UNESCO nas últimas décadas. Independentemente das críticas (abonatórias ou não) que lhe são apontadas, este documento contribuiu indiscutivelmente para uma discussão à escala internacional do tema, reveladora de um entendimento muito particular do património e da cultura em sentido lato.

Como se irá descrever, os esforços da UNESCO em criar um instrumento de protecção para o PCI recuam há pelo menos três décadas atrás. Entre as iniciativas levadas a cabo por esta organização visando a salvaguarda do PCI podem-se destacar algumas,

⁴ BLAKE, Jane - *Elaboration d'un nouvel instrument normatif pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel: éléments de réflexion* [em linha]. Paris: UNESCO, 2001. p. vi. [Consult. 31 Mar. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001237/123744f.pdf>

⁵ DEACON, Harriet; DONDOLO Luvuyo; MRUBATA, Mbulelo [et al] - *The subtle power of intangible heritage* [em linha]. Cape Town: HSRC Publishers, 2004. p. 14-15. [Consult. 3 Fev. 2009]. Disponível em: http://www.wipo.int/export/sites/www/tk/en/folklore/creative_heritage/docs/subtle_power.pdf. ISBN 0 7969 2074 5.

⁶ DEACON, Harriet [et al], *op. cit.*, p. 11.

certamente as mais emblemáticas: a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular* (1989), a criação e disseminação do programa *Tesouros Humanos Vivos* (1993) e finalmente, a partir de 1998 a implementação da *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*. Esta última iniciativa, certamente a que alcançou mais sucesso, viria a ser o trampolim necessário para se chegar até à Convenção 2003.

Sob uma perspectiva crítica, este capítulo inclui o levantamento dos factos mais marcantes da actividade da UNESCO nesta matéria, nomeadamente os programas de salvaguarda do PCI já referidos, entre outros, e que viriam a conduzir ao actual estado de coisas. Sem recorrer a uma abordagem demasiado exaustiva do tema, alguns dos principais momentos deste percurso são aqui apresentados. Finalmente, tomando em consideração o texto da Convenção 2003 importa reflectir sobre o seu significado e respectivas implicações para os países que adoptem este documento.

1.1 - AS PRIMEIRAS DÉCADAS DE REFLEXÃO

Em boa verdade, a reflexão em torno da salvaguarda do PCI não se circunscreve ao séc. XX, tem seguramente antecedentes mais recuados no tempo. No entanto, no que diz respeito à criação de instrumentos jurídicos internacionais de protecção, as primeiras reflexões situam-se a partir de 1950, sobretudo no que se refere à questão dos direitos de autor na sua aplicação ao que então se designava “folclore” e “cultura tradicional”. Nessa altura, pretendia-se, sobretudo, proteger os praticantes das expressões culturais, procurando de alguma forma uma regulação do sector, nomeadamente ao nível da exportação comercial⁷. O envolvimento da UNESCO com estas matérias reflecte-se na *Convenção Universal sobre Direito de Autor* de 1952⁸.

Por outro lado, importa referir que é também na década de 1950 que é implementado pela primeira vez um sistema legislativo de protecção do PCI. Com efeito, o Japão foi pioneiro na criação de legislação específica sobre esta matéria – a *Lei de protecção das propriedades culturais* (1950, revista em 1954). Visando impedir o desaparecimento da cultura tradicional japonesa face ao impacto da modernização, esta lei pretendia também fortalecer a identidade cultural através de programas que estimulassem a diversidade cultural do país. Neste sentido, foi criado um sistema de tesouros nacionais vivos que, por um lado, protegia os detentores de técnicas e saberes tradicionais e, por outro, sensibilizava as comunidades para a importância deste património⁹. Este sistema ainda hoje se mantém.

Vale a pena acrescentar que, à semelhança do Japão, também outros países começaram pouco a pouco a implementar programas nacionais ligados ao PCI com base nas

⁷ KURIN, Richard – La salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en la Convención de la UNESCO de 2003: una valoración crítica. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 69-70.

⁸ SHERKIN, Samantha - A historical study on the preparation of the 1989 “Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore”. In *Safeguarding traditional cultures: a global assessment of the 1989 UNESCO Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore* [em linha]. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 2001. [Consult. 17 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.folklife.si.edu/resources/Unesco/index.htm>

⁹ ISOMURA, Hisanori - Le Japon et le patrimoine immatériel. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 41-42.

mesmas preocupações, nomeadamente a Coreia do Sul (1962), Filipinas (1988), Tailândia (1985), entre outros¹⁰.

A referência aqui ao Japão e à Coreia do Sul não é inusitada, já que estes países irão ter grande peso na estratégia da UNESCO para a implementação de programas de salvaguarda do PCI, sobretudo a partir dos anos noventa. Essa influência sentir-se-á não apenas do ponto de vista programático, visto que detinham uma reconhecida experiência no domínio de políticas culturais vocacionadas para o PCI, como também ao nível do suporte financeiro, sobretudo do Japão, que terá inclusivamente incentivado a criação de um Fundo de apoio às actividades da UNESCO nesta área e para o qual terá contribuído consideravelmente entre 1993 e 2001¹¹.

Tendo em conta que a UNESCO é um organismo que responde às preocupações dos seus estados-membros em diversas matérias, nomeadamente a cultura, e ao procurar estabelecer aqui uma possível cronologia de acontecimentos orientadores de uma estratégia política conducente à protecção do PCI, parece relevante lembrar aqui a *Declaração de Princípios para a Cooperação Cultural Internacional* adoptada por esta organização em 1966. Da leitura deste documento não se denunciam ainda referências concretas ao PCI, todavia, a sua importância reside no facto de se terem estabelecido os princípios de base que nortearam o desenvolvimento das políticas culturais da UNESCO nas décadas seguintes¹².

Na década de setenta do séc. XX surgem as primeiras movimentações que viriam a consubstanciar a ideia de criar um instrumento de protecção do PCI. Desde logo, a adopção da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* em 1972, cuja vocação se centrava unicamente no património material, levantou algumas vozes dissonantes por parte de alguns países que se mostraram inconformados com a ausência de protecção para o que depois se viria a designar PCI¹³. Neste

¹⁰ KURIN, Richard, *op. cit.*, p. 70.

¹¹ ARGOUNES, Fabrice - Une géopolitique du patrimoine mondial? De quelques enjeux au sein de l'UNESCO autour du matériel et de l'immatériel. In FOURCADE, Marie Blanche, dir. - *Patrimoine et patrimonialisation: entre le matériel et l'immatériel*. [Québec]: Les Presses de l'Université Laval (Pul), Octobre 2007. ISBN 2763785204. p. 12-13.

¹² <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00007> [Consult. 17 Mar. 2008].

¹³ *Ibidem*.

seguimento, em 1973, a Bolívia apresentou junto da UNESCO uma proposta que consistia na adição de um protocolo à *Convenção Universal sobre Direito de Autor* para a protecção das tradições populares. Esta proposta, inicialmente endereçada ao *Intergovernmental Copyright Committee* foi encaminhada para a UNESCO. Na tentativa de responder ao repto, estudando até que ponto a protecção do PCI, então designado por “folclore”, poderia ser articulada com a propriedade intelectual, a UNESCO apresentou um documento que havia elaborado em 1971 – *Possibility of Establishing an International Instrument for the Protection of Folklore*. A proposta acabou por não ser bem sucedida, tendo sido considerada pouco realista, motivando, assim, perspectivas separadas quanto à questão da protecção do “folclore” e da propriedade intelectual, temas que ainda hoje se mantêm em caminhos diferenciados e cuja problemática se aborda mais à frente¹⁴.

Paralelamente a esta questão, no dealbar da década de setenta, assiste-se a algumas iniciativas da UNESCO, porventura menos sistematizadas se atendermos a uma estratégia mais alargada, mas, ainda assim, a evidenciar que a sua actividade não se limitava apenas ao património cultural na sua acepção material. Disso são reveladoras as seguintes acções: a implementação de um plano dirigido ao estudo das tradições orais africanas, actividades focando a promoção das línguas africanas, uma série de estudos sobre as culturas da América Latina e a organização do primeiro festival dedicado às Artes do Pacífico¹⁵.

Na década de oitenta, mais precisamente em 1982, algumas medidas são tomadas no seio da UNESCO no que respeita à sua organização interna, nomeadamente a criação de um *Committee of Experts on the Safeguarding of Folklore*, a criação da *Section for the Non-Physical Heritage* e a implementação de um programa intitulado *Study and Collection of Non-Physical Heritage* (1984)¹⁶. Estas iniciativas permitem perceber a importância que o PCI vai assumindo no seio da UNESCO, uma vez que são distribuídos recursos humanos e financeiros com vista à prossecução de um conjunto de

¹⁴ SHERKIN, Samantha, *op. cit.*

¹⁵ BRUGMAN, Fernando - La Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. In DIAZ, Gema Carrera; DIETZ, Gunther, coord. - *Patrimonio inmaterial y gestión de la diversidad*. [Sevilha]: Junta de Andalucía-Consejería de Cultura, 2005. ISBN 84-8266-567-7. p. 57.

¹⁶ SHERKIN, Samantha, *op. cit.*

actividades em torno da salvaguarda do PCI e que, cada vez mais, se vai autonomizando.

No contexto da mudança de paradigma relativamente à forma de entender a cultura, merece aqui uma nota a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT) realizada em 1982 no México. Sob a alçada da UNESCO, esta conferência acontece no seguimento de uma primeira conferência organizada em Veneza em 1970, que abordou a cultura sob o prisma das questões institucionais, administrativas e financeiras¹⁷. Desta primeira conferência sobressaíram as noções de “desenvolvimento cultural” e “dimensão cultural do desenvolvimento”¹⁸, sendo cada vez mais reconhecida a importância da cultura para o desenvolvimento da economia dos países.

Por seu lado, a conferência de 1982 tinha como objectivos um balanço dos efeitos gerados a partir da conferência de 1970 relativamente às políticas culturais, actualizar o debate na área da cultura em conformidade com as problemáticas então em discussão, a definição de novas orientações para a dimensão cultural em articulação com o desenvolvimento e, finalmente, o estímulo à cooperação cultural internacional¹⁹. Segundo Janet Blake²⁰, a conferência de 1982 foi reveladora de uma visão de cultura cujo enquadramento estaria orientado para uma visão mais “antropológica”, como se poderá constatar no conceito de cultura formulado nas actas do encontro:

“That in its widest sense, culture may now be said to be the whole complex of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features that characterize a society or social group. It includes not only the arts and letters, but also modes of

¹⁷ Para aprofundamento deste tema ver: UNESCO – *Intergovernmental conference on institutional, administrative and financial aspects of cultural policies, Venice, 24 August – 2 September 1970: final report* [em linha]. [Paris]: UNESCO, [1970?]. [Consult. em 27 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000928/092837eb.pdf>

¹⁸ <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00007> [Consult. 5 Abr. 2008].

¹⁹ UNESCO – *Intergovernmental conference on institutional (...) op. cit.*, p. 7.

²⁰ BLAKE, Janet – UNESCO’s 2003 *Convention on Intangible Cultural Heritage: the implications of community involvement in “safeguarding”*. In SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko, ed. - *Intangible heritage*. London: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-47396-5. p. 48.

life, the fundamental rights of the human being, value systems, traditions and beliefs”²¹.

Daqui resulta, naturalmente, um especial enfoque ao PCI. Não obstante, seria inclusivamente utilizado pela primeira vez o termo “Património Imaterial” em documentação oficial da UNESCO²². Pode-se situar esta conferência no contexto de um novo entendimento sobre cultura e desenvolvimento que se vai pouco a pouco forjando com aportes importantes para o reconhecimento do PCI. Com efeito, é sobre esta plataforma de enquadramento sobre a cultura que se vai alicerçando o trabalho da UNESCO.

²¹ UNESCO – *World conference on cultural policies, MONDIACULT, Mexico City 26 July-6 August 1982: final report* [em linha]. UNESCO: Paris, November 1982. p. 41. [Consult. 5 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505eo.pdf>

²² SCOUARNEC, François-Pierre Le - Quelques enjeux liés au patrimoine culturel immatériel. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 26.

1.2 - A RECOMENDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E DO FOLCLORE

Entretanto, a ideia de formular um documento orientador para uma estratégia de salvaguarda do PCI vai ganhando peso no seio da UNESCO. Em 1985, no contexto da Conferência geral da UNESCO é tomada, então, a decisão sobre o tipo de documento a preparar, sendo adoptado para este efeito uma “Recomendação”²³. Assim, na sequência desta decisão e após vários anos de trabalhos preparatórios, foi finalmente aprovada a *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular* (daqui em diante designada como Recomendação 1989), no contexto da vigésima quinta Conferência geral da UNESCO, em Paris, a 15 de Novembro de 1989.

Eis, pois, o primeiro documento normativo de enquadramento internacional dirigido à protecção do PCI. Seria então encontrada uma definição de PCI, sendo utilizado para o efeito o termo “cultura tradicional popular” e que se definia da seguinte forma:

“(…) é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores transmitem-se oralmente, por imitação ou de outras maneiras. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes.” (Alínea A)²⁴

De facto, esta definição tinha em consideração elementos importantes para a conceptualização deste património, mas por outro lado, revelava-se limitada, no sentido em que não era suficientemente abrangente para incluir todos os aspectos deste património²⁵.

²³ AIKAWA, Noriko – Visión histórica de la preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 141.

²⁴ http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.html [Consult. 19 Mar. 2008].

²⁵ BLAKE, Jane - *Elaboration d'un nouvel (...), op. cit.*, p. 10.

A Recomendação 1989 acabou por defraudar algumas das expectativas, sendo adoptada por poucos países e acabando por não causar um impacto significativo. Fosse por não ter o peso de uma Convenção, fosse pelas vicissitudes políticas e culturais da época, a verdade é que poucos países mostraram interesse em implementar este documento e respectivos princípios orientadores. Sobre as razões deste “insucesso” falar-se-á mais adiante, a propósito da avaliação do impacto deste documento pela UNESCO em 1999.

No entanto, a Recomendação 1989 passou a ser um marco importante para a prossecução e desenvolvimento de projectos em torno da salvaguarda do PCI pela UNESCO. Afinal, desencadeou um maior reconhecimento deste património, funcionando sobretudo como uma espécie de catalizador para a reflexão em torno de novas formas de identificar, preservar, proteger e promover o PCI. Em síntese, a Recomendação 1989 poderá ser entendida, de certo modo, como o prelúdio da Convenção 2003.

1.3 - ACÇÕES DA UNESCO APÓS A RECOMENDAÇÃO 1989

A década de noventa será marcada por um discurso político preocupado com os efeitos negativos da globalização sobre as culturas. Receava-se que a cultura de massas despoletasse o desaparecimento de muitas tradições, correndo o risco deste legado não ser transmitido às gerações futuras. É neste quadro que se deve entender também o crescente interesse pela salvaguarda do PCI²⁶.

Assim, pode afirmar-se que os anos noventa serão sinónimo de uma maior atenção ao PCI, atendendo à actividade intensa que caracteriza este período. O lançamento de programas como os *Tesouros Humanos Vivos* (1993) e a criação da distinção internacional *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* (1998), entre outros, atestam uma profícua actividade que vai fundamentar uma estratégia cada vez mais vincada nesta área.

Face ao desfasamento da Recomendação 1989 perante as exigências que, entretanto, se colocavam no horizonte, o caminho apontava para a criação de um novo instrumento internacional de protecção para o PCI. Também é certo que para a concretização deste projecto muito terá contribuído, em 1999, a nomeação do japonês Koïchiro Matsuura como director-geral da UNESCO²⁷.

Para melhor compreender este processo, eis, pois, uma síntese das iniciativas mais relevantes deste período e algumas notas sobre os factores que o condicionaram.

Após a Recomendação de 1989, o trabalho da UNESCO continuaria no sentido de aumentar o impacto deste documento, esperando obter maiores repercussões nas políticas culturais dos países em matéria de PCI. Para alcançar este objectivo, a UNESCO levou a cabo várias actividades, tais como cursos de formação, planos de acção dirigidos às comunidades indígenas, festivais, uma rede de actividades folclóricas, colecções de música tradicional, entre outras²⁸.

²⁶ KURIN, Richard, *op. cit.*, p. 70.

²⁷ KURIN, Richard, *op. cit.*, p. 71.

²⁸ BRUGMAN, Fernando, *op. cit.*, p. 59.

Um novo programa dedicado ao PCI foi implementado pela UNESCO em 1992 com o objectivo de estimular o respeito e reconhecimento pelo PCI. Neste contexto, foi elaborado um estudo sobre todas as actividades e trabalhos realizados até então sobre PCI nos seus vários domínios, no sentido de fazer uma análise retrospectiva da situação. Este estudo iria permitir obter as coordenadas necessárias para a definição do futuro programa dedicado ao PCI e actuação estratégica da UNESCO nesta área.

Vários especialistas foram chamados a intervir neste estudo e, entre 16 e 17 de Junho de 1993, teve lugar em Paris uma reunião onde foram apresentadas e definidas as grandes linhas programáticas a seguir²⁹. Deste encontro concluiu-se a importância da UNESCO como organismo catalisador e coordenador de acções orientadoras no domínio da salvaguarda do PCI. Mais concretamente, foram definidas a curto prazo as seguintes áreas prioritárias: música, dança, teatro, tradições orais e línguas. Ficaria determinado também que as actividades da UNESCO se centrariam sobretudo na revitalização do PCI e na sua transmissão às gerações futuras. Além disso, foram apresentados cinco projectos-piloto, elaborados por várias instituições representativas dos cinco continentes do globo. Expressivos do enquadramento programático da UNESCO, os projectos apresentados neste contexto foram os seguintes:

- Protecção, conservação e revitalização do PCI da região de Hué (Vietname). Os objectivos deste projecto residiam no estudo e na revitalização das culturas tradicionais, incluindo as artes do espectáculo da corte real, o “restauro” de aldeias especializadas em artesanato e, finalmente, o estudo do sistema educativo tradicional.
- Salvaguarda e revitalização das músicas tradicionais da Nigéria. O projecto pretendia evitar a banalização destas tradições, através de estratégias de revitalização que, em última instância, deveriam promover a indústria cultural das músicas africanas.

²⁹ UNESCO – *International consultation on new perspectives for UNESCO's Programme: the intangible cultural heritage: final report* [em linha]. Paris: UNESCO, 1993. [Consult. 4 Abr. 2008]. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting_id=00077#meet_00077

- Criação de uma rede de instituições de investigação para a salvaguarda, revitalização e disseminação do património cultural tradicional e popular na sub-região da Europa Oriental e Central. Num esforço conjunto, estas instituições poderiam criar soluções para problemas comuns no sentido de desenvolver uma política e estratégia partilhada no domínio do PCI.
- Recolha, formação na recolha de técnicas e revitalização da música e dança tradicional na Tunísia. O grande enfoque deste projecto era, de certo modo, a revitalização das músicas e danças tradicionais através da educação pública e da comunicação social.
- O património urbano imaterial do centro histórico da cidade do México (1940-1990). Documentação e Promoção. O projecto enfatizava a necessidade de consciencialização para o PCI, a formação de agentes culturais e a criação de arquivos.
- O livro vermelho das línguas em perigo. O objectivo deste projecto consistia em inquirir e estudar todas as línguas em perigo no mundo.

Outros factores contribuíram para um maior reconhecimento da importância do PCI na década de noventa. A este propósito, Noriko Aikawa³⁰ faz referência ao trabalho da UNESCO relativamente à problemática dos povos autóctones e que se reflectiu em três acções: a *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica* (1992)³¹, a celebração da *Década das Nações Unidas para as Populações Autóctones e Minoritárias* (1995-2004) e o projecto de *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Autóctones* (redigido entre 1994-1995). O enfoque dado a este tema

³⁰ AIKAWA, Noriko, *op. cit.*, p. 143.

³¹ No artigo 8 (j) deste documento faz-se uma referência clara às práticas tradicionais dos povos indígenas e à necessidade da sua preservação: “(...) respect, preserve and maintain knowledge, innovations and practices of indigenous and local communities embodying traditional lifestyles relevant for the conservation and sustainable use of biological diversity and promote their wider application with the approval and involvement of the holders of such knowledge, innovations and practices and encourage the equitable sharing of the benefits arising from the utilization of such knowledge, innovations and practices”. In <http://www.cbd.int/convention/articles.shtml?a=cbd-08> [Consult. 15 Mar. 2008].

sublinhou a relevância dos direitos culturais dos povos autóctones e a necessidade de respeitar e salvaguardar o seu PCI.

Paralelamente, como referido anteriormente, algumas mudanças são colocadas em prática relativamente à Convenção de 1972, cujas orientações técnicas foram actualizadas na década de noventa, de acordo com um entendimento mais plural do património do qual emerge a necessidade de associar os sistemas de valores (intangíveis) ao património material. Esta abordagem reflecte-se em concreto em 1992, sobretudo no que respeita ao critério VI das orientações técnicas, que passa a permitir que sítios ou monumentos possam inscrever-se na lista do património mundial se preencherem, entre outros, o seguinte requisito: “be directly or tangibility associated with events or with ideas or beliefs of outstanding universal significance (...)”³².

Tendo como pano de fundo a reflexão sobre o lugar da cultura na relação com o desenvolvimento económico, cita-se aqui o relatório *Our Creative Diversity*³³ (1996) pelas conclusões que apresenta em benefício de uma maior valorização do PCI. Compilado pela *World Commission for Culture and Development* (criada em 1992), pretendia-se deste relatório um conjunto de propostas relativamente à actuação da UNESCO perante este tema. Relativamente ao PCI destacamos dois aspectos. Em primeiro lugar, neste documento é sublinhada a riqueza deste património, confirmando a sua importância como elemento da memória colectiva das comunidades e da sua identidade. O segundo aspecto, mais relevante, prende-se com o facto de se reconhecer que este património não recebera a atenção devida no passado, fazendo notar que a Convenção 1972 não era o instrumento mais adequado para proteger este património. Consequentemente, é sugerido que se definam outras formas que permitam o reconhecimento do PCI na sua diversidade de expressões à escala global³⁴.

³² UNESCO - INTERGOVERNMENTAL COMMITTEE FOR THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE - *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* [em linha]. Revised 27 March 1992, p. 5. [Consult. em 27 Jul. 2008]. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide92.pdf>

³³ Para uma panorâmica sobre este relatório consultar: <http://www.powerofculture.nl/uk/archive/report/review.html> [Consult. em 20 Jul. 2008].

³⁴ BRUGMAN, Fernando, *op. cit.*, p. 59.

1.3.1 - O PROGRAMA LÍNGUAS EM PERIGO NO MUNDO

O programa *Línguas em Perigo no Mundo* surge no ano de 1993, mas as preocupações da UNESCO perante a problemática das línguas manifesta-se desde a sua fundação. Durante a década de sessenta esta organização promoveu a língua como instrumento de cultura e educação, através da realização de conferências e formação (bolsas, cursos de formação, seminários). Mas é entre a década de setenta e noventa que as políticas relacionadas com esta temática ganham maior visibilidade³⁵.

Desde a década de setenta que os linguistas chamam a atenção para o facto de muitas línguas se encontrarem em risco de desaparecer, no entanto, só mais recentemente a necessidade preservar as línguas ganhou reconhecimento à escala internacional. Todavia, é a partir do início da década de noventa que começam a surgir movimentações no sentido de discutir este problema numa atitude proactiva³⁶.

A ideia de preservar as línguas em risco de desaparecer ganha contornos concretos em 1993. Este ano seria marcado pela comemoração do *United Nations International Year of the World's Indigenous Population*, colocando a tónica na importância das línguas, no seu significado e chamando a atenção, por sua vez, para a vulnerabilidade a que muitas línguas estavam sujeitas.

É neste enquadramento que a secção do Património Imaterial da UNESCO promove um programa de *Línguas em Perigo no Mundo*, projecto que havia sido proposto no contexto da *International Consultation on New Perspectives for UNESCO's Programme* (1993), conferência já referida anteriormente. O projecto – *O Livro Vermelho das Línguas em Perigo*, procurava, por um lado, reunir informação sobre as línguas em risco de desaparecer, determinar o diagnóstico da situação e avaliar a necessidade de tomar medidas urgentes no sentido da sua salvaguarda. Por outra parte, pretendia-se

³⁵ UNESCO - *Presentation by Mr. Mounir Bouchenaki Assistant Director-General UNESCO on the occasion of the international expert meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages* [em linha]. Paris, 10 March 2003. [Consult. 19 Abr. 2008]. p. 3. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00118-EN.pdf>

³⁶ UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 4 (2006). p. 2.

estimular a investigação neste domínio, a publicação de estudos e a recolha de material que pudesse dar a conhecer as línguas nas suas diversas tipologias. Além disso, incluía a criação de um comité de carácter internacional e uma rede de centros regionais.

Ainda no contexto deste programa, sob a responsabilidade das autoridades japonesas, estava prevista a criação de um banco de dados para as línguas em perigo e que veio a concretizar-se em 1995 pela Universidade de Tóquio. Este centro tinha como finalidade recolher, estudar e difundir informação sobre as línguas em perigo³⁷.

Além disso, foi criada uma base de dados *online* intitulada *UNESCO Red Book of Endangered languages*. Mais tarde, no seguimento destas iniciativas viria a ser criado um atlas – *Atlas of the World's Languages in Danger of Disappearing*³⁸. Neste domínio outras iniciativas viriam a ser desenvolvidas pela UNESCO, sendo esta uma área-chave de actuação.

Não é de hoje que a questão da defesa das línguas se configura como uma das ameaças concretas conducentes à perda da diversidade cultural, mas esta consciencialização vai ganhando maior evidência nos nossos dias perante a rapidez com que o desaparecimento de tantas línguas se faz sentir um pouco por todo o mundo como resultado da globalização. A atenção especial que merecem as línguas deve-se em parte ao reconhecimento que a UNESCO promoveu em torno da ideia de que as línguas também fazem parte do património³⁹. Efectivamente, com a perda de uma língua perde-se indelevelmente uma parte significativa das nossas tradições, memória e identidade. É neste contexto que se explica o compromisso da UNESCO na promoção de actividades direccionadas para a salvaguarda das línguas.

³⁷ UNESCO - *Presentation by Mr. Mounir (...), op. cit.*, p. 6.

³⁸ <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00206> [Consult. 29 Mar. 2008].

³⁹ UNESCO - *Presentation by Mr. Mounir (...), op. cit.*, p. 5.

1.3.2 - O PROGRAMA TESOUROS HUMANOS VIVOS

Também em 1993 é lançado um outro programa ligado ao PCI. O programa *Tesouros Humanos Vivos* é adoptado pela UNESCO no seguimento de uma proposta da República da Coreia, que havia implementado no seu território um sistema semelhante décadas antes⁴⁰.

Esta iniciativa baseia-se na identificação e no apoio aos praticantes de expressões culturais, assegurando a salvaguarda destas tradições através da transmissão de geração em geração. A formulação encontrada pela UNESCO para definir os *Tesouros Humanos Vivos* foi a seguinte:

“Living Human Treasures are persons who possess to a very high degree the knowledge and skills required for performing or recreating specific elements of the intangible cultural heritage”⁴¹.

A implementação deste programa implica a identificação ou o recenseamento dos praticantes de expressões culturais no território de cada país. Através do seu reconhecimento oficial e outras medidas específicas de protecção e salvaguarda pretende-se estimular a continuidade da transmissão destes saberes para as gerações futuras.

O objectivo do programa consistia em estimular os estados-membros a promover e preservar os saberes ligados ao PCI que apresentassem valor histórico, cultural e artístico. Neste contexto, foram definidas orientações para a implementação deste programa⁴², proporcionando assistência técnica caso lhe fosse solicitado.

⁴⁰ UNESCO - *Establishment of a system of “Living Cultural Properties” (Living Human Treasures) at UNESCO* [em linha]. Paris: UNESCO, 10 August 1993. [Consult. 7 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000958/095831EO.pdf>

⁴¹ UNESCO - *Guidelines for the establishment of national “Living Human Treasures” systems* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [s.d.]. p. 3. [Consult. 7 Abr. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00031-EN.pdf>

⁴² *Ibidem*.

Anteriores a esta iniciativa da UNESCO, os primeiros exemplos da implementação destes programas de tesouros humanos vivos vêm da Ásia. Já referido anteriormente, o Japão é o primeiro país a criar legislação específica sobre PCI (1950) que incluía a distinção e o reconhecimento de indivíduos ou grupos, detentores de importantes práticas de PCI, designando-os como *Living National Treasures*. Em 1962, a República da Coreia criou um enquadramento legal de protecção ao PCI, prevendo a designação de *Holders of an Important Intangible Cultural Property*. Por sua vez, em 1985, a Tailândia criou o *National Artists Project* e, em 1992, as Filipinas estabeleceram o *National Living Treasures Award*, que se baseava no anterior *National Folk Artist Award*, criado em 1988⁴³.

Actualmente, são vários os países que adoptaram este sistema, ainda que com diferentes particularidades. Além dos países já citados, acrescente-se a França – *Maître d’art* (1994), República Checa – *Bearer of Popular Craft Tradition* (2001), Nigéria – *National Living Treasures* (teve início em 2004, mas só foi implementado em 2007)⁴⁴ e o Senegal – *Trésors Humains Vivants* (2006). Entre 2005 e 2008, a UNESCO apoiou também a criação de sistemas nestes moldes nas ilhas Fiji e no Camboja⁴⁵.

Na sequência deste programa, a UNESCO tem continuamente promovido o debate sobre esta temática através da realização de conferências e workshops.

⁴³ http://www.ncca.gov.ph/about_cultarts/cultprofile/gamaba_hstry.php [Consult. 4 Abr. 2008].

⁴⁴ <http://www.livinghumantreasures.org.ng/> [Consult. 4 Abr. 2008].

⁴⁵ <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00061> [Consult. 10 Abr. 2008].

1.3.3 - PROCLAMAÇÃO DAS OBRAS-PRIMAS DO PATRIMÓNIO ORAL E IMATERIAL DA HUMANIDADE

A ideia para a criação do programa *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* (daqui em diante designado como Proclamação das Obras-Primas) foi elaborado a partir de uma reunião em Marrocos. Entre 26 e 28 de Junho de 1997, a UNESCO em colaboração com a comissão nacional de Marrocos organizaram um encontro intitulado *International Consultation on the Preservation of Popular Cultural Spaces*. Apesar de se configurar como uma pequena reunião, na qual participaram onze especialistas internacionais e cinco especialistas marroquinos, dali resultariam importantes decisões relativamente à estratégia futura de promoção e reconhecimento do PCI⁴⁶.

Deste encontro evidenciou-se a importância do PCI no que diz respeito aos espaços culturais e formas de expressão cultural popular, tomando como estudo de caso a praça *Jemaa el-Fna* em Marraquexe, considerado então como um exemplo representativo do conceito de “Património Oral da Humanidade”⁴⁷. É neste encontro que se formula, ainda que embrionariamente, a criação de um novo programa, visando a distinção à escala internacional de elementos notáveis do PCI, incluindo espaços culturais.

A decisão de levar a cabo esta iniciativa é tomada ainda nesse ano (1997) no âmbito da 29.^a sessão da Conferência geral da UNESCO, sendo no ano seguinte definidos os objectivos e critérios deste programa.

Tendo em consideração os princípios orientadores da Recomendação 1989, a criação desta distinção internacional teve como grande finalidade incentivar governos,

⁴⁶ Na sua maioria, os participantes eram especialistas em áreas disciplinares tais como a antropologia, etnologia, literatura, história oral e sociologia. No entanto, a assistência era bem variada, estavam também presentes actores, poetas, escritores, ministros da cultura, nomeadamente de países como a Costa do Marfim e do Vanuatu. In AIKAWA-FAURE, Noriko - From the Proclamation of Masterpieces to the Convention of Intangible Cultural Heritage. In SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko, ed. - *Intangible heritage*. London: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-47396-5. p. 14.

⁴⁷ UNESCO - *Records of the General Conference twenty-ninth session, Paris, 21 October to 21 November 1997* [em linha]. Paris: UNESCO, 1998. vol. 1. p. 60. [Consult. 9 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001102/110220e.pdf>

organizações não governamentais, comunidades, indivíduos, entre outros, a identificar, preservar, proteger e promover o seu património oral e imaterial, aqui entendido como um repositório da memória colectiva das comunidades⁴⁸. Consequentemente, este programa serviu, uma vez mais, para assegurar um reconhecimento mais alargado do PCI, sublinhando a necessidade premente de o salvaguardar.

O termo “Património Oral e Imaterial” presente no regulamento desta iniciativa estava em conformidade com a definição proposta no âmbito da Recomendação 1989 relativa ao conceito de cultura tradicional popular. O espaço cultural, incluído nos parâmetros da proclamação, é definido da seguinte forma:

“The anthropological concept of a cultural space shall be taken to mean a place in which popular and traditional cultural activities are concentrated, but also a time generally characterized by a certain periodicity (cyclical, seasonal, calendar, etc.) or by an event. Finally, this temporal and physical space should owe its existence to the cultural activities that have traditionally taken place there.”⁴⁹

Este programa inspirou-se grandemente no mecanismo adoptado pela Lista de Património Mundial ainda que de forma simplificada e a uma escala mais reduzida.

As proclamações das obras-primas tiveram lugar a cada dois anos, consubstanciando três edições. Em 2001 foram proclamadas dezanove obras-primas, em 2003 vinte e oito manifestações foram seleccionadas e em 2005, na sua última edição, proclamaram-se quarenta e três, constituindo um total de noventa obras-primas distinguidas⁵⁰.

Este foi um dos programas da UNESCO que alcançou maior sucesso no âmbito da salvaguarda do PCI, acabando por se revelar muito positivo para uma maior consciencialização internacional sobre a importância do PCI. Além disso, note-se, este programa foi uma espécie de campo de experimentação frutífero para a criação da futura Convenção, angariando muitos entusiastas.

⁴⁸ UNESCO - *Decisions adopted by the Executive Board at its 155th session (Paris, 19 October-5 November 1998; Tashkent, 6 November 1998)* [em linha]. Paris: UNESCO, 3 December 1998. p. 26. [Consult. 9 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001142/114238e.pdf>

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ <http://www.unesco.org/culture/en/masterpieces/> [Consult. 14 Abr. 2008].

Todavia, esta não foi uma medida isenta de polémicas. Várias foram as críticas apontadas. Richard Kurin, relativamente aos critérios de selecção, indica problemas práticos e conceptuais⁵¹. Mariannick Jadé, por outro lado, sublinha que o facto destas expressões culturais figurarem em listas pode levar inevitavelmente à sua “fossilização”. Além disso, questiona a sua hierarquização no sentido em que pode incentivar algum tipo de elitismo e induzir a uma espécie de exclusividade cultural. Por outro lado, este autor insiste ainda nos problemas que estão inerentes às identidades culturais e ao perigo da sua instrumentalização política⁵².

De facto, é indiscutível a repercussão obtida por este programa à escala internacional. Todavia, resta perceber de que modo as expressões de PCI inscritas nestas listas foram evoluindo em função do seu reconhecimento mundial. Ou seja, o impacto mediático trazido pelo reconhecimento destas expressões traz também alguns problemas, nomeadamente quando não há uma gestão controlada deste processo. Refiram-se, sobretudo, os problemas que o turismo pode causar, especialmente se atendermos à fragilidade deste património. Tome-se como exemplo a praça *Jemaa el-Fna* em Marraquexe. Proclamada em 2001, a pressão motivada pelo turismo provocou alterações profundas neste espaço cultural.

⁵¹ KURIN, Richard – La salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en la Convención de la UNESCO de 2003: una valoración crítica. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 71.

⁵² JADÉ, Mariannick – *Patrimoine immatériel: perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan, 2006. ISBN 2-296-00295-1. p. 117-118.

1.4 - PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS DE AUTOR

Muito embora a questão da propriedade intelectual e direitos de autor com aplicação ao PCI não seja uma questão central deste trabalho, importa aqui fazer uma ressalva sobre esta matéria. Apesar da proposta de protecção do património imaterial, que mais tarde deu origem à Convenção 2003, não incluir mecanismos de protecção ao nível dos direitos de autor e propriedade intelectual, a UNESCO colaborou conjuntamente com a *World Intellectual Property Organization* (WIPO) na década de oitenta e, sobretudo, nos anos noventa, pelo que se julgou pertinente fazer uma chamada de atenção para este assunto, ainda que de forma muito sucinta.

A protecção da propriedade intelectual é uma questão de difícil abordagem e que tem acompanhado desde o início a reflexão em torno do PCI. Tal como se referiu anteriormente, as primeiras discussões sobre PCI surgem precisamente aflorando estes aspectos.

Este tema, muito ligado aos direitos das comunidades indígenas, continua hoje em dia a gerar muita discussão dada a sua complexidade. No cerne da questão reside o facto da imitação e da reprodução abusiva do património das comunidades indígenas acontecer, não raras vezes, sem o consentimento dos seus detentores e com impacto no domínio comercial. Citemos, a este propósito, a conduta reprovável levada a cabo no passado pela indústria farmacêutica no que concerne à utilização dos conhecimentos de etnobotânica das comunidades indígenas sem qualquer retorno para os mesmos. No entanto, outras apropriações menos óbvias repetem-se. Sobre isto, Wend Wendland⁵³ chama a atenção para o facto de também os investigadores, museus e outras instituições culturais, ao disponibilizarem o património destas comunidades não salvaguardarem, por vezes, os seus interesses, contribuindo indirectamente para a vulnerabilidade deste património.

⁵³ WENDLAND, Wend – *Safeguarding cultural heritage, protecting intellectual property and respecting the rights and interests of indigenous communities: what role for museums, archives and libraries?* [em linha]. Geneva: WIPO, [2005]. [Consult. 12 Fev. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2005/wendland.pdf>

Assim, parece ser indispensável destacar o envolvimento da UNESCO nesta matéria. Refira-se sobre isto o trabalho desenvolvido em parceria com a WIPO, uma colaboração que resultou nalguns projectos. Em 1982, neste contexto, merece particular destaque a elaboração de um documento que incluiu contribuições de ambas as organizações: *Model Provisions for National Laws on the Protection of Expressions of Folklore Against Illicit Exploitation and Other Prejudicial Actions*. Assente no pressuposto de que o PCI se encontrava susceptível à exploração ilícita e abusiva, este documento propunha ser um modelo orientador no sentido de adequar a protecção legal ao PCI⁵⁴. Mais tarde, foi criado um grupo de trabalho que reuniu vários especialistas nesta matéria, na tentativa de criar um instrumento de regulação internacional com base no modelo referido. No entanto, cedo se concluiu que o projecto era demasiado prematuro, tendo em conta que não existiam à data experiências consolidadas nesta área⁵⁵.

Já na década de noventa, a UNESCO, mais uma vez em colaboração com a WIPO, organizou um fórum mundial na Tailândia (1997), sendo discutidos vários assuntos relacionados com a propriedade intelectual e o PCI. Nos anos seguintes, e de acordo com um plano de acção elaborado no contexto deste fórum, esta colaboração continuaria através da implementação de quatro consultas regionais⁵⁶. Estas consultas permitiram identificar problemas e necessidades relativas à propriedade intelectual, adoptando recomendações e propostas para o futuro⁵⁷.

Posteriormente, a UNESCO e a WIPO, sobre esta matéria, seguiriam caminhos diferentes. A UNESCO acabaria por não incluir esta problemática no texto da Convenção. Aliás, pode dizer-se que esta é uma questão omissa, já que o conceito de protecção presente na Convenção é entendido numa perspectiva mais globalizante, diferente do conceito de “protecção”, mais ligado às questões da propriedade intelectual⁵⁸. Não obstante, o assunto continuou a ser estudado pela WIPO através de um

⁵⁴ WIPO - *Consolidated analysis of the legal protection of traditional cultural expressions* [em linha]. Geneva: WIPO, 2003. [Consult. 5 Jul. 2008]. Disponível em: http://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_5/wipo_grtkf_ic_5_3.pdf

⁵⁵ AIKAWA, Noriko, *op. cit.*, p. 141.

⁵⁶ Estas consultas decorreram em Pretoria (África do Sul); Hanoi (Vietname); Tunes (Tunísia); Quioto (Equador).

⁵⁷ WIPO, *op. cit.*.

⁵⁸ Cf. WENDLAND, Wend – Patrimonio inmaterial y propiedad intelectual: retos y perspectivas. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 103.

comité criado para este efeito – *Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore* (IGC), que continua ainda hoje a trabalhar na elaboração de uma estratégia nesta área.

1.5 - ELABORAÇÃO DE UM NOVO INSTRUMENTO NORMATIVO

Novos contextos sociais, políticos, culturais e económicos, a par com a experiência entretanto adquirida em matéria de salvaguarda do PCI, determinaram o reposicionamento da estratégia da UNESCO, na década de noventa do séc. XX, em direcção a um novo texto jurídico de protecção do PCI.

Com efeito, uma reflexão em torno da aplicabilidade da Recomendação de 1989, em função deste novo enquadramento é levada a cabo entre 1995 e 1999. Durante este período a UNESCO organizou oito seminários regionais viabilizando um espaço de debate para auscultar a opinião dos estados-membros sobre este assunto⁵⁹. Além disso, seguindo uma proposta da República Checa foram elaborados questionários, empreendidos à escala mundial, no sentido de aferir a situação relativamente à aplicação da Recomendação 1989 por parte dos vários países. Neste seguimento, em 1999 realizou-se uma conferência internacional organizada pela UNESCO em colaboração com o *Smithsonian Institution*, em Washington, com o objectivo de reflectir sobre os dez anos decorridos após a Recomendação 1989, olhando criticamente para os problemas que afectavam o PCI na contemporaneidade⁶⁰.

Das conclusões deste encontro, vale a pena sublinhar alguns aspectos de relevo. Com efeito, foi comumente aceite que a Recomendação 1989 requeria maior divulgação para obter resultados mais profícuos. Vários especialistas defenderam também a ideia de que o termo “folclore” apresentava contornos pejorativos, sendo desejável a escolha de um termo mais apropriado. Uma das críticas mais apontadas à Recomendação 1989 residia no facto de se centrar a importância da protecção do PCI na documentação e criação de arquivos, em detrimento de maior enfoque sobre os detentores destas práticas. No sentido de contrariar esta tendência foi defendido um maior equilíbrio entre

⁵⁹ Cidade do México (1997); Tóquio (1998); Joesuu (1998); Tashkent (1998); Accra (1999); Noumea (1999); Beirute (1999); Washington (1999).

⁶⁰ A conferência “A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation” teve lugar em Washington, D.C. (Estados Unidos), entre 27 e 30 de Junho 1999.

a necessidade de documentar e a necessidade de proteger as expressões culturais, privilegiando-se o papel da protecção nas comunidades⁶¹.

Deste encontro resultou um plano de acção com algumas recomendações importantes, designadamente a necessidade de se realizar um estudo que analisasse a possibilidade de criar um novo dispositivo normativo, vista a inoperacionalidade da Recomendação. Assim, em Novembro de 1999, durante a trigésima sessão da Conferência geral da UNESCO foi decidida a elaboração de um estudo preliminar que avaliasse a pertinência de um novo instrumento normativo de protecção para o PCI, então ainda designado como “cultura tradicional e folclore”⁶².

A resposta chegou em 2001. O relatório do director-geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, sublinhou a importância de colocar em marcha a elaboração de um novo instrumento internacional face à ausência de mecanismos de protecção satisfatórios neste domínio⁶³. Este relatório incluía já algumas das recomendações da Mesa-redonda que tinha decorrido poucos meses antes em Turim, em torno do tema das terminologias relativamente ao PCI. Além disso, tinha em consideração as principais conclusões da Conferência de Washington, esboçando, assim, alguns dos princípios orientadores da futura Convenção 2003.

Com efeito, na Mesa-redonda de Turim o debate centrou-se numa nova definição operativa de PCI, a elaboração de um plano de acção e a definição dos objectivos do novo instrumento normativo⁶⁴. Neste contexto, a UNESCO levou a cabo um inquérito sobre as diferentes terminologias na área do PCI utilizadas na legislação nacional de diferentes países (estados-membros, ONG's e outras organizações internacionais),

⁶¹ UNESCO – *Safeguarding traditional cultures: a global assessment – final conference report* [em linha]. [Consult. 20 Abr. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00111-EN.pdf>

⁶² Cf. resolução 25, parágrafo 2 (a) (iii). In UNESCO - *Records of the General Conference, 30th session, Paris, 26 October to 17 November 1999: resolutions* [em linha]. [Paris]: UNESCO, [1999], vol. 1. p. 67. [Consult. em 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001185/118514e.pdf>

⁶³ UNESCO - *Report on the preliminary study on the advisability of regulating internationally through a new standard-setting instrument, the protection of traditional culture and folklore* [em linha]. Paris: UNESCO, 16 May 2001. [Consult. em 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001225/122585E.pdf>

⁶⁴ UNESCO - *International Round Table on Intangible Cultural Heritage – working definitions, 14 – 17 March, Turin, Italy: final report* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00077-EN.pdf>

resultando daí um conjunto de definições bastante diversas, revelando uma concepção muito alargada da dimensão imaterial do património⁶⁵. Da análise e discussão de diferentes definições de PCI, chegou-se a um consenso generalizado em torno do termo *intangible cultural heritage*⁶⁶, apesar de algumas vozes dissonantes, substituindo, assim, a designação até então utilizada – “cultura tradicional e folclore”.

O trabalho preparatório que se seguiu para definir a futura Convenção não foi imune a várias críticas, sendo evidente que as negociações para a elaboração do novo instrumento estavam longe de ser consensuais, espelhando inclusive grande divisão entre os estados-membros, situação que acompanhou este processo até ao final⁶⁷.

Ainda em 2001, é adoptada a *Declaração Universal da Diversidade Cultural*⁶⁸ que deu um impulso positivo para o reconhecimento da importância da diversidade cultural como Património da Humanidade, considerada tão necessária como a diversidade biológica e um elemento importante para o desenvolvimento⁶⁹. Além disso, tendo em conta o PCI como parte integrante da diversidade cultural, a ideia de o promover e salvaguardar saíria reforçada através desta Declaração da UNESCO.

Em Janeiro de 2002, foi organizada uma reunião no Brasil com o objectivo de reflectir sobre quais os domínios a considerar prioritários pela futura Convenção⁷⁰. No cômputo

⁶⁵ Sobre as respostas a este inquérito consultar: UNESCO – *Definitions of intangible cultural heritage as of Member States, IGO's and NGO's* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001]. [Consult. 16 Set. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00078-EN.pdf>

⁶⁶ A definição era a seguinte: “*Intangible Cultural Heritage as peoples learned processes along with the knowledge, skills and creativity that inform and are developed by them, the products they create, and the resources, spaces and other aspects of social and natural context necessary to their sustainability; these processes provide living communities with a sense of continuity with previous generations and are important to cultural identity, as well as to the safeguarding of cultural diversity and creativity of humanity;*”. In UNESCO - *Action plan for the safeguarding of the intangible cultural heritage as approved by the international experts on the occasion of the International Round Table on “Intangible Cultural Heritage - Working Definitions” organized by UNESCO in Piedmont, Italy, from 14 to 17 March 2001* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001] (161 EX/15 Annex). [Consult. 16 Set. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001225/122585E.pdf>

⁶⁷ AIKAWA, Noriko, *op. cit.*, p. 147.

⁶⁸ A Declaração foi unanimemente adoptada no contexto da trigésima primeira reunião da Conferência geral da UNESCO, em Paris, a 2 de Novembro de 2001.

⁶⁹ UNESCO – *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO, 2001.

⁷⁰ UNESCO - *Expert meeting on “Intangible Cultural Heritage: Priority Domains for an International Convention”, Rio de Janeiro, Brazil, 22-24 January 2002: final report*. [S.l.]: UNESCO, [2002]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00074-EN.pdf>

geral, esta reunião veio confirmar a definição de PCI adoptada em Turim, mas deixou em aberto a questão das terminologias para posteriores consultas sobre o tema.

A partir deste ponto o processo de elaboração do anteprojecto da Convenção avança rapidamente com a realização de diversas reuniões. Em Março teve lugar um encontro que reuniu um conjunto de juristas visando a consulta e discussão para a redacção do anteprojecto⁷¹; em Junho a análise das terminologias volta a ser objecto de discussão por parte de especialistas⁷². Pretendia-se estabelecer um glossário que incluísse os termos mais utilizados relacionados com o PCI, no seguimento de uma sugestão durante a reunião do Brasil sobre os domínios do PCI⁷³; imediatamente (13-15 Junho) tem lugar a segunda reunião do grupo de especialistas responsáveis pela redacção do anteprojecto, sendo que daqui resultou o primeiro esboço preliminar da *Convenção Internacional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*⁷⁴. Este esboço seria apresentado e discutido ainda em Setembro desse ano durante a primeira sessão da reunião intergovernamental da UNESCO⁷⁵.

Um dos momentos particularmente relevantes neste processo e que importa referir foi a terceira Mesa-redonda internacional de Ministros da Cultura, realizada em Istambul, na Turquia (16 e 17 Setembro 2002). Subordinada ao tema *The Intangible Cultural Heritage: a Mirror of Cultural Diversity*, deste encontro resultou uma declaração final

⁷¹ Sobre esta reunião consulte-se o seguinte documento: UNESCO – *Select drafting group on the first draft of an International Convention for Intangible Cultural Heritage, UNESCO headquarters, Paris, 20-22 March 2002: final report* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2002]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00070-EN.pdf>

⁷² A reunião subordinada ao tema – *Intangible Cultural Heritage – Establishment of a Glossary*, teve lugar na sede da UNESCO, em Paris, entre 10 e 12 de Junho de 2002.

⁷³ Para mais informação sobre o glossário cf. : VAN ZANTEN, Wim, ed. – *Glossary: intangible cultural heritage* [em linha]. The Hague: Netherlands National Commission for UNESCO, August 2002. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00265.pdf>

⁷⁴ UNESCO - *First preliminary draft of an international convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage* [em linha]. Paris: UNESCO, 26 July 2002. [Consult. 12 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001270/127018e.pdf>

⁷⁵ Esta reunião teve lugar na sede da UNESCO, em Paris, entre 23 e 27 de Setembro de 2002. O esboço preliminar da Convenção (preparado entre Março e Junho de 2002) foi estudado e analisado a par com algumas das contribuições dos estados-membros enviadas em resposta à circular CL36/29 de 29 de Julho de 2002 (Cf. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001534/153442E.pdf>) do director-geral. Nesta reunião estiveram presentes 281 especialistas de 120 estados-membros, 10 especialistas de três missões permanentes da UNESCO e vários representantes de organizações governamentais de carácter regional e internacional e de organizações não governamentais. Cf. UNESCO - *1st session of the intergovernmental meeting of experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, 23-27 September 2002: report* [em linha]. Paris: UNESCO, December 2002. [Consult. 14 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001290/129000e.pdf>

que sublinhava a importância do PCI como elemento fundamental para a construção da identidade cultural. A *Declaração de Istambul*, nome pela qual ficaria conhecida, reconhece o seguinte:

“The intangible cultural heritage constitutes a set of living and constantly recreated practices, knowledge and representations enabling individuals and communities, at all levels, to express their world conception through systems of values and ethical standards. (...)”⁷⁶.

Assim, ficou patente o reconhecimento e a necessidade de implementar medidas urgentes de identificação, salvaguarda, promoção e transmissão do PCI, na agenda política internacional. Por outro lado, esta Mesa-redonda confirmava o apoio à elaboração de uma Convenção.

Na primeira sessão da reunião intergovernamental da UNESCO, realizada entre 23 e 27 de Setembro de 2002, foram discutidos os textos do preâmbulo da Convenção, definições e aspectos teóricos de enquadramento geral, designadamente a criação das listas, questões ligadas ao financiamento, comité, entre outros aspectos⁷⁷.

Durante a segunda sessão da reunião intergovernamental, que se realizou entre 24 de Fevereiro e 1 de Março de 2003 prolongou-se o debate sobre alguns dos tópicos discutidos na primeira sessão, tendo-se chegado a um consenso relativamente a três aspectos: objectivos, definições dos termos “PCI” e “salvaguarda” e, por último, o estabelecimento de inventários nacionais como medida eficaz para a identificação deste património. Por outro lado, foi comumente aceite a criação de uma lista do PCI para elementos em risco de desaparecer. No que concerne à inclusão das línguas como um dos domínios do PCI, foi estabelecido um compromisso, prevalecendo no âmbito do domínio *Tradições e expressões orais*, a inclusão da *língua como vector do património*

⁷⁶ UNESCO - *Third Round Table of Ministers of Culture “Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity”*, Istanbul, Turkey 16-17 September 2002: *final communiqué Istanbul Declaration* [em linha]. UNESCO, 2002. [Consult. 10 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00072-EN.pdf>

⁷⁷ AIKAWA, Noriko, *op. cit.*, p. 148.

cultural imaterial. Também se decidiu, por consenso, eliminar qualquer referência à religião no que diz respeito ao domínio *Práticas sociais, rituais e eventos festivos*⁷⁸.

Pouco tempo depois, um grupo de trabalho constituído por dezoito especialistas reuniu-se, entre 22 a 30 de Abril de 2003, com o propósito de consolidar alguns aspectos do texto da Convenção, designadamente: a natureza, composição e funções do comité; a *lista do Património Cultural Imaterial que necessita de uma salvaguarda urgente* e a *lista de tesouros do Património Cultural Imaterial do Mundo*; financiamento e criação de um fundo para a salvaguarda do PCI; formas e conteúdo do auxílio internacional; e, finalmente, as provisões gerais da Convenção⁷⁹. As conclusões desta reunião foram formalmente apresentadas durante a terceira reunião intergovernamental que teve lugar em Paris (2 a 14 de Junho de 2003), onde finalmente se chegou a um acordo quanto aos principais temas e se ultimou o texto da Convenção⁸⁰.

Em Setembro de 2003, terminado e revisto o texto do anteprojecto da Convenção, o director-geral da UNESCO entregou ao Conselho Executivo, no âmbito da 167.^a sessão, um relatório que incluía as recomendações resultantes das reuniões intergovernamentais anteriormente citadas e o anteprojecto final da Convenção⁸¹. Por sua vez, o Conselho Executivo aprovou, sem incluir quaisquer alterações ao anteprojecto, e recomendou que se submetesse o documento à 32.^a Conferência geral com vista à sua adopção⁸².

⁷⁸ UNESCO - *2nd session of the intergovernmental meeting of experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, 24 February-1 March 2003: secretariat report* [em linha]. Paris: UNESCO, April 2003. [Consult. 15 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130016e.pdf>

⁷⁹ ECONOMIDES, Constantin - *Intersessional working group of government experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, UNESCO headquarters, 22-30 April 2003* [em linha]. Paris: UNESCO, May 2003. Consult. 16 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001303/130350e.pdf>

⁸⁰ UNESCO - *3rd session of the intergovernmental meeting of experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, UNESCO headquarters, 2-14 June 2003: secretariat report* [em linha]. Paris: UNESCO, 31 July 2003. Consult. 16 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001312/131274e.pdf>

⁸¹ UNESCO - *Report by the Director-General on the preliminary draft of an international Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* [em linha]. Paris: UNESCO, 29 July 2003. (167 EX/22) [Consult. 17 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130869e.pdf>

⁸² Decisão 5.7 da 167.^a sessão do Conselho Executivo. Cf. UNESCO – *Decisions adopted by the Executive Board at its 167th session (Paris, 15 September-15 October 2003)* [em linha]. Paris: UNESCO, 14 November 2003. [Consult. 18 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132529e.pdf>

1.6 - A CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

No âmbito da 32.^a Conferência geral da UNESCO que teve lugar em Paris, a 17 de Outubro de 2003, foi adoptada a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*⁸³. Tendo rapidamente entrado em vigor a 20 de Abril de 2006, após a ratificação de trinta Estados-Partes⁸⁴, pode dizer-se que este tem sido um processo bem sucedido. Até ao momento (Maio 2009) 113 países ratificaram esta Convenção.

Considerado por muitos como um marco importante na legislação internacional sobre património, importa aqui enquadrar os seus objectivos, definições, princípios e as implicações que o documento aporta.

De uma forma genérica, a Convenção 2003 veio preencher um hiato no sistema jurídico de protecção internacional do património cultural, que até 2003 estava intrinsecamente direccionado para o património material. De certo modo, veio ajustar a situação que a Convenção de 1972 tinha causado, isto é, um evidente desequilíbrio geográfico de bens inscritos na lista de Património Mundial, situados sobretudo a norte, e cuja lista não sinalizava as expressões culturais localizadas mais a sul⁸⁵. Mais concretamente, veio confirmar a necessidade de se criarem medidas de protecção e promoção distintas daquelas que são aplicadas para os monumentos, sítios ou paisagens culturais.

Esta Convenção e algumas das medidas que consubstanciaram este processo tiveram de facto grande impacto mediático sobre o reconhecimento da importância do PCI a uma escala global. No entanto, as opiniões dividem-se sobre a pertinência ou não deste documento. Sobre a noção de património (material e imaterial) e sua instrumentalização em duas Convenções, alguns autores caracterizam a iniciativa como artificial e

⁸³ A adopção da Convenção realizou-se com a participação de 120 estados-membros sem nenhum voto contra, sendo de registar apenas algumas abstenções, nomeadamente da Austrália, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Suíça.

⁸⁴ O primeiro país a aprovar este instrumento, tornando-se efectivamente o primeiro Estado-Parte da Convenção, foi a Argélia a 15 de Março de 2004.

⁸⁵ MATSSURA, Koichiro – Prefácio. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 4.

contraditória, na medida em que estes patrimónios estão intimamente ligados, sendo por vezes difícil a leitura de um sem o outro⁸⁶.

De forma simplificada, no que respeita à necessidade de preservar o PCI, podemos observar duas posições distintas. Por um lado, alguns autores contestam a necessidade de preservar “artificialmente este património, advogando que as mudanças são inevitáveis e neste sentido quando uma tradição já não desempenha qualquer função é natural que desapareça, não se justificando portanto acções de protecção. Em contrapartida, os partidários da Convenção justificam que sem a implementação de políticas de protecção, muito deste património poderá desaparecer e com ele elementos importantes da identidade cultural das comunidades, valorizando-se aqui uma política intervencionista dos Estados⁸⁷.

Independentemente das questões que lhe possam ser apontadas, a Convenção 2003 contribuiu consideravelmente para colocar em destaque a protecção do PCI, um património tantas vezes menosprezado no passado, afirmando-se como um instrumento positivo de incremento ao debate e reflexão sobre o tema.

Da leitura deste documento, são objectivos centrais, em primeiro lugar, a salvaguarda do PCI, o respeito e reconhecimento do património das comunidades e indivíduos e a sensibilização relativamente à sua importância a uma escala local, regional e internacional através da cooperação internacional.

No rol de preocupações subjacentes a este documento estão as ameaças a que este património está sujeito, o risco de ser ignorado, os conflitos armados, o êxodo rural, movimentos migratórios, a sua fragilidade, a ausência de apoio, entre outras. Além dos aspectos mencionados, crescem preocupações no que respeita à preservação da diversidade cultural. A globalização e os efeitos niveladores que provoca na cultura são, assim, entendidos como uma ameaça à diversidade cultural. Veja-se a este propósito uma passagem do discurso de Koïchiro Matsuura:

⁸⁶ FOURCADE, Marie Blanche, dir. - *Patrimoine et patrimonialisation: entre le matériel et l'immatériel*. [Québec]: Les Presses de l'Université Laval (Pul), Octobre 2007. ISBN 2763785204. p. XV.

⁸⁷ YIM, Dawnhee - Living human treasures and the protection of intangible culture heritage: experiences and challenges. *ICOM News*. n.º 4 (2004), p. 11-12.

“The progressive loss of this heritage [ICH] in several areas of the world and its vulnerability to the extreme effects of globalization, even as the heritage plays a vital role in the perpetuation of cultural diversity and human creativity, impels us to take immediate action. (...) We must (...) keep this heritage alive. At stake is our capacity to maintain the links between defence of cultural diversity, safeguarding of the world heritage and respect for sustainable development, the sole guarantee of a global vision of humanity capable of evolving in a just and equitable manner”⁸⁸.

Aliás, a promoção da diversidade cultural sai reforçada através da *Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* adoptada pela UNESCO em 2005.

A Convenção 2003 define o PCI da seguinte forma:

“as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (Art. 2.º)

Pese embora a complexidade inerente à definição do conceito de PCI e um entendimento que é bastante diverso como foi possível constatar a propósito da Mesa-redonda de Turim (2001), uma definição de PCI tomou corpo. Numa tentativa de escapar a termos, nalguns casos nem sempre bem conotados, como sendo o “folclore”, o termo adoptado pela Convenção procurou chegar a um consenso depois de largos anos de discussão.

⁸⁸ MATSUURA, Koïchiro - *Address by the Director-General of UNESCO to the opening session of the Third Round Table of Ministers of Culture “The intangible cultural heritage: a mirror of cultural diversity”* [em linha]. UNESCO, 16 September 2002. p. 4. [Consult. 5 Mar. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127500e.pdf>

Contrariando a ideia de primazia do objecto sobre as práticas que lhe estão associadas, a definição de património trazida pela Convenção põe em primeiro lugar estas práticas. Isto é, as práticas tornam-se o objecto patrimonial por excelência, sendo que os objectos são considerados aqui “associados” às práticas, ainda que representem um suporte indispensável à sua existência e continuidade⁸⁹.

Considerada por alguns autores como uma definição vasta (e vaga), a expressão técnica “PCI” tem ganho alguma expressividade, muito embora sendo um conceito novo, é ainda considerado estranho tanto para muitos profissionais como para as comunidades, que desconhecem o seu significado. Tendo em conta que o sucesso dos projectos de salvaguarda está directamente ligado à forma como as comunidades reagem à sua aceitação, isto significa que a explicação e divulgação desta expressão é essencial para o êxito de medidas de protecção e salvaguarda⁹⁰.

Importa referir que nem todas as expressões culturais se enquadram na definição apresentada. Assim, são objecto de salvaguarda apenas as expressões que as comunidades reconhecem como parte das suas tradições, com as quais se identificam de forma simbólica, transmitindo-as de geração em geração. Desta forma, subentende-se uma identificação do PCI com a cultura tradicional, sendo excluídas manifestações como teatro de vanguarda, videojogos e música pop. Apesar de algumas destas expressões representarem símbolos culturais (ainda que não sendo de raiz étnica ou regional), não se transmitem de geração em geração⁹¹.

Além disso, não são objecto de salvaguarda as expressões que não sejam compatíveis com os instrumentos internacionais de direitos humanos ou que não se coadunem com o respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos. Note-se, este é um aspecto melindroso. Nesta situação, a Convenção procurou demarcar-se de práticas que pela sua

⁸⁹ HOTTIN, Christian - Une nouvelle perception du patrimoine. *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 15-16.

⁹⁰ KURIN, Richard - Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 60.

⁹¹ KURIN, Richard – La salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en la Convención de la UNESCO de 2003: una valoración crítica. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 72.

natureza sejam discriminatórias ou que atentem de algum modo contra os Direitos do Homem.

Também do ponto de vista desta Convenção, exclui-se à partida aquele património que já não é praticado pelas comunidades. Esse é um legado que, porventura, importa documentar mas que se entende não ser o objecto deste documento. De facto, são apenas as manifestações vivas de uma determinada comunidade ou grupo, que se reflectem de forma diversa ora através de actividades ora através de objectos, que são reconhecidas pelo novo instrumento normativo.

A Convenção 2003 acrescenta que o PCI pode manifestar-se em vários domínios, muito embora, esta seja uma lista que não se pretende exaustiva e acabada: *Tradições e expressões orais* (inclui a língua como vector do PCI), *Artes do espectáculo*, *Práticas sociais, rituais e eventos festivos*, *Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo* e *Aptidões ligadas ao artesanato tradicional*.

A salvaguarda é um dos eixos centrais da acção proposta pela Convenção e compreende uma visão bastante alargada. Desde logo, a “salvaguarda” é definida como o conjunto de “medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial” (Art. 2.º, 3). Neste conjunto de medidas estão incluídas actividades de “identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse património” (Art. 2.º, 3).

Neste contexto, entende-se que a salvaguarda não se resume à preservação dos elementos do PCI em arquivos e colecções de museus. Sobre este aspecto, a Convenção demarca-se da sua predecessora, a Recomendação 1989, que focava a sua atenção na preservação através da documentação, responsabilizando os investigadores e as instituições nesta tarefa. A Convenção vem dar ênfase ao papel das instituições, mas principalmente confere um papel de suporte ou de facilitador aos praticantes das tradições e à promoção da criatividade⁹².

⁹² BORTOLOTTI, Chiara - *La patrimonialisation de l'immatériel selon l'UNESCO* [em linha]. [Paris]: Mission à l'ethnologie (Dapa, Ministère de la Culture), 2006. p. 2. [Consult. 4 Fev. 2009]. Disponível em:

Como se vê, salvaguardar elementos do PCI está longe de ser um processo linear. Entre os aspectos mais problemáticos, está a forma como se deve preservar uma manifestação do PCI, se mais de acordo com a sua forma original, difícil de definir, se mais adaptada ao presente. Vejamos a título de exemplo o caso dos *Bonecos de Santo Aleixo*, manifestação do teatro tradicional alentejano. O espectáculo de marionetas que se faz hoje pelo Centro Dramático de Évora (CENDREV) procura reproduzir fielmente o repertório dos últimos manipuladores destas marionetas. O mesmo se passa com outros aspectos que procuram manter, nomeadamente as roupas dos *Bonecos*, os cenários, o som (tocado e cantado ao vivo), a iluminação (velas), entre outros. Todavia, ao procurar preservar uma possível “autenticidade” do espectáculo pode-se incorrer na sua cristalização no tempo, não deixando que esta expressão evolua e se recrie. Por outro lado, até que ponto é lícito permitir alterações? Os contornos destes limites, expostos aqui de forma simplificada, não são evidentes e geram controvérsia por parte dos especialistas.

Cabe às comunidades e aos grupos a salvaguarda do seu património. Sobre este aspecto, Janet Blake sublinha que a relevância do papel atribuído às comunidades relativamente ao PCI é algo inédito na história da legislação internacional⁹³.

Deste modo, na implementação das actividades de salvaguarda deverão participar não apenas os especialistas, mas também as comunidades, sobre as quais recai grande responsabilidade. Mas em boa verdade, esta não é uma tarefa fácil. Para Richard Kurin⁹⁴ aqui reside um dos problemas da Convenção. Como identificar as pessoas com quem se vai trabalhar na comunidade parece ser uma questão de difícil gestão, já que estas “comunidades” não têm carácter formal e, portanto, não têm muitas vezes representantes definidos. Por outro lado, uma comunidade não é algo linear, pode apresentar-se fragmentada, divergente em muitos aspectos. Também é certo que o

http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Bortolotto_juin_06.pdf

⁹³ BLAKE, Janet – UNESCO’s 2003 *Convention on Intangible Cultural Heritage*: the implications of community involvement in “safeguarding”. In SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko, ed. - *Intangible Heritage*. London: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-47396-5. p. 45.

⁹⁴ KURIN, Richard - Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 62.

envolvimento das comunidades poderá revelar-se complicado sob vários pontos de vista (sociológico e logístico), só podendo ser ultrapassado, na opinião do autor, através de alguma capacidade mediadora, sensibilidade política e bom senso.

Para além disso, ao analisar o texto da Convenção pode-se dizer que este é omissivo no que se entende por comunidade. Afinal, quais os limites deste conceito? Em 2002, um grupo de especialistas definiu um glossário com os termos operativos mais utilizados pela UNESCO a propósito da preparação do anteprojecto da Convenção 2003, no qual se inclui uma definição de comunidade⁹⁵. Posteriormente, numa reunião realizada em Tóquio⁹⁶ esta questão voltou a ser discutida e as definições encontradas são uma espécie de compromisso⁹⁷. Desta reunião resultaram, ainda, algumas recomendações sobre a forma como envolver as comunidades na implementação de inventários. Mas ainda assim, esta questão terá que ser mais desenvolvida, sendo um dos aspectos mais difíceis de concretizar na implementação da Convenção.

Sobre a participação da sociedade civil nas várias etapas de salvaguarda, muito particularmente as Organizações Não Governamentais (ONG's), Chérif Khaznadar

⁹⁵ A definição de comunidade, nas suas diversas especificidades, é apresentada no glossário referido: “*Community*: people who share a self-ascribed sense of connectedness. This may be manifested, for example, in a feeling of identity or in common behaviour, as well as in activities and territory; *Cultural community*: a community that distinguishes itself from other communities by its own culture or cultural design, or by a variant of the generic culture. Among other possible extensions, a nation can be a cultural community; *Indigenous community*: a community whose members consider themselves to have originated in a certain territory. This does not exclude the existence of more than one indigenous community in the same territory. *Local community*: a community living in a specific locality”. In VAN ZANTEN, Wim, *op. cit.*, p. 4-5.

⁹⁶ A reunião decorreu entre 13 e 15 de Março de 2006.

⁹⁷ “Communities are networks of people whose sense of identity or connectedness emerges from a shared historical relationship that is rooted in the practice and transmission of, or engagement with, their ICH; Groups comprise people within or across communities who share characteristics such as skills, experience and special knowledge, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners or apprentices. Individuals are those within or across communities who have distinct skills, knowledge, experience or other characteristics, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners and, where appropriate, apprentice”. In ACCU - *Expert meeting on community involvement in safeguarding intangible cultural heritage: towards the implementation of the 2003 Convention (13-15 March 2006, Tokyo, Japan): report* [em linha]. [Tokyo]: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU), [2006]. p. 9. [Consult. 10 Mar. 2009]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-EN.pdf>

revela alguma apreensão sobre a questão da certificação destas organizações, já que muitas delas poderão na prática revelar-se contrárias aos objectivos da Convenção⁹⁸.

Importa referir ainda a relação que se estabelece entre o PCI e o conceito de desenvolvimento sustentável, que surge ao longo do texto da Convenção. A primeira referência aparece no preâmbulo, onde se reconhece o PCI como “principal gerador da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável”. Além disso, apenas se inclui na definição de PCI, aquele património “compatível com (...) as exigências de (...) desenvolvimento sustentável” (Artigo 2.º, 1). Por fim, uma última referência, menos explícita, no artigo n.º 13 (a), no qual se recomenda que cada Estado-Parte adopte “uma política geral que vise valorizar a função do património cultural imaterial na sociedade e integrar a salvaguarda do referido património em programas de planeamento”. Richard Kurin alerta para as confusões que se possam gerar em torno desta questão. Na opinião deste autor, a sustentabilidade poderá ser um objectivo a alcançar e não um critério para se prosseguir com determinada acção de salvaguarda:

“El criterio de “sostenibilidad” es notable pero problemático. Piénsese que todo el tratado se orienta a salvaguardar un patrimonio que se considera más o menos en peligro. El hecho mismo de que una tradición esté en peligro significa que no es sostenible en su forma o contexto actual, y de ahí la necesidad de una intervención nacional o internacional. Pero, por definición, para que una tradición sea reconocida como patrimonio cultural inmaterial en virtud de la Convención, y por lo tanto merecedora de salvaguardia, también debe ser sostenible. Esta condición, aunque bienintencionada, induce a confusión. Aquí la sostenibilidad es un ideal que se pretende lograr, no un requisito de elegibilidad para la acción. Los especialistas en asuntos culturales tendrán que dilucidar hasta qué punto una tradición se puede sostener, cuestión mucho más susceptible de juicio profesional que de mandato legal.”⁹⁹

A indústria do turismo é uma área em expansão à escala planetária. No caso português, o turismo é apontado como um dos “principais sectores da economia portuguesa, tendo

⁹⁸ KHAZNADAR, Chérif - *La Convention sur le Patrimoine Culturel Immatériel, contexte et enjeux* [em linha]. Paris: Institut national du patrimoine, [2007]. p. 1. [Consult. em 10 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.inp.fr>

⁹⁹ KURIN, Richard – *La salvaguardia del (...)*, *op. cit.*, p. 74.

o seu peso na economia vindo a crescer nos últimos anos”¹⁰⁰. Associar o PCI a estratégias de desenvolvimento sustentável das regiões através do turismo cultural pode ser muito apetecível pelos agentes culturais, todavia, importa tecer algumas considerações sobre esta matéria. Sobre possíveis relações entre o PCI e o turismo sustentável, através da chancela da UNESCO¹⁰¹ foi organizada, em 2007, uma reunião para debater o tema, onde se começou por reconhecer o seguinte:

“Properly managed, the tourism and travel industry can bring substantial benefits on both a macro and local level. By providing new employment opportunities, tourism can help alleviate poverty and curb the out-migration of youth and other marginally-employed community members. Also, through bringing revenue to sites, tourism has the potential to enhance and safeguard heritage. Similarly, the much-needed foreign currency and investment that tourism brings has the power to revitalise traditional building and craft industries. On a more human level, by bringing in revenue, tourism has the capacity to strengthen local people’s self-respect, values and identity, thereby safeguarding aspects of their intangible heritage and enhancing their development potential.”¹⁰²

Apesar destes considerandos, nessa mesma reunião, os especialistas não deixaram de referir o impacto negativo que estratégias de turismo mal concebidas podem ter sobre o PCI. De forma breve, apresentam-se algumas das principais conclusões relativamente às consequências ou possíveis cenários deste problema. Um primeiro aspecto a salientar está associado ao facto do impacto do turismo levar a que, em muitas situações, as comunidades queiram modificar o seu património para formas que possam atrair mais turistas. A descontextualização pode configurar-se também como uma das consequências do turismo, sobretudo, quando as manifestações são retiradas do seu contexto de modo a facilitar a sua apresentação aos turistas. Neste seguimento, pode ter lugar outro fenómeno – a simplificação. O PCI é por natureza complexo, mas quando

¹⁰⁰ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO – *Plano estratégico nacional do turismo em Portugal (PENT)* [em linha]. Lisboa: Ministério da Economia e Inovação, 2007. [Consult 10 Mar. 2008]. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/estrategianacionalparaoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf

¹⁰¹ *Office of the UNESCO Regional Advisor for Culture in Asia and the Pacific.*

¹⁰² UNESCO - *Meeting report - UNESCO-EIIHCAP regional meeting: safeguarding intangible heritage and sustainable tourism: opportunities and challenges* [em linha]. Hué: UNESCO [etc.], 2008. p. 3. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00349-EN.pdf>. ISBN 978-92-9223-216-0.

apresentado no contexto do turismo poderá ser simplificado, homogeneizado e, por vezes, objecto de uma interpretação distorcida de forma a ser facilmente comunicável. Note-se, o turismo pode ainda alterar significativamente a forma como se transmite o PCI, no sentido em que, para torná-lo acessível a um grupo mais alargado, se opte por “congelar” os elementos de PCI de modo a transformá-los numa espécie de versão “oficial”, facilmente padronizada. Ainda que o turismo possa constituir uma ameaça para o PCI, vislumbra-se um caminho possível para uma articulação benéfica destes recursos:

The challenge, whatever the form of tourism might be, is to maintain and enhance the intangible heritage, use tourism as a positive tool for intangible cultural heritage preservation, allow for change while maintaining the intangible heritage and, most importantly, not create artificial environments, but living and growing societies and communities.¹⁰³

Para responder a este desafio, Dean Walter Jamieson chama a atenção para a possibilidade de abordagens que tenham em conta diferentes tipos de nichos de mercado e outras formas de turismo, nomeadamente o *Eco-tourism* e *Agricultural tourism*. Alguns dos estudos de caso (implementados na Ásia) apresentados na reunião de Hué corroboram a ideia de que existem formas de mitigar as ameaças causadas pelo turismo, sendo inclusivamente apresentadas recomendações neste sentido¹⁰⁴.

À semelhança da Convenção 1972, esta Convenção inclui a criação de duas listas: a *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade* (Art. 16.º) e a *Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de uma Salvaguarda Urgente* (Art. 17.º). Estas listas pretendem, a par com a Convenção, alertar e sensibilizar para a importância da salvaguarda deste património e daqueles que o detêm e praticam, em particular as expressões culturais em risco de desaparecer. As noventa *Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* proclamadas entre 2001 e 2005 serão automaticamente integradas na Lista Representativa. Os países de onde são

¹⁰³ WALTER JAMIESON, Dean - Introduction to living heritage in the context of nature, Agri-, and eco-tourism. In UNESCO - *Meeting report: UNESCO-EIHCAP regional meeting - safeguarding intangible heritage and sustainable tourism: opportunities and challenges*. Hué: UNESCO [etc.], 2008. p. 87. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00349-EN.pdf>.

¹⁰⁴ Cf. UNESCO - *Meeting report - UNESCO-EIHCAP regional (...), op. cit.*, p. 107-114.

representativas as expressões de PCI já distinguidas e que não façam parte da lista de Estados-Partes da Convenção são convidados a seguir os direitos e obrigações inerentes à ratificação. Caso contrário os elementos inscritos poderão ser removidos da lista¹⁰⁵.

Na opinião de Richard Kurin, só por si a criação de listas não basta para “salvar” os elementos de PCI sinalizados, poderá dar-lhes reconhecimento internacional mas somente isso. Só uma abordagem mais ampla e profunda que atente, não apenas à sua fixação documental, poderá garantir a sua salvaguarda¹⁰⁶. Significa, por exemplo, que para “salvar” os *Bonecos de Santo Aleixo*, não basta inventariarmos todo o seu repertório, mais do que isso é necessário um conjunto de acções que possam assegurar por exemplo a continuidade da actividade dos “bonecreiros” e a realização do espectáculo, entre outros aspectos.

A Convenção reconhece que o PCI apresenta o mesmo valor em qualquer parte do globo, no entanto, a existência das listas de PCI remete para a ideia de que de facto existem algumas práticas que são objecto de maior destaque do que outras, quiçá mais importantes do que outras e, por sua vez, justificam maior distribuição de recursos para a sua salvaguarda. O confronto entre o texto da Convenção e a criação das listas salda-se ambíguo. Daqui pode resultar inevitavelmente numa espécie de instrumentalização das listas, no sentido em que para obter maiores recursos financeiros algumas organizações poderão apresentar candidaturas com base não na importância que estas expressões possam ter para a identidade de uma comunidade, mas sim em função de critérios menos coerentes com os princípios da Convenção, nomeadamente a sua popularidade¹⁰⁷.

Embora não apareça mencionada no texto da Convenção, uma terceira lista de PCI, à escala nacional foi proposta em 2005 no contexto de uma reunião de especialistas convocados para reflectir sobre o tema dos inventários¹⁰⁸. Neste sentido, cada país

¹⁰⁵ UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 9 (2008), p. 2.

¹⁰⁶ KURIN, Richard – La salvaguardia del (...), *op. cit.*, p. 79.

¹⁰⁷ KURIN, Richard - Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 65.

¹⁰⁸ UNESCO - *Report of the expert meeting on inventorying intangible cultural heritage, Paris, 17 – 18 March 2005* [em linha]. [S.l.: S.n], [2005]. [Consult. em 10 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00036-EN.pdf>

poderá eventualmente criar uma lista representativa de expressões do PCI (à semelhança da lista Representativa à escala internacional) a partir dos inventários realizados no seu território. Esta lista poderá ler-se nos mesmos moldes que as listas indicativas que os países elaboram para o património material, elencando desta forma o património que pretendem a breve trecho inscrever na Lista de Património Mundial¹⁰⁹. Sobre a criação de listas nacionais e respectiva categorização do PCI, importa enfatizar alguns dos problemas que se colocam. Mais uma vez, socorremo-nos do exemplo das marionetas, no caso os *Bonecos de Santo Aleixo*. A par com os *Bonecos de Santo Aleixo*, existiram outros bonecos (Bonecos da Orada) e ainda existem “bonecreiros”¹¹⁰ que assumem especificidades próprias. Se a título de exemplo seleccionarmos os *Bonecos de Santo Aleixo* para figurar numa lista nacional em detrimento da escolha de outros bonecos, existem grandes possibilidades de que esta versão se torne predominante perante as outras. Ou seja, quando uma expressão ganha reconhecimento à escala nacional é-lhe atribuída autoridade cultural¹¹¹. Face ao exposto, pode dizer-se que, de certo modo, a diversidade cultural pode ficar em causa, no sentido em que se tende a valorizar mais uma expressão do que outra. Nestas situações devem ser consideradas metodologias que possam ultrapassar esta dificuldade, assegurando uma promoção da diversidade cultural.

¹⁰⁹ BORTOLOTTI, Chiara; GRENET, Sylvie - *Les pratiques des inventaires dans le cadre de la Convention de l'UNESCO* [em linha]. Paris: Institut national du patrimoine, [2007]. p. 3. [Consult. em 10 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.inp.fr>

¹¹⁰ Existe ainda uma família que manipula este tipo de bonecos em S. Bento do Cortiço (Estremoz).

¹¹¹ YIM, Dawnhee - Living human treasures and the protection of intangible culture heritage: experiences and challenges. *ICOM News*. n.º 4 (2004). p. 11-12.

1.6.1 - OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS ESTADOS-PARTES

No tocante às obrigações e direitos dos Estados-Partes, importa ter em consideração alguns aspectos. Uma das medidas mais imperativas subjacentes às obrigações de um Estado Parte é a criação de um ou mais inventários no seu território com o objectivo de “assegurar a identificação com vista à salvaguarda...” (Art. 12.º). Assim, cada país deverá conduzir a implementação de inventários à escala nacional, com a implicação das comunidades e outras organizações pertinentes, bem como assumir um programa estratégico constituído por planos de acção que visem a salvaguarda e sensibilização do PCI.

Para o efeito, a Convenção deixa alguma liberdade de acção no que diz respeito à criação e implementação de inventários. Por outro lado, também não dá indicações relativamente a sistemas de classificação, permitindo que cada país possa estruturar os seus inventários da forma que lhe convier, adaptando-os às suas necessidades. Contudo, a Convenção prevê o auxílio e apoio técnico na elaboração dos inventários aos países que assim o solicitarem (artigo 20.º). Por outro lado, nas linhas operacionais da Convenção irão constar indicações mais aprofundadas relativamente aos inventários, documentação e outros temas. Além disso, estão a ser preparados manuais com orientações específicas sobre boas práticas na implementação de medidas de salvaguarda nos vários domínios do PCI e que, por sua vez, incluem orientações relativamente aos inventários¹¹².

Cada país deverá designar um organismo competente para levar a cabo as obrigações impostas pela Convenção. No entanto, a Convenção não dá orientações sobre qual a organização mais adequada para desempenhar esta função. A escolha poderá recair sobre diversas organizações: museus, universidades, departamentos ministeriais, entre outros. Nalguns casos, talvez na maioria, é designado um departamento ou unidade do Governo, naturalmente no seio do Ministério da Cultura, ao qual se atribui as

¹¹² Sobre os manuais previstos, inclui-se um primeiro manual de carácter geral, um segundo dedicado às práticas sociais e rituais festivos, um terceiro sobre tradições e expressões orais e, finalmente, um manual relativo à dança e música tradicional.

responsabilidades inerentes ao cumprimento da Convenção tais como inventário (s), política geral de valorização e salvaguarda, encorajar estudos científicos nesta área, designadamente para o património que se encontra em risco de desaparecer, assegurar medidas de protecção legal, entre outras actividades.

Não sendo obrigatórias, outras medidas de salvaguarda são recomendadas aos Estados-Partes, nomeadamente a implementação de programas educativos, através de sistemas formais ou não formais de transmissão, que em, última instância, promovam o reconhecimento e importância do PCI junto das comunidades e também a sensibilização para as ameaças que concorrem para o seu desaparecimento.

1.6.2 - INVENTÁRIOS – ALGUNS EXEMPLOS

Uma das implicações da ratificação da Convenção é a realização de inventários. Sendo esta uma matéria central, tornou-se pertinente perceber como alguns países têm lidado com este assunto.

Actualmente, poucos são os países que, tendo ratificado a Convenção, começaram a desenvolver os seus inventários à luz das recomendações da UNESCO. Não pretendendo aferir o estado da arte sobre esta prática, é preciso notar, todavia, que alguns projectos de inventário têm sido desenvolvidos, nomeadamente a partir de países como a Etiópia, Mali, Bolívia, Brasil, Venezuela, Nicarágua, Peru, Butão, China e Japão¹¹³. A título de exemplo, analisam-se aqui três experiências de inventário, desenvolvidas na Venezuela, Nicarágua e Camboja.

I Censo del Patrimonio Cultural Venezolano é o nome do projecto de inventário da Venezuela, iniciado em 2004. A iniciativa foi implementada pelo *Instituto del Patrimonio Cultural*¹¹⁴ que a definiu da seguinte forma: “iniciativa para el registro y reconocimiento, a lo largo y ancho del territorio nacional, de todo aquello que es característico y significativo para la identidad de los venezolanos”¹¹⁵. Este projecto encontra-se materializado nos *Catálogos del Patrimonio Cultural Venezolano*, um recurso que se encontra disponível na internet¹¹⁶. Este inventário está organizado em cinco categorias: *Los Objetos*, *Lo Construído*, *La Creación Individual*, *La Tradición Oral* e *Las Manifestaciones Colectivas*, visando uma abordagem integrada de património material e imaterial. Participaram neste inventário 336 equipas de trabalho, com formação prévia, sendo um dos objectivos a publicação de catálogos organizados geograficamente (por municípios). Estima-se que no final deste levantamento se

¹¹³ BORTOLOTTI, Chiara; GRENET, Sylvie, *op. cit.*, p. 3.

¹¹⁴ *Instituto del Patrimonio Cultural*: http://www.ipc.gov.ve/censo/cat_miranda/cat_miranda_hatillo.html [Consult. em 25 Nov. 2007].

¹¹⁵ MORALES M., Patricia - *La gestión del patrimonio cultural inmaterial en Venezuela* [em linha]. Caracas, Agosto 2005. p. 7. [Consult. em 10 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.crespial.org/web/web/downloads/dfvenezuela.doc>

¹¹⁶ http://www.ipc.gov.ve/censo/catalogos_index.html [Consult. 4 Dez. 2007].

produzam cerca de 335 catálogos. O projecto de inventário está estruturado a partir da participação directa das comunidades, com base numa perspectiva *bottom-up*.

Refira-se o caso da Nicarágua, nomeadamente o inventário temático sobre danças tradicionais: *Catálogo de Danzas Tradicionales del Pacífico de Nicaragua*, realizado pela *Comisión Nacional Nicaraguense* em cooperação com a UNESCO. Este catálogo descreve vinte e três danças tradicionais representativas daquela região com o objectivo de “despertar la conciencia sobre la necesidad de conocer, preservar, valorar, difundir y proteger nuestro Patrimonio Cultural Intangible [...]”¹¹⁷. As danças inventariadas são acompanhadas de uma descrição que inclui informação relativa às suas características, história, vestuário, música e elementos justificativos destas expressões para a identidade cultural da região. Para além disso, são apresentadas fotografias e um mapa da região. No que diz respeito à participação das comunidades, este inventário é omissivo.

Referência ainda para o inventário do PCI no Camboja, cujo trabalho foi publicado em 2004¹¹⁸. *Inventory of intangible cultural heritage of Cambodia* apresenta um levantamento da diversidade cultural deste território nos vários domínios do PCI: artes do espectáculo, tradições e expressões orais, línguas minoritárias, folclore, literatura, poesia, artesanato e aptidões e conhecimentos ligados ao artesanato. Para cada expressão elencada é apresentada uma breve contextualização histórica, descrição geral, repertório de “performances” e uma lista de reconhecidos artistas. Com efeito, para levar a cabo este levantamento foi criado um grupo de trabalho – *Intangible Cultural Heritage Committee* (ICHC), constituído por investigadores, professores e artistas. A colaboração das comunidades não é referida.

Em suma, os inventários acima citados são uma pequena amostra da diversidade de soluções que, imbuídos do espírito da Convenção 2003, venham a surgir. Tudo aponta para que cada país opte por diferentes abordagens na realização dos seus inventários,

¹¹⁷ VALLE, Cláudia, coord. - *Catálogo de danzas tradicionales del Pacífico de Nicaragua* [em linha]. [Nicaragua]: Comisión Nacional Nicaraguense de Cooperación con la UNESCO, [s.d.]. p. 9. [Consult. em 10 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00254-ES.pdf>.

¹¹⁸ UNESCO OFFICE PHNOM PENH & CAMBODIA. MINISTRY OF CULTURE AND FINE ARTS - *Inventory of intangible cultural heritage of Cambodia*. Phnom Penh: UNESCO Office Phnom Penh, 2004.

seja ao nível dos domínios, dos parâmetros de organização, nível de detalhe e profundidade.

1.6.3 - OPERACIONALIDADE DA CONVENÇÃO

Os mecanismos adoptados na Convenção 2003 são em muito idênticos aos utilizados na Convenção 1972. Para a operacionalidade da Convenção existem os seguintes órgãos: a *Assembleia-geral Partes*, que é o órgão soberano da Convenção (Artigo 4.º), o *Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (daqui em diante designado por Comité) para promover a aplicação deste instrumento (Artigo 6.º), o *Secretariado* e o *Fundo do Património Cultural Imaterial* (doravante designado como Fundo), criado para assegurar assistência e cooperação internacional.

A primeira Assembleia-geral dos Estados-Partes teve lugar em 2006¹¹⁹. Desta reunião resultou a eleição do Comité¹²⁰. Sendo o órgão executivo da Convenção, ao Comité foi-lhe atribuída a responsabilidade de preparar as linhas operacionais, orientações essas que foram submetidas à Assembleia-geral e aprovadas em Junho de 2008 (segunda sessão da Assembleia-geral). Note-se, as funções do Comité incluem a definição das regras de utilização dos fundos, os critérios de inscrição das listas do PCI (submissão, análise, avaliação e calendarização) e um sistema de acreditação para as organizações consultivas.

Após a aprovação das linhas operacionais pela Assembleia-geral, a Convenção dá início à sua fase operativa, o que significa que os procedimentos para as primeiras inscrições nas duas listas previstas de PCI poderão começar, bem como a utilização dos fundos, assistência internacional para os programas e projectos que visem a salvaguarda do PCI, entre outros aspectos.

¹¹⁹ A primeira sessão da Assembleia-geral teve lugar entre 27 e 29 de Junho de 2006, nas instalações da UNESCO, em Paris. Ainda no mesmo ano, a 18 e 19 de Novembro seguiu-se uma sessão extraordinária (Paris) e, finalmente, a segunda sessão realizou-se entre 16 e 19 de Junho de 2008 (Paris).

¹²⁰ Entre 2006 e 2008, o Comité reuniu-se em quatro sessões (de carácter ordinário e extraordinário), que tiveram lugar na Argélia, Chenghu (China), Tóquio (Japão) e Sofia (Bulgária).

Depois de 2003 descobrimos com esta Convenção uma outra plataforma de entendimento para tratar o PCI. Pode dizer-se que este documento contribuiu para que se organizassem os problemas neste domínio, colocando a tónica sobre uma possível direcção a seguir no que concerne a um património tão complexo quanto estimulante como sendo o PCI. Tomando como exemplo a Convenção 1972, é possível constatar que as suas linhas operacionais foram evoluindo ao longo de trinta anos em função de novos enquadramentos sobre o património cultural. Muito provavelmente, o Comité da Convenção 2003 deverá ser capaz de se adaptar às necessidades de implementar este documento normativo face a novos tempos, a novos entendimentos da cultura.

Por tudo o que se referiu, a Convenção 2003 deve ser entendida, não como um documento acabado e fechado, mas sim como o início de um percurso que se poderá reflectir na seguinte frase: *Don't run walk!*

CAPÍTULO II – PORTUGAL: ENQUADRAMENTO NORMATIVO E INSTITUCIONAL EM MATÉRIA DE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

Pretende-se, neste capítulo, uma análise do estado da arte em Portugal no que concerne à protecção e salvaguarda do PCI com especial enfoque a partir da década de oitenta do séc. XX. A par com as tendências internacionais, também em Portugal a legislação vai assumindo uma ideia mais alargada de património cultural, certamente influenciada pela reflexão que se faz lá fora. Assim, o enquadramento normativo nacional revela-se favorável a uma abordagem integrada do património (material e imaterial), reconhecendo-lhe uma dimensão imaterial. Importa aqui reflectir em que contexto o PCI é integrado na legislação portuguesa e de que forma tem sido tratado do ponto de vista da política patrimonial, nomeadamente a partir do enquadramento funcional da administração central.

Finalmente, pretende-se tomar em consideração a posição do Estado português perante a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003) e de que maneira esta ratificação se articula com a legislação em vigor. Deste confronto importa analisar os desafios inerentes à implementação de uma política de salvaguarda para o PCI.

2.1 - LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

A legislação especificamente dirigida ao PCI é para muitos países um assunto relativamente recente. Na maioria dos casos prevalece a existência de instrumentos de protecção para o património cultural na sua dimensão material: objectos, monumentos, sítios. Todavia, alguns exemplos são a excepção a esta “regra”. Países como o Japão e a República da Coreia desde muito cedo tomaram consciência da importância do PCI,

aplicando-lhe legislação específica. De qualquer forma, em grande medida, a reflexão em torno da criação de instrumentos de protecção de carácter tão específico têm sido levada a cabo pela comunidade internacional, particularmente pela UNESCO e pela WIPO tal como se constatou no primeiro capítulo. Esse trabalho tem vindo a repercutir-se, pouco a pouco, na actuação das políticas culturais dos países que, naturalmente, vão absorvendo as tendências actuais nesta área.

Antes de mais, importa lembrar que a responsabilidade perante a protecção do património cabe ao Governo português em primeira instância, através de instituições especializadas para o efeito, muito embora, se reconheça o papel das associações de cidadãos na participação activa no que concerne a alguns aspectos do património¹²¹.

Para compreender a legislação portuguesa sobre património cultural e, em particular no que diz respeito ao PCI, há que recuar até à década de oitenta do século passado. Apesar de medidas legislativas mais antigas relativas ao património cultural, a Lei 13/85 de 6 de Julho¹²² representa um marco importante na medida em que reconhece uma nova abordagem ao conceito de património cultural. Clara Camacho a este propósito assume como determinante o papel da comunidade internacional (Conselho da Europa, ICOMOS, UNESCO) para a redefinição do quadro normativo português relativo ao património, sobretudo a partir de 1974. Esta influência fez-se notar através da circulação de novas ideias e conceitos no domínio do património, nos quais esta lei se terá inspirado¹²³.

Com efeito, este documento refere-se ao património cultural num sentido mais alargado do termo e inclui, pela primeira vez, a noção de elementos imateriais associados ao património cultural:

“O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e **imateriais** que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como

¹²¹ BARATA, Filipe Themudo; MASCARENHAS, José Manuel – *Preservando a memória do território: o Parque Cultural de Tourega/Valverde*. Évora: Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrâneos Universidade de Évora (ICEEM), 2002. ISBN 1645-3239. p. 22.

¹²² LEI n.º 13/85. “D. R. I Série”. 153 (1985-07-06).

¹²³ CAMACHO, Clara – *Renovação museológica e génese dos museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Dissertação de Mestrado. p. 19.

de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.” (Art. 1.º)

No que respeita à protecção do PCI, são definidas algumas das obrigações do Estado português nesta matéria (Art. 43.º):

- “Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória colectiva portuguesa, protegendo, em particular, os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem;” (Alínea a)

- “Prosseguir a protecção dos valores linguísticos nacionais, preservando a unidade, a autonomia e o rigor ortográfico da língua portuguesa;” (Alínea b)

- “Assegurar a defesa dos valores culturais, etnológicos e etnográficos da língua portuguesa;” (Alínea c)

- “Apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais populares em vias de desaparecimento;” (Alínea d)

- “Promover a recolha, conservação e fruição popular do património fotográfico, filmico, fonográfico, bem como de outros domínios do património imaterial.” (Alínea e)

Além do que foi referido, no que concerne à preservação deste património, esta lei reconhece igualmente a necessidade de se criarem arquivos regionais ou nacionais para registo e documentação destas manifestações (Art. 43.º, 2 a).

Apesar de constituir um passo importante e até inovador, importa observar que esta lei deixa muitas questões em aberto: qual a definição de PCI?, que critérios de selecção?, que protecção? Aparentemente, tratou-se, sobretudo, de uma tentativa de alargamento do conceito de património, evitando eventuais exclusões.

Assim, em matéria de PCI, este diploma limitou-se a introduzir o tema, indicando deveres e eventuais medidas de protecção de carácter vago, sublinhando uma perspectiva centrada na importância da sua preservação através do registo e fixação documental. Consequentemente, não se observaram consequências práticas na formulação de políticas de salvaguarda do património cultural que incluíssem o PCI. Para além disso, este texto normativo revela uma clara disparidade entre os diferentes tratamentos dados ao património nas suas várias dimensões (material e imaterial), prevalecendo claramente uma maior atenção ao património de natureza material. Por outro lado, pelo facto de nunca ter sido regulamentada, esta lei defraudou algumas expectativas.

Em 2001, o panorama geral legislativo sobre o património cultural alterou-se significativamente com a Lei n.º 107/2001, de 8 Setembro¹²⁴. José Nabais¹²⁵ justifica a nova legislação pelo facto de ser atribuído um conjunto de insuficiências e desajustamentos à anterior Lei 13/85, sobretudo pela inexistência de decretos-lei que lhe dessem desenvolvimento. Também relativamente à Lei 13/85, Clara Camacho aponta algumas lacunas:

“(…) aponte-se como principais incongruências da Lei 13/85 a contradição entre os princípios enunciados (*concepção plural do património cultural* e assunção do *levantamento e registo* como meios de protecção ao mesmo nível que a *classificação*) e as medidas adoptadas (privilégio das vertentes *arquitectónicas* e *arqueológicas* e eleição da *classificação* como única forma jurídica de protecção).”¹²⁶

De um modo geral, pode dizer-se que a nova lei é mais ambiciosa que a anterior, procurando alcançar uma postura mais centrada no que deve ser uma lei de bases da política cultural do país, além de ir mais longe em matéria de valorização dos bens culturais¹²⁷.

¹²⁴ LEI n.º 107/2001. “D. R. I Série”. 209 (2001-09-08).

¹²⁵ NABAIS, José Casalta – *Introdução ao direito do património cultural*. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2221-8. p. 133.

¹²⁶ CAMACHO, Clara, *op. cit.*, p. 26.

¹²⁷ NABAIS, José Casalta, *op. cit.*, p. 85.

Por outro lado, esta lei veio reconhecer a responsabilidade do Estado português perante a preservação do PCI, antecipando, por sua vez, a influência de um novo instrumento normativo de validade internacional que então já se preparava, a Convenção 2003.

Logo desde o início, a nova lei reconhecia a situação anómala em que o país se encontrava, propondo a definição de um novo “regime de protecção e valorização do património cultural como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”. (Art. 1.º)

Este novo entendimento sobre o património é sublinhado no artigo 2.º, onde o conceito de património é definido e amplamente alargado:

“Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.”

E no seguimento desta introdução, sublinha-se que o interesse cultural recai sobre todos os elementos e estruturas, nomeadamente:

“histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.” (Art. 2.º, n.º 3).

Além disso, o documento acrescenta:

“Integram, igualmente, o património cultural aqueles **bens imateriais** que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas” (Art. 2.º, n.º 4);

“Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e **imateriais** de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.” (Art. 2.º, n.º 6).

Da leitura do Art. 2.º, pode-se concluir que a definição de património cultural aqui apresentada demonstra uma repetição abusiva de conceitos, elencados em forma de lista, o que torna a norma menos geral e sistemática e, portanto, mais frágil. A este respeito, compare-se a definição de património cultural incluída na Lei 13/85, que apesar de tudo revelava uma noção de património mais coerente.

Um outro aspecto a salientar relativamente ao Art. 2.º é o facto de se mencionar que a “cultura tradicional popular” deverá ser objecto de legislação própria (n.º 8). Mais uma vez, o legislador revela uma utilização repreensível de conceitos, levando a concluir que “bens imateriais” e “cultura tradicional popular” são realidades distintas.

Mais adiante, no que concerne à protecção do PCI, a legislação acrescenta o artigo 91.º, no qual se apresenta uma definição de PCI dentro de um conceito de património cultural alargado:

“(…) integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas.” (Art. 91.º, 1).

E especifica, ainda, a importância de assegurar medidas de preservação deste património, que se traduz nos seguintes termos:

- “Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.” (Art. 91.º, 2)

- “Tratando-se de realidades com suporte em bens móveis ou imóveis que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico, serão as mesmas objecto das formas de protecção previstas nos títulos IV [Património áudio-visual] e V [Património Bibliográfico]”. (Art. 91.º, 3)

- “Sempre que se trate de realidades que não possuam suporte material, deve promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, áudio-visual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição.” (Art. 91.º, 4)

- “Sempre que se trate de realidades que associem, também, suportes materiais diferenciados, deve promover-se o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação.” (Art. 91.º, 5)

Em linhas gerais, este documento parte de um conceito de PCI ambíguo, quase evasivo, onde tudo ou quase tudo pode ser incluído. Um outro aspecto prende-se com as formas de protecção do PCI, que nesta lei se inserem no contexto da protecção geral prevista para os bens culturais (bens móveis e imóveis) e que se centram, sobretudo, no levantamento e registo documental. Assim sendo, não se verifica uma diferenciação ou classificação para as expressões de PCI, ao contrário do que acontece relativamente aos bens móveis e imóveis, para os quais existem três níveis de classificação e, conseqüentemente, diferentes níveis de protecção: *Bens de Interesse Nacional*, *Bens de Interesse Público* e *Bens de Interesse Municipal*. Daqui se conclui que esta legislação não reconhece diferentes gradações ou uma diferenciação hierárquica relativamente às expressões de PCI, salvo aquelas expressões que tenham suporte em bens móveis e imóveis.

Por outro lado, muitas questões ficam por aprofundar. A lei indica o registo como medida de protecção, no entanto, não desenvolve o tema.

Entretanto, na prática, a Lei n.º 107/2001 aguarda ainda pela sua regulamentação, à semelhança do que havia acontecido com a Lei n.º 13/85, o que significa que para todos os efeitos a sua aplicabilidade é limitada. Todavia, importa referir que a regulamentação

está em curso desde 2007, tendo sido criada a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural* (daqui em diante designada como Comissão) no seio do Ministério da Cultura.

Em matérias relativas ao PCI, o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) através do Departamento do Património Imaterial (DPI) tem colaborado com esta Comissão no sentido de criar regulações especiais para este património. Paulo Ferreira da Costa, director do DPI, assegura que o desenvolvimento da lei nestas matérias é fundamental para tornar operacional o projecto de inventário do PCI que o DPI irá implementar para o território português¹²⁸. Efectivamente, a 15 de Junho de 2009 foram publicados os primeiros diplomas com vista ao desenvolvimento da Lei n.º 107/2001. Entre eles inclui-se o Decreto-Lei n.º 139/2009, que aqui assume especial relevo, pois estabelece o regime jurídico de salvaguarda do PCI¹²⁹.

Em linhas gerais, este diploma vem reiterar alguns dos considerandos estabelecidos em documentos legislativos anteriores relativos à definição da tutela do PCI¹³⁰ (de que se falará mais adiante) e vem, por outro lado, introduzir elementos novos para a definição de uma política de salvaguarda do PCI. Logo no início, são definidos os domínios do PCI (Art. 1.º, 2) e que correspondem fielmente aos cinco domínios do PCI formulados na Convenção 2003.

A identificação, documentação e estudo do PCI com o objectivo de implementar estratégias de salvaguarda, a igualdade entre manifestações de PCI, a participação das comunidades na salvaguarda e gestão do PCI, a transmissão do PCI; o acesso ao conhecimento de elementos do PCI e respectiva divulgação são referidos como sendo os princípios fundamentais deste diploma (Art. 2.º).

No que respeita à inventariação, este decreto sublinha a obrigação do Estado português no que toca à elaboração de um *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*,

¹²⁸ COSTA, Paulo Ferreira da – Discretos tesouros: limites à protecção e outros contextos para o inventário do património imaterial. *Museologia.pt*. Lisboa. ISNN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. 20.

¹²⁹ DECRETO-LEI n.º 139/2009. “D. R. I Série”. 113 (2009-07-15).

¹³⁰ Cf. DECRETO-LEI n.º 97/2007, que se refere à missão e atribuições do IMC e a PORTARIA n.º 377/2007, que estipula a organização interna do mesmo instituto.

competindo ao IMC a sua gestão. Neste contexto, é definida a criação de uma base de dados *online* que viabilizará o acesso ao inventário referido. Assente na premissa da participação democrática, este sistema informático permite que qualquer pessoa ou instituição possa submeter informação relativamente a elementos do PCI, mediante o preenchimento de um formulário (Art. 8.º). Todavia, de acordo com o Art. 10.º, para que um elemento do PCI conste neste inventário são tidos em conta os seguintes critérios:

“A importância da manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da respectiva comunidade ou grupo;” (Art. 10.º, a)

“Os contextos sociais e culturais da sua produção, reprodução e formas de acesso, designadamente quanto à respectiva representatividade histórica e espacial;” (Art. 10.º, b)

“A efectiva produção e reprodução da manifestação do património cultural imaterial no âmbito da comunidade ou grupo a que se reporta;” (Art. 10.º, c)

“A efectiva transmissão intergeracional da manifestação do património cultural imaterial e dos modos em que se processa;” (Art. 10.º, d)

“As circunstâncias susceptíveis de constituir perigo ou eventual extinção, parcial ou total, da manifestação do património cultural imaterial;” (Art. 10.º, e)

“As medidas de salvaguarda em relação à continuidade da manifestação do património cultural imaterial;” (Art. 10.º, f)

“O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos;” (Art. 10.º, g)

“A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos;” (Art. 10.º, h)

Muito embora se pretenda uma decisão objectiva e isenta, os critérios elencados denunciam alguma subjectividade e implicam quase sempre uma decisão valorativa. Em

boa verdade, a Convenção 2003 insiste numa questão que se revela fundamental, PCI é o que “as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural” (Art. 2.º)¹³¹.

Do ponto de vista das instituições com competências em matéria de salvaguarda do PCI, este diploma apresenta uma novidade relativamente aos decretos-lei e portarias anteriores. Além do IMC e DRC, a Direcção-geral das Artes passa a ter responsabilidades nesta área, designadamente ao nível do “apoio técnico para a salvaguarda de manifestações do património cultural imaterial sempre que adequado.” (Art. 4.º, 4)

Este decreto-lei introduz, ainda, um novo procedimento administrativo com relação ao registo de elementos do PCI no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, com a criação da *Comissão para o Património Cultural Imaterial*. Esta Comissão tem como objectivo validar os elementos que integram o inventário nacional, sendo também responsável por decidir se uma manifestação deve ou não ser candidata à Lista Representativa e Lista de Salvaguarda Urgente da UNESCO (Art. 21.º). Trata-se de um órgão independente, composto por várias personalidades com trabalho desenvolvido na área do PCI (Art. 22.º).

Vale a pena referir outros diplomas legais, que à margem do enquadramento referido, dão conta de alguns aspectos específicos do património. Este é o caso da gastronomia, domínio do PCI que se encontra oficialmente reconhecido pela legislação portuguesa “como um bem imaterial integrante do Património Cultural de Portugal”¹³². Objecto de legislação específica, através de uma Resolução do Conselho de Ministros, o conceito de *gastronomia nacional* é formulado da seguinte forma:

“o receituário tradicional português, assente, designadamente, em matérias-primas de fauna e flora utilizadas ao nível nacional, regional ou local, bem como em produtos agro-alimentares produzidos em Portugal, e que, pelas suas características próprias, revele interesse do ponto de vista, histórico, etnográfico, social ou

¹³¹ UNESCO – *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003.

¹³² RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 96/2000. “DR. I Série”. 171 (2000-07-26).

técnico, evidenciando valores de memória, antiguidade, autenticidade, singularidade ou exemplaridade.”¹³³

Publicada em 2000 e antecipando a Lei de Bases do Património Cultural Português em vigor, esta resolução salientava, entre outros aspectos, a necessidade de proceder ao inventário dos saberes ligados à gastronomia e a criação de uma base de dados para esse efeito. Para a implementação destas medidas foi estabelecido um grupo de trabalho constituído por representantes de diferentes áreas do conhecimento (Turismo, Cultura, entre outros). Neste seguimento, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2001 de 19 de Dezembro criou uma *Comissão Nacional de Gastronomia*, unidade responsável pelo inventário e qualificação da gastronomia nacional. Finalmente, outro documento legislativo, a Portaria n.º 312/2002 de 22 de Março, vem esclarecer que a criação da base de dados já mencionada, agora intitulada *Gastronomia, Património Cultural*, seria desenvolvida em colaboração com a Direcção Geral de Turismo.

Note-se que este quadro legislativo relativo à gastronomia parece fora de contexto. Isto é, os documentos referidos reconhecem a gastronomia portuguesa como um bem imaterial, mas este reconhecimento surge sem articulação com uma política de protecção do PCI mais alargada. Com efeito, enfatiza-se a riqueza da gastronomia portuguesa, sem dúvida um domínio importante do PCI, todavia esta iniciativa revelou-se pontual e claramente desligada de um enquadramento mais vasto, que desta forma não teve grande impacto em medidas concretas de protecção. Por outro lado, parece desprovida de um aprofundamento, isto é, verifica-se uma ausência de ligação com os especialistas, privilegiando-se ao que tudo indica uma visão mais superficial com objectivos claramente direccionados para o turismo.

Em síntese, o enquadramento legislativo apresentado assenta numa definição de património cultural alargada, na qual se inclui o PCI como elemento fundamental. Esta ideia, introduzida na década de oitenta ganha mais legitimidade em 2001 com a Lei de Bases do Património Cultural. Todavia, este enquadramento, que pode dizer-se favorável ao PCI, teve pouca expressão na prática, ficando-se por uma abordagem vaga

¹³³ RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 96/2000. “DR. I Série”. 171 (2000-07-26). p. 3618 - 3620.

sem consequências a registar. Para além disso, para este estado de coisas muito terá contribuído a ausência de reflexão sobre o tema. Disso é sintomático a forma confusa como as referências ao PCI surgem em vários documentos oficiais relativos à política cultural do país, nos quais é possível encontrar pelo menos cinco designações diferentes, tais como “bem imaterial”¹³⁴, “manifestações culturais tradicionais imateriais” e “cultura tradicional”¹³⁵, “património intangível”¹³⁶ e “cultura tradicional popular”¹³⁷.

A Convenção 2003 e a possibilidade do Estado português ratificar o documento foi o catalizador para a adopção de medidas legais de protecção e valorização do PCI, que se concretizaram com a publicação do Decreto-Lei n.º 139/2009, respondendo, assim, à necessidade de aprofundamento do enquadramento geral da Lei n.º 107/2001. Todavia, a abordagem ao regime jurídico de salvaguarda do PCI apresentada neste novo diploma repete, em grande medida, os pressupostos da Convenção 2003, limitando-se a formalizar a criação de um inventário à escala nacional e a definir os procedimentos administrativos para o fazer. Será interessante observar nos próximos anos as consequências da inclusão ou não de elementos do PCI no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, sendo certo que só por si, o facto de uma manifestação estar inserida numa base de dados não contribui necessariamente para a sua salvaguarda, isto é, não assegura a sua viabilidade. Em boa verdade, a criação de legislação poderá não resolver todos os aspectos que se prendem com a salvaguarda deste património, se não se articular com uma política geral de valorização do património cultural mais alargada que promova a diversidade cultural. Por outro lado, a existência de manifestações do PCI elencadas numa base de dados nacional, “validadas” por especialistas, parece estabelecer uma diferenciação entre as manifestações que por tal reconhecimento podem ser objecto de apoio (designadamente financeiro) e as que não figurando nesta lista não poderão ser. Neste quadro, o problema é muito semelhante ao que se passa com o património cultural.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ DECRETO-LEI n.º 215/2006. “D. R. I Série”. 208 (2006-10-27).

¹³⁶ RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 96/2000. “D. R. I Série”. 171 (2000-07-26).

¹³⁷ LEI n.º 107/2001. “D. R. I Série”. 209 (2001-09-08).

Finalmente, um último aspecto a referir prende-se com a necessidade de reflectir sobre a propriedade intelectual, matéria de grande complexidade no que se diz respeito ao PCI e que não encontra expressão na legislação referida. Muito possivelmente, este terá de ser um tema de reflexão jurídica e intelectual a considerar nos próximos tempos.

2.2 - INSTITUIÇÕES E TUTELAS

Inclui-se aqui uma breve análise sobre a forma como o Estado português lidou com o PCI na perspectiva da criação de instituições ou serviços que acautelassem a sua preservação. Como se irá constatar, a este nível, a acção do Estado tem sido lacunar e sumária.

Para o efeito, é preciso recuar até aos anos oitenta do século passado, período em que se começa a adoptar uma visão mais contemporânea sobre o património. Desta forma, exclui-se à partida o papel das instituições governamentais do *Estado Novo*, nomeadamente a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)¹³⁸, a Junta Central das Casas do Povo (JCCP) e Secretariado Nacional de Informação (SNI) por reflectirem uma noção de cultura tradicional popular muito ligada ao discurso político nacionalista¹³⁹. O folclorismo (entre a década de 30 e 50) muito apoiado pelas duas primeiras instituições comunga desta estratégia ideológica do regime, na qual se homogeniza a cultura, assim como disso é sinónimo o *Concurso para a Aldeia mais Portuguesa de Portugal* (1938), entre outras formas de promoção do que então se entendia como cultura popular tradicional¹⁴⁰.

Na senda de um discurso mais plural sobre património que se materializa no enquadramento jurídico dos anos oitenta já apontado, assim se justifica a criação de instituições especializadas para levar a cabo a política patrimonial. Aliás, a criação de um instituto central destinado a gerir o património cultural (na sua acepção mais alargada) é anterior à Lei 13/85 de 6 de Julho, mas perfilha os mesmos princípios da legislação referida¹⁴¹.

¹³⁸ A FNAT foi reformulada após 1974, dando origem ao Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), que continuou a dar apoio aos grupos de folclóricos.

¹³⁹ Para uma perspectiva sobre o papel exercido por estas instituições ver: MELO, Daniel – *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. Dissertação de Mestrado.

¹⁴⁰ CAMACHO, Clara – *Renovação museológica e génese dos museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Dissertação de Mestrado. p. 58-59.

¹⁴¹ CAMACHO, Clara, *op. cit.*, p. 33.

Efectivamente, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC)¹⁴² surge em 1980. Como se pode constatar, as competências deste organismo denunciam uma abordagem mais ampla do património cultural:

“Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda dos bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico, constituam elementos do património cultural do País” (Art. 9.º)¹⁴³

Na estrutura deste instituto seria pela primeira vez contemplado um departamento vocacionado para o património etnológico – o Departamento de Etnologia¹⁴⁴. Sobre a actividade deste Departamento, eis pois, alguns comentários. Com base nos relatórios publicados pelo IPPC, as actividades desenvolvidas reflectem as seguintes áreas de actuação: suporte técnico-científico a museus com colecções etnográficas, ao folclore e

¹⁴² Cf. DECRETO-LEI n.º 59/80. “D. R. I Série”. 79 (1980-04-03). Este documento legislativo define as atribuições da Secretaria de Estado da Cultura, Departamento Governamental responsável pela definição da política nacional para a cultura e que compreende entre os seus órgãos e serviços dependentes o Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

¹⁴³ DECRETO-LEI n.º 59/80. “D. R. I Série”. 79 (1980-04-03).

¹⁴⁴ Cf. DECRETO-REGULAMENTAR n.º 34/80. “DR. I Série”. 177 (1980-08-02). Este diploma estrutura o IPPC, atribuindo-lhe as seguintes competências: “a) Colaborar na organização e permanente actualização do cadastro dos monumentos, conjuntos, sítios e espécies etnológicas, incluindo as correntemente designadas por etnográficas, públicas e particulares, com vista ao Inventário Geral do Património Cultural; b) Propor a classificação de monumentos, conjuntos e sítios e a inventariação de espécies etnológicas, incluindo as etnográficas organizando os respectivos processos; c) Coordenar e propor a aquisição de espécies etnológicas, incluindo as etnográficas e de outros documentos que interessem ao sector da etnologia; d) Exercer funções de apoio técnico e logístico a todas as colecções etnológicas dependentes das autarquias locais, empresas publicas e nacionalizadas e, bem assim, de entidades ou organismos subsidiados pelo Estado; e) Estudar, propor e tomar providências destinadas à defesa, detecção, recuperação, conservação e valorização dos monumentos, conjuntos, sítios e espécies etnológicas, incluindo as etnográficas; f) Fiscalizar quaisquer trabalhos em imóveis, de interesse etnológico, classificados ou não, bem como nas espécies inventariadas ou em processo de inventariação, sem prejuízo das atribuições cometidas o Serviço de Inspeção e ao Departamento de Defesa, Conservação e Restauro do PC; g) Suspender quaisquer trabalhos não autorizados ou autorizados, mas que estejam a ser efectuados incorrecta ou deficientemente, em imóveis de interesse etnológico, classificados ou não, e nas respectivas zonas de protecção, ou ainda nos bens móveis inventariados ou em processo de inventariação; h) Pronunciar-se sobre pedidos de cedência ou empréstimo e de exportação de espécies de valor etnológico, incluindo as etnográficas, ainda que não inventariadas, e impedir a exportação não autorizada das mesmas, podendo recorrer, para este efeito, a quaisquer autoridades ou serviços públicos; i) Promover a protecção de espécies e colecções etnológicas particulares, incluindo as etnográficas; j) Patrocinar a criação e apoiar o funcionamento de organismos destinados á defesa e valorização do património etnológico, incluindo o etnográfico; l) Colaborar na superintendência técnica das colecções de etnologia dependentes da Secretaria de Estado da Cultura, e outros Serviços do Estado, de autarquias locais, de empresas públicas e nacionalizadas e, bem assim, de entidades ou organismos subsidiados pelo Estado;” (Art. 24.º).

artesanato, investigação, aquisição de colecções, levantamento e inventário, actividade editorial e participação em congressos e colóquios.

Em termos gerais, sobre o apoio técnico a museus é possível verificar que as solicitações feitas ao Departamento de Etnologia não são sistemáticas e são provenientes de museus situados sobretudo na zona norte do país¹⁴⁵.

Na área do artesanato, destacam-se algumas acções de levantamento na região do Minho e Trás-os-Montes, em colaboração com a Direcção-Geral de Educação de Adultos e os Serviços Municipais de Cultura de Coimbra. Além disso, através do Departamento de Etnologia, algumas técnicas tradicionais foram documentadas¹⁴⁶ e alguns centros de artesanato como o de Ifanes (Miranda do Douro), Vilar de Nates (Chaves) e o Centro Cultural da Ásia (Lisboa) receberam suporte técnico.

No âmbito do “folclore”, a colaboração do Departamento de Etnologia teve como objectivo “disciplinar a actividade desses agrupamentos relativamente à aquisição, inventário, conservação e utilização de objectos etnográficos com valor patrimonial”¹⁴⁷. Este apoio centrou-se no equipamento mobiliário, visando o melhoramento das condições de conservação e armazenamento das colecções.

¹⁴⁵ Da leitura dos relatórios publicados, a actividade do Departamento de Etnologia, no que se refere aos museus, pode resumir-se da seguinte forma: reorganização do Museu de Cerâmica Popular de Barcelos; apoio à Casa-Museu da Região do Vouga, Museu Etnográfico de Monte Redondo, Museu de Azambuja, Museu D. João Evangelista de Lima Vidal (Tomar), Museu local de S. Miguel de Carregueiros (Tomar) em colaboração com o Museu Municipal Dr. Santos Rocha; apoio a Museu em Vila Verde, acções em Chavão (Barcelos) e Pampilhosa do Botão (Mealhada), pareceres técnicos para colecções sediadas em Fátima, Paul, Montemor-o-Novo, Vila Real e Lisboa (tauromáquico), apoio a exposições em Ovar, Cova da Piedade e Silvares; musealização de um conjunto de moinhos de vento situados nos concelhos de Penacova, Vila Nova de Poiares, Mealhada e Coimbra; projecto de musealização de lagar em Idanha-a-Velha, projecto de musealização de fornos de cal no Casal de Santo Amaro (Penacova), entre outras actividades.

¹⁴⁶ Técnica de fabrico de cal parda e técnica de fabrico do carvão de madeira. In PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural*. [Lisboa]: IPPC, [1983]. p. 38.

¹⁴⁷ INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural*. [Lisboa]: IPPC, [1982]. p. 50

Importa salientar também algumas actividades desenvolvidas no âmbito da formação, onde se destacam acções dirigidas aos grupos de folclore¹⁴⁸.

Paralelamente com o desenvolvimento de uma linha de investigação sobre património etnológico, destaca-se a publicação da série *Estudos e Materiais*, que abordou vários temas no domínio da etnologia em Portugal¹⁴⁹.

A aquisição de colecções fez parte das actividades deste serviço, ainda que de forma pontual e meramente circunstancial¹⁵⁰. Um dos projectos de levantamento e inventário mais relevantes terá sido ao nível das colecções etnográficas de origem ultramarina. Salienta-se, neste contexto, uma parceria com o Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra e o Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa. Entre as colecções inventariadas, refiram-se as colecções do Museu da Marinha e do Museu Nacional de Arqueologia. De salientar, ainda, outros levantamentos de carácter pontual, nomeadamente o levantamento etnográfico junto ao rio Tâmega e na zona da albufeira no rio Minho¹⁵¹.

Finalmente, no âmbito da classificação de imóveis de interesse etnológico, o Departamento de Etnologia apresentou algumas propostas, nomeadamente o Fojo do Lobo, em Samardã (Vila Real), o lagar de Varas do Fojo (Moura), moinho de vento do

¹⁴⁸ Os “Encontros de Formação para Responsáveis por Colecções Públicas e Pequenos Museus Locais” tiveram lugar entre 1983 e 1985, em vários locais do país (Porto, Coimbra, Castelo Branco e Faro). A acompanhar estas acções de formação foram elaborados textos de apoio da autoria de alguns dos formadores (Adília Alarcão, Henrique Coutinho Gouveia e Luís Elias Casanovas). In CAMACHO, Clara – *Renovação museológica e génese dos museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Dissertação de Mestrado. p. 63

¹⁴⁹ Sobre a série “Estudos e Materiais” conhecem-se oito números: *Do Gordo Entrudo à Páscoa das Flores: três aproximações etnográficas* (1982); *Indústrias Portuguesas* (1983); *Bandeiras de Adiafa* (1984); *Etnografia dos Impérios de Santa Bárbara (Santa Maria, Açores)* (1984); *Para a história dos museus locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorzão* (1984); *Guia de recolha de danças populares* (1985); *Baraçal do Côa: um caso de mudança de cultura* (1989).

¹⁵⁰ A título de exemplo, refira-se a aquisição de uma oficina de “violeiro” em Coimbra e uma colecção de trajes da região do Vouga, que terá sido depositada na casa Museu de Mourisca do Vouga. In INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural*. [Lisboa]: IPPC, [1982]. p. 49.

¹⁵¹ INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural*. [Lisboa]: IPPC, [1983]. p. 37

Alto da Pedra, em Carvide (Leiria), Pisão de Vila Chã (Vimioso), Branda de Santo António de Vale de Poldros (Monção), moinho de maré da Quinta do Canal (Figueira da Foz)¹⁵².

Todavia, em 1989, no âmbito da reestruturação do IPPC, o Departamento de Etnologia seria extinto¹⁵³. Desta forma, este património acabaria por não ter uma tutela definida ou serviço que assegurasse a sua preservação na década de noventa e nos primeiros anos de 2000.

Assim, confirma-se uma articulação deficitária entre as intenções no plano normativo e a prática, nomeadamente na materialização de medidas concretas de protecção e preservação do património etnológico. Mais, pode-se acrescentar que a criação do IPPC, marcada por uma tentativa de centralizar um conjunto diverso de áreas disciplinares em função da pluralidade de patrimónios, foi pouco a pouco sendo preterida para dar maior atenção a áreas como a arqueologia e a arquitectura. Áreas que haveriam de justificar organismos específicos de gestão na década de noventa¹⁵⁴.

Por tudo o que foi dito, conclui-se que a política cultural portuguesa se demitiu durante muito tempo da responsabilidade pela preservação do PCI face à inexistência de serviços que assegurassem a sua tutela. Esta situação só terá sido mitigada pela acção de alguns museus e centros de investigação universitários.

Só muito recentemente surgiram alterações de carácter institucional que vêm contrariar o cenário que se acabou de descrever, certamente motivadas pela Convenção 2003.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ No DECRETO-LEI n.º 248/89 de 8 de Agosto refere-se o seguinte: “Esta iniciativa corresponde também à reestruturação do Instituto Português do Património Cultural, que prevê a extinção do Departamento de Etnologia, transferindo as suas competências de investigação e recolha museológica para uma unidade dependente”. Neste seguimento, a extinção do IPPC seria operada em 1992, sendo criados dois novos organismos, o Instituto Português de Museus (IPM) em 1991 e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) em 1992.

¹⁵⁴ CAMACHO, Clara, *op. cit.*, p. 55.

Assim, na sequência da reorganização da administração pública¹⁵⁵, operada a partir de 2005, seria confirmado o vínculo da tutela do PCI ao Ministério da Cultura.

Em 2006, a nova estrutura orgânica do Ministério da Cultura assume novas orientações para a política cultural do país, que passam a integrar responsabilidades em matéria de PCI. Deste modo, cabe ao Ministério da Cultura “salvaguardar e promover o património cultural imóvel, móvel e **imaterial**, promovendo a sua classificação e inventariação” (Art. 2.º)¹⁵⁶. Compete-lhe, ainda, “valorizar os testemunhos que, independentemente do suporte, tenham importância etnográfica ou antropológica com significado para a identidade e memória colectivas” (Art. 2.º)¹⁵⁷. A atribuição de competências nesta área vem, de certa forma, reforçar algumas das ideias assinaladas previamente na Lei n.º 107/2001, de 10 de Setembro de 2001.

Na sequência destas mudanças estruturais e administrativas, também o Instituto Português de Museus (IPM) foi objecto de uma reorganização, passando a ser designado como Instituto dos Museus e da Conservação (IMC)¹⁵⁸. No âmbito desta reorganização, foram conferidas ao IMC novas competências, incluindo na área do PCI, nomeadamente no desenvolvimento e implementação de uma política de salvaguarda deste património¹⁵⁹, em colaboração com as Direcções Regionais de Cultura (DRC).

Para o efeito, foi criado o Departamento de Património Imaterial (DPI), unidade responsável pela implementação de estratégias neste domínio¹⁶⁰. Assim, as competências deste departamento ficariam definidas através do Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março e respectiva Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março¹⁶¹.

¹⁵⁵ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o Governo aprovou o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, que ficou conhecido por PRACE. No âmbito do Ministério da Cultura, esta reformulação resultou na fusão e reestruturação de muitos organismos e serviços.

¹⁵⁶ DECRETO-LEI n.º 215/2006. “D. R. I Série”. 208 (2006-10-27).

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ A criação do IMC é o resultado da fusão do Instituto Português de Museus (IPM) com o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR).

¹⁵⁹ DECRETO-LEI n.º 97/2007. “D. R. I Série”. 63 (2007-03-29).

¹⁶⁰ PORTARIA n.º 377/2007. “D. R. I Série”. 64 (2007-03-30).

¹⁶¹ As competências do DPI traduzem-se nas seguintes obrigações: desenvolver e executar a política cultural nacional no domínio do PCI, designadamente através do respectivo estudo, preservação, conservação, valorização e divulgação e da definição e difusão de normativos para estes sectores; assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do estudo, preservação, protecção, valorização e divulgação do PCI; definir e difundir normas, metodologias e procedimentos nas diversas

O DPI vem, deste modo, assegurar a implementação da Convenção no território português. Na lista de competências deste serviço estão diluídas a maior parte das recomendações da Convenção em matéria de salvaguarda (identificação, documentação, pesquisa, protecção, promoção, valorização e transmissão), muito embora, tomando em linha de conta a dimensão e escala deste Departamento, este rol de intenções pode revelar-se ambicioso¹⁶².

Um outro aspecto patente neste conjunto de competências está relacionado com a génese do Departamento. Isto é, tendo sido criado no seio de uma estrutura que tutela e que gere os museus e palácios nacionais¹⁶³, a implementação do conjunto de intenções relativamente ao DPI está muito dependente deste contexto, sendo que muitas das medidas propostas acabarão por ser viabilizadas apenas e através dos museus, contrariando a interdisciplinaridade que a implementação da Convenção 2003 exige.

componentes da salvaguarda do património imaterial; dar cumprimento às recomendações das organizações internacionais de que Portugal é parte, no âmbito do PCI; orientar e apoiar tecnicamente as Direcções Regionais de Cultura, na execução das suas competências em matéria de bens culturais imateriais; coordenar a aplicação das políticas de mecenato, no âmbito do PCI; coordenar, no âmbito do Ministério da Cultura, a actividade de divulgação editorial e de promoção no âmbito do PCI; promover o estudo e a salvaguarda do PCI enquanto testemunho da memória colectiva e individual e factor de identidade nacional; promover a valorização e a divulgação de bens culturais imateriais que, pela sua relevância patrimonial, integrem a herança cultural do País e constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas; apoiar programas e projectos de protecção das expressões orais de transmissão cultural e das técnicas e saberes tradicionais; promover o registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro das realidades sem suporte material para efeitos do seu conhecimento, preservação e valorização; promover o registo dos bens culturais móveis e imóveis associados ao património imaterial, sempre que aplicável; apoiar os museus da Rede Portuguesa de Museus na realização de estudos sobre o património imaterial associado e relacionado com as suas colecções; cooperar com centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, autarquias e particulares com vista ao registo e divulgação dos bens imateriais; estimular estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como o desenvolvimento de metodologias de investigação para a salvaguarda eficaz do PCI; promover campanhas de sensibilização aos níveis nacional e local sobre a importância da salvaguarda do PCI e desenvolver programas educativos, designadamente a partir dos museus; e, finalmente, assegurar a articulação e o apoio técnico às Direcções Regionais de Cultura e a outras entidades públicas ou privadas em matéria de defesa e valorização dos bens imateriais representativos das comunidades, incluindo as minorias étnicas;

¹⁶² O DPI é constituído por um director de serviços, um técnico superior e um assistente administrativo.

¹⁶³ O IMC tutela vinte e oito museus e cinco palácios. Por seu lado, a RPM, integrada na estrutura do IMC, apoia museus de várias tutelas. Actualmente, nesta rede estão integrados cento e vinte e cinco museus (vinte e oito museus e cinco palácios do IMC, catorze museus da tutela das DRC dos Açores e Madeira e setenta e oito museus que se tornaram parte da rede após uma candidatura). Cf. http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm/HighlightList.aspx [Consult. 29 Jun. 2009].

Esta poderá ser uma visão distorcida e limitadora da implementação da Convenção 2003, menosprezando o papel de outros actores culturais. Para reforçar o que se acabou de expor, leia-se a este propósito um excerto de um artigo da subdirectora do IMC, Clara Camacho, que revela claramente qual será a direcção da estratégia de salvaguarda do PCI apontada por este instituto:

“Inscrito desde 2007 nas competências do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), o património imaterial encontra na nova orgânica do Ministério da Cultura um lugar adequado, que se espera poder contribuir para um melhor conhecimento dos acervos dos museus portugueses, os quais já frequentemente dedicavam a este domínio uma especial atenção.”¹⁶⁴

Uma leitura mais atenta sobre as competências atribuídas a este serviço (DPI) permite constatar a escassez de referências relativamente à promoção de programas de educação formal que estimulem a transmissão de conhecimentos ligados ao PCI. Sobre este aspecto seria benéfica uma articulação com o ensino oficial (da escola à universidade) para a introdução de matérias relacionadas com este património nos programas escolares que, por sua vez, assegurassem a transmissão destes conhecimentos e promovessem o respeito e o interesse pelo PCI¹⁶⁵. Do ponto de vista da educação não formal, os museus poderão ter um papel importante, tal como se aponta nas competências atribuídas ao Departamento, mas aqui poderiam ser incluídas também outras instituições culturais, tais como as bibliotecas, ONG's, entre outras.

O DPI, para o período entre 2007 e 2008 tinha em consideração quatro linhas de acção para a prossecução das suas actividades¹⁶⁶. Em primeiro lugar, no sentido de viabilizar a criação de medidas jurídicas específicas para o PCI, justifica-se a articulação deste

¹⁶⁴ CAMACHO, Clara – Editorial. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. VI.

¹⁶⁵ BRITO, Joaquim Pais de - Le patrimoine immatériel: entre les pratiques et la recherche. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 159.

¹⁶⁶ Sobre os objectivos do DPI tomou-se em consideração a apresentação pública do DPI pelo seu responsável, Paulo Ferreira da Costa, no âmbito do colóquio “O Canto de Improviso como Património Imaterial: Metodologias de Inventário e Processos de Salvaguarda”, organizado pela Direcção Regional de Cultural do Alentejo em colaboração com a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, realizado a 17 de Maio de 2008, em Alcácer do Sal.

departamento com a *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural*, cujo apoio se justificou em matérias que se relacionam com o PCI.

Em segundo lugar, levar a cabo o levantamento de boas práticas no domínio do PCI à escala nacional, através da distribuição de um inquérito que procurará dar a conhecer o estado da arte sobre a existência de arquivos, colecções, estudos e projectos já desenvolvidos ou em curso. Este inquérito será distribuído, sobretudo, pelas autarquias, museus, centros de investigação e associações ligadas ao património. Os resultados desta iniciativa serão divulgados através de uma plataforma *online*, muito possivelmente através do portal do IMC¹⁶⁷. Designado como *Património Imaterial em Portugal: Arquivos, Agentes, Projectos*, ao que tudo indica, o inquérito será lançado ainda em 2009¹⁶⁸.

Ainda no âmbito do levantamento de boas práticas, o DPI encetou no início de 2008 um ciclo de colóquios intitulado *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*, que decorreu até ao final desse ano¹⁶⁹. Esta iniciativa teve como finalidade reflectir sobre temas como o inventário e documentação, transmissão, estudo e investigação, identidade, multiculturalidade, salvaguarda, protecção e valorização.

Em terceiro lugar, uma das actividades do DPI assenta na divulgação de estudos sobre PCI. Para o efeito, prevê-se a publicação de uma colecção de filmes designada por *Arquivos do Imaterial* que visa abordar os diferentes domínios do PCI¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Informação divulgada pela subdirectora do IMC, Dra. Clara Camacho, no âmbito de uma apresentação inserida no colóquio “Inventário, Protecção e Representatividade”, que se realizou a 11 de Abril de 2008. Este evento inseriu-se no contexto do ciclo de Colóquios “Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades”, promovido pelo IMC.

¹⁶⁸ Informação da Dra. Clara Camacho, na qualidade de subdirectora do IMC, numa apresentação pública – “O IMC e o Património Cultural Imaterial em Portugal” no contexto do colóquio “Património Cultural Imaterial: A Face Intangível do Património”, realizado a 15 de Junho de 2009 na Assembleia da República.

¹⁶⁹ No âmbito deste ciclo de colóquios refiram-se as seguintes conferências: “Máscaras Portuguesas: Autenticidade e Reinvenção” (22 Fev. 2008, Museu Nacional de Soares dos Reis); “Inventário, Protecção, Representatividade” (11 Abr. 2008, Museu Nacional do Teatro); “Saberes e Técnicas: Entre o Registo e a Transmissão” (27 Jun. 2008, Ecomuseu Municipal do Seixal); “Terrenos Portugueses: O que Fazem os Antropólogos?” (13 Out. 2008, Faculdade de Ciências e Sociais e Humanas); “Museus Globais: Colecções Etnográficas e Multiculturalidade” (28 Nov. 2008, Museu Nacional de Etnologia).

¹⁷⁰ A este propósito foi já publicado o documentário “Rituais de Inverno com Máscaras” (2008), realizado pelas antropólogas Catarina Alves Costa e Catarina Mourão. O filme faz parte de um projecto de investigação ligado às Festas de Inverno em Trás-os-Montes, que acompanhou a exposição com o mesmo título, inaugurada em 2007, no Museu do Abade de Baçal (Bragança).

Finalmente, um dos eixos centrais da acção do DPI reside na concepção de um sistema de inventário para o PCI a ser implementado a nível nacional, dando assim resposta a uma das exigências principais da Convenção 2003. Os objectivos e princípios deste inventário podem-se traduzir nos seguintes termos¹⁷¹:

- Aproximação integrada e holística do património cultural;
- Reflectir o carácter dinâmico do PCI;
- Basear-se em princípios técnicos e científicos;
- Envolvimento das comunidades, grupos ou indivíduos;
- Elaborado por profissionais qualificados;
- Reflectir a cooperação entre diversas instituições, públicas e privadas;
- Incluir a digitalização de conteúdos e respectivo acesso;
- Assenta no princípio de equivalência valor entre manifestações de PCI, independentemente do tempo, lugar e modos de produção ou reprodução, contextos e dinâmicas. Deste modo, o inventário não deverá privilegiar manifestações em detrimento de outras;
- Promoção do conhecimento do PCI em prol da diversidade cultural, tomando em consideração os seguintes aspectos: a importância do PCI enquanto reflexo das formas de organização e enquadramento cultural de uma comunidade; valor social para a respectiva comunidade e para a sua identidade; complexidade do fenómeno social; densidade do conhecimento e documentação dos contextos sociais e culturais da sua produção, especialmente em relação à profundidade histórica e representatividade espacial; os âmbitos, modos e formas dos processos de produção e reprodução; os processos de mudança no contexto social da comunidade; situações que possam resultar em processos de cristalização, reinvenção, folclorização, hibridização, mercadorização ou turistificação e em descontinuidades nos processos sociais; circunstâncias em que elementos do PCI possam estar em risco de desaparecer; a relação com o património cultural (material e natural);

¹⁷¹ COSTA, Paulo Ferreira da – Discretos tesouros: limites à protecção e outros contextos para o inventário do património imaterial. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. 28-31.

- Documentação do PCI através de fontes documentais e bibliográficas;
- Actualização frequente;

Paulo Ferreira da Costa salienta a importância das recolhas etnográficas realizadas no passado, espalhadas por várias instituições (museus, arquivos, centros de investigação e associações ligadas ao património). Na opinião do director do DPI, a estratégia de inventário a adoptar deverá apoiar-se nestes arquivos, sendo para isso necessária a sua sistematização, o recurso à digitalização e, conseqüentemente, a disponibilização através da internet¹⁷².

Com o objectivo de tornar operacional o inventário, o IMC concebeu uma base de dados para o efeito¹⁷³. Nas palavras de Clara Camacho:

“o Inventário Nacional do Património Imaterial consiste num software de acesso livre e em linha, que permitirá o carregamento dos vários tipos de dados indispensáveis ao devido registo, tal como o define a Lei 107/2001, de um elemento do Património Imaterial. (...) esses dados poderão consistir em registos fotográficos, filmicos, sonoros, em transcrições orais, ou outros. Para além da ficha do elemento imaterial inventariado, e dos respectivos dados de registo, o software permite igualmente o inventário e o acesso em linha aos bens patrimoniais a ele associados, tais como bens móveis, imóveis ou mesmo espaços culturais.”¹⁷⁴

Através da sua disponibilização *online*, a base de dados referida permitirá o acesso ao inventário e possibilitará a introdução de dados no sistema pelas comunidades e

¹⁷² COSTA, Paulo Ferreira da, *op. cit.*, p. 31.

¹⁷³ Importa referir que o sistema de Inventário e Gestão de Coleções Museológicas implementado para as colecções dos museus nacionais (Matriz), até há pouco tempo atrás, não possibilitava a documentação de PCI. Por outro lado, não se trata de um sistema aberto, ou seja, é uma base de dados comercializada. O projecto Matriz foi sendo desenvolvido por várias empresas. Inicialmente, pela empresa SMD, posteriormente pela Pararede e a partir de 2006 a comercialização e desenvolvimento do *software* é da responsabilidade da empresa Cofipor, S. A. In MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro – *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: contribuições para a certificação de museus*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado. p. 136.

¹⁷⁴ CAMACHO, Clara – *O IMC e o património cultural imaterial em Portugal* (comunicação apresentada a 15 de Junho de 2009, colóquio “Património Cultural Imaterial: A Face Intangível do Património”, Assembleia da República, Lisboa). p. 6.

instituições. Para efeito, será apenas necessário proceder ao registo e *login*. A informação introduzida na base de dados será posteriormente validada¹⁷⁵.

Em paralelo, está prevista a publicação de três volumes de orientações técnicas de apoio ao *Inventário Nacional do Património Imaterial* homologas às *Normas de Inventário*, cuja publicação consistiu numa série de cadernos com o objectivo de divulgar normas e conceitos para apoio no âmbito do inventário de colecções museológicas¹⁷⁶. Os três volumes referidos serão dedicados aos seguintes temas: normas gerais para inventário de PCI, normas para inventário de fundos documentais e normas para inventário de património associado (imóveis e espaços)¹⁷⁷.

O IMC gizou uma estratégia de salvaguarda muito centrada na elaboração de um inventário nacional, que pode correr sérios riscos de se tornar demasiado “funcionalizado” e distante do terreno (e das comunidades). Não se pode esquecer que esta não é a única medida de salvaguarda prevista pela Convenção.

As DRC¹⁷⁸ assumem também um papel importante na salvaguarda do PCI. Estas estruturas regionais são o resultado da fusão de vários serviços ligados ao património arqueológico e arquitectónico que existiam anteriormente com gestão autónoma. Para além disso, importa dizer que o campo de actuação destas “novas” estruturas veio a alargar-se significativamente no seguimento deste novo cenário administrativo¹⁷⁹. Através de legislação específica ficou estipulado que em matéria de PCI as DRC deverão “apoiar a inventariação de **manifestações culturais tradicionais imateriais**, individuais e colectivas, nomeadamente através do seu registo videográfico, fonográfico e fotográfico.” (Art. 2.º, h). Por outro lado, deverão ainda “apoiar agentes, estruturas, projectos e acções de carácter não profissional nos domínios artísticos e da **cultura tradicional**” (Art. 2.º, c)¹⁸⁰. Isto é, compete às DRC replicar a acção do Ministério da

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ Os cadernos – *Normas de Inventário*, já publicados foram subordinados aos seguintes temas: Normas Gerais-Artes Plásticas e Artes Decorativas (1999), Têxteis (1999), Cerâmica de Revestimento (1999), Alfaia Agrícola (2000), Arqueologia (2000), Mobiliário (2004) e Escultura (2004).

¹⁷⁷ CAMACHO, Clara – *O IMC e o património cultural imaterial (...)*, *op. cit.*, p. 8.

¹⁷⁸ Direcções Regionais de Cultura do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

¹⁷⁹ Cf. DECRETO REGULAMENTAR n.º 34/2007. “D. R. I Série”. 63 (2007-03-29).

¹⁸⁰ *Ibidem*.

Cultura no território e, neste caso concreto, cabe-lhes um papel claramente instrumental em matéria de inventariação do PCI.

Uma avaliação da acção das DRC em termos de estratégias para o PCI é ainda prematura, todavia, em linhas gerais pode dizer-se que as discrepâncias na forma de actuação das DRC são evidentes.

Sobre este assunto, não se pode deixar de referir o trabalho desenvolvido pela DRC do Alentejo, que tomou a dianteira na formulação de um programa de salvaguarda do PCI nesta região. Este programa prevê a criação de diversos projectos através de parcerias com autarquias, universidades e outras organizações¹⁸¹, antecipando inclusivamente a acção coordenadora do IMC. Para além disso, um dos objectivos deste programa inclui a promoção de festivais e encontros científicos de forma a proporcionar espaços de reflexão sobre o PCI, tendo sido já realizadas pelo menos duas conferências, uma dedicada ao teatro tradicional do Alentejo e a outra sobre o canto de improviso¹⁸².

Como balanço final, importa sublinhar alguns aspectos. Com efeito, não tem prevalecido em Portugal uma política cultural que norteasse a acção de instituições direccionadas para o estudo e documentação do PCI. Neste sentido, por exemplo, não foram criados arquivos (ex. arquivo nacional audiovisual) ou outras instituições similares neste contexto. No entanto, é preciso referir que o contributo de investigadores tem sido notável, revelando um trabalho imenso ligado a muitas áreas do PCI. Todavia, de uma forma geral, os estudos e divulgação em torno do PCI têm sido feitos, sobretudo, para fins académicos. Salvo algumas excepções, as comunidades não têm

¹⁸¹ Estes projectos encontram-se, na sua maioria, ainda em fase de estudo, muito embora se tenham celebrado já diversos protocolos. Estes projectos implicam o estudo e a salvaguarda de certos elementos do PCI no Alentejo, a saber: “Cantes de Improviso” (Câmara Municipal de Alcácer do Sal), Teatro Tradicional (Câmara Municipal de Borba), “Viola de Arames” (Câmara Municipal de Ourique), “Cante a Vozes” (Câmara Municipal de Serpa), têxteis do Alentejo (Câmara Municipal de Arraiolos) e gastronomia tradicional alentejana (Confraria Gastronómica do Alentejo). Refira-se ainda um projecto de criação de um arquivo de história oral (Câmara Municipal de Beja), um projecto dedicado ao território, à paisagem e identidades (“Jardim do Mundo” e Centro de Articulação de Conteúdos), e ainda um projecto que assenta na investigação e sustentabilidade, promoção e divulgação do improviso e das expressões orais, muito concretamente na poesia improvisada e nas tradições musicais (Câmara Municipal de Portel e a UNIMED - Unione Delle Università del mediterrâneo). In http://www.cultura-alentejo.pt/pagina_6_12.aspx [Consult. 4 Abr. 2009].

¹⁸² As conferências referidas foram as seguintes: “Teatro Tradicional do Alentejo” (Borba, 5 Abril 2008) e “O Canto de Improviso como Património Imaterial: Metodologias de Inventário e Processos de Salvaguarda” (Alcácer do Sal, 17 Maio 2008).

acesso quer ao material audiovisual produzido quer aos resultados propriamente ditos. Por outro lado, no que respeita à criação de condições no sentido de garantir a continuidade das tradições pouco ou nenhum trabalho tem sido feito. Esta inércia talvez explique a ausência de pressão na criação de recomendações ou instrumentos de salvaguarda deste património à escala nacional, um cenário que só se alterou recentemente na senda da ratificação da Convenção 2003.

2.3 - RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

Portugal ratificou a Convenção a 26 de Março de 2008, predispondo-se a seguir as orientações deste novo instrumento¹⁸³. O Estado português figura assim como o 95.º país a ratificar este documento normativo, passando a inscrever-se na lista de países com obrigações e deveres em matéria de salvaguarda do PCI. Para o efeito, cabe-lhe reformular a política cultural em vigor, de forma a incluir as considerações veiculadas por este documento. Mais, a implementação da Convenção representa um desafio a vários níveis tal como se irá perceber ao longo das próximas linhas. Capacidade de inovação poderá ser o elemento-chave para dar resposta ao repto lançado pela UNESCO. Todavia, esta não é uma questão estritamente institucional, mas que envolve também (ou sobretudo) as comunidades e os profissionais.

Sobre a assimilação do discurso político emanado da comunidade internacional, em particular da UNESCO, importa dizer que um ano antes da ratificação da Convenção 2003, Portugal já havia ratificado a *Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (16 de Março de 2007)¹⁸⁴. Embora com campos de aplicação distintos, a Convenção 2003 visa a salvaguarda de um património que se encontra porventura ameaçado, a Convenção 2005 não protege um património em particular, mas estimula a criação de políticas culturais que facilitem o diálogo entre identidades culturais. Ambas estão imbuídas do mesmo espírito, ou seja a promoção da diversidade cultural, sendo o PCI um elemento integrante desta diversidade¹⁸⁵. Todavia,

¹⁸³ O processo de ratificação teve início em 2007 com a aprovação do Conselho de Ministros (23 de Julho de 2007), sendo depois aprovado por unanimidade pela Assembleia da República a 24 de Janeiro de 2008 (Resolução Assembleia da República n.º 12/2008). O processo ficou concluído com o seguinte diploma: DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 28/2008. “DR. I Série”. 60 (2008-03-26). E, ainda pelo Aviso n.º 137/2008 (publicado em Diário da República n.º 144, de 28 de Julho), no qual o Ministério dos Negócios Estrangeiros torna público ter a República Portuguesa depositado junto do director-geral da UNESCO (em 21 de Maio de 2008) o instrumento de ratificação da Convenção. Assim, a Convenção 2003 entra formalmente em vigor a 21 de Agosto de 2008.

¹⁸⁴ <http://portal.unesco.org/la/convention.asp?KO=31038&language=E> [Consult. 8 Mai. 2009].

¹⁸⁵ DELCOURT, Gilles - Deux nouveaux instruments juridiques de l’Unesco bien distincts: la Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles (2005) et la Convention sur le Patrimoine Culturel Immatériel (2003). *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 21.

a ratificação da Convenção 2005 não teve o mesmo impacto em Portugal que a Convenção de 2003 ao nível da sua divulgação e implementação.

No passado, assistiu-se a uma política cultural centrada no património material, predominando uma evidente ausência na reflexão em torno dos problemas de salvaguarda do PCI. Inclusivamente, pode dizer-se que este património tem sido claramente menosprezado deste ponto de vista. A ratificação da Convenção da UNESCO veio certamente precipitar e acelerar um posicionamento do Estado português sobre estas matérias, mas sem uma discussão prévia. Note-se que o único debate público de que se teve conhecimento sobre a Convenção realizou-se em 2002¹⁸⁶. Ao que tudo indica a posição do Estado correspondeu a uma decisão marcadamente política (a Convenção também o é), mas desligada da comunidade científica portuguesa. Aqui corre-se o risco de tornar esta problemática demasiado institucionalizada, sem o apoio dos especialistas. Importa lembrar que o diálogo interdisciplinar entre investigadores, mas também entre técnicos, para a elaboração de uma estratégia política em matéria de PCI revela-se, neste caso, imprescindível e garantia de que não se voltam a cometer os erros do passado (ex.: folclorização e standartização).

Ao longo das próximas linhas esboçar-se-ão, em traços gerais, os aspectos mais relevantes a ter em conta na implementação da Convenção, com particular ênfase nos problemas que lhe estão associados, aos quais se procurará dar resposta.

O confronto entre a Convenção 2003 e a legislação nacional é um dos primeiros aspectos a analisar. Tomando em consideração a legislação portuguesa sobre património cultural, já mencionada anteriormente, e a Convenção, pode dizer-se que a comparação entre estes documentos se salda positiva, no sentido em que o direito internacional vai mais longe nos seus objectivos. A legislação nacional em vigor prevê apenas como instrumento de protecção o registo do PCI, isto é, a sua documentação através de diferentes suportes, sejam os sonoros, audiovisuais e gráficos, visando a sua

¹⁸⁶ Este seminário foi promovido pela Secção Profissional de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa em parceria com a unidade de investigação Departamento de Antropologia do ISCTE (DepANT-ISCTE) e o Departamento de História e Fenomenologia da Arquitectura da Faculdade de Arquitectura de Lisboa. O título escolhido foi “Matéria do Património: Memórias e Identidades” e teve lugar a 22 de Novembro de 2002 na Sociedade de Geografia de Lisboa.

sistematização e organização para efeitos de fruição e salvaguarda, muito na linha da Recomendação 1989. De facto, a Convenção também reconhece a importância do estudo e da documentação do PCI, mas amplifica largamente a possibilidade de actuação no domínio da salvaguarda. A Convenção obriga à realização de inventários, contrariamente à legislação nacional, que indica que o registo destas expressões deve ser realizado, mas sem um carácter obrigatório. Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de Junho veio confirmar uma das obrigatoriedades emanadas da Convenção 2003, a realização de um inventário do PCI à escala nacional, definindo os procedimentos administrativos para tal.

No caso português, a implementação da Convenção está a cargo do IMC através do DPI, tal como referido anteriormente. Todavia, veja-se o caso francês¹⁸⁷. Em 2006, foi criado um comité composto por representantes de todos os sectores do Ministério da Cultura, incluindo outros especialistas e observadores. Este comité propõe-se a acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela UNESCO no contexto da operacionalidade da Convenção e a coordenar os processos de candidatura conducentes às listas do PCI. Além disso, é responsável pela coordenação de toda a política de salvaguarda a implementar em território francês, incluindo, nomeadamente, a realização de inventários¹⁸⁸. A julgar por este exemplo tudo indica que, em termos globais, a implementação da Convenção em Portugal beneficiaria com a criação de um grupo de trabalho que reunisse especialistas de várias áreas e competências e que garantisse, por sua vez, maior representatividade de agentes envolvidos neste processo. Neste grupo de trabalho estariam incluídos os representantes das principais instituições que tutelam o património cultural, incluindo o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), que no contexto actual da política de valorização do PCI não tem, aparentemente, um papel activo. Mas, também se poderia incluir a participação das associações, como é o caso da Associação Portuguesa de Antropologia e, ainda, a participação das universidades.

¹⁸⁷ A França ratificou a Convenção a 11 de Julho de 2006.

¹⁸⁸ Este comité é coordenado por dois serviços do Ministério da Cultura francês, designadamente: *Délégation au développement aux affaires internationales* (DDAI) e *Direction de l'architecture et du patrimoine* (DAPA). Por sua vez, a *Mission ethnologie* (integrada na estrutura organizacional da DAPA) tem como missão o estudo e promoção do património material e imaterial, sob um ponto de vista etnológico. Esta unidade foi criada em 1980, tendo desenvolvido desde então vários inventários, dos quais se destaca o *PortEthno*. Este inventário foi lançado em 2000 e está disponível na internet (Cf. <http://www.culture.gouv.fr/mpe/> Secção “PortEthno”).

Tomando em consideração a estratégia adoptada pelo IMC, tudo leva a crer que as acções de salvaguarda do PCI se irão circunscrever à esfera dos museus, tornando todo o processo muito hermético. Os museus são certamente um dos actores com potenciais responsabilidades na área do PCI, mas não são os únicos, sendo necessário articular estratégias com outras entidades (arquivos, bibliotecas, universidades e associações), através da consolidação de parcerias.

Para responder ao apelo da UNESCO, há pela frente um trabalho enorme que passa em primeiro lugar por estimular uma reflexão profunda sobre as várias questões implicadas na salvaguarda deste património. O IMC no passado ano de 2008 proporcionou alguns espaços de debate, no entanto, a discussão limitou-se ao campo de actuação dos museus e foi dirigido especialmente aos profissionais deste sector. Neste debate alguns problemas de fundo não foram contemplados e aos quais importava dar destaque. Também é certo que não deverá ser o IMC o único impulsionador nesta matéria, outros actores poderão estimular o debate. A este respeito, veja-se o exemplo da Comissão francesa da UNESCO.

Ainda antes da ratificação da Convenção pela França já esta Comissão, em colaboração com a *Maison des Cultures du Monde*, organizava anualmente jornadas de reflexão em torno de várias problemáticas ligadas ao tema do PCI¹⁸⁹. Inicialmente a reflexão partiu da análise da Convenção propriamente dita (2004), depois, sobre as implicações e consequências deste instrumento (2005). A terceira jornada (2006) foi consagrada ao PCI das regiões francesas do ultramar e em 2007 sobre os desafios que a implementação da Convenção impõe aos países europeus. Em 2008, deu-se a conhecer alguns exemplos de sistemas de protecção do PCI em vigor em países do Extremo Oriente, nomeadamente no Japão, Coreia e China. Finalmente, a sexta jornada (2009) reflectiu

¹⁸⁹ “1ère journée du Patrimoine Culturel Immatériel en France” (6 Abril 2004); “2ème journée du Patrimoine Culturel Immatériel” (22 Março 2005); “3ème journée du Patrimoine Culturel Immatériel en France d’Outre-Mer” (15 Março 2006); “4ème journée du Patrimoine Culturel Immatériel: Mise en Oeuvre de la Convention pour la Sauvegarde du Patrimoine Culturel Immatériel: des Enjeux Spécifiques pour les Pays Européens” (28 Março 2007); “5ème journée du Patrimoine Culturel Immatériel: L’Immatériel à la Lumière de l’Extrême-Orient” (26 Março 2008); “6ème journée du Patrimoine Culturel Immatériel: Sauvegarder? Pourquoi?” (6 Abril 2009);

sobre razões que levam os especialistas a defenderem a salvaguarda do PCI e sobre quais os instrumentos para o fazer.

De facto, os desafios que esta Convenção traz são múltiplos, pelo que o diálogo entre instituições, especialistas e sociedade civil é imperativo. Por isso, torna-se indispensável colocar à discussão diversas problemáticas. Deste ponto de vista, seria pertinente alargar o debate aos seguintes tópicos:

- A Convenção 2003. Objectivos e princípios
- PCI e terminologias
- O porquê da salvaguarda?
- Salvaguarda. Quem participa? Antropólogos? Museólogos? Comunidades? Uma abordagem pluridisciplinar?
- Como salvaguardar sem “congelar”? Sem institucionalizar? Que metodologias?
- Inventários: que tipologias? Que tipo de abordagem (*bottom-up?bottom-down?*)
Que critérios e limites; Que metodologias? Qual o papel das instituições (universidades, centros de investigação, museus, bibliotecas, arquivos, associações, entre outros)
- Museus e PCI: possibilidades de trabalho
- O PCI e a sua integração nos programas escolares (da escola à universidade)
- Formas de transmissão: O programa tesouros Humanos Vivos
- O papel das tecnologias na divulgação do PCI
- O PCI e a propriedade intelectual em Portugal
- O papel do turismo na promoção do PCI: vantagens e desvantagens

Enfim, estas são apenas algumas das questões, mas muitas outras podiam ser levantadas.

Ainda sobre a importância do debate e da divulgação, torna-se pertinente perceber como outros países têm lidado com este assunto. Embora esta matéria seja recente, alguns países já começaram a desenvolver trabalho. A troca de experiências e boas práticas seria, neste caso, uma vantagem.

Como já se disse antes, o termo “Património Cultural Imaterial” é novo e pode causar estranheza tanto a profissionais como ao cidadão comum. Se a Convenção recomenda a participação das comunidades nos projectos de salvaguarda é preciso que este termo seja explicado de modo a criar uma plataforma de entendimento comum entre todos os actores envolvidos. Assim, a sensibilização para a salvaguarda do PCI ao público em geral é um ponto central de qualquer estratégia política de salvaguarda, até porque só aqueles que reconhecem este património como seu o poderão mais facilmente identificar e proteger.

Por tudo o que se referiu, compreende-se a necessidade de promover uma campanha de sensibilização que apele às comunidades, mas sobretudo aos jovens, sobre a importância do PCI, contribuindo para que este património seja reconhecido, respeitado e protegido. Por outro lado, é essencial a motivação de todos os actores e agentes culturais para a implementação de medidas de salvaguarda numa estratégia concertada.

Um exemplo recente do que se referiu é a iniciativa do Governo colombiano, que lançou uma campanha de promoção do PCI na comunicação social (televisão, rádio e imprensa). *Patrimonio Inmaterial Colombiano – Demuestra quién eres* é o título desta iniciativa, que através de vários exemplos de expressões do PCI coloca em destaque a importância da diversidade cultural. Esta campanha utilizou uma linguagem simples e apelativa para explicar o conceito de PCI à luz da Convenção da UNESCO¹⁹⁰.

O papel da educação não pode ser menosprezado. Alguns autores reclamam inclusivamente uma maior concentração de recursos neste aspecto em detrimento de maior esbanjamento do dinheiro público na gestão deste património¹⁹¹. Isto porque se entende que a salvaguarda deste património só será bem sucedida quando as iniciativas emanarem espontaneamente do seio das comunidades, o que só acontecerá se houver uma consciência colectiva da importância e respeito por este património. Isto só será

¹⁹⁰ Mais informação sobre o projecto:

<http://www.mincultura.gov.co/patrimonio/patrimonioInmaterial/index.htm> [Consult. 23 Jul. 2008].

¹⁹¹ LIMÓN DELGADO, Antonio - Patrimonio, de quién? In INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – *Cuadernos: patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Consejería de Cultura Junta de Andalucía, 1999. p. 15.

possível recorrendo a um investimento considerável na educação pública sobre estas matérias. O PCI deverá assim ser introduzido nos programas escolares desde a escola primária à universidade, elevando o tema a uma questão de cidadania. Neste sentido, e arreigados de uma forte consciência cidadã de propriedade deste património, as próximas gerações poderão reclamar com mais veemência o património que desejam salvaguardar.

Com efeito, a ratificação da Convenção acarreta responsabilidades, nomeadamente ao nível da identificação do PCI, que se deverá fazer à escala nacional, através de um ou mais inventários. Sendo uma medida de salvaguarda, os inventários parecem figurar como um primeiro passo para a identificação deste património abrindo, assim, caminho para outras medidas de salvaguarda. Não obstante, os inventários são tidos como medida imperativa, obrigatória, ao passo que todas as restantes medidas são apresentadas como recomendações. A estratégia do IMC sobre a realização de inventários é ainda embrionária e conseqüentemente, ainda não foram elaborados inventários que sigam as directivas definidas pela UNESCO. De facto, este é um processo que exige amadurecimento, que exige reflexão e análise.

Todavia, importa sublinhar que existe muita informação estruturada e documentação recolhida em Portugal sobre PCI como resultado do estudo e investigação da área disciplinar da antropologia, sobretudo a partir do final do séc. XIX e que continuou até aos nossos dias. Na verdade, seria erróneo pensar que se está a começar do zero nestas matérias. O caminho, aqui, é muito semelhante ao que se passa com outros domínios do património. Com efeito, existem inventários que há vários anos foram começados por antropólogos e outros investigadores, que estudaram o nosso território e as nossas tradições dando origem, por um lado, a grandes colecções etnográficas que estão na base de muitos museus nacionais e locais e, por outro lado, são o resultado do desenvolvimento de programas de investigação de muitos centros de investigação a partir das universidades. A título de exemplo, refira-se a contribuição do etnomusicólogo Michel Giacometti, cujo trabalho de recolha e investigação contribuiu para a constituição de várias colecções museológicas e para um melhor conhecimento da cultura portuguesa.

Michel Giacometti veio para Portugal nos anos cinquenta do séc. XX, recolhendo ao longo de mais de trinta anos importantes registos sonoros da música tradicional portuguesa, mas não só. As suas recolhas etnográficas incluíram instrumentos musicais, testemunhos materiais do trabalho, tradições orais (contos, lendas, rezas, orações, benzeduras, anedotas, ditos e provérbios, rimas infantis, entre outros) e fotografias. As recolhas de Giacometti resultaram pelo menos em três colecções de museus diferentes. Os seus registos sonoros de música portuguesa foram divididos por dois museus, nomeadamente pelo Museu Nacional de Etnologia e pelo Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria (Monte Estoril); finalmente, no Museu do Trabalho (Setúbal) que, inclusivamente recebeu o nome do etnomusicólogo, foi incorporada uma colecção de alfaías e ferramentas, que resultou de parte do levantamento etnográfico que Giacometti dirigiu no Verão de 1975 no contexto do *Plano Trabalho e Cultura*, um programa com o objectivo de documentar a vida do povo português¹⁹².

Muitos outros importantes contributos no domínio da antropologia podiam ser referidos, embora não nos caiba fazer aqui a história da antropologia portuguesa.

Assim, é indiscutível que em Portugal existam vastos bancos de dados depositados em arquivos, museus, universidades, centros de investigação, etc. No entanto, esse material encontra-se disperso, muitas vezes é parcelar e organizado em função de critérios que, naturalmente, não correspondem aos objectivos agora veiculados pela UNESCO. Estes dados estarão, porventura, organizados a partir da ideia de cultura material e das tecnologias tradicionais. Serão provavelmente um valioso ponto de partida, fornecendo importantes contributos para o retrato da diversidade e riqueza cultural do nosso território. Todavia, o que se poderá chamar de “inventário dos inventários”, trabalho que importa igualmente fazer, não substitui a necessidade de se implementar novos inventários de acordo com critérios contemporâneos mais condizentes com as necessidades actuais. Até porque há uma advertência na Convenção 2003, apenas se

¹⁹² Sobre este levantamento ver: BRANCO, Jorge Freitas; Luísa Tiago Oliveira – *Ao encontro do povo I: a missão*. Oeiras: Celta Editora, 1993. ISBN 972-8027-09-5; BRANCO, Jorge Freitas; Luísa Tiago Oliveira – *Ao encontro do povo II: a colecção*. Oeiras: Celta Editora, 1994. ISBN 972-8027-15-X.

entende por PCI o património vivo, ou seja, aquele património que continua a manifestar-se no presente, transmitido de geração em geração.

Tal como se prevê na Convenção 2003, a implementação de programas de investigação (antropologia, etnomusicologia, etnologia, etc.) nos vários domínios do PCI é um instrumento essencial a contemplar numa estratégia política de salvaguarda. O Estado português, através dos organismos competentes, deverá estimular a investigação nesta área. Só com base numa linha de investigação séria se poderão evitar distorções como a standartização e a folclorização (fora de contexto) deste património. Nesta linha, a criação de arquivos ou centros de documentação é igualmente pertinente. Portugal, nesta matéria, tem muito trabalho a fazer. Há muito que se cogita a possibilidade de criar um arquivo fonográfico nacional que reúna espólios e colecções espalhados por diversas entidades. Tornar estes registos sonoros (PCI e outros) disponíveis a um público mais vasto é imprescindível. Todavia, como sublinha Joaquim Pais de Brito, a criação de arquivos assume agora novos contornos:

“Os arquivos não poderão mais ser apenas instituições centralizadoras, distantes e de difícil acesso do registo da voz e do saber do outro, tantas vezes sem rosto, como são muitos dos arquivos dos grandes museus e outras instituições, por razões que também se prendem com princípios de conservação e protecção do património. Aquelas vozes e gestualidades, saberes, serão retomados como projectos culturais e políticos enquanto expressão dos quotidianos, matéria e condição de desenvolvimento e pertença no mundo plural.”¹⁹³

Tendo em consideração a interdependência, apesar das suas diferenças, entre o património material e imaterial, é desejável que se adoptem em Portugal estratégias integradas de salvaguarda (*Declaração Yamato*)¹⁹⁴. Ou seja, isto significa que se deve

¹⁹³ BRITO, Joaquim Pais de – Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta, org. - *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5. p. 51.

¹⁹⁴ UNESCO-JAPANESE AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS - *Yamato Declaration on Integrated Approaches for Safeguarding Tangible and Intangible Cultural Heritage (International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Heritage, 20-23 October 2004, Nara, Japan)*. UNESCO, Japanese Agency for Cultural Affairs, 2004. [Consult. 14 Fev. 2008]. Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/en/files/23863/10988742599Yamato_Declaration.pdf/Yamato_Declaration.pdf

procurar uma abordagem mais holística do património, relacionando-o com as comunidades e as suas tradições, de uma forma consistente e benéfica. Na maior parte dos casos, pode dizer-se que em Portugal tem prevalecido uma estratégia de salvaguarda do património construído que não contempla esta visão integrada, apesar da legislação em vigor favorecer esta abordagem. Aliás, este é um aspecto referido no relatório *Cultura, Identidades e Património*¹⁹⁵. Com efeito, são poucos os projectos de salvaguarda e reabilitação do património construído (ex. centros históricos) que têm em conta os elementos do PCI, designadamente as práticas culturais e sociais associadas aos monumentos, sítios e espaços culturais. Daqui resulta necessariamente a necessidade de maior coordenação e articulação entre instituições que tutelam o património cultural em Portugal (IGESPAR, IMC, autarquias, Igreja, etc.).

Por outro lado, no caso do património material associado a certas práticas tradicionais (moinhos, lagares, etc.) e que são do domínio privado, o Estado poderá criar um sistema de incentivos de modo a fomentar a conservação deste património. Tome-se em consideração, por exemplo, o caso de um proprietário de um lagar que pretenda oferecer este espaço e o seu saber para a sua divulgação (turística, educativa, etc.). Aqui o Estado pode dar impulso considerável que se pode traduzir em medidas de apoio como sendo o financiamento das obras de manutenção, isenções fiscais, etc.¹⁹⁶ Todavia, é preciso lembrar que a decisão sobre musealizar ou intervir nestes espaços (ex. lagares, azenhas, moinhos) deve ponderar vários factores, nomeadamente a existência de outros sítios semelhantes em funcionamento na região. Um segundo aspecto a considerar é a sua sustentabilidade a longo prazo. Muitas vezes, a intervenção nestes espaços está limitada a obras de restauro sem o acompanhamento de um projecto de salvaguarda que os dinamize, o que leva a que os mesmos sejam devotados novamente ao abandono. Importa, nestes casos tomar decisões que não incorram na musealização padrão destes espaços, o que implica reflectir sobre estratégias de salvaguarda que assentem num olhar mais criativo e inovador, avaliado caso a caso.

¹⁹⁵ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. - *Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema "Cultura, Identidades e Património": relatório final* [em linha]. Observatório das Actividades Culturais [etc.], 2005. p. 71. Consult. 15 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.oac.pt/electronicdocs.htm>

¹⁹⁶ PLATA GARCÍA, Fuensanta – La gestión administrativa del patrimonio etnográfico. Análisis actual y perspectivas futuras. In INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – *Cuadernos: patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Consejería de Cultura Junta de Andalucía, 1999. p. 81.

Este tema leva-nos a outra questão fundamental que relaciona o PCI com o desenvolvimento sustentável, planeamento e organização do território. Importa aqui salientar a importância da implementação de estratégias de preservação de elementos do PCI, sobretudo as práticas ligadas aos espaços culturais, em articulação com políticas pluridisciplinares de planeamento e organização do território. Em consonância com as recomendações da UNESCO (Artigo 13.º, a) e tendo em conta o desenvolvimento sustentável dos territórios, é desejável que os actores políticos se consciencializem da importância de implementar estratégias que favoreçam abordagens do território de carácter transversal e pluridisciplinar. Nesta perspectiva, as estratégias políticas de planeamento de uma determinada região devem ter em linha de conta a relação dos diferentes patrimónios no território (natural, material e imaterial, entre outros) e a partir daí desenvolver possíveis cenários de intervenção com vista ao desenvolvimento sustentável¹⁹⁷.

De facto, até aqui pode dizer-se que a política cultural em Portugal tem sido omissa em relação a este património, afinal não estamos longe da verdade quando se diz que pouco ou nenhum investimento tem sido realizado nesta área¹⁹⁸. Por tudo o que foi dito, parece que para cumprir os desígnios da Convenção será necessário um reforço considerável em termos orçamentais, o que leva a outro problema, dada a actualidade da matéria. O programa de financiamento 2007-2013 da União Europeia relativo a matérias de conservação, promoção e valorização do Património Cultural (material e imaterial) constitui uma oportunidade de financiamento para projectos sobre PCI, sobretudo na perspectiva de parcerias com países do mediterrâneo. Entre os programas e iniciativas comunitárias mais recentes destaca-se o programa Cultura 2007-2013. Com base na cooperação de países do mediterrâneo, outros programas podem ser referidos, tais como o Euromed Heritage IV (2008-2011), o programa MED, programa Interreg IVC, o sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7) e o programa de vizinhança da bacia do Mediterrâneo – ENPI CBC.

¹⁹⁷ BARATA, Filipe Themudo - Conclusions. In CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo, ed. - *Le patrimoine culturel immatériel et le rôle d'institutions publiques dans l'implémentation d'inventaires: actes du Séminaire International, Université d'Évora, 22 Juin 2007*. [S.l.]: CIDEHUS, Junho 2008. ISBN 978-989-602-153-5. p. 81.

¹⁹⁸ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord., *op. cit.*, p. 80.

À luz deste novo contexto, diversas oportunidades surgirão certamente para vários profissionais no âmbito da cultura, desde logo os antropólogos, a quem tradicionalmente se atribui a responsabilidade do estudo e da salvaguarda do património etnológico, mas também a museólogos que, perante este novo entusiasmo, sentirão necessidade de rever e actualizar as estratégias dos museus neste domínio. Por outro lado, e conseqüentemente, alguns museus serão criados para materializar o enfoque que a política cultural do país dedica ao PCI. Aliás, isso é já evidente no rol de intenções expressas no programa de salvaguarda do PCI na região do Alentejo, onde se prevê a criação de alguns museus.

Não é clara a forma como o DPI será articulado com a Comissão Nacional da UNESCO no que respeita à apresentação de candidaturas de elementos do PCI às listas da UNESCO (Lista Representativa e Lista de Salvaguarda Urgente). Esta Comissão tem assumido a coordenação de candidaturas para a Lista de Património Mundial e ao que tudo indica o mesmo se passará com as listas do PCI¹⁹⁹. Importa lembrar que a inscrição de elementos de PCI nas listas internacionais pressupõe que esses elementos façam parte do inventário nacional em conformidade com os artigos 11 e 12 da Convenção²⁰⁰. Desta forma, impõe-se uma colaboração estreita entre estas duas organizações.

Cabe ainda referir que a Comissão Nacional da UNESCO apresentou no passado pelo menos uma candidatura ao programa *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*. O objecto dessa candidatura foi a manifestação cultural – os *Impérios dos Açores (The Cultural Space of the Impérios of the Holy Spirit of the Azores)*, submetida em 2000 e 2002. Todavia, o júri do programa considerou que a candidatura não cumpria dois dos critérios²⁰¹, em particular “its outstanding value as a

¹⁹⁹ Consta das atribuições da Comissão Nacional da UNESCO “promover, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a candidatura de projectos aos programas de participação aprovados pela UNESCO” (Artigo 2.º, g). In DECRETO-LEI Nº 58/2003. “D. R. I Série”. 77 (2003-04-01).

²⁰⁰ UNESCO - *Operational directives for the implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (adopted by the General Assembly at its second ordinary session, Paris, France, 16 to 19 June 2008)* [em linha]. UNESCO, June 2008. p. 3 e p. 9. [Consult. 23 Mar. 2009]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00410-EN.pdf>

²⁰¹ Para uma candidatura ser considerada uma “obra-prima” tinha que satisfazer seis critérios, designadamente: a) “its outstanding value as a masterpiece of the human creative genius”; b) “its roots in a cultural tradition or the cultural history of the community concerned”; c) “its role as a means of affirming the cultural identity of the peoples and cultural communities concerned, its importance as a

masterpiece of the human creative genius” e “excellence in the application of the skill and technical qualities displayed”²⁰².

A este respeito importa também referir uma outra candidatura apresentada à UNESCO, em 2004, pela Associação “Ponte...Nas Ondas!”, tendo como objecto a “cultura comum Galego-Portuguesa”. Note-se que esta proposta não teve a mediação da Comissão Nacional da UNESCO, apesar do seu carácter transnacional²⁰³. Esta candidatura incluiu um vasto conjunto de expressões, tais como “as manifestações da literatura popular, os cantares ao desafio ou regueifas, contos e lendas, a língua, a tradição oral ligada às actividades agro-marítimas, os ofícios tradicionais e os seus falares e saberes, as formas simbólicas, ornamentais e musicais, os âmbitos festivos em relação com o ciclo anual da natureza [etc.]”²⁰⁴. Todavia, esta proposta teve parecer negativo por parte da UNESCO, que considerou que o dossier da candidatura não estava suficientemente completo, aconselhando a que a documentação apresentada fosse revista. Mais tarde, e após o esclarecimento de algumas das questões apontadas, a candidatura foi aceite para submissão a um júri, muito embora o parecer voltasse a ser negativo, sendo um dos aspectos criticados o facto do objecto da candidatura ser demasiado vasto, demonstrando dificuldade em implementar um plano de acção com vista à sua salvaguarda²⁰⁵.

Em síntese, cabe aqui dizer que a aplicação da Convenção 2003 em Portugal requer uma análise pragmática das suas implicações. O inventário esgota apenas uma das possibilidades de salvaguarda num contexto que se pretende mais alargado, aliás se a

source of inspiration and intercultural exchanges and as a means of bringing peoples and communities closer together, and its contemporary cultural and social role in the community concerned”; d) “excellence in the application of the skill and technical qualities displayed”; e) “its value as a unique testimony of a living cultural tradition”; f) “the risk of its disappearing, due either to the lack of means for safeguarding and protecting it or to processes of rapid change, or to urbanization, or to acculturation”. In UNESCO - *Proclamation of masterpieces of the oral and intangible heritage of humanity: guide for the presentation of candidature files* [em linha]. Paris: Intangible Heritage Section UNESCO, 2001. p. 12. [Consult. 9 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124628eo.pdf>

²⁰² Informação obtida através do contacto com a Dra. Clara Cabral, especialista de programa – Cultura da Comissão Nacional da UNESCO.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ <http://www.opatrimonio.org/> [Consult. 14 Set. 2008].

²⁰⁵ ASSOCIAÇÃO PONTE...NAS ONDAS! - *Informação sobre o resultado obtido na UNESCO* [em linha]. [S.l.: S.n], 8 Dez. 2005. [Consult. 31 Mar. 2009]. Disponível em: <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp?cat=anteriores>. Para aprofundar este tema ver: ANDRADE, Constança – *Dinâmicas do património imaterial: a candidatura galego-portuguesa à UNESCO*. Lisboa: ISCTE, 2008. Dissertação de Mestrado.

criação de um inventário nacional se apresentar desvinculado de uma política de valorização pode acabar por não ter impacto real sobre a preservação deste património. Por outro lado, de um ponto de vista mais global, pode dizer-se que a forma tradicional de lidar com o património cultural, que parte de uma abordagem *bottom-down* tem de ser repensada no caso do PCI. Apesar disso, tornou-se imprescindível definir um enquadramento legal e administrativo de protecção nacional do PCI. As consequências deste enquadramento para a efectiva preservação deste património são ainda incertas. No entanto, tudo indica que no confronto com uma abordagem prática aos problemas, verifica-se que as decisões sobre o que preservar e o que não preservar se revestem de grande complexidade. Algumas práticas culturais, nomeadamente na área do saber-fazer, são muitas vezes abandonadas por não se ajustarem às condições do mercado, sendo legítimo que os “detentores” desses saberes os deixem de praticar, procurando uma vida melhor. Em boa verdade, daqui resulta que nem todo o património pode ser preservado nem os governos podem alocar recursos para apoiar todos os “tesouros vivos” deste património. Provavelmente, a solução passará por uma posição, que não sendo demasiado proteccionista, permita condições para que as comunidades possam apresentar propostas de salvaguarda no sentido de garantir a preservação do seu património (*bottom-up*). Todavia, só a concretização de experiências piloto nesta área poderá fornecer pistas para uma avaliação das consequências desta abordagem ao património. Mais uma vez, aqui o trabalho poderá ser longo e exige uma constante reflexão.

Apesar da percepção das inúmeras dificuldades de aproximação a este património, permanece um interesse crescente em identificar e valorizar o PCI. Todavia, este é um caminho incerto e exigente a vários níveis (logístico, administrativo, político, educativo, económico, cultural, etc.). O Governo português começa agora a dar os primeiros passos em direcção a uma política cultural que inclua orientações para a salvaguarda do PCI. Perante este desafio, os museus foram designados como agentes privilegiados para viabilizar os propósitos da Convenção, na sequência da atribuição de competências ao IMC. Resta saber como é que os museus vão responder a este repto.

CAPÍTULO III – OS MUSEUS E PATRIMÓNIO

CULTURAL IMATERIAL – A PROCURA DE BOAS PRÁTICAS

O cenário apresentado nos capítulos anteriores introduziu o tema da salvaguarda do PCI do ponto de vista do enquadramento normativo internacional, sobretudo o papel fundamental da UNESCO na formulação e disseminação de orientações para uma política direccionada para o PCI. Para além disso, uma análise do panorama nacional permitiu compreender o contexto da realidade portuguesa nesta matéria e, desde logo, as intenções do Governo português em implementar a Convenção 2003, desafio que será colocado em prática através do IMC. Em consequência disso, esta decisão configura os museus portugueses como um dos principais actores na implementação deste instrumento normativo.

De facto, reconhece-se à partida que os museus poderão ser uma das instituições mais bem posicionadas para implementar estratégias de salvaguarda do PCI. A posição do ICOM, como se verá, legitima e apoia os fundamentos da Convenção 2003, reconhecendo o papel fundamental dos museus neste domínio. Aliás, as últimas décadas de trabalho e reflexão por parte desta organização confirmam, de certo modo, um alargamento do campo de actuação do museu, que não se circunscreve apenas aos aspectos materiais das suas colecções.

Assim, é com alguma naturalidade que se perspectiva o PCI como uma extensão do campo de intervenção dos museus. Todavia, isto significa necessariamente que surgirão novos desafios. Para responder a este repto os museus terão, porventura, de se redefinir, de rever metodologias, procedimentos técnicos e perfis de competências profissionais, para poder incorporar globalmente o PCI nas diversas funções do museu. Ainda que alguns museus se disponibilizem para realizar esta demanda, em boa verdade não estamos certos que muitos o possam de facto fazer dadas as dificuldades que esta adaptação implica (logísticas, financeiras, recursos humanos, capacidade técnica e

tecnológica, entre outras). Esta é uma avaliação que cada museu terá necessariamente de fazer por si mesmo.

O objectivo principal da nossa investigação consiste em apresentar elementos que contribuam para a definição de uma estratégia para a incorporação do PCI nos museus a partir das suas diversas actividades (documentação, investigação, exposição, educação) e que definam as boas práticas neste domínio.

Assim, procurar-se-á ao longo deste capítulo, traçar possíveis respostas às questões de como preservar, como apresentar, como valorizar um património tão vasto quanto complexo como é o PCI. Para ilustrar este cenário são apresentados estudos de caso de museus no panorama nacional e internacional que têm demonstrado ser possível conduzir projectos de salvaguarda do PCI. Embora não se pretenda um retrato exaustivo do panorama museológico português na sua relação com o PCI, mostrou-se relevante estabelecer, sempre que possível, alguns paralelismos com esta realidade.

Todavia, é necessário focar alguns aspectos essenciais. Por um lado, analisar as principais orientações do ICOM relativamente à salvaguarda do PCI, salientando alguns documentos e momentos importantes que permitem compreender a posição do ICOM sobre estas matérias. Em segundo lugar, enquadrar o tema do PCI no mundo dos museus no que concerne aos principais problemas que aporta, mas também às potencialidades que representa. Para além disso, é preciso reconhecer *a priori* que apenas alguns museus poderão representar um instrumento útil à salvaguarda do PCI. Afinal, de que museus falamos? Finalmente, uma curta reflexão quanto ao papel dos museus, nomeadamente sobre possíveis direcções de trabalho que, numa perspectiva mais global, podem consubstanciar boas práticas na área do PCI.

3.1 - ORIENTAÇÕES DO ICOM

Antes de mais, como se referiu, é preciso compreender quais as orientações do ICOM sobre a preservação e divulgação do PCI. Mais recentemente, o PCI tem assumido particular relevo na agenda de trabalho do ICOM, muito embora há muito tempo que se registam várias experiências no mundo dos museus que colocam em destaque algumas matérias que se ligam directa ou indirectamente a este tema. Este é o caso, por exemplo, da centralidade do papel das comunidades nos museus, a sua função social, o museu como território (sem fronteiras) e a necessidade de empreender abordagens integradas ao património (natural, material, imaterial, etc.). Conceitos como o de museu de comunidade, museu de sociedade, museu de território, ecomuseu, entre outros, atestam as constantes interrogações da museologia e a adequação do seu papel numa sociedade em constante mutação.

Como seria de esperar, o ICOM, sendo uma organização ligada à UNESCO, posiciona-se favoravelmente no que respeita à abordagem que é feita ao PCI na Convenção 2003. Aliás, anos antes, a propósito do programa Proclamação das Obras-Primas, o ICOM fez parte do painel de avaliação. Para além disso, o ICOM tem, naturalmente, um papel importante junto do Comité da Convenção no que diz respeito à definição de orientações técnicas²⁰⁶.

Em 2002, o ICOM promoveu pela primeira vez o debate no que concerne aos objectivos da Convenção 2003 e à capacidade dos museus para dar resposta a esta visão do PCI e, muito particularmente, à questão da diversidade cultural. Tratou-se efectivamente da sétima Assembleia Regional da Ásia e Pacífico do ICOM (ASPAC) que incluía um workshop subordinado ao tema *Museums, Intangible Heritage and Globalisation*²⁰⁷. Deste encontro resultou a *Carta de Shanghai*:

²⁰⁶ CUMMINS, Alissandra – PPG-PMUS inaugural address. *Museologia e Patrimônio* [em linha]. Vol. 1, n.º 1 (2008). p. 109. [Consult. 6 Fev. 2009]. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/11/6>

²⁰⁷ A sétima Assembleia Regional da Ásia e Pacífico do ICOM teve lugar em Shanghai, na China, entre 20 e 25 de Outubro de 2002.

“affirming the significance of creativity, adaptability and the distinctiveness of peoples, places and communities as the framework in which the voices, values, traditions, languages, oral history, folk life and so on are recognised and promoted in all museological and heritage practices, recommend that museums as facilitators of constructive partnerships in the safeguarding of this heritage of humanity”²⁰⁸.

Este documento formula algumas recomendações relativamente à acção dos museus nesta área. Sobre estas orientações, destacamos: o enfoque dado à importância da transdisciplinaridade na abordagem dos vários patrimónios (móvel, imóvel, material e imaterial, natural e património cultural); a criação de instrumentos de trabalho para a documentação visando abordagens práticas mais holísticas; a implementação de projectos de inventário que incluam a participação das comunidades; o incentivo à inclusão do PCI nas várias actividades do museu (conservação, exposição e interpretação, etc.); e, finalmente, recomendações para a utilização das novas tecnologias.

Em 2004, o ICOM conduziu algumas iniciativas que elevaram o debate em torno do PCI a uma escala mais global. Primeiramente, pela escolha do tema *Museums and Intangible Heritage* para assinalar o Dia Internacional dos Museus. Este enfoque permitiu que os profissionais dos museus dedicassem uma atenção especial ao tema através do desenvolvimento de algumas actividades específicas direccionadas à sua promoção²⁰⁹. O discurso de Jacques Perot, à época director do ICOM, assinalava de forma entusiástica este destaque, lembrando uma das principais razões para a salvaguarda do PCI:

“The theme of this 26th edition of International Museum Day is of capital importance to museums, which must play a part in preserving and protecting the

²⁰⁸ ICOM-ASPAC – *Shanghai Charter* [em linha]. [Shanghai]: ICOM-ASPAC, October 2002. [Consult. 3 Fev. 2008]. Disponível em: http://icom.museum/shanghai_charter.html

²⁰⁹ Também neste contexto, em Portugal se juntaram a estas comemorações vários museus. Uma das iniciativas foi protagonizada pelo Museu da Pólvora Negra (Barcarena), que organizou uma palestra intitulada “O Papel dos Museus na Preservação do Património Imaterial – Modos de Agir e Sentir”, onde várias personalidades da museologia e antropologia foram convidadas a reflectir sobre este tema. Só mais recentemente, o tema foi retomado por iniciativa do IMC, tendo em conta a ratificação da Convenção 2003 pelo Estado português, através da realização de um ciclo de colóquios – “Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades” que decorreu durante o ano de 2008.

intangible forms of our common heritage from the threat of cultural homogenisation”²¹⁰.

Esta iniciativa acabou por preparar terreno para a vigésima Assembleia-geral do ICOM, que, em Outubro²¹¹ desse ano, elegeu como mote da discussão o PCI, assegurando o empenho e compromisso desta organização na protecção deste património. Desta conferência resultou uma resolução que ficaria conhecida como a *Declaração de Seoul*²¹². Sobre os aspectos mais relevantes, este documento reconhece o apoio à Convenção 2003 e recomenda a sua ratificação; confirma a importância dos museus na preservação do PCI e adverte para que uma atenção especial seja dada à documentação deste património, nomeadamente registos em suporte electrónico; destaca a problemática dos direitos de autor e a responsabilidade dos museus em assegurarem os interesses dos detentores do PCI; refere o papel do ICOM (comités nacionais, organizações regionais, etc.) no apoio à criação de instrumentos legais de protecção do PCI e na formação dos profissionais; ainda sobre este tema, insiste-se na importância de integrar o PCI nos planos de formação dos profissionais e, neste sentido, reclama-se uma actualização do *ICOM Curricula Guidelines for Museum Professional Development*.

Da conferência realizada em 2004, resulta também a criação da publicação *International Journal of Intangible Heritage*, uma colaboração entre o Comité nacional do ICOM nesse país e o *National Folk Museum of Korea*. Trata-se da primeira revista de perfil académico dedicada a diversos aspectos do PCI sob o ponto de vista dos museus²¹³.

Todavia, não podemos deixar de referir o trabalho desenvolvido pelos comités do ICOM, nomeadamente o *International Committee for Museology (ICOFOM)* e o *International Committee for Museums and Collections of Ethnography (ICME)*,

²¹⁰ ICOM - *Press release: International Museum Day 2004 - “Museums and Intangible Heritage”* [em linha]. January 2004 [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://icom.museum/release.intangible.html>

²¹¹ A vigésima Assembleia-geral do ICOM realizou-se em Seoul (República da Coreia), entre 2 e 8 de Outubro de 2004.

²¹² ICOM – *Resolutions adopted by ICOM's General Assembly 2004*. [S.l.]: ICOM, [2004]. [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://icom.museum/resolutions/eres04.html>

²¹³ CUMMINS, Alissandra, *op. cit.*, p. 109.

sobretudo na criação de espaços de debate à escala internacional sobre aspectos relacionados com o PCI e a comunidade museológica. O ICOFOM dedicou duas das suas reuniões anuais ao tema do PCI. A primeira foi em 2000 – *Museology, Tangible and Intangible Heritage* (Alemanha, República Checa)²¹⁴ e a segunda em 2004 – *Museology and Intangible Heritage II* (República da Coreia)²¹⁵. O ICME, por seu turno, tem explorado o debate em torno de vários tópicos relacionados com este património, já que os museus e as colecções etnográficas estão particularmente ligados ao PCI. Entre outras conferências, destacam-se as seguintes: *Cultural Traditions in Danger of Disappearing in Contemporary Society – A Challenge for Museums* (Roménia, 2003); *Intangible Cultural Heritage* (República da Coreia, 2004); *Can Oral History Make Objects Speak?* (Grécia, 2005), etc.

Por tudo o que se referiu, no discurso do ICOM é perceptível o reconhecimento de que os museus devem responder ao desafio de incluir estratégias direccionadas para o PCI, procurando, desta forma, ultrapassar uma tradição museística profundamente enraizada na cultura material. A prova disso é a alteração de que foi objecto recentemente a definição de museu:

“A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment.”²¹⁶

²¹⁴ Cf. VIEREGG, Hildegard K; DAVIS, Ann, ed. - *Museology and the intangible heritage: preprints, Munich, Germany and Brno, Czech Republic, November 26-December 5, 2000*. München: Museums-Pädagogisches Zentrum [etc.], 2000. (ICOFOM Study Series; 32). ISBN 3-929862-67-0.

²¹⁵ VIEREGG, Hildegard K; SGOFF, Brigitte; SCHILLER, Regina, ed. - *Museology and intangible heritage II: International Symposium organized by ICOFOM, 20th general conference of ICOM, Seoul, Korea 2004: complete edition of the papers* [em linha]. München: Museums-Pädagogisches Zentrum, 2004. (ICOFOM Study Series 33 supplement). [Consult. 27 Jan. 2009]. Disponível em: http://www.lrz-muenchen.de/~iims/icofom/iss33_supplement.pdf

²¹⁶ Extraído dos estatutos do ICOM (art.3, 1), adoptados na 22.^a Assembleia-geral (Viena, Áustria, 24 Agosto 2007): http://icom.museum/hist_def_eng.html [Consult. 13 Mar. 2009].

Esta actualização veio substituir a palavra *material evidence* por *tangible and intangible heritage*²¹⁷, ampliando significativamente o objecto de estudo e de trabalho dos museus, em conformidade com os desafios contemporâneos.

Os vários espaços de debate criados pelo ICOM vêm confirmar a existência de diferentes ângulos, perspectivas e até olhares sobre a forma como os museus devem lidar com o PCI. Por outro lado, o debate está longe de ter esgotado todas as implicações deste tema. Sobre isto, pode dizer-se que o ICOM tem procurado envolver os profissionais de museus numa reflexão em torno das potencialidades (e fragilidades) dos museus em abraçar as exigências implícitas na Convenção 2003, mas está por percorrer ainda um longo caminho.

Neste sentido, importa dizer que na prática poucos avanços foram dados para uma definição de orientações, visando a criação de instrumentos para a preservação e documentação do PCI. Efectivamente, esta é uma área recente para a maior parte dos museus, registando-se ainda pouco trabalho desenvolvido. No que diz respeito às normas definidas pelo *International Committee for Documentation* (CIDOC), pode-se constatar que são estritamente direccionadas para a documentação de objectos na sua vertente material, não se ajustando, assim, à descrição de expressões do PCI²¹⁸. Sobre esta matéria, aguardamos com expectativa as contribuições deste Comité para a formulação de *standards* que permitam, em termos conceptuais, a documentação do PCI e, por outro lado, do ponto de vista técnico, orientações para a implementação de sistemas de informação que integrem tanto o património material como imaterial.

Note-se, também, o trabalho desenvolvido pelo *International Committee for the Training of Personnel* (ICTOP), que, em 2004, ficou responsável pela actualização das orientações para os profissionais de museu ao nível da formação, em consequência do reconhecimento da importância do PCI também a este nível. A exigência de formação

²¹⁷ “A museum is a non-profit making, permanent institution in the service of society and of its development, and open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits, for purposes of study, education and enjoyment, **material evidence** of people and their environment.” In estatutos do ICOM, alterados na 18.^a Assembleia-geral, em Barcelona a 6 de Julho de 2001: http://icom.museum/hist_def_eng.html [Consult. 12 Mai 2009].

²¹⁸ CROFTS, NICK – Getting to grips with Egypt’s intangible heritage. *CIDOC NEWSLETTER* [em linha]. n.º 1 (2008). p. 7. [Consult. 22 Abr. 2008]. Disponível em: http://cidoc.mediahost.org/content/upload/newsletter_01_2008.pdf

que inclua competências na área do PCI é imprescindível para o desenvolvimento de boas práticas no seio dos museus. Assim, em 2008, o ICTOP deu a conhecer (ainda em versão não final), a revisão do documento – *ICTOP Curricula Guidelines for Professional Development*²¹⁹, tomando em linha de conta as considerações referidas.

²¹⁹ ICTOP - *ICTOP curricula guidelines for professional development (draft only)* [em linha]. Revised Edition February 2008. [S.l.]: ICTOP. [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://ictop.alfahosting.org/images/pdf/ictop%20curricula%20guidelines.revdocument081.pdf>

3.2 - DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

“Museums are generally poor institutions for safeguarding intangible cultural heritage — the only problem is that there is probably no better institution to do so.”

(Richard Kurin)

A perspectiva de Richard Kurin que transparece nesta afirmação, é de facto, provocatória. Esta frase convida a tecer alguns comentários sobre se, de facto, são os museus as instituições mais indicadas para a salvaguarda do PCI.

A leitura da bibliografia principal sobre este tema remete-nos para dois pontos de vista. Alguns autores reconhecem que os museus reúnem condições para serem um dos principais agentes na salvaguarda deste património. De outra parte, verifica-se não uma posição totalmente contrária, mas reveladora de muitas reticências perante este desafio, colocando a tónica nas suas implicações.

Ao longo das próximas linhas, procurar-se-á centrar o discurso em torno dos principais problemas que os museus terão de enfrentar ou considerar ao abraçar alguns dos objectivos propostos pela Convenção 2003. As dificuldades a serem ultrapassadas são várias, embora seja necessário salientar que este enfoque sobre o PCI oferece também várias oportunidades para os museus.

Em boa verdade, pode-se constatar que muitos museus terão dificuldade em responder na totalidade ao desafio, o que implica, na prática, planos de actuação no domínio do imaterial, tal como a Convenção 2003 recomenda. Este “novo” domínio representa uma responsabilidade adicional, numa missão cada vez mais ambiciosa para os museus. Note-se que não se trata apenas de uma acréscimo de competências, mas também de um campo de trabalho cuja dimensão poderá ser demasiado vasta. Isto poderá revelar-se problemático e difícil de alcançar para muitos museus. Voltamos à questão: poderão os

museus lidar com o PCI quando, em muitos casos, se verifica que não são capazes de gerir o património material que têm em mãos?

Pode dizer-se que os procedimentos técnicos relativos ao inventário de uma colecção de objectos dentro de um museu estão perfeitamente normalizados. Mas no que toca a um património vivo, evolutivo e dinâmico já não se pode dizer o mesmo. Ao contrário de um objecto, de um registo sonoro, de uma cassette de vídeo ou de uma fotografia, quando se fala de PCI está-se a referir a uma prática social, a uma tradição que vive fora do museu e que é praticada no seio das comunidades. Esta diferença é fulcral para se perceber que os recursos técnicos e metodológicos terão de ser diferentes dos que tradicionalmente se utilizam nos museus.

Preservar, documentar e apresentar o PCI não é uma tarefa fácil e acarreta maior exigência no que toca aos profissionais de museus que, de uma forma geral, não estão preparados para isso, nem que seja pela falta de competências específicas. Para dar resposta a um conjunto de actividades e programas em torno do PCI, alguns museus necessitarão de rever o seu quadro de recursos humanos. Não se trata apenas de um maior número de funcionários, mas também de profissionais qualificados. Se atentarmos ao panorama museológico português, um inquérito aos museus publicado em 2000 revelou indicadores pouco positivos, confirmando a ausência de recursos humanos qualificados. Uma das conclusões deste trabalho foi a constatação de que apenas em 67,4% dos casos o responsável pelo museu tinha formação de nível superior. No caso dos museus de Etnografia e Antropologia, esse número era ainda mais baixo (46%)²²⁰. Embora tudo indique que alguns esforços tenham sido feitos desde 2000 em diante, não se está longe da verdade ao concluir que este é um desafio que permanece actual para muitos museus, onde a constituição de equipas que possam dar cumprimento a um programa de actividades continuado é ainda um objectivo distante.

Sobre as orientações do ICOM face a este enquadramento, chama-se a atenção para a última versão do *ICTOP Curricula Guidelines for Professional Development* (2008). Assumida a importância do PCI para os museus, este documento apresenta algumas

²²⁰ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. – *Inquérito aos museus em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus [etc.], 2000. ISBN 972-776-041-4. p. 76.

recomendações a propósito das competências profissionais. Assim, podem-se encontrar referências na parte respeitante a *General Competencies*, onde no campo *Information Technology* se acrescentou um maior conhecimento de técnicas para a preservação e registo do PCI²²¹.

Merece particular destaque uma outra referência, introduzida na versão de 2000²²², designadamente no campo *Museology Competencies: Knowledge of and skills in the application of the intellectual foundations of museum work*, que inclui uma secção intitulada *Community Museology*. Na versão de 2008, este aspecto é mais desenvolvido, como se pode constatar nas linhas que se transcrevem em baixo:

“Community Museology: ability to use extensive knowledge of the museum’s community (communities) to establish community relationships and meaningful museum collections, programs and activities - inclusive of tangible and intangible heritage, individual and community heritage, commonality and diversity.”²²³

Para dar resposta a uma prática museológica centrada nas comunidades, o documento enuncia, ainda, o conjunto de acções que norteiam esta actividade:

- “Assessing/understanding community needs – tangible and intangible, expressed and implied;
- Mobilizing community members for the use of their common resources: methods and tools (Exhibition, collaborative technologies, lectures, public programming, educational projects);
- Interaction between communities, their cultural and natural heritage and their development – “culturally-grounded development”;
- Processes which originate from community efforts;
- Building knowledge by sharing;
- Collaborative technologies and techniques to engage the community and to develop pride in their unique heritage - tangible and intangible, cultural and natural;

²²¹ ICTOP - *ICTOP curricula guidelines for professional development (draft only)* [em linha]. Revised Edition February 2008. [S.l.]: ICTOP. p. 6. [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://ictop.alfahosting.org/images/pdf/ictop%20curricula%20guidelines.revdocument081.pdf>

²²² <http://museumstudies.si.edu/ICOM-ICTOP/index.htm> [Consult. 23 Mai. 2009].

²²³ ICTOP, *op. cit.*, p. 9.

- Community field workers - training and contribution – archaeology, scientific exploration, cultural development, tourism, protection and preservation, etc.;
- Techniques for preserving, recording and safeguarding intangible heritage and using it with or without tangible heritage;²²⁴

Não pretendendo proceder a uma análise exaustiva de todas as alusões ao PCI, pode dizer-se que as competências em matéria de apresentação e documentação do PCI estão na globalidade previstas neste documento. Com efeito, é urgente a inclusão destas indicações nos programas de formação em museologia, sobretudo numa perspectiva de maior consciencialização dos profissionais para a importância de incluir actividades direccionadas para o PCI nos programas dos museus, enfatizando a existência de boas práticas a este nível. Esta é uma situação que terá inevitavelmente de ser revista e actualizada também em Portugal. As novas exigências de desempenho dos museus, que se traduzem na necessidade de maior especialização nas competências a par com uma perspectiva global de interdisciplinaridade, leva a que se conclua que este é um caminho longo para os museus portugueses, mas absolutamente central para o seu desenvolvimento. Por outro lado, compete às tutelas o empenhamento necessário para dotar os museus de recursos humanos, de modo a viabilizar uma abordagem holística do seu património.

A globalização oferece muitas ameaças ao PCI e, por sua vez, à diversidade cultural. Um pouco por todo o lado, assistimos ao desaparecimento de tradições locais para seguir novas “tradições” que, até há pouco tempo eram estranhas à nossa cultura (ex.: *Halloween*). É a partir desta premissa que a UNESCO, o ICOM e outras organizações, desenvolvem uma acção proactiva na salvaguarda deste património ameaçado. Todavia, é preciso reconhecer que perante o fenómeno da globalização surgem também outras oportunidades. São de referir as possibilidades que advém das novas tecnologias. A oferta cada vez maior de ferramentas tecnológicas, permite dar a conhecer a nossa diversidade cultural, dar-lhe visibilidade e promover a sensibilização para a sua salvaguarda. Actualmente, através da internet, os museus podem explorar de diferentes maneiras a informação relativa ao PCI, promovendo a sua divulgação.

²²⁴ *Ibidem*.

O PCI tem um papel importante na construção da identidade, na cultura e imaginário das comunidades²²⁵, sendo um reflexo da diversidade cultural das mesmas. Os museus devem reflectir estes pressupostos através de actividades inclusivas²²⁶. Não sendo um tema novo para a museologia, o enfoque promovido pela Convenção 2003 e pela Convenção 2005, vem sublinhar as possibilidades de actuação dos museus neste domínio, como por exemplo na utilização do PCI como factor de integração social de várias comunidades (ex. minorias, imigrantes), permitindo o diálogo intercultural entre tradições distintas. Tem razão William Westerman, quando refere que os museus podem ser espaços da vida cívica tão vitais como as escolas e outras instituições, onde as diferentes comunidades se podem expressar²²⁷.

Por outro lado, dar visibilidade a este património requer abordagens mais criativas e inovadoras por parte dos museus. Neste aspecto, as potencialidades que oferecem as novas tecnologias são imensas, todavia é necessário que os museus adoptem uma postura receptiva e proactiva. Como já uma vez disse John Kinard²²⁸, a resistência à mudança é uma característica do indivíduo, mas também dos museus. Muitas vezes, independentemente dos recursos disponíveis, é a mudança de mentalidades que determina a evolução do museu.

Um dos grandes desafios inerentes à salvaguarda do PCI será fazê-lo através de estratégias centradas nas comunidades. Como lembra Richard Kurin, do ponto de vista sociológico, a relação com as comunidades pode oferecer vários problemas, com que os museus terão de se confrontar. Ou seja, quando se trata de objectos que se encontram

²²⁵ MATSUURA, Koichiro - *Address by the Director-General of UNESCO to the opening session of the Third Round Table of Ministers of Culture "The intangible cultural heritage: a mirror of cultural diversity"* [em linha]. UNESCO, 16 September 2002. p. 3. [Consult. 5 Mar. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127500e.pdf>

²²⁶ Helen Coxall considera como definidores de práticas inclusivas, os seguintes aspectos: "serving communities"; "consulting with audiences and communities"; "collecting and interpreting"; "collaborating with external bodies"; "working across disciplines"; "staffing and training"; "mainstreaming diversity awareness"; Cf. COXALL, Helen - *Open minds: inclusive practice*. In GENOWAYS, Hugh H., ed. - *Museum philosophy for the twenty-first century*. Lanham [etc.]: Altamira Press, 2006. ISBN 13: 978-0-7591-0753. p. 139.

²²⁷ WESTERMAN, William - *The Queen City manifesto: the potential for civic engagement in local folklife museums* [em linha]. [Consult. 27 Mai. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2004/westerman.html>

²²⁸ KINARD, John - *Intermediaries between the museum and community. ICOM Conference Papers*. Paris, 1971. p. 54.

sob a alçada de um museu, pode dizer-se que as fronteiras dessa relação estão bem definidas, mas o mesmo já não acontece com o PCI, visto que estas manifestações fazem parte das práticas culturais de uma comunidade e, portanto, estão sob a sua autoridade. Contrariamente aos objectos, as comunidades têm uma palavra a dizer sobre a forma como as suas tradições são preservadas²²⁹.

Sobre os museus e a importância da relação com as comunidades, importa ressaltar que este não é um tema novo. Há vários anos que em museologia se discute esta problemática²³⁰ e, muito particularmente, sob a égide da *nova museologia*, que tem cultivado com grande fervor a ideia da participação das comunidades no museu. Assim, é amplamente reconhecido que os museus devem envolver de forma activa as comunidades que servem, bem como estar em consonância com os problemas que afectam a sociedade actual, através dos seus programas e actividades. Todavia, entre o discurso e a prática as distâncias poderão ser abissais. À excepção de algumas experiências bem sucedidas envolvendo as comunidades, com muita frequência, se verifica que os museus funcionam longe das suas comunidades²³¹. Importa analisar a razão deste estado de coisas. Sem pretender abordar a complexidade deste problema, são focados alguns dos aspectos centrais.

Antes de mais, é preciso compreender que durante muito tempo os museus estiveram virados para dentro. Sobre este assunto, Jean Davallon é peremptório. No passado, presidiu a lógica da missão do museu intrinsecamente ligada aos objectos, logo, todas as actividades do museu convergiam nesse sentido. Assim, as preocupações com o público/comunidade não faziam ainda parte desta lógica²³². Todavia, reconhece-se, hoje, que o museu é uma instituição aberta e as suas actividades devem reflectir amplamente essa abertura à sociedade.

²²⁹ KURIN, Richard - Museums and intangible heritage: culture dead or alive? *ICOM News* [Paris]. Vol. 57, n.º 4 (2004), p. 7.

²³⁰ Sobre este tema consulte-se o *ICOFOM Study Series* n.º 24 e 25, que apresentam os resultados das conferências “Museum and Community I” (1994) e “Museum and Community II” (1995), respectivamente.

²³¹ O trabalho com as comunidades na sua relação com o património, nomeadamente, saberes e tradições, é ainda para muitos museus portugueses pontual e irregular. A experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal e do Museu do Trabalho Giacometti, para citar apenas alguns exemplos, são algumas das excepções.

²³² DAVALLON, Jean - Nouvelle muséologie vs muséologie. *ICOFOM Study Series*. n.º 25 (1995), p. 161.

Em *Beyond the Glass Case: The Past, the Heritage and the Public*²³³, Nick Merriman apresenta os resultados de um estudo na Grã-Bretanha, no qual se reconhece que a imagem do museu continua historicamente associada às elites, fazendo excluir, assim, grande parte da população que não se revê nestes espaços. Note-se segundo o mesmo estudo, considera-se que muitos museus chegam a ser intimidantes para aqueles que desconhecem o seu código de conduta ou *modus operandi*. Por outro lado, por vezes, a irrelevância dos temas das exposições e de algumas actividades em geral para as comunidades contribui para que os museus sejam percebidos como instituições que pouco têm a ver com o seu quotidiano, preocupações ou interesses. Os museus precisam, efectivamente, de empreender projectos voltados para o exterior dos seus limites físicos, ir ao encontro das comunidades, a fim de dar resposta à sua função social. Desenvolver projectos de salvaguarda do PCI pode ser uma oportunidade para os museus aprofundarem a sua relação com as comunidades, incrementando, assim, o compromisso social com o meio onde se inserem.

Os obstáculos serão vários, é preciso contornar ideias preconcebidas que existem de ambos os lados, para além de estimular o diálogo e a confiança. Pode dizer-se que uma visão pragmática e algum bom senso são alguns dos ingredientes necessários para o sucesso desta empresa, que requer um trabalho de retaguarda, de preparação e que tem que ser continuamente estimulado ao longo do tempo. Na opinião de Richard Kurin, este é um trabalho que ultrapassa largamente as competências tradicionais de um profissional de museu:

“Clearly, the skills needed by museum professionals to work with people and communities in this type of engagement are much more akin to community development than they are to materials conservation. You have to specialise in diplomacy, local history, and psychology more than you do in glass, wood, or metal.”²³⁴

²³³ MERRIMAN, Nick - *Beyond the glass case: the past, the heritage and the public*. London: Institute of Archaeology University College London, 2000. ISBN 0905853-37-7.

²³⁴ KURIN, Richard, *op. cit.*, p. 8.

Também é preciso lembrar que o envolvimento das comunidades requer da parte dos museus uma disponibilidade ou flexibilidade que nem todos estão dispostos a encetar, até porque isso implica estar susceptível às opiniões e ao escrutínio das comunidades que passam, assim, a ter uma palavra a dizer. Este olhar para fora do museu obriga a adoptar um ângulo de abordagem necessariamente mais atento e mais dinâmico, o que está longe de ser um processo de fácil gestão. Também a este nível se exige uma mudança de atitudes e comportamentos.

A participação das comunidades remete a discussão para outro tópico, designadamente, o desenvolvimento sustentável. A Convenção 2003 coloca ênfase na relação do PCI com o desenvolvimento sustentável. De facto, este é um tema recorrente na agenda política actual. A cultura deve fazer parte do desenvolvimento económico, tal como se concluiu no relatório *Our Creative Diversity*, em 1996. No mundo dos museus, pode-se situar a Mesa-redonda de Santiago de Chile (1972)²³⁵ como o momento-chave para compreender o museu como instrumento de desenvolvimento²³⁶, ideia que permanece ainda actual. Hugues de Varine, que tem trabalhado sobremaneira neste assunto, apresenta uma definição de desenvolvimento oportuna:

“Local development is a process by which a territory detects and utilizes all the resources available (natural, human, and cultural), through the mobilization of the active forces of the community: elected officials and civil servants, economic actors, vocational groups, etc. This process implies technical planning, input from external sources and resources, integration in regional, national and even international economies and systems, but it must be controlled locally.”²³⁷

Tem razão Hugues de Varine²³⁸, quando refere que o desenvolvimento local se deve basear nos recursos endógenos, fazendo parte importante desses recursos o património cultural (material e imaterial). Por sua vez, através dos museus podem-se identificar e

²³⁵ Organizado pelo ICOM, este encontro decorreu em Santiago do Chile entre 20 a 31 de Maio de 1972.

²³⁶ VARINE, Hugues de – A respeito da Mesa-redonda de Santiago. In *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p. 19.

²³⁷ VARINE, Hugues de – The community museum as a continuing process. *Boletim Cultura e Património*. [Aveiro]. ISBN 0873-335X. (Dez. 1997), p. 136.

²³⁸ VARINE, Hugues de - La place du musée communautaire dans les stratégies de développement. In *Actas do II encontro internacional de ecomuseus*. Rio de Janeiro: NOPH [etc.], 2000. p. 50.

valorizar estes patrimónios, o que faz dos museus instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento local. Por outro lado, como bem sublinha o mesmo autor, as estratégias de desenvolvimento local não dispensam a participação das comunidades. Aliás, o sucesso destas estratégias reside no facto de se ancorarem nas comunidades. Consequentemente, estas iniciativas devem configurar-se a partir das comunidades, isto é *bottom-up*, mas tal como Hugues de Varine²³⁹ salienta, na maior parte das vezes, as comunidades não estão preparadas para isso, constituindo um desafio para os museus. Neste sentido, cabe aos museus uma espécie de mediação neste processo, de forma a mobilizar as comunidades para utilizar os seus próprios recursos.

Alguns dos aspectos referidos conduzem a uma outra conclusão. Para lidar com este património, os museus terão de fazer maiores esforços financeiros. Numa altura em que se racionalizam recursos no domínio das políticas culturais, esta poderá representar uma limitação para os museus. No caso português, em particular, é preciso lembrar que a maioria dos museus está sob a tutela da administração pública e, muito particularmente, das autarquias²⁴⁰, que dispõem, quase sempre, de poucos meios, financeiros ou outros. Este aspecto, a par com a falta de recursos humanos, constitui um dos maiores constrangimentos dos museus na formulação de estratégias.

Apesar de um contexto cada vez mais exigente, tudo indica que os museus encontrarão as respostas aos desafios e obstáculos referidos, seja através da criação de novas tipologias de museus e de novos projectos ou através da reformulação de museus já existentes. Afinal, são os constantes desafios de uma sociedade em mudança que mantêm os museus vivos.

²³⁹ VARINE, Hugues – *The community (...)*, *op. cit.*, p. 136.

²⁴⁰ NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos – *Os museus em Portugal no período 2000-2005: dinâmicas e tendências* [em linha]. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2006. [Consult. 9 Abr. 2009]. Disponível em: <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm>

3.3 - QUE MUSEUS?

A UNESCO, através da Convenção 2003 e das orientações daí emanadas sobre o PCI trouxe várias interrogações para os museus, evocando a necessidade de se reflectir sobre os limites e fronteiras do conceito de museu.

Muito provavelmente, nem todos os museus estão em posição de desenvolver estratégias direccionadas para o PCI. Alguns poderão nem sequer querer fazê-lo. Museus nacionais? museus etnográficos? museus de história local? museus de ciência e técnica? ecomuseus? outros? Qual o formato de museu mais adequado para responder à necessidade de aproximação ao PCI?

Sobre os museus nacionais, de facto não é frequente encontrar iniciativas que confirmem a apetência destes museus no desenvolvimento de uma função social junto das comunidades, até porque as suas prioridades não estão, na maior parte dos casos, direccionadas para uma atenção especial para a cultura tradicional dessas ditas comunidades. De uma forma genérica, estes museus representam uma aceção do museu tradicional, de certo modo, mais constrangidos a um edifício e às exigências que se prendem com o estudo, enriquecimento e divulgação das suas colecções e, por outro lado, com o aumento de visitantes²⁴¹.

A visão mais tradicional do museu, onde predomina a centralidade dos objectos e colecções, poderá não responder aos desafios de aproximação ao imaterial. Alguns autores encontram na filosofia do movimento *nova museologia* argumentos passíveis de se coadunarem com as exigências que o paradigma actual da salvaguarda do PCI representa para os museus.

O movimento designado como *nova museologia* nasce no início dos anos setenta do séc. XX e, adoptando as palavras de Graça Filipe, consiste “numa *filosofia*, num sistema de

²⁴¹ VARINE, Hugues de – The museum as a social agent of development. *ICOM News* [Paris]. Vol. 61, n.º 1 (2008), p. 5.

valores e numa atitude ou predisposição para uma intervenção de cariz social”²⁴². Sobre estas duas visões ou perspectivas (visão tradicional vs. nova museologia) muito se tem discutido ao longo das últimas décadas. Jean Davallon e André Desvallés, são alguns dos autores que dão corpo a esta polarização. Note-se que a *nova museologia* continua a fazer eco no momento actual e a suscitar novos olhares.

O ecomuseu, um dos campos de experimentação por excelência da *nova museologia*, é apontado por vários investigadores como sendo um possível modelo para o reconhecimento do PCI pelo facto de favorecer uma visão mais abrangente do papel do museu, integrando o património cultural nas suas diversas dimensões (material, imaterial, natural, etc.) e em função de um território que representa.

No contexto da sétima Assembleia Regional da Ásia e Pacífico do ICOM, que teve lugar em Shanghai (20-25 Out. 2002), foi reconhecida a capacidade do ecomuseu como instrumento viável para a revitalização das culturas²⁴³. Nas palavras de Mariannick Jadé: “les années à venir laissent présager un renouveau sans précédent du modèle de l’ecomusée. Il constitue une perspective de recherche intéressante dans le cadre du *patrimoine culturel immatériel* (...)”²⁴⁴.

Sobre a filosofia dos ecomuseus, não se pode deixar de referir duas personalidades incontornáveis – Georges Henri Rivière e Hugues de Varine. Ambos contribuíram grandemente para o desenvolvimento do conceito ecomuseu. Sobre Georges Henri Rivière, muito haveria para dizer pelos valiosos contributos que trouxe para a museologia²⁴⁵. A ele se deve, em grande medida, a formulação e evolução do conceito de ecomuseu, muito embora seja Hugues de Varine quem, mais tarde, viria a atribuir a

²⁴² FILIPE, Graça – *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado. p. 5.

²⁴³ JADÉ, Mariannick - Le patrimoine immatériel, quels enjeux pour les musées? *La Lettre du Comité National Français*. Paris. ISSN 1639 - 9887. n.º 29 (2005), p. 15.

²⁴⁴ JADÉ, Mariannick – *Patrimoine immatériel: perspectives d’interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L’Harmattan, 2006. ISBN 2-296-00295-1. p. 211.

²⁴⁵ Sobre os contributos de Georges Henri Rivière cf.: CHIVA, Isac - George Henri Rivière: un demi-siècle d’ethnologie de la France. *Terrain* [em linha]. n.º 5 (1985). [Consult. 17 Abr. 2009]. Disponível em: <http://terrain.revues.org/index2887.html>

designação “ecomuseu” (1971). Mas, desde a experiência de Creusot²⁴⁶, considerado, de certa forma, como um dos ecomuseus da primeira geração, este conceito não deixou de evoluir. Ao longo dos últimos trinta anos, a ideia de ecomuseu foi sendo sujeita a várias interpretações. É Hugues de Varine quem diz “demasiadas pessoas usaram aquela palavra para demasiadas coisas”, lamentando, de certo modo, a invenção do termo²⁴⁷.

Todavia, o que se pretende aqui destacar com relação aos ecomuseus são as ideias base nas quais se inspira esta filosofia e que estão também implícitas na *nova museologia*: território, património, comunidade (ou populações). O “ecomuseu” tem sido objecto de várias definições, mas, em razão do tema desta discussão, apresenta-se um excerto de um texto de Hugues de Varine que, tendo em conta a sua actualidade, permite dar resposta à necessidade de abordar o PCI:

“Le bâtiment est remplacé par un *territoire*, qui est celui, bien délimité, d’une communauté. (...) La *collection* se compose de tout ce que porte ce territoire e de tout ce qui appartient à ses habitants, immobilier comme mobilier, matériel ou immatériel. C’est un patrimoine vivant, en changement et en création constante, appartenant pour l’essentiel à des individus, à des familles, à des petites collectivités, (...) Le public est la *population* du territoire concerné, tout entière, à laquelle peuvent venir s’ajouter, accessoirement et secondairement, des visiteurs extérieurs à la communauté”²⁴⁸.

Esta definição, aqui resumida, ilustra claramente a oposição ao museu tradicional, que simplificadamente se traduz num edifício, colecções e visitantes. A trilogia: território, património e comunidade (ou populações), parece ajustar-se melhor a uma aproximação ao PCI. Isto é, neste modelo, as fronteiras intrínsecas a um edifício são substituídas por uma espécie de compromisso por um determinado território, as colecções na sua forma material serão apenas uma parcela de um património mais complexo (material, imaterial, móvel, imóvel e natural) desse território e, finalmente, os visitantes não serão

²⁴⁶ Creusot é configurado inicialmente com a designação *Musée de l’Homme et de l’Industrie* (1972), mas viria a receber o nome de ecomuseu em 1973. Cf . http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/rubrique.php3?id_rubrique=36 [Consult. 16 Abr. 2009].

²⁴⁷ Citação retirada de: FILIPE, Graça, *op. cit.*, p. 287.

²⁴⁸ VARINE, Hugues de - *L’initiative communautaire: recherche et expérimentation*. Paris: Ed. M.N.E.S., 1991. ISBN 2-906045-04-7. vol. 1, p. 136.

apenas aqueles que visitam o museu, mas toda a população, que passa a ser o enfoque principal do museu. Assim, parece claro, que um museu que adopte este modelo ou visão, passa a integrar na sua estratégia a salvaguarda do PCI.

No entanto, não se trata de encontrar um modelo normalizado, mas uma abordagem que tenha em conta o conjunto de aspectos referidos, privilegiando a ideia de que o museu deve estar aberto e atento às mudanças que se processam na sociedade, em oposição a um museu demasiado institucionalizado, fechado e normalizado. Dito isto, não importa o nome que se lhe atribua: ecomuseu, museu comunitário, museu local, museu de sociedade, museu de território, entre outros. Mas sim, os frutos dessa árvore. Ou seja, torna-se mais importante o enfoque nos resultados alcançados pelo museu do que nos procedimentos propriamente ditos. Como recorda Maurizio Maggi: “by their fruits, you shall know them”²⁴⁹.

Vislumbrando-se ou não, o desenvolvimento de novos projectos museológicos e, independentemente dos contornos conceptuais que possam assumir, não se pode esquecer a oportunidade que os museus e, em particular, os museus etnográficos e museus locais têm para se redefinirem. Estes museus dispõem de colecções que estão associadas à cultura tradicional das comunidades onde se inserem, o que permite antever um vasto campo de trabalho no âmbito do PCI, já que muito naturalmente estas colecções necessitam de ser reinterpretadas ou contextualizadas, estabelecendo ligações com o presente. É preciso lembrar que um estudo de 2005 sobre os museus em Portugal concluiu que os museus de Etnografia e Antropologia constituem no panorama museológico uma expressão assinalável (19,3%), não esquecendo os museus mistos e pluridisciplinares (14,9%) que apresentam quase sempre colecções etnográficas²⁵⁰.

Assim, considerando a importância que se tem dado ao PCI nos últimos tempos, este pode ser o mote para que alguns museus possam reformular as suas estratégias de actuação e a desprenderem-se de um olhar estritamente material dos objectos. Neste

²⁴⁹ Citação referida no seguinte artigo: MAGGI, Maurizio - *The tree and its fruits: is the ecomuseum still a museum?* [em linha]. 26 Ago. 2005. [Consult. 4 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.interactions-online.com/page_news.php?id_news=187&filtre_visu=0&pr=stephen

²⁵⁰ NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos – *Os museus em Portugal no período 2000-2005: dinâmicas e tendências* [em linha]. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2006. p. 16.[Consult. 9 Abr. 2009]. Disponível em: <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm>

sentido, isto pode aplicar-se a museus de diferentes configurações e escalas, desde o museu mais pequeno ao maior, do ecomuseu ao museu municipal, pois o que realmente importa é a necessidade de se investir numa abordagem mais holística do património, em detrimento de abordagens mais restritivas. Em síntese, tal como aponta Silvia Singer:

“Intangible heritage (...) concerns all of us, as museums are creators of collective memory. Therefore, we should be aware that one of our main objectives is to bring to the present the meaning of any object or topic we are dealing with, be it art, history, ethnography, or science”²⁵¹.

²⁵¹ SINGER, Silvia - Preserving the ephemeral: the International Museum Day 2004 in Mexico. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006). p. 72.

3.4 - QUAL O PAPEL DOS MUSEUS?

A Convenção 2003 encontra justificação na ideia de que muitas das tradições culturais estão a desaparecer rapidamente e que, por sua vez, este é um fenómeno que é preciso combater através da implementação de medidas que assegurem a continuidade destas práticas (estudo, documentação, valorização, etc.). Na verdade, esta ideia não é inteiramente nova. Na opinião de Beate Wild,²⁵² “traditions are constantly in the process of dissolving and are being replaced by others”. O mesmo autor lembra que no passado, mais concretamente com o advento da Revolução Industrial, muitas tradições ficaram igualmente ameaçadas e muitas desapareceram irremediavelmente. Porém, algumas, dessas tradições foram, em parte, resgatadas, objecto de recolha e documentação em museus. Afinal, o que mudou desde então? Qual é hoje o papel dos museus contemporâneos?

Antes de mais, importa sublinhar que o paradigma da salvaguarda do património cultural tem vindo a alterar-se significativamente nas últimas décadas. Sobre esta perspectiva, Chiara Bortolotto esclarece:

“l’evoluzione delle politiche dell’UNESCO nell’ambito del patrimonio culturale ha condotto all’abbandono progressivo del modello della *protezione attraverso la documentazione*, cioè di una prospettiva scientifica fondata essenzialmente sulla conservazione attraverso lo studio, l’archiviazione e la documentazione di oggetti culturali materiali -nei musei- o immateriali -negli archivi. A questo modello si sostituisce oggi l’idea di salvaguardia che si basa sulla trasmissione estesa ad una dimensione socio-culturale più complessa. (...) la differenza tra questi due concetti presuppone il passaggio da un paradigma centrato sulla protezione dell’oggetto attraverso lo studio, mediato dall’intervento di una categoria di specialisti e tecnici, a una prospettiva centrata sulla salvaguardia delle pratiche e dei “processi culturali” e quindi anche del contesto sociale della loro produzione.”²⁵³

²⁵² WILD, Beate - *Dead-end-road or turn-table between yesterday and tomorrow? New aims for museums* [em linha]. [Consult. 27 Mar. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2003/wild.html>

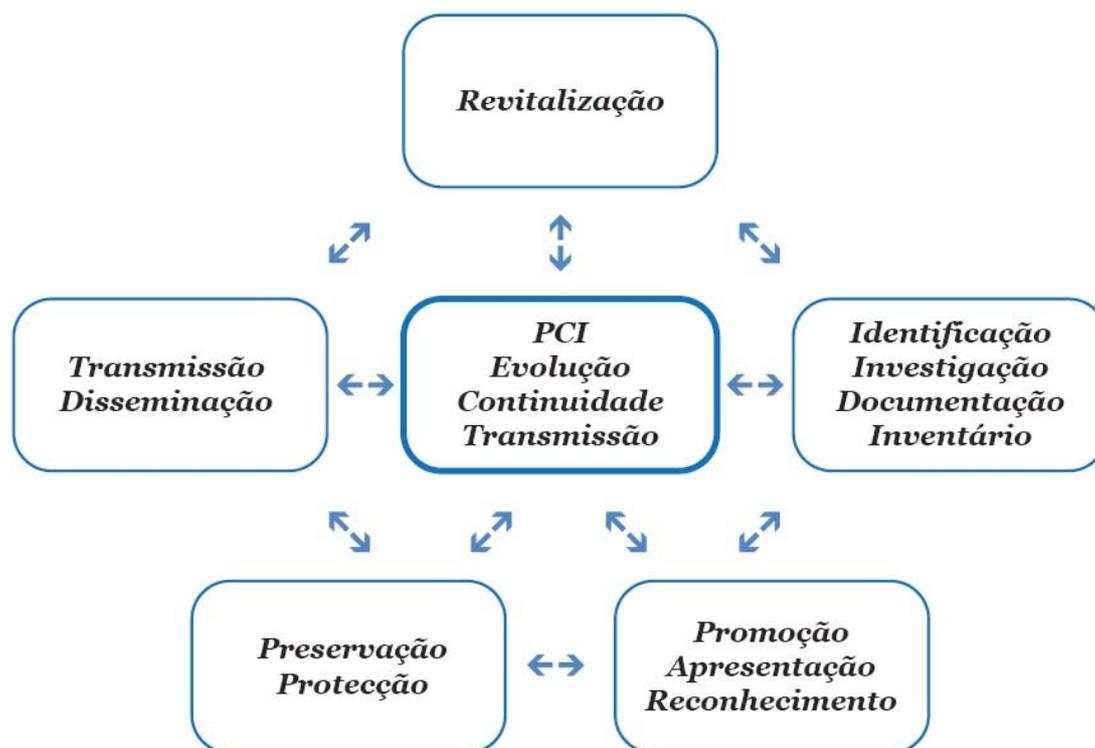
²⁵³ BORTOLOTTI, Chiara - *Il concetto di “salvaguardia” e il ruolo delle “comunità” nella Convenzione per la salvaguardia del patrimonio culturale immateriale* [em linha]. Milano, 5 maggio 2008. p. 2. [Consult. 4 Set. 2008]. Disponível em:

Tendo em conta o seu carácter dinâmico, o PCI é entendido pela UNESCO como *living heritage*, o que configura as estratégias de salvaguarda para algo mais que a sua documentação e fixação, iniciativas que apesar de importantes não asseguram, efectivamente, a continuidade das tradições, objectivo último da Convenção 2003. Com efeito, terão de ser equacionadas estratégias de salvaguarda que assegurem a complexidade desta abordagem. Esta é a questão de fundo com que os museus e outras instituições terão que se confrontar. Todavia, colocar em prática estes considerandos pode revelar-se uma tarefa difícil. O esquema que apresentamos, em baixo, ilustra a dinâmica que uma estratégia de salvaguarda requer.

Fig. 1 - Para uma estratégia de salvaguarda: assegurar a continuidade do PCP²⁵⁴

http://www.lombardiacultura.it/redazionale/cc/Intervento_Chiera_Bortolotto.pdf

²⁵⁴ Adaptado de: YOSHIDA, Reiko - *National capacity-building workshop on the implementation of the Convention for Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (19-20 September 2008, Maputo,*



A forma como os museus poderão dar resposta a este repto poderá ser bastante diversa. Como ponto de partida desta reflexão, tome-se como referência a abordagem do museólogo italiano Giovanni Pinna. Sobre uma definição mais operacional para a museologia e em resposta à definição de PCI encontrada na reunião de Março de 2001 da UNESCO²⁵⁵, Giovanni Pinna identificou três categorias de PCI:

“The first category should include the expressions, embodied in physical form, of the culture or traditional ways of life of a certain community, for example, their religious rites, traditional economies, ways of life, folklore, etc.”²⁵⁶

Mozambique) [em linha]. [Consult. 4 Mai. 2009]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00419-EN.ppt#281,1>

²⁵⁵ “peoples learned processes along with the knowledge, skills and creativity that inform and are developed by them, the products they create, and the resources, spaces and other aspects of social and natural context necessary to their sustainability; these processes provide living communities with a sense of continuity with previous generations and are important to cultural identity, as well as to the safeguarding of cultural diversity and the creativity of humanity”. In UNESCO - *International Round Table on ‘Intangible Cultural Heritage – working Definitions’, 14 – 17 March, Turin, Italy: final report* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00077-EN.pdf>

²⁵⁶ Sobre esta categoria, Giovanni Pinna dá como exemplos algumas das expressões proclamadas no âmbito do programa “Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade”, nomeadamente as marionetas sicilianas, entre outros.

In the second category (...) all those individual or collective expressions which do not have a physical form: language, memory, oral traditions, songs and non-written traditional music, etc.²⁵⁷

The third category of intangible heritage includes the symbolic and metaphorical meanings of the objects which constitute tangible heritage. Every object has two dimensions: a) its physical aspect, for example its shape and size, and b) its meaning, which derives from its history, from the interpretation it receives from others, from its capacity to link past and present, and so forth.²⁵⁸

No que respeita à primeira e à segunda categoria, Giovanni Pinna sublinha que os museus podem desenvolver muito trabalho, sobretudo ao nível da documentação, através de registos áudio, vídeo, fotografia, transcrições, etc. Todavia, adverte para os riscos inerentes à fixação no espaço e no tempo destas expressões, contrariando, assim, uma das características fundamentais deste património – trata-se de um património vivo, e por isso sujeito a constantes mutações. Por outro lado, Giovanni Pinna enfatiza a importância da terceira categoria. Isto é, o papel dos museus relativamente ao PCI situa-se, em grande medida, ao nível da interpretação e na contextualização dos objectos associados a estas práticas, sob a forma de textos que os explicam e interpretam (nas áreas disciplinares a que estão associados: arqueologia, antropologia, história, etc.), dando, assim a conhecer as diferentes opiniões e abordagens sobre os seus possíveis significados ou não. As exposições e a difusão deste património são, na perspectiva de Giovanni Pinna, algumas das contribuições concretas que os museus podem dar.

Este enquadramento, apesar de pertinente, não esgota as possibilidades de acção dos museus no que respeita ao PCI. Não descurando a proposta de Giovanni Pinna, os museus podem enveredar por três abordagens: como catalizadores, como intermediários e como espaço em si mesmo.

O museu no papel de catalizador deve ser capaz de provocar a reflexão e, porventura, a mobilização das comunidades. Esta abordagem pode reflectir-se junto das comunidades, sensibilizando-as para a importância do PCI e para os problemas que concorrem para o

²⁵⁷ A título de exemplo o autor destaca a tradição oral do povo *Zapara* no Equador e Peru.

²⁵⁸ PINNA, Giovanni – Intangible heritage and museums. *ICOM News* [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003).

seu desaparecimento. Para além disso, pode caber ao museu a tarefa de informar sobre as possibilidades de desenvolver estratégias de salvaguarda (ex. inventários, sistemas de transmissão, etc.) e, não menos importante, sobre como explorar o PCI em benefício das comunidades e do desenvolvimento local. Este trabalho pode ser feito através de várias actividades no museu, tais como exposições (ex. itinerância), serviço educativo, promoção de estudos, recursos *online* (*websites*, *blogues*, etc.), workshops, seminários, etc.

Na perspectiva da mediação, os museus podem desenvolver actividades de coordenação e apoio a projectos de salvaguarda pelas comunidades, fazendo uso das suas competências técnicas e científicas. Isto pode reflectir-se na organização e dinamização de redes informais ou formais entre os diversos interessados, grupos, entidades e pessoas, na comunidade ou fora dela, para viabilizar a implementação de projectos de valorização do PCI. Note-se que é neste sentido que a Convenção 2003 formula orientações, ou seja, que devem ser as comunidades a preservar o seu património, sendo o papel dos profissionais (ex. profissionais de museus) o de facilitadores deste processo.

Os museus dispõem à partida, ou devem dispor, de importantes recursos. Referimo-nos concretamente ao facto do museu configurar em si mesmo um espaço, mas também um meio de expressão, de educação e de comunicação. Para além disso, dispõe de espaços para expor e armazenar, isto é, reúne um conjunto de condições que poderão estar à disposição das comunidades e do seu desenvolvimento²⁵⁹. Neste sentido, o museu pode ser o lugar para guardar, criar e transmitir o PCI. Por um lado, assegurar a documentação e arquivo do PCI revela-se assim, uma tarefa fundamental, no sentido em que ao fazê-lo o museu está, de certo modo, a permitir que investigadores, mas sobretudo as próximas gerações tenham acesso a este património e que o possam recrear e revitalizar, se assim o quiserem. Por outro lado, a transmissão destas tradições pode ser viabilizada pelo museu através de programas e actividades educativas. Para além disso, o museu pode ser um lugar de encontro destas comunidades, um espaço de aprendizagem e onde se poderá desenvolver a sua identidade e a transmissão de conhecimentos e saberes.

²⁵⁹ VARINE, Hugues de - La place du musée communautaire dans les stratégies de développement. In *Actas do II encontro internacional de ecomuseus*. Rio de Janeiro: NOPH [etc.], 2000. p. 53.

Em termos muito gerais, foram perspectivadas possíveis abordagens para o desenvolvimento de boas práticas no domínio do imaterial, que em conjunto ou em separado podem consubstanciar um leque variado de actividades ao alcance dos museus, sendo certo que os seus limites de actuação serão variáveis em função das características intrínsecas de cada museu.

3.5 - CONTRIBUTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NOS MUSEUS

Sendo certo de que não existem modelos de actuação no que concerne ao PCI, mas sim boas práticas, caberá a cada museu encontrar as soluções que mais se ajustam à sua realidade. As expressões do PCI são diversas (dança, ritual, tradição oral, etc.) e estão associadas a contextos igualmente específicos. Nesse sentido, a implementação de medidas de salvaguarda não pode ser entendida de forma padronizada, requer quase sempre uma visão pragmática e, portanto, a necessidade de avaliar caso a caso. Partindo desta premissa, importa aqui apresentar algumas pistas que possam contribuir para uma abordagem a esta questão, que se revela, desde logo, bastante complexa.

Tomando como eixo de reflexão as principais funções dos museus, nomeadamente a documentação (incluindo inventário), investigação, comunicação e educação, são apresentados ao longo do texto vários exemplos de boas práticas na salvaguarda do PCI. Nalguns casos, faz-se referência a experiências que apesar de desenvolvidas fora dos museus são exemplos que, em nosso entender, podem contribuir para a reflexão do tema. Também neste sentido, são mencionados casos aplicados ao património cultural, em sentido lato, cujos exemplos se revelaram pertinentes pelas lições que se podem inferir para o PCI.

Merece aqui uma nota para explicar que se optou por não desenvolver detalhadamente uma das principais funções museológicas dos museus, a Conservação, privilegiando, por sua vez, o conceito de salvaguarda, que tal como se define no texto da Convenção 2003 inclui todas as medidas que assegurem a viabilidade do PCI (identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão, através da educação formal e não formal, revitalização). Assim, julga-se enquadrado o tema da “conservação” do PCI no conjunto alargado de acções no museu que possam conduzir à sua salvaguarda.

3.5.1 - DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIOS

Muito do debate em torno da Convenção 2003 centra-se na realização de inventários sobre o PCI. Conhecer para intervir! Este é o argumento mais utilizado para justificar o papel dos inventários, ainda que entendido numa estratégia mais alargada de salvaguarda. Neste sentido, os inventários não devem ser um fim em si mesmo, mas consubstanciar objectivos de estudo, salvaguarda, gestão, etc. A documentação configura-se igualmente como uma medida de salvaguarda, mas segundo a Convenção, a relação entre inventário e documentação prende-se com diferentes exigências de aprofundamento e detalhe. Ou seja, nos inventários deverá constar apenas a informação necessária para assegurar a reconhecimento deste património, respectiva sensibilização e a sinalização das expressões que requerem a implementação de medidas de salvaguarda²⁶⁰. Sendo assim, nesta perspectiva, os inventários constituem um primeiro nível de documentação, mais limitado e sucinto.

Nesta matéria, os museus confrontam-se com duas opções igualmente válidas. Uma primeira opção prende-se com a necessidade de melhor documentar as colecções já existentes, sob o ponto de vista do imaterial. Com frequência, o argumento principal é que muitas colecções etnográficas chegaram ao museu sem informação. Neste campo há um trabalho enorme a ser feito, sobretudo na ligação desses artefactos do passado com as práticas tradicionais que ainda hoje se mantêm vivas no seio das comunidades. Um outro caminho viável é a realização de novos inventários, enquadrados nas orientações da UNESCO, virados para fora do museu, mas em articulação com as suas colecções, no território e junto das comunidades (e com as comunidades). Em ambos os casos, algumas recolhas podem ter lugar, com vista à sua incorporação nos acervos dos museus, dando cumprimento àquela que é também uma das funções principais dos museus.

²⁶⁰ BORTOLOTTI, Chiara; GRENET, Sylvie - *Les pratiques des inventaires dans le cadre de la Convention de l'UNESCO* [em linha]. Paris: Institut national du patrimoine, [2007]. p. 3. [Consult. em 10 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.inp.fr>

Sobre um ponto de situação relativamente à documentação do PCI nos museus, Nick Crofts esclarece:

“(…) little concrete progress has (…) been made to provide museums with the appropriate tools for documenting and conserving intangible heritage. The field is still a relatively new one for museums and so far pretty much untilled. Existing documentation standards such as Spectrum and CIDOC’s own Information Categories, are heavily biased towards documenting material objects, and are ill-suited for describing intangible entities such as performances, events, customs and religious beliefs. Similarly, most available museum software packages provide little or no support for dealing with intangible heritage in a convincing and integrated way (…)”²⁶¹.

De facto, ao analisar um dos documentos de referência do CIDOC para a documentação nos museus – *Statement of principles of museum documentation*, é possível constatar que é omissivo em matéria de orientações que extrapolem a vocação material das colecções:

“Museum documentation is concerned with the development and use of information about the objects within a museum collection and the procedures which support the management of the collection. This information should be recorded in written or digital form in a museum documentation system and should be accessible to staff, researchers and the public.”²⁶²

Todavia, é preciso reconhecer que alguns sinais têm sido dados no sentido de olhar o imaterial como objecto de estudo. Disso é exemplo a conferência internacional do CIDOC, em 2002, no Brasil, como se pode verificar pelo tema escolhido – *Preservando Culturas: Documentando o Património Imaterial*²⁶³.

²⁶¹ CROFTS, NICK, *op. cit.*, p. 7.

²⁶² ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC) – *Statement of principles of museum documentation* (version 6.0) [em linha]. August 2007. [Consult. 15 Mai. 2009]. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/principles6.pdf>

²⁶³ ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC) – *Preservando culturas: documentando o património imaterial, Encontro do CIDOC, Porto Alegre, Brasil, 2002* [em linha]. [Consult. 26 Mar. 2008]. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/content/archive/cidoc2002/www.icom.org.br/cidoc2002>

Também nos museus portugueses existem poucos inventários constituídos para o PCI ou que reflectam uma abordagem cruzada do material e do imaterial, predominando ainda uma preocupação centrada na materialidade das colecções. Por outro lado, este trabalho de inventário raramente extrapola as colecções para o terreno, ou seja, para as comunidades onde este património é recriado. Neste sentido, as colecções, sobretudo as etnográficas, que foram reunidas nos museus a partir de recolhas no terreno, apenas muito excepcionalmente, são actualizadas.

Também é certo que, não se enquadrando num contexto de levantamento sistemático do PCI ou numa base de dados, em alguns museus portugueses decorrem já iniciativas que denotam uma preocupação com a documentação de algumas expressões deste património. Referimo-nos, por exemplo, ao trabalho desenvolvido pelo Museu do Trabalho Michel Giacometti, que no contexto de um projecto de investigação sobre os pescadores de Setúbal tem documentado (registo vídeo e fotográfico) e acompanhado com alguma sistematização, há já alguns anos a esta parte, uma tradição desta comunidade – a *Festa de Nossa Senhora do Rosário de Tróia*²⁶⁴. Outro exemplo vem do Museu da Luz. A documentação, sobretudo em suporte audiovisual, das práticas sociais e culturais da população da Aldeia da Luz foi levada a cabo, a partir de 1999, numa tentativa de registar todas as práticas que estavam na eminência de desaparecer, já que a aldeia seria submersa no seguimento dos trabalhos da barragem do Alqueva. Este projecto, *Imagens e Sons para o Museu da Luz*, realizou-se ao longo de cinco anos com o objectivo de vir a constituir um arquivo no futuro museu²⁶⁵. Um conjunto muito variado de aspectos foi documentado:

“actividades ligadas ao ciclo agrícola, às tecnologias tradicionais, aos rituais religiosos (Festa da Nossa Sra. Da Luz, Natal, Páscoa, Pascoela, Dia dos Mortos), aos rituais ligadas [sic] à comida, registos de espaços interiores de casas; transformações que os espaços públicos e privados sofreram ao longo dos anos, sobretudo a partir de 1960, e a acção quase dialéctica entre essas mudanças e a vida física e emocional das pessoas.”²⁶⁶

²⁶⁴ VICTOR, Isabel – Festa de N.ª Senhora do Rosário de Tróia. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*. [Lisboa]. ISSN 1645-2186. n.º 21 (Set. 2006), p. 14.

²⁶⁵ COSTA, Catarina Alves; MOURÃO, Catarina – Imagem em movimento nos museus: experiências e práticas. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. 8.

²⁶⁶ *Ibidem*.

Em paralelo, foram conduzidas entrevistas à população no sentido de registar histórias de vida²⁶⁷.

Apesar da escassez de iniciativas nesta área, importa registar a existência de casos de museus portugueses que desenvolveram bases de dados em resposta à necessidade de integrar a dimensão imaterial associada aos objectos das suas colecções. O Ecomuseu do Barroso (Montalegre) e o Museu da Chapelaria (S. João da Madeira) são dois desses exemplos. Em estreita colaboração com a Universidade Fernando Pessoa, nestes museus foram desenvolvidos sistemas de inventário que permitiram responder às especificidades das suas colecções, constituídas por património material e imaterial. O Museu da Chapelaria (antiga fábrica de chapéus do séc. XX), a par com a preservação dos objectos propriamente ditos, recolheu no terreno as memórias daqueles que um dia foram os operários da fábrica, daí resultando um conjunto de testemunhos que se encontra acessível através do sistema de inventário referido²⁶⁸. Assim sendo, o sistema criado procurou cumprir os seguintes objectivos: “(...) associar o património material e imaterial expondo as suas relações, servir o museu no que respeita a inventário e gestão de colecções e servir o público, do investigador especializado ao público em geral”²⁶⁹. Também no caso do Ecomuseu do Barroso foi concebido um sistema de inventário de raiz que integrasse as especificidades daquele museu, estruturado em vários núcleos no território e com colecções muito diversas²⁷⁰. No que diz respeito ao PCI, o museu tinha já alguma documentação em suporte electrónico que importava incluir nesta base de dados²⁷¹. Independentemente das especificidades ou limitações destas bases de dados, o que importa sublinhar é que se começam a dar os primeiros passos numa área que ainda não está consolidada, seja em contexto nacional como internacional.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ Esta base de dados está ainda em desenvolvimento, mas encontra-se disponível em: <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/chapeu/index.pl> [Consult. 13 Fev. 2009].

²⁶⁹ LIRA, Sérgio; MENEZES, Suzana – *Memórias e artefactos que falam de chapelaria: património imaterial no Museu da Indústria de Chapelaria* [em linha]. Porto, Março 2004. [Consult. 13 Fev. 2009]. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/mesa_redonda_primavera_sergio.PDF

²⁷⁰ Sobre a concepção e desenvolvimento deste sistema consultar: GOUVEIA, Feliz; LIRA, Sérgio – Sistema de inventário e de gestão de colecções para o Ecomuseu de Barroso [em linha]. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do Museu*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre e Ecomuseu de Barroso, 2006. p. 95-101. [Consult. em 12 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/minom.pdf>

²⁷¹ O Sistema de Inventário e Gestão Documental do Ecomuseu de Barroso está acessível no seguinte endereço: <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/eco/index.pl> [Consult. 16 Fev. 2009].

Ainda no contexto da documentação do PCI, importa acrescentar que no mercado português surgiu já a comercialização de um *software* destinado a documentar o PCI, respondendo ao que parecer ser um potencial campo de trabalho para alguns museus²⁷².

²⁷² O *software* referido foi desenvolvido pela empresa “Sistemas do Futuro – Multimédia, Gestão e Arte, Lda”. Segundo informações recolhidas em 2007 junto do Dr. Alexandre Matos, colaborador da Sistemas do Futuro, o *software In Memoria*, encontra-se implementado apenas num museu. Trata-se do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), que tem este sistema a funcionar, integrado numa outra aplicação para o património móvel e imóvel – o *In Patrimonium Premium*, produto da mesma empresa. Todavia, estão em desenvolvimento projectos com outras instituições, nomeadamente com o Museu da Olaria (Barcelos) e com a Câmara Municipal de Portel. Esta autarquia tem trabalhado no estudo e documentação do cante alentejano.

3.5.1.1 - QUE TIPOLOGIAS DE INVENTÁRIOS?

Face ao enquadramento da Convenção 2003, muitos museus sentirão necessidade de introduzir iniciativas na sua programação no sentido de dar visibilidade ao PCI do seu território. A implementação de inventários será seguramente um primeiro passo para a identificação deste património num determinado território. Todavia, a realização de inventários, sejam estes mais ou menos sistemáticos, mais abrangentes ou não, exige uma reflexão sobre uma multiplicidade de aspectos que aqui se resumem, tendo em conta as orientações da UNESCO.

- Os inventários não são mais que uma primeira etapa da documentação. A informação recolhida desta forma deverá consubstanciar um primeiro nível de informação, mais sucinto, mas imprescindível à identificação do PCI e à definição de estratégias de salvaguarda. Neste sentido, por si só, o acto de inventariar não significa que os elementos de PCI identificados se encontrem salvaguardados.
- Os inventários devem ser suficientemente detalhados, mas, por outra parte, devem ser evitados projectos demasiado ambiciosos, tendo em linha de conta um equilíbrio sustentável dos recursos disponíveis.
- A informação reunida no processo de inventariação deve ser a mais completa e abrangente possível, todavia, deve ser encontrado um nível mínimo de conteúdos a partir de uma definição do que se considera essencial.
- Os inventários devem reflectir a interdependência do PCI e do património material, ainda que se reconheça que a existência do PCI não depende necessariamente de objectos ou lugares (*Declaração Yamato*).
- Os inventários devem ser revistos e actualizados regularmente. Tratando-se de um património vivo e em constante evolução, o trabalho de identificação nunca

pode ser dado como finalizado. Torna-se, assim, indispensável que estes inventários reflectam as mudanças que se processam nestas práticas culturais, dando conta da sua evolução e sobre o risco de desaparecer. É neste aspecto que se distinguem os inventários anteriores à Convenção 2003, geralmente mais vocacionados para a investigação, não dando conta do carácter evolutivo dos elementos do PCI.

- Nem sempre é possível inventariar tudo. Não se pode esquecer que o PCI se manifesta num leque variado de expressões e, neste sentido, devem ser estabelecidas prioridades e tomadas opções em termos da abrangência temática e geográfica.
- A implementação de projectos-piloto de inventário, limitados a um determinado domínio do PCI ou delimitação geográfica pode revelar-se uma estratégia enriquecedora com vista à preparação e definição de um inventário final mais abrangente.
- Os inventários devem beneficiar uma abordagem *bottom-up*, que inclua a participação das comunidades.
- O inventário é uma ferramenta que se pretende flexível e de fácil gestão.
- Havendo vários inventários a decorrer, no museu ou fora dele, deve haver coerência entre os mesmos.
- “Inventário dos inventários”. Existe um amplo trabalho prévio que importa fazer e que implica uma retrospectiva sobre os inventários etnográficos do passado, privilegiando uma postura crítica sobre os mesmos. Estes inventários são preciosos contributos, importantes fontes históricas que podem servir objectivos de investigação e revitalização das tradições. No entanto, é preciso ter em conta que estes inventários têm, muitas das vezes, um carácter subjectivo e estão profundamente ligados à personalidade que os desenvolveu. Por isso, não é raro

encontrar inventários mais sumários para determinadas áreas do conhecimento, mais desenvolvidos noutras e o mesmo se passa em termos geográficos. Contudo, as lições obtidas a partir das experiências destes inventários etnográficos são pertinentes para a actualidade. Como lembra Daniel Fabre²⁷³, a natureza e evolução do conceito de inventário alterou-se significativamente. Agora estamos perante a necessidade de uma postura mais vigilante na implementação e gestão dos inventários, no entanto, algumas das debilidades dos inventários etnográficos do passado não deverão ser repetidas. Neste sentido, o mesmo autor sublinha mais alguns aspectos a considerar no desenvolvimento de inventários:

- Uniformidade *versus* diversidade real do território.
- Linguagem do terreno *versus* linguagem teórica e académica.
- Formação dos investigadores no terreno.

A UNESCO divulgou uma proposta de ficha de inventário direccionada para o PCI, apresentada abaixo (Fig. 2). Esta ficha sugere a organização da informação em torno de seis campos essenciais: identificação do elemento; características; pessoas e instituições envolvidas; avaliação da situação em que se encontra a manifestação; informação sobre a recolha da informação e inventário; e, finalmente, referência à bibliografia, fontes, discografia e material audiovisual. Este exemplo poderá configurar-se como um ponto de partida para um museu que pretenda colocar em prática uma acção de inventário sistemática no território onde se insere.

²⁷³ FABRE, Daniel - *Les formes et les pratiques de l'inventaire ethnographique européen (XIXe, XXe siècles)*. (Comunicação apresentada no colóquio «Le Patrimoine Culturel Immatériel de l'Europe: Inventer son Inventaire», Institut national du patrimoine, Paris, 30 novembre 2007).

Fig. 2 - Outline for Inventorying Elements of the Intangible Cultural Heritage²⁷⁴

1. Identification of the element

- 1.1. Name of the element, as used by community or group concerned;
- 1.2. Short, maximally informative title (including indication of domain(s));
- 1.3. Community(ies) concerned;
- 1.4. Physical location(s) of element;
- 1.5. Short description.

2. Characteristics of the element

- 2.1. Associated tangible elements (if any);
- 2.2. Associated intangible elements (if any);
- 2.3. Language(s), register(s), speech level(s) involved;
- 2.4. Perceived origin.

3. Persons and institutions involved with the element

- 3.1. Practitioner(s)/performer(s) name(s), age, gender, social status, and/or professional category, etc.;
- 3.2. Other participants (e.g., holders/custodians);
- 3.3. Customary practices governing access to the element or to aspects of it;
- 3.3. Modes of transmission;
- 3.4. Concerned organizations (NGO's and others).

4. State of the element: viability

- 4.1. Threats to the enactment;
- 4.2. Threats to the transmission;
- 4.3. Availability of associated tangible elements and resources;
- 4.4. Viability of associated tangible and intangible elements;
- 4.5. Safeguarding measures in place.

5. Data gathering and inventorying

- 5.1. Involvement of the community/group in, and consent for data gathering and inventorying;
- 5.2. Restrictions, if any, on use of inventoried data;
- 5.3. Resource persons(s) name and status or affiliation;
- 5.4. Date and place of data gathering;
- 5.5. Date of entering data into an inventory;
- 5.6. The inventory entry compiled by...

6. Reference to literature, discography, audiovisual materials, archives

²⁷⁴ Este documento resulta da contribuição de vários especialistas (UNESCO/ITH 12/10/2006). In UNESCO – *Meeting on inventorying intangible cultural heritage in Ethiopia, Djibouti and Somalia (19-20 October 2006, Addis Ababa): final report* [em linha]. [Addis Ababa]: UNESCO, 4 January 2007. [Consult. em 22 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00062-EN.pdf>

A realização de inventários requer, em muitos dos casos, o desenvolvimento de bases de dados que possam organizar a informação recolhida, actualizá-la e divulgá-la. Por sua vez, isso implica considerar a necessidade de sistematizar a informação e dar-lhe coerência conceptual, através da definição de categorias e de um vocabulário controlado. A este propósito, é oportuno apresentar dois exemplos de inventários, que deram origem a duas bases de dados, mas com configurações e a partir de contextos distintos. Um dos inventários tem o suporte de uma universidade canadiana, o outro foi desenvolvido no contexto da administração de uma região autónoma espanhola. Destes dois projectos, são referidos apenas alguns aspectos, tendo em conta a sua relevância para o desenvolvimento deste tema, muito especialmente os objectivos e metodologias adoptadas.

Para a Região de Múrcia (Espanha), a elaboração de um inventário para o PCI constitui um instrumento para o reconhecimento e protecção deste património, mas a informação daí resultante contribui para a definição de estratégias culturais neste território²⁷⁵. Por outro lado, vem dar resposta à aplicação da legislação sobre património cultural em vigor nesta região, nomeadamente a Ley 4/2007 de 16 de Março, que considera o PCI como parte integrante do património cultural e que, como tal, pode ser classificado em três categorias: *bien de interés cultural*, *bien catalogado por su relevancia cultural* e *bien inventariado*. O património classificado como *bien de interés cultural* poderá ser incluído no *Registro de Bienes de Interés Cultural de la Región de Murcia*. Por sua vez, o património que não mereça esta classificação pode ser declarado como *bien catalogado por su relevancia cultural*, passando a integrar o *Catálogo del Patrimonio Cultural de la Región de Murcia*. Por fim, a classificação de *bien inventariado* aplica-se aos casos em que, embora reconhecido o valor cultural do bem, este não reúne os requisitos para uma classificação no âmbito das duas categorias anteriores, podendo, todavia, ser incluído no *Inventario de Bienes Culturales de la Región de Murcia*²⁷⁶.

²⁷⁵ GARCIA SIMÓ, Inmaculada; INIESTA SANMARTÍN, Ángel; LEMA CAMPILLO, Aurora – Approach to intangible heritage management in the regional administration of Murcia Region. In CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo, ed. - *Le patrimoine culturel immatériel et le rôle d'institutions publiques dans l'implémentation d'inventaires: actes du Séminaire International, Université d'Évora, 22 Juin 2007*. [S.l.]: CIDEHUS, Junho 2008. ISBN 978-989-602-153-5. p. 23.

²⁷⁶ LEY n.º 4/2007. “Boletín Oficial de la Región de Murcia”. 83 (2007-03-16). p. 11363-11364.

Foi no espírito da Convenção 2003 que a Região de Múrcia realizou uma aproximação ao PCI do seu território. Para este efeito, seguiram-se algumas etapas essenciais. Num primeiro momento, foi constituído o *Observatorio del Patrimonio Inmaterial y Etnográfico de la Región de Murcia*, cujos objectivos se podem traduzir da seguinte forma²⁷⁷:

- Criar uma rede de cooperação que inclua agentes e investigadores do património imaterial e etnográfico, possibilitando a comunicação entre os vários interessados.
- Servir como plataforma de intercâmbio no âmbito da salvaguarda do património imaterial e etnográfico.
- Servir como espaço para a participação dos cidadãos para a investigação de temas relativos património imaterial e etnográfico.
- Espaço de mediação entre investigadores, possíveis agentes e articulação com a administração da Região de Múrcia em matérias relativas ao património cultural.

A etapa seguinte consistiu na elaboração de uma primeira aproximação ao PCI da região, que se materializou numa lista das manifestações vigentes, através do contacto directo com os municípios, museus, arquivos e demais instituições ligadas ao património. Desde o início, a implementação de um inventário pelo *Servicio de Patrimonio Histórico* foi pensado para que a informação recolhida viesse a constituir uma base de dados informatizada desenvolvida especificamente para esta situação – *Catalogo de Bienes Inmateriales de Interes Historico de la CARM* (Fig. 3). A última etapa consistiu na implementação do inventário e catálogo, recorrendo ao trabalho de campo sistemático, realizado por uma equipa de investigadores²⁷⁸.

²⁷⁷ <http://www.patrimur.com/etnografia/observatorio.php> [Consult. 24 Abr. 2009].

²⁷⁸ Algumas das etapas referidas foram realizadas no contexto do projecto MEDINS (2006-2008), no qual a região de Murcia era parceiro.

Fig. 2 - *Catálogo de Bienes Inmateriales de Interés Histórico de la CARM*²⁷⁹

The image shows a screenshot of a Microsoft Access database form. The title bar reads 'Microsoft Access - [CATALOGO DE BIENES INMATERIALES DE INTERES HISTORICO DE LA CARM]'. The form has a menu bar with options like 'Ejercicio', 'Editar', 'Ver', 'Insertar', 'Formatar', 'Registros', 'Herramientas', 'Ventana', and 'Ayuda'. Below the menu is a toolbar with various icons. The main area of the form is titled 'ÍNDICE DEL PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL DE LA REGION DE MURCIA'. It contains several input fields: 'referencia', 'denominación', 'denominación local', 'municipio', 'dirección', and 'accesos'. There are also dropdown menus for 'gradoprotección' and 'pedanía'. A 'MATERIA GRÁFICA' button is located to the right of the 'denominación' field. Below these fields is a 'Tipología' section with a grid of checkboxes for different categories: 'fiestas', 'rituales', 'músicas', 'tradicional', 'expresiones escénicas', 'gastronomía', 'instituciones sociales', 'actividades laborales', 'celebraciones', 'tesoros vivos', 'expresiones', and 'saberes'. At the bottom of the form, there is a status bar that says 'Registro: 1 de 2' and 'Vista de formulario'.

De salientar, é a forma como esta base de dados foi concebida, ou seja, está integrada num sistema mais alargado de gestão do património, composto por outras bases de dados do património móvel e imóvel, interligadas entre si. Acedendo a esta base de dados, é possível encontrar informação sobre o saber-fazer ligado ao moleiro como também sobre o moinho. Para além disso, este catálogo associa elementos do património com distintos níveis de protecção, isto é, os bens que estão catalogados ou apenas inventariados, atendendo à classificação a que está sujeito o património cultural em Múrcia, como se referiu anteriormente.

Um outro projecto de inventário que importa aqui dar nota, é desenvolvido pela Universidade de Laval, no Quebec – *l'Inventaire des Ressources Ethnologiques du*

²⁷⁹ A imagem aqui reproduzida corresponde a uma versão não definitiva da base de dados murciana, criada em *Microsoft Access* para permitir uma experimentação prévia. A versão final não está ainda disponível.

*Patrimoine Immatériel (IREPI)*²⁸⁰. Embora o Canadá não tenha ratificado a Convenção 2003, esta iniciativa reflecte, em grande medida, os princípios que lhe estão adjacentes:

“L’IREPI vise à identifier, à documenter et à valoriser des savoirs, des savoir-faire et des pratiques qui se trouvent sur le territoire du Québec et qui contribuent à sa richesse et à sa diversité. L’objectif de cet inventaire est d’abord de connaître et de reconnaître les porteurs et porteuses de traditions et de permettre à l’ensemble de la population de découvrir ces personnes qui participent à la dynamique culturelle, économique et sociale de leur milieu, voire à sa revitalisation.”²⁸¹

Os resultados deste projecto encontram-se materializados, em parte, através de uma base de dados com arquivo multimédia (áudio, vídeo, imagem) acessível na internet, de maneira a facilitar as diferentes apropriações pelas comunidades e o acesso a investigadores, entre outros.

O inventário teve início em 2004, começando com um projecto-piloto circunscrito a duas áreas diferentes (uma rural, outra urbana). Apoiado financeiramente (em parte) pelo Governo do Quebec, o trabalho de campo foi desenvolvido nesse ano por oito estudantes. Nos anos seguintes, o inventário continuou a ser promovido pela universidade, mas alargou-se no território. O projecto continuou a recorrer ao trabalho dos estudantes (no segundo ano participaram catorze estudantes e um profissional) e ancorado na articulação com diversas parcerias no terreno (museus, municípios, associações, etc.)²⁸².

As equipas no terreno constituem-se geralmente por duas pessoas, procurando sempre que pelo menos um dos elementos da equipa faça parte da comunidade onde se realiza o inventário. A formação prévia das equipas que efectuam as recolhas no terreno fez parte da metodologia seguida neste projecto.

²⁸⁰ Em França, o inventário do PCI levado a cabo desde 2008 pela *Mission Ethnologie* inspira-se no IREPI, no que concerne à ficha de inventário e ao sistema de classificação. Cf. GRENET, Sylvie - Les inventaires en France. *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 27-28.

²⁸¹ <http://www.patrimoine-immateriel.ulaval.ca/>. [Consult. 27 Mai. 2009].

²⁸² TURGEON, Laurier - *L’inventaire des ressources ethnologiques du patrimoine immatériel (IREPI) du Québec* em linha]. Paris, 2007. [Consult. 27 May 2009]. Disponível em: <http://www.lahic.cnrs.fr/spip.php?article342>

Os critérios seguidos para a identificação do PCI baseiam-se no reconhecimento deste património pelas comunidades, a sua ligação ao território e ancoragem nas tradições.

Convém salientar que esta iniciativa tem por base um conjunto de parcerias. Além da Universidade de Laval (*Chaire de recherche du Canada en patrimoine ethnologique*), as instituições envolvidas são várias: *Ministère de la Culture et des Communications*, *Ministère des Affaires municipales et des Régions*, *Musée Québécois de Culture Populaire*, *Société québécoise d'ethnologie* e *Conseil Québécois du Patrimoine Vivant*.

Um dos aspectos mais interessantes deste projecto é a valorização das práticas identificadas, através de actividades a que os “arquitectos” deste projecto designam como “acções culturais”. Tratam-se de actividades que visam, sobretudo, dar a conhecer às populações o seu PCI, encorajando-as, de certo modo, ao reconhecimento e reapropriação destas manifestações. Na prática, isto significa que o inventário vai para além da investigação, sendo parte importante uma estratégia de comunicação assertiva junto das populações, com enfoque sobre os resultados deste projecto. Os exemplos são variados, desde a realização de exposições, artigos na imprensa local e regional, entrevistas para a rádio, conferências locais. Os resultados destas actividades têm-se revelado positivos, pela forma como se procura integrar as comunidades, sensibilizando-as para a importância deste património.

Relativamente à importância que este inventário assume junto das populações e dos agentes culturais, Laurier Turgeon destaca o seguinte :

“On constate en outre que les offices de tourisme et les tours-opérateurs consultent de plus en plus régulièrement le site avant de mettre au point leurs itinéraires. De même, les expositions organisées par les étudiants ont rencontré un grand succès auprès des populations locales. Cet inventaire semble donc en passe d’atteindre ses ambitions premières, à savoir faire connaître les richesses ethnologiques du Québec avec toute la rigueur scientifique souhaitable, tout en contribuant au

développement touristique, économique et culturel des régions concernées, avec l'aide des populations locales.”²⁸³

Já no que respeita à organização e classificação do PCI, as opções tomadas no contexto dos dois projectos de inventário mencionados são variadas, em função dos objectivos e particularidades de cada um. No caso da Região de Múrcia, foi necessário definir à partida um conjunto de tipologias, que foi ganhando expressão após uma primeira aproximação ao PCI da região. Assim, impôs-se a necessidade de organizar as manifestações e agrupá-las em tipologias para a sua sistematização na base de dados, permitindo, por sua vez, uma apresentação mais clara da informação aí incluída. A opção recaiu sobre um conjunto de onze tipologias: *Fiestas; Rituales; Expresiones musicales y sonoras; Tradición oral; Actividades laborales; Expresiones escénicas (danzas, teatro, etc.); Medicina Tradicional y Farmacopea; Gastronomía; Tesoros Humanos Vivos; Juegos y Deportes Populares; Instituciones sociales*. Este seria um passo essencial para uma utilização eficiente da base de dados. A definição das tipologias pode ser uma tarefa complexa, tendo em conta que as manifestações do PCI não podem ser entendidas de forma compartimentada, pelo contrário podem suscitar diferentes abordagens. Ou seja, veja-se o exemplo de *Rituales*. Nesta tipologia podem incluir-se as romarias, atendendo à sua componente espiritual e repetitiva, mas, por outro lado, pode ainda suscitar uma abordagem à sua componente festiva, podendo, assim, incluir-se também na tipologia *Fiestas*. Para além disso, é de notar que associados às romarias estão também, por exemplo, os bailes, que se podem incluir, por sua vez, na tipologia *Expresiones escénicas* ou as comidas tradicionais em *Gastronomía*, os mitos e lendas na *Tradición oral* e por aí em diante. Por esse motivo, tornou-se imprescindível definir, desde o início, quais as expressões do PCI que podiam incluir cada categoria e respectiva abordagem, de modo a que uma expressão fosse atribuída a uma tipologia e não a outra²⁸⁴.

Por outro lado, o inventário promovido pela Universidade de Laval baseou-se na classificação de *la Grille des Pratiques Culturelles* (1.^a ed. 1989) de Jean Du Berger,

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ LEMA CAMPILLO, Aurora; GARCIA SIMÓ, Inmaculada; GALARZA RUÍZ, Raquel [et al] - *El patrimonio inmaterial en la Región de Murcia: análisis y propuestas*. Murcia: Consejería de Cultura, Juventud y Deportes [etc.], 2008. p. 45. (relatório realizado no âmbito do projecto MEDINS, não publicado).

cuja obra apresenta um enquadramento de referência no domínio da etnologia, consubstanciando orientações úteis para a implementação de projectos de inventário na área das tradições culturais tradicionais e contemporâneas, como é o caso do inventário realizado no Canadá e no caso do inventário francês, a cargo da *Mission ethnologie*, que também se inspira na classificação de Berger.

A este propósito refira-se, ainda que sumariamente, a solução adoptada no *National Museum of Egyptian Civilisation* (NMEC)²⁸⁵, onde a criação de um *thesaurus* para o PCI foi uma das implicações da criação de um projecto de documentação deste património. O NMEC, ainda em construção, pretende apresentar a cultura egípcia em todos os seus aspectos, material e imaterial. Neste sentido, em 2005, uma equipa de especialistas começou a estudar a melhor forma de dar resposta à necessidade de construir uma base de dados que interligasse os aspectos materiais e imateriais das colecções do museu. Como refere Nick Crofts²⁸⁶, a solução encontrada passou pela criação de um sistema de informação específico para documentar o imaterial. A responsabilidade para documentar e arquivar o PCI foi atribuída a uma instituição externa ao museu, o *Folk Creativity Centre* (FCC). A questão acabou por tornar-se mais complexa, pois implicou a construção de duas bases de dados que comunicassem entre si, vista a sua complementaridade. A forma de transpor este dilema passou pela definição de um *thesaurus* comum que permitiu a organização conceptual da informação e maior flexibilidade. Financiado pela UNESCO e pelo NMEC, assim nasceu o *thesaurus da cultura tradicional egípcia* (bilingue). Este trabalho envolveu uma equipa de investigação composta por trinta e um elementos, que durante dezoito meses recolheram informação em catorze províncias do território egípcio. O *thesaurus* organizou-se em torno de cinco grandes temas, correspondendo, em grande medida, às temáticas escolhidas para as exposições do NMEC²⁸⁷. Partindo destas cinco categorias, foram sendo desenvolvidas subcategorias, estruturadas de acordo com uma hierarquia que alcançou um nível mínimo de informação, incluindo referência aos artefactos.

²⁸⁵ O museu, à data em que se realizou este estudo, ainda não foi inaugurado.

²⁸⁶ CROFTS, NICK, *op. cit.*, p. 8.

²⁸⁷ “**River Nile** (Traditional methods of agriculture, animal husbandry, transportation); **Writing** (Traditional calligraphy, science, literature); **Material Culture** (Traditional arts and crafts, architecture, clothing and fashion...); **State and Society** (Traditional administrative system, jurisdiction, trade, traditional family, role of women, education, festivals and celebrations, performing arts and entertainments, diet and cookery...); **Beliefs and World Outlook** (Destiny, magic, evil eye...)”. In CROFTS, NICK, *op. cit.*, p. 8.

O último exemplo de inventário a apresentar neste estudo, justifica-se não tanto pelos aspectos conceptuais e metodológicos do inventário propriamente dito, mas pela escolha inovadora de uma ferramenta da internet 2.0. como plataforma *online* para tornar acessíveis os resultados deste inventário.

Na Escócia²⁸⁸, a implementação de um inventário para o PCI com o objectivo de se tornar acessível na internet justificou a escolha da tecnologia *Wiki*²⁸⁹. Todavia, trata-se de uma *Wiki* configurada para este projecto de inventário em particular²⁹⁰, o que significa que é de acesso restrito, ao contrário do exemplo da “Wikipédia”, cujos conteúdos podem ser editados por qualquer pessoa. Neste caso, só poderá ser introduzida informação por pessoal autorizado, através da atribuição de palavras-chave. Além disso, a informação não poderá ser modificada por qualquer utilizador da plataforma, sendo definidos diferentes níveis de acesso à informação. Do ponto de vista da categorização da informação, esta ferramenta apresenta alguma flexibilidade. Por outro lado, trata-se de uma tecnologia pouco complexa, fácil de usar, tanto para os colaboradores do inventário como para quem acede à informação. Acresce ainda o facto de ser uma ferramenta de baixo custo, o que representa uma mais-valia para um projecto desta envergadura. Para cada elemento de PCI identificado está prevista a criação de uma ficha (texto e imagem), previamente definida com os seguintes campos:

- “Name – redirect pages allow entries to have more than one name.

²⁸⁸ O Reino Unido não ratificou a Convenção 2003, mas a Escócia segue as orientações da UNESCO para implementar um inventário do PCI à escala nacional.

²⁸⁹ A Wikipédia, um dos exemplos mais conhecidos da utilização desta tecnologia, apresentando a seguinte definição: “wiki is a website that uses wiki software, allowing the easy creation and editing of any number of interlinked (often databased) web pages, using a simplified markup language. Wikis are often used to create collaborative websites and to power community websites.” In Wiki. *Wikipedia: the free encyclopedia*. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Wiki>. Esta tecnologia é utilizada em contextos muito diversos. Tal como refere Rhiannon Looseley e Frankie Roberto no artigo *Museums & Wikis: Two Case Studies*, apresentado no evento “Museums and the Web 2009”, esta ferramenta é utilizada tanto no sector privado como no domínio público. No privado, é frequentemente utilizada como um espaço de partilha de ideias, gestão de projectos, uma solução interessante de espaço de trabalho a partir de diferentes localizações, etc. Já no que diz respeito à sua utilização no domínio público, geralmente as *wikis* têm como objectivo central o envolvimento do público, permitindo vários contributos na criação de um conjunto de recursos disponíveis através de um site. Um exemplo curioso é a *wiki* criada durante a campanha de Barack Obama (<http://www.barackopedia.org/>).

²⁹⁰ Esta base de dados ainda não está acessível, o projecto está ainda em fase de arranque.

- Descriptive content – this may include images and links to internal entries or external articles.
- Tag/categories – a tag may be used to identify particular types of entry. There should be a tag for each category (such as music or dance).
- Each category may have subcategories (such as regional dances or round dances).
- There should be a tag for each region. Regions may have a subregion.
- A typical entry will have many tags. An entry about Shetland Fiddlers might be tagged with ‘Shetland Islands’ and ‘Music’.
- Templates – where structured data is available this can be entered in a template. A template might be used to hold data such as the size of the group involved or its age/sex profile”.²⁹¹

²⁹¹ McCLEERY, Alison; McCLEERY, Alistair; GUNN, Lina [et al] - *Scoping and mapping intangible cultural heritage in Scotland: final report* [em linha]. [Scotland]: Museums Galleries Scotland, July 2008. p. 31. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: <http://www.museumsgalleriesscotland.org.uk/publications/publication/71/scoping-and-mapping-intangible-cultural-heritage-in-scotland-final-report>

Fig. 4 - Estrutura de dados da ficha de inventário escocesa²⁹²

<p>Ba' Games</p> <p>Ball games have a long history in both Scotland and elsewhere in the UK, being traditionally played around Christmas and the New Year. Now, however, Ba' Games only survive in Scotland in a few towns.</p> <p>'Ba' is basically mob football. Where it has survived the game has evolved to have fixed goals and more hand than foot play. The two sides are called the 'Uppies' or the 'Doonies' depending on in which part of town they were born, or otherwise owe allegiance too. The aim of the game, in essence, is for the two parts of a town have to get a ball to their respective side. The ball must be manhandled, and is very often a moving scrum. The game moves through the town, and can go up alleyways, into yards and up streets. Shops and houses board up their windows to prevent damage. There are only about 15 ba' games left in the UK.</p> <p>Jedburgh Ba' Game Today the game is played at Candlemas and Easter E'en by two opposing teams. The ancient ball game known as 'Jethart Hand-ba', popular throughout medieval Scotland, supposedly derives from the Jedburgh men playing with the heads of English soldiers. The traditional ball game, which has been played in the Border town for 250 years, pits the Uppies (residents of the higher part of Jedburgh) against the Doonies (residents from the bottom half of the town). The game uses a leather ball stuffed with straw and decorated with ribbons. The ball is thrown, rugby-style, into a group of men who then proceed to move with it through the streets. It can move up alleyways, into yards and up street and can be concealed or thrown for someone to catch and run with. The aim of the game, which has had its current form since the 1700s, is to "hail" the ball to the respective side of the town. The boys play for a couple of hours before the men take over and it is usual for 'hundreds' to participate.</p> <p>Kirkwall Ba' Game Every Christmas and New Year's Day the "Ba'" is contested in the streets of Kirkwall. The precise origins are unclear, although it is documented back 300 years. The men and boys of Kirkwall, as in Jedburgh, are designated either "Uppies" or "Doonies", or "Up the Gates" and "Doon the Gates". Two games are played on each of those days: one for the boys starts at 10.30 and one for the men starting at 13.00. Based on recent years, an average men's Ba' game could have up to 200</p>	
	<p>Ba' Games</p> <p>Nature: games</p> <p>Seasonal: Christmas/ New Year</p> <p>Place: Orkney/ Borders</p> <p>Participants: young men/ men</p> <p>Support: na</p> <p>Fragility: strong in those communities where it has survived</p> <p>Further details: Borders Council, Orkney Islands Council</p>

Pode dizer-se que os exemplos apresentados, mais ou menos imbuídos do espírito da Convenção 2003, consubstanciam distintas abordagens de inventário do PCI, sobre as quais se podem tirar importantes lições.

²⁹² McCLEERY, Alison; McCLEERY, Alistair; GUNN, Lina [et al], *op. cit.*, p. 54.

3.5.1.2 - O PAPEL DA HISTÓRIA ORAL

O papel que as comunidades têm na identificação do seu património é fundamental no desenvolvimento de projectos como aqueles que se descreveram anteriormente. O recurso aos testemunhos orais para a realização dos inventários do PCI é uma metodologia seguida em quase todos os exemplos referidos. As histórias que as pessoas queiram contar sobre o seu património são reveladoras, muitas vezes, da sua identidade, do seu PCI. Como lembra Laura Solanilla, através da história oral pode-se identificar o PCI:

“Life stories are so important, and can justifiably be considered significant manifestations of the heritage, because they form part of a much more complex construct related to the collective memory of a particular community or human group and are part of their identity mechanisms. Within contemporary museology therefore, as well as within modern library and archive practice, personal memoirs and reminiscences of all kinds are now recognised as forming a significant part of the intangible cultural heritage, within which the individual experience forms a part of the common and shared memories that make up the identity of a community, whether this is identified in social, ethnic or even gender terms.”²⁹³

No mundo dos museus, a utilização da recolha de testemunhos orais pode justificar-se na busca dos sentidos e significados de um determinado objecto ou colecção, como também pode ser uma fonte importante para identificar as tradições e a complexa teia de valores identitários de uma determinada comunidade, num sentido mais alargado.

Todavia, importa reconhecer que este é um ponto de vista pouco explorado nos museus (e outras instituições), que ainda se mostram cépticos em relação à utilização desta metodologia e sua inserção no discurso de uma exposição ou noutras actividades museológicas²⁹⁴. Esta é uma realidade que também se aplica ao caso português e que se

²⁹³ SOLANILLA, Laura - The internet as a tool for communicating life stories: a new challenge for “Memory Institutions”. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. 3 (2008), p. 105.

²⁹⁴ *Ibidem*.

reflecte, por exemplo, na ausência de histórias orais na internet²⁹⁵. Aliás, pode dizer-se que a história oral como metodologia não tem ainda muita tradição em Portugal dentro e fora dos museus.

Como afirma Gaynor Kavanagh²⁹⁶, esta é sem dúvida uma área de trabalho importante para os museus, assumindo especial interesse na aproximação dos museus ao PCI.

A utilização da história oral pelos museus pode consubstanciar diferentes utilizações. Por um lado, pode justificar a criação de um arquivo nas instalações do museu. No panorama português destacamos o projecto *Arquivo de Fontes Orais* (AFO) que o Museu Municipal de Palmela criou recentemente. De acordo com a informação veiculada pelo museu:

“É nossa convicção que a história se constrói, também, com base nas estórias e memórias de cada pessoa e que o conhecimento que daí provém contribui para o maior reforço das identidades locais. (...) pretendemos reconstruir não apenas episódios mas também informações, sentimentos e vivências que possam servir de caminho ou pista à recuperação histórica, sociológica, antropológica, e mesmo psicológica do universo dos actores envolvidos em determinada sucessão de acontecimentos.”²⁹⁷

²⁹⁵ Apesar dos escassos exemplos, refira-se um caso português de divulgação de histórias orais na internet. Trata-se do projecto “MEMORIAMEDIA e-Museu de Património Imaterial”, no qual participam, entre outros, o Museu do Trabalho Michel Giacometti com histórias de vida (“narrativas na primeira pessoa, histórias curiosas e percursos pessoais”): <http://www.memoriamedia.net/historiasdevida/> [Consult. 17 Jun. 2009]. O Museu Municipal de Palmela participa também neste projecto com contributos sobre “histórias sobre modos de fazer”: <http://www.memoriamedia.net/> [Consult. 17 Jun. 2009]. Um outro exemplo é o projecto “Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX”, uma iniciativa da Universidade Popular do Porto, à qual está também ligado o Museu da Pessoa (núcleo de Portugal). Um dos objectivos do projecto é a preservação da memória da classe operária do Porto, sendo possível consultar no *website* do projecto cerca de sessenta testemunhos: <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/entrevistas.py> [Consult. 24 Jun. 2009].

²⁹⁶ KAVANAGH, Gaynor - *Dream spaces: memory and the museum*. London: Leicester University Press, 2000. ISBN 0718502078.

²⁹⁷ <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/patrimonio+cultural/Museu+Municipal/Arquivo+de+Fontes+OraisF/> [Consult. 25 Mai. 2009].

A abrangência temática do AFO corresponde às áreas-chave deste museu municipal: Vitivinicultura, Cultura Caramela, Ferroviários, Centro Histórico de Palmela, Círios, Ovinicultura, Moleiros, Bombeiros Voluntários de Palmela e Ofícios Tradicionais²⁹⁸.

Na perspectiva da importância que vai assumindo o lugar das pessoas no museu e a utilização da história oral para a construção das suas colecções, não se pode deixar de referir o Museu da Pessoa, no Brasil²⁹⁹, exemplo máximo desta abordagem. O museu foi criado com os seguintes objectivos: “record, preserve and transform into information life stories of any and every person in society, thus bringing about social change through valorising individuals and communities.”³⁰⁰ Nem todo o material recolhido neste contexto poderá ser considerado como PCI, mas o que importa aqui ressaltar é a metodologia adoptada, nomeadamente pelo facto de se fundamentar no trabalho com as comunidades. A partir de recolhas junto das mesmas, nomeadamente das memórias associadas ao PCI, o museu pode desenvolver um conjunto diverso de acções num esforço integrado de salvaguarda e valorização deste património. Como demonstra este exemplo, o papel da internet assume especial relevância na divulgação deste património.

Voltando à realidade museológica portuguesa, pode dizer-se que, até há alguns anos atrás, “mesmo os *novos* museus de Arqueologia Industrial ou até de carácter comunitário, que nasceram quase sempre fruto do chamado movimento *nova museologia* se resumiam muitas vezes à exposição de objectos, instrumentos ou máquinas, ou mesmo de cadeias operatórias (...)”³⁰¹. Este cenário tem vindo a alterar-se como resultado do que parece ser o reflexo de uma consciência crescente sobre a importância do papel do PCI nos museus. O Museu da Chapelaria, o Museu da Indústria Têxtil (Vila Nova de Famalicão) e o Museu da Pólvora (Barcarena) são apenas alguns exemplos que reflectem esforços no sentido de dar voz aos objectos, através da sua

²⁹⁸ A documentação estará futuramente disponível para acesso a investigadores e público em geral.

²⁹⁹ O Museu da Pessoa foi criado em 1991 em S. Paulo. Através do seu *website* (<http://www.museudapessoa.net/>), o museu recolhe histórias, documentos, fotografias e outros documentos. Actualmente, constitui uma rede de museus que partilham a mesma metodologia e objectivos, com núcleos em diferentes países: Portugal (<http://www.museu-da-pessoa.net/>), Estados Unidos (<http://www.bloomington.in.us/~mop-i/>) e Canadá (<http://www.museedelapersonne.ca/>).

³⁰⁰ WORCMAN, Karen - The Museum of the Person. *ICOM News* [Paris]. Vol. 57, n.º 3 (2004).

³⁰¹ PEREIRA, Fernando António Baptista – Património imaterial e programação museológica. In *O papel dos museus na preservação do património imaterial – modos de agir e sentir*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2006. p. 17.

documentação com recurso às fontes orais. No caso do Museu da Chapelaria, o programa museológico teve em conta, desde o início, a investigação no terreno junto de antigos operários, procurando significados para os objectos que o futuro museu iria albergar e as memórias a este ligadas³⁰². O Museu da Indústria Têxtil desenvolve um projecto no domínio das tradições orais, cujo objectivo é a recolha de testemunhos de ex-operários e empresários ligados à indústria têxtil no Vale do Ave, uma área geográfica que concentrou muitas indústrias, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX³⁰³. Também o Museu da Pólvora tem desenvolvido trabalho na documentação do imaterial associado ao património móvel e imóvel de que é responsável, através do projecto *Memórias da Fábrica – Histórias de Vida*. O projecto, viabilizado através do Programa Operacional da Cultura, foi aprovado em 2007. Recorrendo ao trabalho de campo, nomeadamente através de entrevistas, o museu tem procurado enriquecer as suas colecções, recolhendo as memórias dos operários da antiga fábrica da pólvora, encerrada na década de oitenta³⁰⁴.

Noutros casos, a história oral pode servir apenas como um meio para atingir um fim, para acompanhar um discurso expositivo, como fonte para uma publicação, para actividades no serviço educativo, para acompanhar um documentário, um projecto pontual, etc.

A propósito da aplicação da história oral numa exposição, refira-se o seguinte exemplo. *Life After the Holocaust* é uma exposição *online*³⁰⁵ desenvolvida pelo *United States Holocaust Museum* e que relata a história de seis sobreviventes de campos de concentração nazis, em discurso directo. Esta é certamente uma forma original de dar voz às pessoas nos museus.

³⁰² LIRA, Sérgio; MENEZES, Suzana – *Memórias e artefactos que falam de chapelaria: património imaterial no Museu da Indústria de Chapelaria* [em linha]. Porto, Março 2004. [Consult. 13 Fev. 2009]. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/mesa_redonda_primavera_sergio.PDF

³⁰³ Reportamo-nos a informações recolhidas junto de José Manuel Oliveira da Casa Camilo Castelo Branco em Vila Nova de Famalicão.

³⁰⁴ CAMACHO, Clara – Património Industrial – Dez Anos do Museu da Pólvora Negra. In *Fio da memória: operários da fábrica da pólvora*. [Oeiras]: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2008. ISBN 978-989-608-082. p. 8.

³⁰⁵ http://www.ushmm.org/museum/exhibit/online/life_after_holocaust/exhibition/ [Consult. 23 Fev. 2009].

Javier Rosón Lorente, no contexto de dois projectos de cooperação internacional – *Mediterranean Voices: Oral History and Cultural Practice in Mediterranean Cities*³⁰⁶ e MEDINS – *Identity is Future: Mediterranean Intangible Space*³⁰⁷, explica necessidade de se recorrer à história oral como metodologia para dar a conhecer o PCI das comunidades que habitam dois bairros históricos de Granada, designadamente Albayzín e Sacromonte:

“(…) fue necesario utilizar las fuentes orales, a través de las cuales accedimos no sólo a una “sistemática” observación de las tradiciones en un espacio y un tiempo concreto, sino que nos ayudaron a descifrar, a conferir sentido, al pasado histórico de los distintos barrios, los hechos y acontecimientos que han marcado su vida y que delimitan en gran medida las relaciones *intra* e *inter* grupales, así como su interpretación del presente más reciente. Igualmente, a través de las entrevistas biográficas, de lo que se recuerda y de lo que se cuenta del presente y del pasado, hemos podido observar las huellas que el tiempo ha dejado en la actualidad, la manera en la que se interpretan los acontecimientos de la vida cotidiana y la forma en la que se construyen y se renuevan los imaginarios colectivos inexorablemente ligados a la patrimonialización de la identidad grupal, entendiendo la identidad cultural como un patrimonio, en todo su contexto global, ya sea material o inmaterial.”³⁰⁸

Este exemplo evidencia uma aproximação clara, em termos metodológicos, entre o trabalho de campo antropológico e a história oral como técnica para a identificação do PCI.

³⁰⁶ Este projecto foi coordenado pelo *London Metropolitan University/Center for Leisure and Tourism Studies*, sendo financiado pelo programa europeu – EUROMED HERITAGE II. O resultado da investigação encontra-se materializado numa base de dados em linha e que compreende elementos da história oral de treze cidades do Mediterrâneo: Cf. www.med-voices.org [Consult. 15 mar. 2007].

³⁰⁷ Este projecto foi financiado ao abrigo do FEDER através do programa INTERREG III B MEDOCC, no contexto de um dos eixos fundamentais deste programa – Ambiente, valorização do património e desenvolvimento sustentável (eixo 4). Vinte parceiros de várias instituições e nacionalidades (Portugal, Itália, Espanha, Grécia, Malta Tunísia, Marrocos, Argélia, Líbano e Egipto), entre as quais a Universidade de Évora, participaram nesta iniciativa, sendo coordenados pelo *Assessorato dei Beni Culturali ed Ambientali e della Pubblica* (Região da Sicília). Cf. <http://medinsuevora.wordpress.com/> [Consult. 17 Fev. 2009].

³⁰⁸ ROSÓN LORENTE, Javier - Cultura oral y patrimonio inmaterial: investigación transnacional en el marco de los proyectos Mediterranean Voices y Medins. *Patrimonio Cultural de España*. ISSN: 1889-3104. n.º 0 (2009), p. 161.

3.5.2 - INVESTIGAÇÃO

A investigação representa uma função de grande relevância na vida de um museu, permitindo a sua contínua renovação. No que concerne ao tema deste estudo, esta função assume especial importância, vista a necessidade de se aprofundarem os estudos sobre o PCI de cada território, permitindo, por sua vez, um melhor conhecimento e divulgação.

Em Portugal, no domínio da antropologia existe um amplo trabalho desenvolvido, no passado mas também no presente, em muitas áreas do PCI, promovido por investigadores, sobretudo a partir das universidades. Mas não só, os museus podem também ser agentes dinamizadores da investigação, ainda que, em muitos casos se demitam desse papel, independentemente das razões para tal. Por outro lado, importa também sublinhar a existência de iniciativas municipais, que ao longo das últimas décadas, têm promovido os seus territórios e respectivas comunidades, muitas vezes através dos seus museus locais, na forma de publicações de monografias ou estudos temáticos sobre o seu património, nomeadamente sobre a cultura imaterial.

O desenvolvimento de programas de investigação direccionados para o PCI revela-se fundamental, como suporte para outras actividades de promoção deste património (exposições, actividades serviço educativo, etc.). Por outro lado, sem estudos aprofundados sobre o património poderá não haver forma para, por exemplo, implementar projectos de salvaguarda, nomeadamente o apoio à revitalização de algumas tradições.

Todavia, muitas das vezes, a responsabilidade na investigação deve ser partilhada de forma a alcançar um equilíbrio sustentável. Se atentarmos ao panorama museológico português, verificamos que muitos museus não possuem as condições para desenvolver linhas de investigação, nalguns casos por não reunirem recursos financeiros nem humanos. Aqui, a colaboração das universidades é imprescindível. Um dos exemplos de inventário anteriormente referido, o IREPI, só foi possível com o apoio de estudantes universitários que, assim garantiram a realização do trabalho de campo. Em Portugal,

poderiam citar-se vários exemplos que confirmam esta situação. É o caso do Museu da Chapelaria, que através de um protocolo celebrado com a Universidade Fernando Pessoa, implementou um programa de investigação no domínio da recolha de testemunhos orais, recorrendo aos estudantes de Antropologia para a realização do trabalho de campo³⁰⁹.

Nos casos em que o museu não pode desenvolver investigação, parece claro que se procurem parcerias, nomeadamente com as universidades e respectivos centros de investigação para o desenvolvimento de projectos que viabilizem o estudo do PCI, que podem tomar a forma de projectos pontuais ou mais alargados.

Tomando o caso da investigação, mas igualmente aplicável no contexto mais geral de uma visão estratégica de salvaguarda do PCI pelos museus, a cooperação assume um papel central. Neste sentido, a responsabilidade para com a identificação e valorização do PCI pode e deverá ser partilhada através da criação de redes, de forma a encontrar formas de otimizar recursos, definir objectivos e prioridades, evitando duplicação de trabalho. A crise mundial em que vivemos obriga, mais do que nunca, a reunir sinergias, repensar estratégias, adequar recursos, ainda que sejam modestos, mas que possam ser consolidados através de uma concentração de esforços baseada na participação colectiva. Esta articulação entre instituições é bem-vinda e estritamente necessária, seja a um nível local, regional, nacional ou até internacional. Num contexto local ou de âmbito regional, o estabelecimento de parcerias pode ser conseguido através de museus que partilhem do mesmo território ou que apresentem afinidades temáticas, mas também podem ser pensadas em articulação com outras instituições (autarquias, escolas, universidades, DRC, associações, entre outras) na sequência de uma visão mais holística de olhar o território e o património. Também à escala nacional, este pode ser um caminho seguro para assegurar o apoio e desenvolvimento de projectos nesta área. Neste aspecto, a Rede Portuguesa de Museus (RPM) pode ter um papel importante no apoio a acções no domínio do PCI, seja através da formação, troca de experiências e partilha de informação. Este é um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para o património cultural, mas que relativamente ao PCI encontra aqui novos desafios. A

³⁰⁹ MENEZES, Suzana – Museu da Chapelaria, S. João da Madeira: do seu conceito e programa museológico. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 1 (2007), p. 160.

cooperação num contexto internacional deverá ser igualmente promovida. Um exemplo fora dos museus poderá ser aqui citado, trata-se do projecto MEDINS, um dos primeiros projectos em Portugal a realizar uma aproximação ao PCI no âmbito da Convenção 2003 e cujo trabalho se alicerçou na cooperação entre vários países.

3.5.3 - COMUNICAÇÃO

As exposições são um dos meios de comunicação ao alcance dos museus para uma abordagem ao PCI. Por esta via, os museus deverão ser capazes de estimular a reflexão, suscitar o debate em torno dos problemas que afectam a sociedade actual. Falar do PCI, é também uma forma de se evocar o quotidiano das pessoas, das suas crenças e valores, ir ao encontro das comunidades, dos seus interesses e interrogações.

Existem duas formas viáveis de apresentar o PCI numa exposição. Por um lado, um objecto não deve ser explicado sem o seu contexto, sem a dimensão imaterial ou referência a expressões do PCI que lhe dêem sentido. Não sendo uma ideia nova, nem sempre isto é visível na maior parte das exposições. Para além disso, o PCI pode ser apresentado tal como é, uma dança, um ritual, uma música. Neste contexto, é preciso reconhecer que o PCI poucas vezes tem autonomia própria no discurso expositivo, raramente se apresenta como elemento central. Em grande medida, expor o PCI revela-se uma tarefa mais difícil, exige mais meios técnicos e soluções mais criativas³¹⁰.

Tomando em conta o panorama museológico português, transcrevem-se, em baixo, algumas linhas de um artigo de Jorge Freitas Branco, onde o autor critica a forma como muitas colecções etnográficas se apresentam ao público, e a partir de onde se apresentam algumas considerações sobre a presença do imaterial em contexto expositivo.

“A um visitante ocasional estas estruturas museológicas sucedem-se à medida que se percorrem vilas e aldeias. Repetem-se os artefactos expostos, os processos para que remetem são os mesmos, coincidem ainda as memórias invocadas. Visitar estes museus etnográficos locais significa cumprir percursos de monotonia, mantidos à margem da avaliação crítica que pode proporcionar a estatísticas de visitantes. Vivem para dentro como resíduo da memória de uma geração, não estabelecendo laços para além de um tempo e espaço determinados. (...) As novas gerações não têm relação com a artefactualidade consagrada nestas colecções. São objectos que

³¹⁰ BURDEN, Matilda - *Museums and intangible heritage: the Afrikaans Language Museum* [em linha]. [Consult. 26 Mar. 2009]. Disponível em: <http://museumsnett.no/icme/icme2004/burden.html>

constituem um suporte identitário para os mais idosos, que assim recordam uma vivência a que fugiram na sua juventude. (...) Vigora um discurso repetitivo (...) Vista uma aldeia, conhecem-se todas. Diferem pela casualidade de algum artefacto de decoração doméstica diferente, doado por algum residente, que consegue interromper a recapitulação de acervo que cada um constitui do anterior.”³¹¹

O protagonismo dos objectos vigora nos discursos expositivos da maior parte dos museus, sejam estes etnográficos, museus locais, museus portugueses ou museus estrangeiros e que está relacionado com a origem do museu propriamente dito, como local onde se guardam objectos. Salvo algumas excepções, pode dizer-se que, em traços gerais, se verifica uma parca utilização do imaterial, seja como complemento ao discurso expositivo seja como elemento central, esta é uma das ilações que se pode tirar do texto referido. De facto, não se está longe da verdade ao dizer que muitas das colecções a que o texto alude são tentativas de representar o passado. Apesar disso, e no reflexo das responsabilidades acrescidas face ao património imaterial que os museus têm actualmente, parece ser oportuna uma atitude diferente na forma de lidar com o património e que se pode aplicar a todos os museus de uma forma geral. Joaquim Pais de Brito no seu artigo *Museu, Memória e Projecto* convida “a exercitarmos um outro olhar e a situarmo-nos num patamar de implicação em que cada um é sujeito e parte dessas coisas do património que pretende propor, valorar e usar como meio de comunicação e de construção de projectos, mais do que objectos de cristalização de memórias”³¹². Neste sentido, sugere-se, ainda, uma abordagem que favoreça a problematização dos temas, menos normalizada, menos previsível. A reflexão, caso a caso, projecto a projecto, não perdendo de vista o papel central das comunidades em todo este processo, enfim, do lugar das pessoas. Assim, o panorama da repetição de objectos, da monotonia das soluções museográficas de que padecem muitos museus, poderia dar lugar a lugares diferenciados, que reflectissem um território e as suas comunidades. Sob esta perspectiva, certamente mais aberta e mais flexível, pode-se reconhecer um caminho viável para uma aproximação ao PCI.

³¹¹ BRANCO, Jorge Freitas – *Significados esgotados: sobre museus e colecções etnográficas* [em linha]. 10 Set. 2008. p. 1-2. [Consult. 23 Fev. 2009]. Disponível em: https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1147/1/Branco_Significados_Donostia_2008x.pdf

³¹² BRITO, Joaquim Pais de – *Museu, memória e projecto*. In PORTELA, José; CASTRO CALDAS, João, orgs. – *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 2003. ISBN 972-774-186-X. p. 273.

Apresentar o PCI exige, em muitos casos, estratégias inovadoras, seja do ponto de vista técnico ou da forma como se elabora um discurso expositivo. Neste contexto, vale a pena referir que uma das conclusões de um estudo de público, conduzido por Sonja Schurink no *Netherlands Open-Air Museum*, revelou que as pessoas estão mais interessadas nas histórias que estão por trás dos objectos do que pelos objectos em si³¹³. O papel dos objectos, sobretudo nos museus etnográficos, parece estar a mudar. Jan Vaessen³¹⁴ refere que os objectos poderão deixar de ser o ponto de partida de uma exposição, passando a ter primazia a história que se pretende contar. Isto é, só depois de definida a história que se quer apresentar em determinada exposição, se reflecte sobre quais os objectos que melhor poderão contar essa história. Esta ideia corrobora, em nosso entender, uma aproximação ao património que beneficie uma abordagem menos centrada na materialidade dos objectos e mais nos significados que transportam.

Por outro lado, Yves Bergeron, do *Musée de la Civilisation* no Quebeque, a propósito da forma como as exposições deste museu abordam o PCI, dá como exemplo a exposição *Memories*, cujo tema se centrou na identidade do Quebeque, em detrimento de uma abordagem mais tradicional centrada na história desta cidade³¹⁵. Assim, a escolha das temáticas a abordar no programa expositivo torna-se um aspecto determinante, sobretudo na aproximação dos museus à comunidade³¹⁶. A opção por temas ligados ao PCI poderá ser uma forma de transpor algumas barreiras culturais entre museu e comunidade, especialmente se problematizados a partir de questões económica e socialmente pertinentes. Este aspecto não tem sido descurado nalguns museus locais, nomeadamente pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira, que durante a década de noventa elegeu os temas das exposições, tendo em conta a sua identificação com as comunidades³¹⁷. O Ecomuseu Municipal do Seixal é um outro exemplo, revelador de

³¹³ JONG, Adriann de - You are lucky, the farmer has just returned! The role of the open-air museum in interpreting life of individuals as opposed to the history of architecture. *ICOFOM Study Series*. ISSN 1020-5543. n.º 24 (1999), p. 16.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ BERGERON, Yves - Intangible heritage at the *Musée de la Civilisation* of Quebec. *ICOM News* [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003). p. 8.

³¹⁶ MERRIMAN, Nick - *op. cit.*, p. 138.

³¹⁷ Alguns dos temas escolhidos foram os seguintes: “Trabalhar a Terra. Mecanização e Agricultura” (1992), “Festas, Romarias e Verbenas” (1993) “O Comércio em Vila Franca de Xira” (1995), “O Homem, o Trabalho e a Fábrica” (1996), “Olhares da Memória” (1998), “Encontro com a Festa, Espaços Urbanos de Identidade Tauromáquica” (1999). Cf. CAMACHO, Clara; FILIPE, Graça – Experiências museológicas de Seixal y de Vila Franca de Xira: breve estudo comparativo. *Revista de Museologia*. Madrid. ISSN 1134-0576. (2000). p. 111.

preocupações com o quotidiano das comunidades a par com o interesse histórico, tecnológico e antropológico que suscitam certas temáticas. Alguns dos projectos desenvolvidos por este museu articulam-se com os problemas actuais que afectam o seu território, nomeadamente as indústrias em recessão, como é o caso da cortiça, ou que se encontram em risco de desaparecer, como é a situação da pólvora e da indústria siderúrgica³¹⁸.

Todavia, na senda de uma museologia inclusiva e, ao mesmo tempo, em consonância com as orientações da UNESCO sobre o PCI como instrumento social de aproximação de culturas, obriga os museus a olhar as diferentes comunidades que partilham o mesmo território, não como sendo elementos estranhos (grupos étnicos, imigrantes, etc.), mas como parte da diversidade desse território. Como propõe Isabel Victor, o museu pode “dar palco às diversas culturas e problemáticas, adaptando as ferramentas e os espaços museológicos aos diferentes usos, necessidades, modos de representar e de (se) representar num determinado tempo, num determinado território, em determinadas circunstâncias.”³¹⁹ “Dar palco” às tradições de cada comunidade é dar cumprimento ao papel social dos museus. Mas, ser um museu inclusivo é mais do que contar a história de uma comunidade, é dar-lhe espaço, voz (ou vozes), permitindo a sua participação na narrativa. Dos vários estudos de caso que ilustram esta abordagem, refira-se, a título de exemplo, a exposição *Passports* do *National Museum of New Zealand (Te Papa Tongarewa)*. Esta exposição conta as histórias da imigração na Nova Zelândia, através dos objectos e ideias que trouxeram os imigrantes, procurando reflectir sobre a forma como se adaptaram ao país. Atendendo a um discurso de reflexão, mas também de provocação, *Passports* explora a forma como a imigração contribuiu para moldar a identidade deste país. A exposição, de carácter interactivo, é acompanhada de vídeos que ilustram a diversidade de histórias que estes imigrantes protagonizam³²⁰.

³¹⁸ FILIPE, Graça – *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado. p. 295.

³¹⁹ VICTOR, Isabel – *Inter(culturalidade)? Caminhando...: do museu que expõe ao museu que (se) expõe* [em linha]. 2 Nov. 2007. [Consult. 6 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.interactions-online.com/page_news.php?id_news=300&filtre_visu=5&pr=Hugues%20de%20Varine

³²⁰ Cf. <http://www.tepapa.govt.nz/TePapa/English/WhatsOn/LongTermExhibitions/Passports.htm> [Consult. 26 Jun. 2009].

A exposição *Parlons du Breton!*, organizada pela associação Buhez³²¹, em 2003, na Bretanha (França), é um exemplo da utilização deste meio para a sensibilização do PCI junto das comunidades. A exposição, de carácter itinerante, percorreu a Bretanha com o objectivo de alertar as comunidades para a perda do património linguístico dos bretões. O tema foi apresentado nas suas diferentes componentes, apelando à reflexão dos visitantes para os efeitos negativos do desaparecimento deste património³²².

Do ponto de vista técnico, a utilização do vídeo, imagem e som oferecem amplas possibilidades de apresentação e interpretação do PCI numa exposição, desde logo, pelo facto de poder contribuir para a documentação dos objectos e respectiva contextualização (modos de fazer, usos, etc.), como também pela potencialidade de suscitar emoções. Embora sejam, ainda, recursos pouco utilizados neste contexto, a exposição *Fado, Vozes e Sombras*, realizada pelo Museu Nacional de Etnologia, em 1994, é um bom exemplo da construção de uma narrativa, em torno de uma forma de expressão do PCI, que se organizou não apenas com recurso aos objectos, mas também através de sonoridades, de imagens e do vídeo, que no seu conjunto permitiram dar conta da multiplicidade de aspectos que caracteriza esta manifestação cultural. Sobre a construção desta narrativa, Joaquim Pais de Brito afirma:

“(…) la exposición intentaba también dar noticia del universo de emociones (...). Por ese motivo, la exposición proponía ambientes, meandros, sonoridades, silencio y oscuridad que iban produciendo efectos de lectura entrecruzándose con los de las piezas mismas, con la información que las presentaba y con los textos que ordenaban el recorrido. (...) al lado de instrumentos musicales, cuyo valor en algunos casos venía dado por su antigüedad o su rareza, convivían en plano de igualdad, objetos banales y casi anodinos que perfectamente podrían haber sido sustituidos por otros sin que en nada cambiase el contenido, la intencionalidad narrativa y el mismo sortilegio de ser fragmentos efímeros de un mundo que estaban ayudando a reconstruir.

(...) junto con los sonidos de la voz y el canto y las sonoridades evocativas de una ciudad novecentista ribereña, las imágenes desempeñarían un papel decisivo. La

³²¹ Associação de 21 museus e ecomuseus da Bretanha.

³²² JADÉ, Mariannick – *Patrimoine immatériel: perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan, 2006. ISBN 2-296-00295-1. p. 211.

fotografia (...) aportó la profundidad de los espacios y la presencia de sus habituales, que se confundían con los visitantes de la exposición; el vídeo ayudó a construir pequeñas unidades temáticas que ilustrarían la diversidad de situaciones y formas que permiten captar el fado en todos los matices de su manifestación concreta.³²³

Segundo Catarina Alves e Catarina Mourão, no que se refere à utilização do vídeo nas exposições e, em particular o documentário etnográfico, alguns passos começam a ser dados, vista a necessidade da sua utilização “como suporte para veicular informação, contextualizar uma prática, dar um testemunho ou enriquecer a dimensão visual e sensorial”³²⁴. Todavia, a utilização destas ferramentas, de forma mais alargada, constitui ainda um desafio para muitos museus, já que, conseqüentemente, são necessárias competências técnicas para a manipulação destes materiais (edição de imagem, vídeo, etc.).

3.5.3.1 - COMUNICAR O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL ONLINE

Actualmente, a utilização das novas tecnologias configura-se como uma ferramenta indispensável para dar visibilidade ao património cultural e, em particular ao PCI. Assim, os museus têm ao seu dispor um leque de possibilidades muito alargado para promover e divulgar o PCI. Muito resumidamente e de acordo com André Desvallés³²⁵, as novas tecnologias podem ter diversas aplicações nos museus: a) como complemento à gestão das colecções (informatização, digitalização, disseminação da informação em rede); b) como complemento à pesquisa (ilustração dos materiais e técnicas, contextualização, etc.); c) apoio à exposição (visando a interactividade e objectivos educativos), contextualização (reconstituição e simulação); d) na forma de produtos

³²³ BRITO, Joaquim Pais de – El museo, muchas cosas. *Revista de Museología*. Madrid. ISSN 1134-0576. (2000). p. 37-38.

³²⁴ COSTA, Catarina Alves; MOURÃO, Catarina – Imagem em movimento nos museus: experiências e práticas. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. 3.

³²⁵ DESVALLÉS, André – Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio. *Lugar em Aberto*. Revista da APOM. n.º 1 (2003). p. 46-75.

comercializáveis (ex. CD's e DVD's); e) utilização da internet para disponibilizar conteúdos.

No que toca à digitalização de colecções e à luz da Convenção 2003, os arquivos (de museus ou outras instituições) que ao longo do séc. XX foram documentando o PCI nos mais variados suportes (áudio, vídeo, fotografia, texto), suscitam agora novos olhares, podendo ser encarados como recursos importantes para a revitalização das tradições pelas comunidades. Neste caso, a utilização da internet com vista a tornar acessíveis estes antigos registos revela-se uma tarefa fundamental. A este propósito, uma das edições do *Intangible Heritage Messenger* (UNESCO), faz referência a um projecto húngaro relativo à música tradicional. O projecto intitula-se *Open Musical Archives on the Internet*, sendo desenvolvido pelo *Institute for Musicology of the Hungarian Academy of Sciences* em conjunto com outros parceiros europeus³²⁶. O objectivo central desta iniciativa consiste em permitir o acesso livre e gratuito das bases de dados referentes à música e dança tradicionais.

Com relação aos museus portugueses que incluem arquivos, tem sido feito algum trabalho, sobretudo com relação à música tradicional. Vale a pena referir, por exemplo, o trabalho levado a cabo pelo Museu Nacional de Etnologia e pelo Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria ao nível da digitalização dos registos sonoros de música tradicional que Michel Giacometti recolheu no território português³²⁷. No caso do Museu Nacional de Etnologia, estes registos encontram-se acessíveis para consulta na biblioteca/mediateca do museu. No que concerne à acessibilidade na internet, pode dizer-se que este é, ainda, um caminho pouco trilhado nos museus portugueses.

³²⁶ UNESCO – Hongrie: documentation du patrimoine musical. *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 6 (2007), p. 2.

³²⁷ Sobre a digitalização de registos sonoros existe também muito trabalho fora dos museus, sobretudo nos centros de investigação universitários.

Sobre o papel da internet 2.0³²⁸, importa ainda destacar as diversas utilizações que oferece para a divulgação do imaterial. Wikipédia, blogues³²⁹, *Flickr*, *Youtube*, são apenas algumas das ferramentas que podiam ser referidas. As implicações para os museus são imensas, tantas quantas a nossa criatividade permitir. Um dos aspectos mais interessantes da internet 2.0 prende-se com uma das suas características basilares, a possibilidade de interação com as comunidades. A maior parte das aplicações referidas podem ser meios por excelência para a difusão do PCI. Como sublinha Dominique Langlais, “the communication and interaction possibilities offered by the web to layer information and to allow the exploration of multiple meanings are only starting to be exploited.”³³⁰.

Trabalhar com as colecções existentes e comunicá-las com a participação das comunidades está cada vez mais ao alcance dos museus, através das novas tecnologias. Alguns exemplos confirmam as diversas possibilidades de trabalhar com o imaterial, sendo este um campo de infinitas explorações.

Quantos museus não têm colecções de fotografia de carácter histórico armazenadas nos seus arquivos? Quantas dessas imagens não revelam informações sobre tradições do passado que ainda permanecem no presente? Mas tantas vezes, essas imagens permanecem mudas. Resolvidas questões de direitos de autor, os museus podem envolver as suas comunidades, explorando os vários significados das imagens captadas. Para isso, uma forma viável de o fazer é a difusão dessas imagens (colecções digitais) através da internet, com recurso a serviços como o *Flickr*³³¹, entre outros. *The*

³²⁸ Segundo a Wikipédia, a internet 2.0 “refers to what was perceived as a second generation of web development and web design. It is characterised as facilitating communication, information sharing, interoperability, and collaboration on the World Wide Web. It has led to the development and evolution of web-based communities, hosted services, and web applications. Examples include social-networking sites, video-sharing sites, wikis, blogs and folksonomies”. In Web 2.0. *Wikipedia: the free encyclopedia*. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Web_2.0

³²⁹ Cf. CARVALHO, Ana – Os blogues como instrumentos de trabalho para a museologia. *Informação ICOM.PT* [Lisboa]. N.º 1 (2008), p. 3-7.

³³⁰ LANGLAIS, Dominique – *Cybermuseumology and intangible heritage* [em linha]. [Consult. 23 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.yorku.ca/topia/docs/conference/Langlais.pdf>

³³¹ O *Flickr* (<http://www.flickr.com/>) é um *website*, onde qualquer pessoa pode descarregar fotografias e partilhá-las. Esta aplicação foi lançada em 2004 e ganhou muita popularidade desde então. Permite a organização das fotografias, além de um sistema de categorização através de “tags” (expressão em língua inglesa que podemos traduzir para etiquetas). In “Flickr”. *Wikipedia: the free encyclopedia*. Consult. 28 Mai. 2009]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Flickr>

*Commons*³³² é um programa criado pelo *Flickr* que permite que instituições públicas (bibliotecas, arquivos e museus) possam tornar acessíveis fotografias de carácter histórico dos seus arquivos. Uma das primeiras instituições a fazê-lo foi a *Library of Congress* (Estados Unidos) que, através de um projecto-piloto inovador, lançado no início de 2008, disponibilizou um conjunto significativo de fotografias do seu arquivo³³³. Os resultados obtidos com o exemplo da *Library of Congress* e outros que se lhe seguiram³³⁴ revelam resultados muito positivos. George Oates³³⁵ sublinha alguns dos aspectos essenciais deste tipo de iniciativa. Em primeiro lugar, a divulgação das colecções a um público mais alargado é uma das vantagens mais evidentes. Um outro aspecto é a possibilidade que oferece o facto de qualquer pessoa poder contribuir para a descrição da fotografia, a possibilidade de contar histórias sobre a imagem, acrescentar informações, etc. Por outro lado, a informação recolhida, a partir dos utilizadores, pode ter alguma validade para ser introduzida nas bases de dados onde estão catalogadas as imagens. Isto demonstrou ser verdade no caso da *Library of Congress*, que chegou a actualizar alguns registos do seu catálogo com base nas informações recolhidas através da contribuição dos utilizadores do *Flickr*³³⁶.

Um outro estudo de caso contempla a utilização dos serviços da internet 2.0 para promover o PCI. Esta experiência foi realizada no contexto do projecto europeu MEDINS, sendo um dos objectivos a criação de uma base de dados comum para o PCI. O resultado final acabou por ser um compromisso materializado na criação de uma plataforma simplificada, em linha, onde cada parceiro passou a disponibilizar informação relativa ao PCI a partir dos seus arquivos. Definidos alguns dos campos de informação no protótipo MEDINS³³⁷ (nome que recebeu a plataforma), cada parceiro

³³² <http://www.flickr.com/commons> [Consult. 28 Mai. 2009].

³³³ http://www.flickr.com/photos/library_of_congress/ [Consult. 29 Mai. 2009].

³³⁴ Não se podia deixar de referir o pioneirismo da Biblioteca de Arte da Fundação Gulbenkian na adesão ao programa *Commons* do *Flickr*, a única instituição portuguesa a fazê-lo até ao momento. As fotografias disponibilizadas pela Gulbenkian estão organizadas em conjuntos temáticos variados: “Arquitectura Paisagista Portuguesa”, “Arquitectura Gótica em Portugal”, “Amadeo de Souza-Cardoso”, “Estúdio Mário Novais”, “A Talha em Portugal” e “Azulejaria Portuguesa” (<http://www.flickr.com/photos/biblarde>).

³³⁵ OATES, George - The Commons on flickr: a primer. In TRANT, J.; BEARMAN, D., ed. - *Museums and the web 2008: proceedings*. Toronto: Archives & Museum Informatics. March 31, 2008. [Consult. 28 Mai 200]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/mw2008/papers/oates/oates.html>

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ O endereço da plataforma (Cf. www.iteam5.net/francesco/medins) é uma versão experimental, onde apenas se mostra alguns exemplos do material recolhido.

usou livremente algumas das ferramentas da internet 2.0 (*Flickr*, *YouTube*, *Odeo*, etc.), para onde descarregou os seus ficheiros áudio, vídeo e documentos relativos ao PCI. Através da codificação gerada pelas plataformas *Flickr* ou *YouTube*, os ficheiros ficaram também acessíveis no protótipo. Além disso, através da introdução de dados geográficos (latitude e longitude) associados às manifestações do PCI elencadas, foram gerados mapas que complementam a informação³³⁸. No *YouTube* e *Flickr*, por exemplo, encontram-se acessíveis alguns dos vídeos e imagens recolhidas, sob a categoria “MMMedins”³³⁹.

Para terminar, uma breve ressalva sobre os museus na sua relação com a internet, designadamente as questões relativas à propriedade intelectual. O respeito pela propriedade intelectual é um aspecto relevante a ter conta quando se trabalha com o PCI, seja qual for a actividade, mas sobretudo quando se trata de disseminar informação através internet. Os museus devem ter em conta as questões éticas inerentes a este tema, de forma a salvaguardar os interesses dos detentores do PCI. Nas palavras de Wend Wendland:

“(...) indigenous peoples and other traditional communities express concerns that sometimes activities by museums and cultural specialists do not take adequate account of their rights and interests; and that documenting and displaying, say, a traditional song or a tribal symbol, make them vulnerable to misappropriation.”³⁴⁰

Sobre este assunto, vale a pena referir que uma das resoluções adoptadas na Assembleia-geral do ICOM de 2007 prende-se necessariamente com este tema. Sob o título *Informing Museums on Intellectual Property Issues*, a resolução n.º 3 salienta o compromisso do ICOM na promoção de uma maior consciencialização relativamente ao

³³⁸ Cf. MARSH, Jesse; PASSANTINO, Francesco - *Towards an intercultural representation of mediterranean intangible cultural heritage (ICH): an XML interoperability framework for regional ICH databases* [em linha]. 2008. [Consult. 8 Set. 2008]. Disponível em: http://www.esiig2.it/esig2/doc_call_for_papers/18_Marsh_Towards%20an%20Intercultural%20Representation%20of%20Mediterranean.pdf

³³⁹ Resultados da tag “MMMedins” no *Youtube*: http://www.youtube.com/results?search_query=MMMedins&page=1 [Consult. 29 Jun. 2009]. Resultados da tag “MMMedins” no *Flickr*: <http://www.flickr.com/search/?q=MMMedins> [Consult. 29 Jun. 2009].

³⁴⁰ WENDLAND, Wend – *Safeguarding cultural heritage, protecting intellectual property and respecting the rights and interests of indigenous communities: what role for museums, archives and libraries?* [em linha]. Geneva: WIPO, [2005]. p. 2. [Consult. 12 Fev. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2005/wendland.pdf>

tema da propriedade intelectual e, por sua vez, pelo respeito aos direitos das comunidades³⁴¹. Os museus terão que equacionar esta questão, porventura formulando protocolos de acesso à informação que disponibilizam. Muito possivelmente, terão também que ser criados diferentes níveis de acesso à informação. Por outro lado, o consentimento terá que ser considerado como um requisito na maior parte das actividades que o museu desenvolva em torno das manifestações de PCI.

³⁴¹ ICOM - *Resolutions adopted by ICOM's General Assembly 2007* [em linha]. [S.l.]: ICOM, [2007]. [Consult. 15 Mai. 2009]. Disponível em: <http://icom.museum/resolutions/eres07.html>

3.5.4 - EDUCAÇÃO

A função educativa é hoje aceite como sendo fundamental na actividade dos museus. Se há alguns anos atrás, este papel estava confinado à ideia de visitas de grupos escolares ou visitas guiadas para adultos, actualmente, o papel dos museus neste domínio alargou-se significativamente³⁴². Por outro lado, reconhece-se que a aprendizagem não se faz apenas na sala de aula. A educação não formal ganhou importância neste contexto³⁴³. Assim, os museus podem ser entendidos como locais onde se pode aprender e interpretar. Nas palavras de John Falk e Lynn Dierking “learning is the reason people go to museums, and learning is the primary “good” that visitors to museums derive from their experience”³⁴⁴. Os autores sublinham, ainda, que os museus “are places to discover the past, present and future of humanity (...), where the public can seek and find meaning and connection”³⁴⁵.

É deste ponto de vista que se entende a importância da criação de programas educativos que contemplem a sensibilização para o PCI junto das comunidades e, por outro lado, que estimulem a transmissão destas tradições.

O Museu de Etnologia do Vietname é um bom exemplo da importância das actividades do serviço educativo para a salvaguarda do PCI, assegurando a sua transmissão. Integrado numa estratégia mais alargada, o projecto *Traditional Crafts in the Classroom* materializa a importância da criação de condições para que a transmissão de saberes se possa fazer, sobretudo a um público mais jovem. Este projecto (2003-2004), financiado pela UNESCO, teve como objectivo familiarizar jovens (10-14 anos) com as técnicas e conhecimentos ligados à olaria tradicional da região. Para ensinar estes jovens foram convidados oleiros profissionais de uma aldeia – *Phu Lang*, conhecida pela sua tradição de trabalhar o barro. Por vários motivos, esta profissão encontra-se actualmente

³⁴² HOOPER-GREENHILL, Eilean - Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums. In *The educational role of the museum*. 2.^a ed. London: Routledge, 1999. ISBN 0-415-19826-7. p. 3.

³⁴³ HOOPER-GREENHILL, Eilean - *Museums and the interpretation of visual culture*. Routledge: London, 2000. ISBN 0-415-08632. p. 2.

³⁴⁴FALK, John Howard; DIERKING, Lynn Diane - *Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning*. USA: AltaMira Press, 2000. ISBN 0-7425-0294-5. p. 2

³⁴⁵ *Ibidem*.

ameaçada. Uma das razões prende-se com o facto de não existirem jovens aprendizes, que garantam a continuidade desta prática. No final do projecto pode dizer-se que a troca de experiências entre jovens e “mestres” se revelou positiva. Por um lado, estes jovens adquiriram conhecimentos, não apenas sobre técnicas tradicionais mas também sobre a importância de manter estas tradições vivas. De outra parte, através desta experiência, os oleiros puderam enriquecer o seu trabalho, descobrindo novos motivos decorativos e novos conhecimentos, nomeadamente sobre como preparar cores através de produtos naturais. O facto destes artesãos incorporarem elementos novos no seu trabalho permitiu que se adaptassem às necessidades actuais do mercado, o que veio a reflectir-se, conseqüentemente, no aumento de vendas e, por sua vez, em maiores lucros, garantindo a sustentabilidade desta actividade³⁴⁶.

No que toca a Portugal, o Ecomuseu Municipal do Seixal tem desenvolvido algum trabalho meritório junto das suas comunidades através do seu papel educativo e acção difusora. Uma das iniciativas que cabe aqui apresentar, refere-se ao saber-fazer ligado à pintura de embarcações tradicionais e que se insere numa linha de trabalho que o museu desenvolve desde a década de oitenta no âmbito da preservação destas embarcações. A técnica de pintar as embarcações do estuário do Tejo tem acompanhado a sua história, cuja origem se situa no início do séc. XX. A utilização das embarcações entrou em desuso a partir das décadas de sessenta e setenta, com repercussões inevitáveis para esta actividade, que acompanhou o desaparecimento de muitas embarcações. Na década de oitenta e, através do museu, foram recuperadas algumas destas embarcações e, por sua vez, a pintura decorativa ganhou um novo impulso³⁴⁷. Este tema tem vindo a ser uma preocupação do museu, reflectindo-se em várias actividades. O contacto com alguns dos pintores que ainda praticam esta técnica tem sido importante ao longo dos anos. Através do museu, foi possível divulgar em diferentes situações esta técnica. Em 1993, com o apoio do museu, foi possível que um destes artistas transmitisse esta técnica através de workshops destinados a crianças, descendentes de imigrantes portugueses, em França, onde se realizou esta iniciativa. Mais recentemente, tiveram lugar outras iniciativas de

³⁴⁶ HUY, Nguyen Van - The role of museums in the preservation of living heritage: experiences of the Vietnam Museum of Ethnology. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 39.

³⁴⁷ CURTINHAL, Elisabete – Conhecer – Colorindo o Estuário do Tejo: a pintura de embarcações tradicionais como património cultural. *Ecomuseu Informação*. Seixal. ISSN 0873-6197. n.º 46 (2008), p. 12-13.

divulgação destes conhecimentos, envolvendo a participação de vários pintores³⁴⁸. Todavia, o trabalho do museu não se esgotou aqui. O museu tem acompanhado este tema com a realização de outras actividades, nomeadamente ao nível do levantamento fotográfico, recolha de testemunhos orais e, inclusivamente, a recolha de objectos relativos a esta temática para incorporar as colecções do museu. Além disso, está ser desenvolvido um projecto de investigação relativo ao património e cultura marítima, que inclui o tema da pintura de embarcações³⁴⁹. Este exemplo evoca a ideia de que todas as funções museológicas devem ser entendidas numa perspectiva de interdisciplinaridade.

³⁴⁸ Refira-se a participação do pintor Diogo Gomes numa feira sobre embarcações na Holanda (9-11 Nov. 2007) com o objectivo de divulgar esta actividade e, ao mesmo tempo, divulgar o trabalho do museu na área do património relacionado com o rio. Cf. CURTINHAL, Elisabete, *op. cit.*, p. 14.

³⁴⁹ CURTINHAL, Elisabete, *op. cit.*, p. 13.

CONCLUSÃO

O objectivo proposto no início deste projecto centrou-se nas seguintes interrogações: qual o papel dos museus na salvaguarda do PCI? E em função das suas competências, como podem os museus abordar este património. Este objectivo foi, em nosso entender, alcançado, ainda que se reconheça que o tema está longe de se ter esgotado aqui. Pelo contrário, este estudo prova, efectivamente, que este é um campo de acção ainda pouco explorado e que, muito provavelmente, será um dos aspectos mais desenvolvidos pelos museus nos próximos anos. Esta contribuição revela-se, assim, como um ponto de partida para a definição de estratégias nesta área.

Torna-se inquestionável o papel que o PCI assume no quotidiano de todos nós. Trata-se, afinal, de um elemento fundamental da nossa identidade. Conhecê-lo, revela-se essencial para a compreensão do mundo em que vivemos. Este pode ser um terreno particularmente fértil para conhecer melhor os outros, aceitar as diferenças e promover a diversidade entre culturas.

A UNESCO deu maior visibilidade à necessidade de preservar este património. O discurso não é novo, há muito que no seio da antropologia se discute e reflecte sobre este assunto. Todavia, quando o tema da preservação do PCI começou a fazer parte da agenda da UNESCO, o discurso torna-se também político. E é nesta esfera que se vão dando passos, sobretudo, a partir da segunda metade do séc. XX, mas com particular importância na década de noventa, altura em que se começa a definir com maior clareza o instrumento internacional de protecção para o PCI. A Proclamação das Obras-Primas foi o tubo de ensaio necessário para que a Convenção 2003 fosse bem sucedida, à partida um documento que dificilmente seria adoptado pelos aspectos controversos que podia gerar (ex. direitos humanos). Se comparada a Convenção 2003 com outros documentos congéneres, nomeadamente com a *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático*, adoptada em 2001, é fácil concluir o sucesso que este instrumento alcançou.

De facto, o enfoque dado ao PCI nos últimos anos tem potenciado, porventura, uma maior consciência colectiva e que encontra expressão nem que seja nas notícias que quotidianamente são veiculadas pela comunicação social sobre possíveis candidaturas do PCI às Listas da UNESCO (Lista Representativa e Lista de Salvaguarda Urgente), que vão desde as mais disparatadas pretensões às mais fundamentadas.

Em boa parte, a UNESCO ao formular recomendações neste domínio do património veio chamar a atenção que uma expressão do PCI é tão importante como um edifício histórico, procurando ultrapassar a ideia de menorização que, muitas vezes, a dita “cultura popular” esteve sujeita no passado. Os governos têm a difícil tarefa de traduzir as orientações da UNESCO em boas práticas nos seus territórios, implementando políticas culturais em conformidade com estes pressupostos. O que significa também que, a par com o direito internacional, cabe a cada país desenvolver legislação específica.

Este foi o caso português, que na senda da ratificação da Convenção 2003 fez publicar legislação referente ao PCI. Independentemente de questões quanto à sua aplicabilidade, torna-se evidente que a legislação não resolve tudo. Foi neste quadro que também seriam definidas as instituições de tutela e gestão deste património, sendo acometidas competências ao IMC, contrariando o que parece ser uma tendência noutros países, onde as responsabilidades para com a formulação de políticas nesta área têm sido atribuídas às instituições que tutelam o património cultural³⁵⁰. Todavia, a responsabilidade do IMC na implementação da Convenção 2003, remete para os museus uma colaboração activa neste objectivo.

Sendo os museus instituições intrinsecamente ligadas ao património, não são indiferentes ao PCI, cabendo-lhes um papel fundamental na sua salvaguarda, como foi possível confirmar ao longo deste trabalho. Este enfoque relativamente ao PCI pode

³⁵⁰ No Brasil foi criado um departamento para o PCI na estrutura do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPAHN), na Venezuela o responsável pelo *I Censo del Patrimonio Cultural Venezolano* (dedicado ao PCI) foi o *Instituto del Patrimonio Cultural*, em França é no seio da *Direction de l'architecture et du patrimoine* (DAPA) que se desenvolve o inventário nacional relativo ao PCI, através da *Mission ethnologie* (integrada na estrutura da DAPA). No caso espanhol, para citar apenas alguns exemplos, o projecto *Atlas del Patrimonio Inmaterial de Andalucía* está a ser implementado pelo *Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, em Múrcia, o *Catalogo de Bienes Inmateriales de Interes Historico de la CARM* está a cargo do *Servicio de Patrimonio Histórico*.

traduzir-se, em muitos casos, no desenvolvimento de actividades que podem incluir o inventário e a documentação, pesquisa, promoção (publicações, exposições, disseminação da informação através da internet) e actividades direccionadas para promover a transmissão do PCI, nomeadamente através do serviço educativo e de programas de formação. Mas em boa verdade, pode afirmar-se que, na prática, a maior parte dos museus não tem experiência a apresentar o imaterial, este é o caso dos museus portugueses como de muitos outros museus. As razões de tal desiderato prendem-se com uma longa tradição de valorização da cultura material.

Parece seguro afirmar que se começam a dar os primeiros passos nesta matéria. Tomando em conta a realidade museológica portuguesa, ainda que sem a pretensão de uma análise exaustiva, foi possível tirar algumas conclusões. A museologia portuguesa não se encontra alheia à importância do PCI, como parece comprovar-se pelo desenvolvimento de projectos e iniciativas relativas à documentação do PCI, alguns deles referidos ao longo deste estudo. Ainda assim, são experiências mais ou menos fragmentadas, pontuais e que timidamente vão dando sinais de mudança.

Por outro lado, o discurso de salvaguarda do PCI veiculado pela UNESCO assenta em pressupostos que são, de certo modo, familiares à museologia: identidade, desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade, cooperação, participação das comunidades, valorização e planeamento integrado do território. Estes temas têm constituído matéria de reflexão no seio da filosofia da *nova museologia*, durante as últimas décadas e constituem temas actuais, como pode constatar-se no regulamento do *Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)*³⁵¹. Nesta perspectiva, as bases de actuação deste movimento estão, em grande medida, de acordo com as orientações da UNESCO, constituindo coordenadas úteis para o desenvolvimento de práticas museológicas que dêem visibilidade ao PCI.

Todavia, face às potencialidades de trabalho que oferece o imaterial para os museus, foi possível reconhecer algumas limitações. Os museus poderão ser as instituições mais bem posicionadas, mas nem todos os museus reúnem condições que garantam a

³⁵¹ Cf. <http://www.minom-icom.net/> [Consult. 25 Jun. 2009].

aplicabilidade dos objectivos promovidos pela Convenção 2003. Como faz notar Joaquim Pais de Brito, “a vastidão do tema, retoma os grandes capítulos dos manuais de etnologia, tem também muito de utopia.”³⁵² Perante um vastíssimo campo de trabalho que inclui o imaterial, seria imprudente pensar que os museus pudessem responsabilizar-se por todo este património. Não devem e muitas das vezes não podem. Trata-se, afinal, de uma tarefa imensa e que deverá ser partilhada. Neste sentido, exigem-se novas formas de acção e colaboração, nas quais os museus podem ser agentes e parceiros importantes.

Por outro lado, o alcance das iniciativas dos museus face ao PCI está à partida muito dependente das condicionantes próprias de cada museu, desde logo a sua vocação, abrangência temática e geográfica, função social e dos recursos disponíveis (materiais e humanos). Sobre este último aspecto, pode dizer-se que este é um dos problemas mais relevantes se considerarmos o panorama museológico português e a ausência, em muitos museus, de equipas de trabalho pluridisciplinares que possam responder às exigências de desempenho que acompanha o alargamento das competências dos museus. A identificação e valorização do PCI remete para a aplicação de métodos e técnicas de investigação próprios da antropologia, o que se traduz na necessidade de incorporar mais profissionais desta área no quadro de pessoal dos museus.

Em grande medida, a atenção especial que tem merecido o imaterial, permite aos museus amplas possibilidades de renovação e de experimentação, tendo em conta que os procedimentos terão de ser diferentes dos que nortearam a dinâmica museal até aqui. Daqui ressalta a possibilidade de trabalho com as colecções já existentes, ao nível da sua documentação, mas também a possibilidade de novas recolhas que permitam a actualização dos acervos e sua ligação ao presente e, por sua vez, a um património que se pratica no seio das comunidades. Por outro lado, e em consonância com a Convenção 2003, os museus encontram aqui também novas formas de olhar o património, de onde resulta a importância de uma reflexão pragmática, em função do seu território e dos seus patrimónios e tendo em conta a articulação com as comunidades. Nem todo o

³⁵² BRITO, Joaquim Pais de – Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta, org. - *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5. p. 51.

património necessita de ser salvaguardado e, neste sentido é necessário mapear os problemas para identificar prioridades, sendo certo que se deve beneficiar abordagens integradas do património, sob pena de se perder a noção do todo. Estamos perante uma noção de património cada vez mais complexa que exige, por sua vez, abordagens mais inovadoras. Este é um caminho que tem pouco de linear, que muito possivelmente terá de se alicerçar na experimentação em pequenos projectos, privilegiando uma atitude de reflexão constante. Enfim, um caminho que se faz experimentando.

Assim, muito contribuirá para o desenvolvimento de experiências nesta área, o debate em torno dos aspectos referidos, permitindo uma reflexão mais alargada sobre estas matérias e, sobretudo, a troca de experiências. Neste campo, alguns passos foram dados com a realização de um conjunto de colóquios promovido pelo IMC, em 2008. Todavia, os temas debatidos não esgotaram todas as problemáticas que o PCI encerra.

A análise ao panorama museológico português, ainda que breve, deixou antever a necessidade de um estudo mais sistemático sobre as experiências e resultados que alguns museus têm desenvolvido no campo do PCI, só possível através de uma investigação mais alargada e continuada, que não foi possível aprofundar na presente reflexão.

Tomando em consideração o alargamento de competências dos museus face aos desafios actuais, nos quais se incluem maiores responsabilidades relativamente ao PCI, este parece ser um sinal de que os museus poderão ter que se redefinir. Podemos estar a assistir a uma mudança de paradigma que advoga maior atenção para as relações que se estabelecem entre os objectos e as pessoas, em detrimento de uma abordagem demasiado centrada na cultura material. Nesta linha de raciocínio, Eilean Hooper-Greenhill propõe a emergência de um novo conceito de museu, ao qual designa como *post-museum*, no seguimento do *modernist museum*, nascido no séc. XIX³⁵³. Para a autora, o *post-museum* “will retain some of the characteristics of its parent, but will re-shape them to its own ends”³⁵⁴. Isto significa que, no que concerne ao papel dos

³⁵³ HOOPER-GREENHILL, Eilean - *Museums and the interpretation of visual culture*. Routledge: London, 2000. ISBN 0-415-08632. p. 152.

³⁵⁴ *Ibidem*.

objectos, o *post-museum* “will hold and care for objects, but will concentrate more on their use rather on further accumulation (...) and will be equally interested in intangible heritage”³⁵⁵. Note-se também que na filosofia do *post-museum*, as comunidades têm uma palavra a dizer sobre o trabalho desenvolvido pelo museu, podendo, assim, contribuir para a construção de conhecimentos, através do estabelecimento de parcerias e, por sua vez, permitir a introdução de diferentes leituras e perspectivas. Nas palavras da autora: “knowledge is no longer unified and monolithic; it becomes fragmented and multivocal”³⁵⁶.

Termino como comecei, transcrevendo uma frase de Koïchiro Matsuura: “intangible cultural heritage is not just the memory of past cultures, but is also a laboratory for inventing the future”³⁵⁷. Muito sinceramente, creio que isto pode verdadeiramente aplicar-se aos museus. Apesar de ancorados no passado, os museus podem e devem comunicar esse legado fazendo-o de forma criativa e inovadora, estimulando as novas gerações a recriá-lo no futuro.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ MATSUURA, Koïchiro - *Address by the Director-General of UNESCO to the opening session of the Third Round Table of Ministers of Culture “The intangible cultural heritage: a mirror of cultural diversity”* [em linha]. UNESCO, 16 September 2002. p. 4. [Consult. 5 Mar. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127500e.pdf>

BIBLIOGRAFIA

ACCU - *2004 workshop on inventory-making for intangible cultural heritage management: final report* [em linha]. Tokyo: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU), 6-11 December 2004. [Consult. em 8 Maio 2008]. Disponível em: http://www.accu.or.jp/ich/en/pdf/2004_Tokyo.pdf

ACCU - *2004 workshop on inventory-making for intangible cultural heritage management (Tokyo, Japan, 6-11 December 2004: recommended approaches to inventory-making and some examples of inventory-making programmes and methodologies)* [em linha]. Tokyo: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU). actual. 13 Dez. 2004. [Consult. em 8 Maio 2009]. Disponível em: http://www.accu.or.jp/ich/en/pdf/c2005subreg_Ref1.pdf

ACCU - *Expert meeting on community involvement in safeguarding intangible cultural heritage: towards the implementation of the 2003 Convention (13-15 March 2006, Tokyo, Japan): report* [em linha]. [Tokyo]: Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU), [2006]. [Consult. 10 Mar. 2009]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-EN.pdf>

ACCU - *Report on conference on intangible cultural heritage and intellectual property under the 2003 Convention: seeking a collaborative interface between ICH and IP (New Delhi, India, 23 – 28 March 2007)* [em linha]. [Consult. em 20 Fev. 2009]. Disponível em: http://www.accu.or.jp/ich/en/pdf/2007accu-kyushuuniv_revised.pdf

ACCU - *Sub-regional experts meeting in Asia on intangible cultural heritage: safeguarding and inventory-making methodologies (Bangkok, Thailand, 13-16 December 2005)* [em linha]. Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO (ACCU) [etc.]: Bangkok, April 2006. [Consult. em 3 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.accu.or.jp/ich/en/reports/reports1.html>

AIKAWA, Noriko – Visión histórica de la preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 140-153.

AIKAWA-FAURE, Noriko - From the proclamation of masterpieces to the *Convention of Intangible Cultural Heritage*. In SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko, ed. - *Intangible Heritage*. London: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-47396-5. p. 13-44.

ALGE, Barbara – The Pauliteiros de Miranda: from local symbol to intangible cultural heritage? *Etnográfica* [em linha]. Vol. 11, n.º 2 (2007), p. 353-369. [Consult. 4 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n2/v11n2a03.pdf>

ALIVIZATOU, Marilena - Contextualising intangible cultural heritage in heritage studies and museology. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. III (2008), p. 43-52.

ANDRADE, Constança – *Dinâmicas do património imaterial: a candidatura galego-portuguesa à UNESCO*. Lisboa: ISCTE, 2008. Dissertação de Mestrado.

ANICO, Marta – *Museus e pós-modernidade: discursos e “performances” em contextos museológicos locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008. ISBN 9789896460037.

ARGOUNES, Fabrice - Une géopolitique du patrimoine mondial? De quelques enjeux au sein de l'UNESCO autour du matériel et de l'immatériel. In FOURCADE, Marie Blanche, dir. - *Patrimoine et patrimonialisation: entre le matériel et l'immatériel*. [Québec]: Les Presses de l'Université Laval (Pul), Octobre 2007. ISBN 2763785204. p. 3-20.

ASSOCIAÇÃO PONTE...NAS ONDAS! - *Informação sobre o resultado obtido na UNESCO* [em linha]. [S.l: S.n], 8 Dez. 2005. [Consult. 31 Mar. 2009]. Disponível em: <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp?cat=anteriores>

BAGHLI, Sid Ahmed - The Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage and new perspectives for the museum. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003). p. 15-17.

BARATA, Filipe Themudo - Conclusions. In CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo, ed. - *Le patrimoine culturel immatériel et le rôle d'institutions publiques dans l'implémentation d'inventaires: actes du Séminaire International, Université d'Évora, 22 Juin 2007*. [S.l.]: CIDEHUS, Junho 2008. ISBN 978-989-602-153-5. p. 80-83.

BARATA, Filipe Themudo; CARVALHO, Ana – *Aspectos técnicos e metodológicos de tratamento do património cultural imaterial: o projecto MEDINS* (Comunicação apresentada no colóquio “O Canto de Improviso como Património Imaterial: Metodologias de Inventário e Processos de Salvaguarda”, Alcácer do Sal, 17 de Maio 2008).

BARATA, Filipe Themudo; GONÇALVES, Gerardo Vidal, ed. - *Patrimoine immatériel: base de données et organisation sémantique*. [S.l.]: CIDEHUS, Junho 2008. ISBN 978-989-602-154-2.

BARATA, Filipe Themudo; MASCARENHAS, José Manuel – *Preservando a memória do território: o parque cultural de Tourega/Valverde*. Évora: Centro de Estudos de Ecosistemas Mediterrâneos Universidade de Évora (ICEEM), 2002. ISBN 1645-3239.

BEDJAOU, Mohammed – La Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial: marco jurídico y principios universalmente reconocidos. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 154-158.

BERGERON, Yves - Intangible heritage at the *Musée de la Civilisation* of Quebec. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003), p. 8.

BLAKE, Jane - *Elaboration d'un nouvel instrument normatif pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel: éléments de réflexion* [em linha]. Paris: UNESCO, 2001. [Consult. 31 Mar. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001237/123744f.pdf>

BLAKE, Janet – UNESCO's 2003 *Convention on Intangible Cultural Heritage*: the implications of community involvement in “safeguarding”. In SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko, ed. - *Intangible heritage*. London: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-47396-5. p. 45-73.

BORTOLOTTI, Chiara - *Il concetto di “salvaguardia” e il ruolo delle “comunità” nella Convenzione per la Salvaguardia del Patrimonio Culturale Immateriale* [em linha]. Milano, 5 maggio 2008 [Consult. 4 Set. 2008]. Disponível em: http://www.lombardiacultura.it/redazionale/cc/Intervento_Chiera_Bortolotto.pdf

BORTOLOTTI, Chiara - *La patrimonialisation de l'immatériel selon l'UNESCO* [em linha]. [Paris]: Mission à l'ethnologie (Dapa, Ministère de la Culture), 2006. [Consult. 4 Fev. 2009]. Disponível em: http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Bortolotto_juin_06.pdf

BORTOLOTTI, Chiara; GRENET, Sylvie - *Les pratiques des inventaires dans le cadre de la Convention de l'UNESCO* [em linha]. Paris: Institut national du patrimoine, [2007]. [Consult. em 10 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.inp.fr>

BOUCHENAKI, Mounir – Editorial. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 7-12.

BOYLAN, Patrick J. - The intangible heritage: a challenge and an opportunity for museums and museum professional training. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 53-66.

BRANCO, Jorge Freitas – A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal. *Etnográfica* [em linha]. Vol. III, n.º 1 (1999), p. 23-48. [Consult.

2 Fev. 2009]. Disponível em:
http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N1/Vol_iii_N1_23-48.pdf

BRANCO, Jorge Freitas – *Significados esgotados: sobre museus e colecções etnográficas* [em linha]. 10 Set. 2008 [Consult. 23 Fev. 2009]. Disponível em:
https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1147/1/Branco_Significados_Donostia_2008_x.pdf

BRANCO, Jorge Freitas; Luísa Tiago Oliveira – *Ao encontro do povo I: a missão*. Oeiras: Celta Editora, 1993. ISBN 972-8027-09-5.

BRANCO, Jorge Freitas; Luísa Tiago Oliveira – *Ao encontro do povo II: a colecção*. Oeiras: Celta Editora, 1994. ISBN 972-8027-15-X.

BREDEKAMP, Henry C. Jatti - Transforming representations of intangible heritage at Iziko (National) Museums, South Africa. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 75-82.

BEDJAOU, Mohammed – La Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial: marco jurídico y principios universalmente reconocidos. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 154-158.

BRITO, Joaquim Pais de – El museo, muchas cosas. *Revista de Museología*. Madrid. ISSN 1134-0576. (2000), p. 30-40.

BRITO, Joaquim Pais de – Um museu ou um rio. Colaboração do Museu Nacional de Etnologia num projecto em curso. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa. ISSN 1645-2186. N.º 5 (2002), p. 4-6.

BRITO, Joaquim Pais de - Le patrimoine immatériel: entre les pratiques et la recherche. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 151-160.

BRITO, Joaquim Pais de – Museu, memória e projecto. In PORTELA, José; CASTRO CALDAS, João, orgs. – *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 2003. ISBN 972-774-186-X. p. 265-277.

BRITO, Joaquim Pais de – No tempo da descoberta de um escultor. In *Onde mora o Franklim? Um escultor do acaso*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia [etc.], Dez. 1995. ISBN 972-8137-36-2. p. 11-24.

BRITO, Joaquim Pais de – O Museu, entre o que guarda e o que mostra. In SEMEDO, Alice; LOPES, Teixeira, coord. - *Museus, discursos e representações*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. ISBN 978-972-36-0818-2. p. 149-161.

BRITO, Joaquim Pais de – Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta, org. - *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5. p. 43-51.

BRITO, Joaquim Pais de; LEAL, João – Apresentação: etnografias e etnógrafos locais. *Etnográfica*. [em linha]. Vol. I, nº 2 (1997), p. 181-190. [Consult. 23 Fev. 2009]. Disponível em: https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/639/1/Vol_i_N2_02jpaisdebrito-joaoleal.pdf

BRUGMAN, Fernando - La Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial”. In DIAZ, Gema Carrera; DIETZ, Gunther, coord. - *Patrimonio inmaterial y gestión de la diversidad*. [Sevilha]: Junta de Andalucía-Consejería de Cultura, 2005. ISBN 84-8266-567-7. p. 55-66.

BUCUR, Corneliu Ioan - Project report: the National “Human Living Treasures” Programme of the Astra Museum, Sibiu, Romania. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. 2 (2007), p 111-116.

BURDEN, Matilda - *Museums and intangible heritage: The Afrikaans Language Museum* [em linha]. [Consult. 26 Mar. 2009]. Disponível em: <http://museumsnett.no/icme/icme2004/burden.html>

CALAS, Marie-France - Recherche et métiers de la culture: regards croisés - L'immatériel et les musées: première approche à partir d'une enquête auprès des musées. *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 35-37.

CAMACHO, Clara – Editorial. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. VI-VII.

CAMACHO, Clara – *O IMC e o património cultural imaterial em Portugal* (comunicação apresentada a 15 de Junho de 2009, colóquio “Património Cultural Imaterial: A Face Intangível do Património”, Assembleia da República, Lisboa).

CAMACHO, Clara – Património industrial – Dez anos do Museu da Pólvora Negra. In *Fio da memória: operários da fábrica da pólvora*. [Oeiras]: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2008. ISBN 978-989-608-082. p. 5- 9.

CAMACHO, Clara – *Renovação museológica e génese dos museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974-90*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Dissertação de Mestrado.

CAMACHO, Clara; FILIPE, Graça – Experiências museológicas de Seixal y de Vila Franca de Xira: breve estúdio comparativo. *Revista de Museología*. Madrid. ISSN 1134-0576. (2000), p. 101-115.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS – *Fio da memória: operários da fábrica da pólvora*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2008. ISBN 978-989-608-082-2.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS – *O papel dos museus na preservação do património imaterial – modos de agir e sentir*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2006.

CARVALHO, Ana - La programmation communautaire 2007-2013 et les politiques de valorisation et protection du patrimoine culturel immatériel: la Région de l'Alentejo, Portugal. In GARCÍA SIMO, Inmaculada, ed. - *El patrimonio cultural inmaterial. Defición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional, Murcia, 15 y 16 de febrero de 2007*. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia [etc.], 2008. ISBN 978-84-7564-389-2. p. 133-147.

CARVALHO, Ana – Os blogues como instrumentos de trabalho para a museologia. *Informação ICOM.PT* [Lisboa]. N.º 1 (2008), p. 3-7.

CARVALHO, Ana – Portuguese legislation on intangible cultural heritage and inventories. In GARCÍA SIMO, Inmaculada, ed. - *El patrimonio cultural inmaterial. Defición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional, Murcia, 15 y 16 de febrero de 2007*. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia [etc.], 2008. ISBN 978-84-7564-389-2. p. 173-184.

CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo – *Le patrimoine culturel immatériel au Portugal: questions d'aujourd'hui et défis de demain*. [S.l.]: CIDEHUS, Junho 2008. ISBN 978-989-602-152-8.

CAVALCANTI, Maria; FONSECA, Maria – *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais* [em linha]. Brasília: UNESCO [etc.], 2008. [Consult. 29 Abr. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf>. ISBN 978-85-7652-085-6.

CHIVA, Isac - George Henri Rivière: un demi-siècle d'ethnologie de la France. *Terrain* [em linha]. n.º 5 (1985). [Consult. 17 Abr. 2009]. Disponível em: <http://terrain.revues.org/index2887.html>

CIARCIA, Gaetano – *La perte durable. Rapport d'étude sur la notion de "patrimoine immatériel"* [em linha]. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, Mission à l'Ethnologie, 2006. [Consult. 4 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.languedoc-roussillon.culture.gouv.fr/fr/0index/01actu/rapport%20patrimoine%20immat%E9riel2.pdf>

CORREIA, Conceição; ROQUETTE, Catarina, coord. - *Michel Giacometti, caminho para um museu*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 2004. ISBN 972-637-120-1.

COSTA, Catarina Alves; MOURÃO, Catarina – Imagem em movimento nos museus: experiências e práticas. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. 3-16.

COSTA, Paulo Ferreira da – Discretos tesouros: limites à protecção e outros contextos para o inventário do património imaterial. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 2 (2008), p. 16-35.

COSTA, Paulo Ferreira da – Museus, máscaras e património imaterial. *Boletim Rede Portuguesa de Museus*, [Lisboa]. ISSN 1645-2186. N.º 27 (2008), p. 9-11.

COSTA, Paulo Ferreira da – Registrar o imaterial: o audiovisual como instrumento de salvaguarda por excelência. In *Fio da memória: operários da fábrica da pólvora*. [Oeiras]: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2008. ISBN 978-989-608-082. p. 27-33.

COXALL, Helen - Open minds: inclusive practice. In GENOWAYS, Hugh H., ed. - *Museum philosophy for the twenty-first century*. Lanham [etc.]: Altamira Press, 2006. ISBN 13: 978-0-7591-0753. p. 139-149.

CROFTS, NICK – Getting to grips with Egypt's intangible heritage. *CIDOC NEWSLETTER* [em linha]. n.º 1 (2008). p. 6-10. [Consult. 22 Abr. 2008]. Disponível em: http://cidoc.mediahost.org/content/upload/newsletter_01_2008.pdf

CUMMINS, Alissandra – PPG-PMUS inaugural address. *Museologia e Patrimônio*. [em linha]. Vol. 1, n.º 1 (2008). p. 106-113. [Consult. 6 Fev. 2009]. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/11/6>

CURTINHAL, Elisabete – Conhecer – Colorindo o Estuário do Tejo: a pintura de embarcações tradicionais como património cultural. *Ecomuseu Informação*. Seixal. ISSN 0873-6197. n.º 46 (2008), p. 12-14.

DAVALLON, Jean - L'évolution du rôle des musées. *Pour: la revue du Groupe de recherché pour l'éducation et la prospective*. Paris, n.º 153 (1997), p. 39-47.

DAVALLON, Jean - Nouvelle muséologie vs muséologie. *ICOFOM Study Series*. n.º 25 (1995), p. 153-166.

DAWSON, Mungeri – Patrimonio material e inmaterial: de la diferencia a la Convergencia. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 13-21.

DEACON, Harriet; DONDOLO Luvuyo; MRUBATA, Mbulelo [et al] - *The subtle power of intangible heritage* [em linha]. Cape Town: HSRC Publishers, 2004. [Consult. 3 Fev. 2009]. Disponível em: http://www.wipo.int/export/sites/www/tk/en/folklore/creative_heritage/docs/subtle_power.pdf. ISBN 0 7969 2074 5.

DELCOURT, Gilles - Deux nouveaux instruments juridiques de l'Unesco bien distincts: la Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles (2005) et la Convention sur le Patrimoine Culturel Immatériel (2003). *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 21.

DERÈZE, Gérard - De la culture populaire au patrimoine immatériel. *Hermès* [em linha]. n.º 42 (2005), p. 47-53. [Consult. 3 Fev. 2009]. Disponível em: http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/2042/8981/1/HERMES_2005_42_47.pdf

DESVALLÉES, André - Provocative paper: museology and categories of intangible heritage, issues of terminology: the relevance of “patrimoine immatériel” and “patrimoine intangible” in french, and intangible heritage in English. In VIAREGG, Hildegard K; SGOFF, Brigitte; SCHILLER, Regina, ed. - *Museology and intangible heritage II: International Symposium organized by ICOFOM, 20th general conference of ICOM, Seoul, Korea 2004: complete edition of the papers* [em linha]. München: Museums-Pädagogisches Zentrum, 2004. [Consult. 27 Jan. 2009]. Disponível em: http://www.lrz-muenchen.de/~iims/icofom/iss33_supplement.pdf

DESVALLÉS, André – Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio. *Lugar em Aberto*. Revista da APOM. n.º 1 (2003), p. 46-75.

DESVALLÉS, André - Musées et communauté: des amiguités à éclaircir. *ICOFOM Study Series*. n.º 24 (1994), p. 33-37.

DUBÉ, Philippe - La hermosura de lo vivo o el regreso de lo reprimido. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 125-132.

DURAND, Jean-Yves – Este obscuro objecto do desejo etnográfico: o museu. *Etnográfica* [em linha]. Vol. 11, n.º 2 (2007), p. 373-386. [Consult. 23 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n2/v11n2a04.pdf>

ECONOMIDES, Constantin - *Intersessional working group of government experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, UNESCO Headquarters, 22-30 April 2003* [em linha]. Paris: UNESCO, May 2003. [Consult. 16 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001303/130350e.pdf>

FABRE, Daniel - *Les formes et les pratiques de l'inventaire ethnographique européen (XIXe, XXe siècles)*. (Comunicação apresentada no colóquio “Le Patrimoine Culturel Immatériel de l'Europe: Inventer son Inventaire”, Institut national du patrimoine, Paris, 30 novembre 2007).

FABRE, Daniel. - *Le patrimoine culturel immatériel: notes sur la conjoncture française* [em linha]. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, Mission à l'Ethnologie, 2006. [Consult. 3 Fev. 2009]. Disponível em: http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/D._Fabre_oct_2006.pdf

FALK, John Howard; DIERKING, Lynn Diane - *Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning*. USA: AltaMira Press, 2000. ISBN 0-7425-0294-5.

FILIPE, Graça – Educação: um objectivo global dos museus. Algumas reflexões assentes na experiência de trabalho do Ecomuseu Municipal do Seixal. In *Actas do XXV Encontro de Serviços Educativos (2000)*. Nazaré: Museu Arqueológico e Etnográfico de Joaquim Manso. 2001.

FILIPE, Graça – Transmitir o património imaterial e construir memórias: um desafio à vitalidade dos Museus. In *O papel dos museus na preservação do património imaterial – modos de agir e sentir*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2006. p. 11-13.

FILIPE, Graça – *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado.

“Flickr”. *Wikipedia: the free encyclopedia*. [Consult. 28 Mai. 2009]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Flickr>

FOURCADE, Marie Blanche, dir. - *Patrimoine et patrimonialisation: entre le matériel et l'immatériel*. [Quebeque]: Les Presses de l'Université Laval (Pul), Octobre 2007. ISBN 2763785204.

GALLOIS, Dominique Tilkin, coord. - *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas – exemplos no Amapá e norte do Pará* [em linha]. Macapá, São Paulo: Instituto de

Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), 2006. [Consult. 6 Fev. 2009]. Disponível em: http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_patrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf. ISBN 85-98046-02-7.

GARCIA SIMÓ, Inmaculada; INIESTA SANMARTÍN, Ángel; LEMA CAMPILLO, Aurora – Approach to intangible heritage management in the regional administration of Murcia Region. In CARVALHO, Ana; BARATA, Filipe Themudo, ed. - *Le patrimoine culturel immatériel et le rôle d'institutions publiques dans l'implémentation d'inventaires: actes du Séminaire International, Université d'Évora, 22 Juin 2007*. [S.l.]: CIDEHUS, Junho 2008. ISBN 978-989-602-153-5. p. 21-30.

GOLDING, Viv - Inspiration Africa! Using tangible and intangible heritage to promote social inclusion amongst young people with disabilities. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 83-93.

GORGUS, Nina - *Le magicien des vitrines*. Paris: Éditions MSH, 2003. ISBN 2735109755.

GOUVEIA, Feliz Ribeiro; LIRA, Sérgio - A conceptual approach for non-material heritage: the case of the hat industry. *Antropológicas* [em linha]. N.º 7 (2003). [Consult. 12 Fev. 2009]. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/sistema_mic_antropologicas7_felizsergio.pdf

GOUVEIA, Feliz Ribeiro; LIRA, Sérgio - A model and a system for cultural heritage: the case of the hat industry. *Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia* [em linha]. 2004. [Consult. 12 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/FRG-Revista%20FCT.pdf>

GOUVEIA, Feliz Ribeiro; LIRA, Sérgio – Sistema de inventário e de gestão de colecções para o Ecomuseu de Barroso [em linha]. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do Museu*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre e Ecomuseu de

Barroso, 2006. p. 95-101. [Consult. em 12 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/minom.pdf>

GOUVEIA, Feliz Ribeiro; LIRA, Sérgio; MENEZES, Suzana – *A conceptual approach for non-material heritage: the case of the hat industry* [em linha]. 2002. [Consult. 2 Mar. 2007]. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/content/archive/cidoc2002/www.icom.org.br/cidoc2002/comunicacoes/htm/comunicacoes/liragouveiamenezes.html>

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Museologia e etnologia em Portugal, instituições e personalidades*. Lisboa, 1997. vol. I e II. Dissertação de Doutoramento.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Para a história dos museus locais em Portugal: a propósito da criação do Museu de Lorvão*. Lisboa: IPPC-Departamento de Etnologia, 1984.

GRENET, Sylvie – Les inventaires en France. *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 27-28.

GRENET, Sylvie - *Problématiques et enjeux du patrimoine culturel immatériel au Ministère de la Culture* [em linha]. [Consult. 20 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Grenet.pdf>

GUILLAUME, Marc – *A política do património*. 1ª ed. rev. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0.

HOOPER-GREENHILL, Eilean - Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums. In *The educational role of the museum*. 2.^a ed. London: Routledge, 1999. ISBN 0-415-19826-7. p. 3-27.

HOOPER-GREENHILL, Eilean - *Museums and the interpretation of visual culture*. Routledge: London, 2000. ISBN 0-415-08632.

HOTTIN, Christian - Une nouvelle perception du patrimoine. *Culture & Recherche*. Paris. ISSN 1950-6295. n.º 116-117 (2008), p. 15-17.

HUY, Nguyen Van - The role of museums in the preservation of living heritage: experiences of the Vietnam Museum of Ethnology. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 35-42.

ICOM - *ICOM News*. [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003).

ICOM - *ICOM News*. [Paris]. Vol. 57, n.º 4 (2004).

ICOM - *La Lettre du Comité National Français*. Paris. ISSN 1639 - 988. n.º 29 (2005).

ICOM - *Press release: International Museum Day 2004 - "Museums and Intangible Heritage"* [em linha]. January 2004 [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://icom.museum/release.intangible.html>

ICOM - *Resolutions adopted by ICOM's General Assembly 2004* [em linha]. [S.l.]: ICOM, [2004]. [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://icom.museum/resolutions/eres04.html>

ICOM - *Resolutions adopted by ICOM's General Assembly 2007* [em linha]. [S.l.]: ICOM, [2007]. [Consult. 15 Mai. 2009]. Disponível em: <http://icom.museum/resolutions/eres07.html>

ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC) – *Preservando culturas: documentando o património imaterial, Encontro do CIDOC, Porto Alegre, Brasil, 2002* [em linha]. [Consult. 26 Mar. 2008]. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/content/archive/cidoc2002/www.icom.org.br/cidoc2002>

ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC) – *Statement of principles of museum documentation* (version 6.0) [em linha]. August 2007. [Consult. 15 Mai. 2009]. Disponível em: <http://cidoc.mediahost.org/principles6.pdf>

ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEUMS OF ETHNOGRAPHY (ICME) - *ICME Papers 2003: Cultural Traditions in Danger of Disappearing in Contemporary Society - A Challenge for Museums (ICME, The National Complex "ASTRA" Museum, Sibiu, Romania, September 26-30, 2003)* [em linha]. [S. l.]: ICME, 2003. [Consult. 26 Mar. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2003/index.html>

ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEUMS OF ETHNOGRAPHY (ICME) - *ICME Papers 2004: Museums and Intangible Heritage (ICOM 2004 General Conference, Seoul, South Korea, October 2-8, 2004)* [em linha]. [S. l.]: ICME, 2004. [Consult. 26 Mar. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/conf.html>

ICOM-ASPAC – *Shanghai Charter* [em linha]. [Shanghai]: ICOM-ASPAC, October 2002. [Consult. 3 Fev. 2008]. Disponível em: http://icom.museum/shanghai_charter.html

ICTOP - *ICTOP curricula guidelines for professional development (draft only)* [em linha]. Revised Edition February 2008. [S.l.]: ICTOP. [Consult. 3 Abr. 2009]. Disponível em: <http://ictop.alfahosting.org/images/pdf/ictop%20curricula%20guidelines.revdocument081.pdf>

INIESTA SANMARTÍN, Ángel - El patrimonio cultural inmaterial de la Región de Murcia. Algunas reflexiones sobre su papel en la visión del patrimonio cultural como factor de cooperación interregional, desarrollo social y sostenibilidad económica. In GARCÍA SIMO, Inmaculada, ed. - *El patrimonio cultural inmaterial. Defición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional, Murcia, 15 y 16 de febrero*

de 2007. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia [etc.], 2008. ISBN 978-84-7564-389-2. p. 53-60.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – *Cuadernos: patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Consejería de Cultura Junta de Andalucía, 1999.

ISOMURA, Hisanori - Le Japon et le patrimoine immatériel. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 41-48.

JADÉ, Mariannick - Le patrimoine immatériel, quels enjeux pour les musées? *La Lettre du Comité National Français*. Paris. ISSN 1639 - 9887. n.º 29 (2005), p. 13-16.

JADÉ, Mariannick – *Patrimoine immatériel: perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan, 2006. ISBN 2-296-00295-1.

JANOTKOVÁ, Monika – *O Ecomuseu do Barroso no contexto da nova museologia* [em linha]. Brno: [S. n.], Novembro 2004. [Consult. em 6 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.premioibam.cz/doc-04/Trabalho15M_Janotkova.pdf

JONG, Adriann de - You are lucky, the farmer has just returned! The role of the open-air museum in interpreting life of individuals as opposed to the history of architecture. *ICOFOM Study Series*. ISSN 1020-5543. n.º 24 (1999), p. 15-18.

KARP, Cary - El patrimonio digital de los museos en línea. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 44-51.

KARP, Ivan; KREAMER, C.; LAVINE, Steven D., ed. - *Museums and communities: the politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992. ISBN 1560981644.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven, coord. - *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. ISBN 1560980206.

KAVANAGH, Gaynor - *Dream spaces: memory and the museum*. London: Leicester University Press, 2000. ISBN 0718502078.

KEENE, Suzanne - The future of the museum in the digital age. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 57, n.º 3 (2004), p. 4.

KHAZNADAR, Chérif - Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 51-58.

KHAZNADAR, Chérif - *La Convention sur le Patrimoine Culturel Immatériel, contexte et enjeux* [em linha]. Paris: Institut national du patrimoine, [2007]. p. 1. [Consult. em 10 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.inp.fr>

KIM, Hongnam - Intangible heritage and museum actions. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003), p. 18-20.

KINARD, John - Intermediaries between the museum and community. *ICOM Conference Papers*. Paris, 1971. p. 54-60.

KURIN, Richard – La salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en la Convención de la UNESCO de 2003: una valoración crítica. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 68-81.

KURIN, Richard - Museums and intangible heritage: culture dead or alive? *ICOM News*. [Paris]. Vol. 57, n.º 4 (2004), p. 7-9.

KURIN, Richard - Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 59-67.

KURIN, Richard - Safeguarding intangible cultural heritage: key factors in implementing the 2003 Convention. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. II (2007), p. 10-20.

LANGLAIS, Dominique – *Cybermuseumology and intangible heritage* [em linha]. [Consult. 23 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.yorku.ca/topia/docs/conference/Langlais.pdf>

LEMA CAMPILLO, Aurora; GARCIA SIMÓ, Inmaculada; GALARZA RUÍZ, Raquel [et al] - *El patrimonio inmaterial en la Región de Murcia: análisis y propuestas*. Murcia: Consejería de Cultura, Juventud y Deportes [etc.], 2008. (relatório realizado no âmbito do projecto MEDINS, não publicado).

LIMÓN DELGADO, Antonio - Patrimonio, de quién? In INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – *Cuadernos: patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Consejería de Cultura Junta de Andalucía, 1999. p. 8-15.

LIRA, Sérgio – *Coleções etnográficas e museus etnográficos: objectos e memórias da cultura popular* [em linha]. [Consult. 10 Fev. 2009]. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/culturamaia99.htm#_ftn8

LIRA, Sérgio – *Património imaterial em museus: da negligência absoluta à premência absoluta* [em linha]. [Consult. 12 Fev. 2009]. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/agir_2005.pdf

LIRA, Sérgio; MENEZES, Suzana – The Hat Industry Museum of S. João da Madeira. *Museological Review* [em linha]. Vol. 7 (2001), p. 68 - 71. [Consult. 12 Fev. 2009].

Disponível em:
<http://www2.ufp.pt/~slira/Projectos/museudechapelaria/museologicalreviewartigo completo.htm>

LIRA, Sérgio; MENEZES, Suzana – *Memórias e artefactos que falam de chapelaria: património imaterial no Museu da Indústria de Chapelaria* [em linha]. Porto, Março 2004. [Consult. 13 Fev. 2009]. Disponível em:
http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/mesa_redonda_primavera_sergio.PDF

LOOSELEY, Rhiannon; ROBERTO, Frankie - Museums & wikis: two case studies. In TRANT, J.; BEARMAN, D., ed. - *Museums and the web 2009: proceedings*. Toronto: Archives & Museum Informatics. March 31, 2009. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/mw2009/papers/looseley/looseley.html>

MAGGI, Maurizio - *The tree and its fruits: is the ecomuseum still a museum?* [em linha]. 26 Ago. 2005. [Consult. 4 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.interactions-online.com/page_news.php?id_news=187&filtre_visu=0&pr=stephen

MAHINA-TUAI, Kolokesa Uafa - Intangible heritage: a pacific case study at the Museum of New Zealand Te Papa Tongarewa. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 13-24.

MAISON DES CULTURES DU MONDE - *Quatrième journée du patrimoine culturel immatériel - Mise en oeuvre de la convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel: des enjeux spécifiques pour les pays européens, Paris, 28 mars 2007, actes de la rencontre*. [Paris]: Maison des Cultures du Monde [etc.], [2007].

MARQUES, Luís – O património imaterial no contexto da sociedade portuguesa actual. In JUSTINO, Ana Clara, ed. - *Actas dos XII cursos internacionais de verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [etc.], 2006. ISBN 978-972-637-166-3. p. 37-55.

MARSH, Jesse; PASSANTINO, Francesco – *Towards an intercultural representation of mediterranean intangible cultural heritage (ICH): an XML interoperability framework for regional ICH databases* [em linha]. 2008. [Consult. 8 Set. 2008]. Disponível em: http://www.esiig2.it/esiiig2/doc_call_for_papers/18_Marsh_Towards%20an%20Intercultural%20Representation%20of%20Mediterranean.pdf

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro – Museus e património imaterial. *Boletim Semestral da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM*. [Lisboa]. n.º 5 (2005), p. 2 e 5.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro – *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: contribuições para a certificação de museus*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado.

MATSSURA, Koïchiro – Prefacio. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 4-6.

MATSUURA, Koïchiro - *Address by the Director-General of UNESCO to the opening session of the Third Round Table of Ministers of Culture “The intangible cultural heritage: a mirror of cultural diversity”* [em linha]. UNESCO, 16 September 2002. p. 4. [Consult. 5 Mar. 2009]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127500e.pdf>

McCLEERY, Alison; McCLEERY, Alistair; GUNN, Lina [et al] - *Scoping and mapping intangible cultural heritage in Scotland: final report* [em linha]. [Scotland]: Museums Galleries Scotland, July 2008. p. 31. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: <http://www.museumsgalleriesscotland.org.uk/publications/publication/71/scoping-and-mapping-intangible-cultural-heritage-in-scotland-final-report>

MELO, Daniel Jorge de Seixas – *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. Dissertação de Mestrado.

MENEZES, Suzana – Museu da Chapelaria, S. João da Madeira: do seu conceito e programa museológico. *Museologia.pt*. Lisboa. ISSN 1646-6705. n.º 1 (2007), p. 160-164.

MERRIMAN, Nick - *Beyond the glass case: the past, the heritage and the public*. London: Institute of Archaeology University College London, 2000. ISBN 0905853-37-7.

MORALES M., Patricia - *La gestión del patrimonio cultural inmaterial en Venezuela* [em linha]. Caracas, Agosto 2005. p. 7. [Consult. em 10 Dez. 2007]. Disponível em: <http://www.crespial.org/web/web/downloads/dfvenezuela.doc>

NABAIS, José Casalta – *Introdução ao direito do património cultural*. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2221-8.

NABAIS, José Casalta; SILVA, Suzana Tavares da – *Direito do património cultural: legislação*. Coimbra: Almedina, 2003. ISBN 972-40-1930-6.

NAFFAH, Christiane – Musées et patrimoine immatériel. *La Lettre du Comité National Français*. Paris. ISSN 1639 - 9887. n.º 29 (2005), p. 27-31.

NATIONAL FOLK MUSEUM OF KOREA - *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006).

NATIONAL FOLK MUSEUM OF KOREA - *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. 2 (2007).

NATIONAL FOLK MUSEUM OF KOREA - *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. III (2008).

NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos – Museus portugueses: evolução recente do seu levantamento. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa. ISSN 1645-2186. n.º 1 (2001), p. 10-12.

NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos – Aspectos da evolução dos museus em Portugal no período 2000-2005. *Boletim Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa. ISSN 1645-2186. n.º 21 (2006), p. 4-7.

NEVES, José Soares; SANTOS, Jorge Alves dos – *Os museus em Portugal no período 2000-2005: dinâmicas e tendências* [em linha]. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2006. [Consult. 9 Abr. 2009]. Disponível em: <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm>

OATES, George - The Commons on Flickr: a primer. In TRANT, J.; BEARMAN, D., ed. - *Museums and the web 2008: proceedings* [em linha]. Toronto: Archives & Museum Informatics. March 31, 2008. [Consult. 28 Mai. 2009]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/mw2008/papers/oates/oates.html>

PANTALONY, Rina Elster - *WIPO guide on managing intellectual property for museums* [em linha]. [S. l]: WIPO, August 2007. [Consult. 15 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.wipo.int/copyright/en/museums_ip/guide.html

PEARCE, Susan, ed. - *Interpreting objects and collections*, London: Routledge, 1994. ISBN 0415112885.

PEARCE, Susan, ed. - *Museum studies in material culture*. Leicester: Leicester University Press. 1989. ISBN 071851288X.

PEARCE, Susan, ed. - *Objects of knowledge*. London: Athlone Press. 1990. ISBN 0485900017.

PEREIRA, Benjamim, coord. – *Rituais de Inverno com máscaras*. Bragança: Instituto Português de Museus [etc.], 2006. ISBN 972-776-319-7.

PEREIRA, Fernando António Baptista – Património imaterial e programação museológica. In *O papel dos museus na preservação do património imaterial – modos de agir e sentir*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2006. p. 17.

PINNA, Giovanni – Intangible heritage and museums. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 56, n.º 4 (2003).

PLATA GARCÍA, Fuensanta - La gestión administrativa del patrimonio etnográfico. Análisis actual y perspectivas futuras. In INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – *Cuadernos: patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Granada: Consejería de Cultura Junta de Andalucía, 1999. p. 70-83.

POCIUS, Gerald L. - *Issue paper on intangible heritage (prepared for Department of Canadian Heritage - Heritage Policy Branch - Permission to circulate by Lyn Elliot Sherwood, Acting Director of Policy, Department of Canadian Heritage, August 12, 2002)* [em linha]. Canada: Memorial University of Newfoundland, 2002. [Consult. 3 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.mun.ca/ich/content/resources/PociusIssuePaper.pdf>

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Instituto Português do Património Cultural e Serviços Regionais: Legislação*. [Lisboa]: IPPC, Maio 1983.

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural*. [Lisboa]: IPPC, [1980].

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural.* [Lisboa]: IPPC, [1981].

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural.* [Lisboa]: IPPC, [1982].

PORTUGAL. INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Relatório sucinto de actividades da Direcção-Geral do Património Cultural do Instituto Português do Património Cultural: apresentado a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pela Presidente do Instituto Português do Património Cultural.* [Lisboa]: IPPC, [1983].

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO – *Plano estratégico nacional do turismo em Portugal (PENT)* [em linha]. Lisboa: Ministério da Economia e Inovação, 2007. [Consult 10 Mar. 2008]. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/estrategianacionalparaoturismo/Anexos/PENT_VERSA_O_REVISTA_PT.pdf

RAMOS, Manuel João – Mal-entendidos de uma concepção dicotomizadora do património. In *O Papel dos museus na preservação do património imaterial – modos de agir e sentir*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras [etc.], 2006. p. 17.

RAMOS, Manuel João – *Breve nota crítica sobre a introdução da expressão «património intangível» em Portugal* [em linha]. 2005. [Consult. 2 Fev. 2008].

Disponível em: <http://iscte.pt/~mjsr/Docs/Manuel%20Ramos%20-%20Nota%20sobre%20Patrimonio%20Intangivel%20-%20Conservar%20para%20que%202005.pdf>

RAMOS, Manuel João, coord. – *A matéria do património: memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri, 2003. ISBN 972-772-439-6.

ROBERTSON, Margaret Hart - The difficulties in interpreting mediterranean voices: exhibiting intangibles using new technologies. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 25-34.

ROSÓN LORENTE, Javier - Cultura oral y patrimonio inmaterial: investigación transnacional en el marco de los proyectos Mediterranean Voices y Medins. *Patrimonio Cultural de España*. ISSN: 1889-3104. n.º 0 (2009), p. 157-178.

SANTOS, Maria Célia T. Moura – Museu e comunidade: uma relação necessárias. *Biológico*. S. Paulo. Vol. 62, n.º 2 (2000), p. 219-224.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. - *Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema “Cultura, Identidades e Património” – relatório final* [em linha]. Observatório das Actividades Culturais [etc.], 2005. [Consult. 15 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.oac.pt/electronicdocs.htm>

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. – *Inquérito aos museus em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus [etc.], 2000. ISBN 972-776-041-4.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. - *O panorama museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais [etc.], 2005. ISBN 972-8488-29-7.

SARAIVA, Clara – Um museu debaixo de água: o caso da Luz. *Etnográfica* [em linha]. Vol. 11, n.º 2 (2007), p. 441-470. [Consult. 23 Fev. 2009], Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n2/v11n2a08.pdf>

SCHUSTER, J. Mark - *Making a list and checking it twice: the list as a tool of historic preservation* [em linha]. 25 Nov. 2002. [Consult. em 10 Set. 2008]. Disponível em: <http://culturalpolicy.uchicago.edu/workingpapers/Schuster14.pdf>

SCOUARNEC, François-Pierre Le - Quelques enjeux liés au patrimoine culturel immatériel. In *Le patrimoine culturel immatériel: les enjeux, les problématiques, les pratiques*. Arles: Maison des Cultures du Monde, 2004. ISBN 2-7427-4632-3. p. 26-40.

SEGALEN, Martine - *La vie d'un musée: 1937-2005*. Paris: Stock, 2005. ISBN 2234057639.

SEITEL, Peter, ed. - *Safeguarding traditional cultures: a global assessment* [em linha]. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 2001. [Consult. 13 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.folklife.si.edu/resources/Unesco/index.htm>

SHERKIN, Samantha - A historical study on the preparation of the 1989 “Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore”. In *Safeguarding traditional cultures: a global assessment of the 1989 UNESCO Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore* [em linha]. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 2001. [Consult. 17 Mar. 2008]. Disponível em: <http://www.folklife.si.edu/resources/Unesco/index.htm>

SINGER, Silvia - Preserving the ephemeral: the International Museum Day 2004 in Mexico. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006). p. 68-73.

SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko, ed. - *Intangible heritage*. USA, Canada: Taylor & Francis, 2009.

SOLANILLA, Laura - The internet as a tool for communicating life stories: a new challenge for “Memory Institutions”. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-3586. Vol. 3 (2008), p. 104-114.

SVENSSON, Tom G. - *Knowledge and artifacts – people and objects, on cultural traditions and researched based collecting* [em linha]. 2003. [Consult. 27 Mar. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2003/svensson.html>

TORNATORE, Jean-Louis - Qu’est ce qu’un ethnologue politisé? Expertise et engagement en socio-anthropologie de l’activité patrimoniale. *ethnographiques.org*. [em linha]. n.º 12 (2007). [Consult. 22 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.ethnographiques.org/2007/Tornatore.html>

TURGEON, Laurier - *L’inventaire des ressources ethnologiques du patrimoine immatériel (IREPI) du Québec* [em linha]. Paris, 2007. [Consult. 27 May 2009]. Disponível em: <http://www.lahic.cnrs.fr/spip.php?article342>

UNESCO – *Safeguarding traditional cultures: a global assessment – final conference report* [em linha]. [Consult. 20 Abr. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00111-EN.pdf>

UNESCO - *1st session of the intergovernmental meeting of experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, 23-27 September 2002: report* [em linha]. Paris: UNESCO, December 2002. [Consult. 14 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001290/129000e.pdf>

UNESCO - *2nd session of the intergovernmental meeting of experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, 24 February-1 March 2003: secretariat report* [em linha]. Paris: UNESCO, April 2003. [Consult. 15 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130016e.pdf>

UNESCO - *3rd session of the intergovernmental meeting of experts on the preliminary draft Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, UNESCO headquarters, 2-14 June 2003: secretariat report* [em linha]. Paris: UNESCO, 31 July 2003. [Consult. 16 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001312/131274e.pdf>

UNESCO - *Action plan for the safeguarding of the intangible cultural heritage as approved by the international experts on the occasion of the International Round Table on "Intangible Cultural Heritage - Working Definitions" organized by UNESCO in Piedmont, Italy, from 14 to 17 March 2001* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001] (161 EX/15 Annex). [Consult. 16 Set. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001225/122585E.pdf>

UNESCO – *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003.

UNESCO - *Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO, 2005.

UNESCO - *Decisions adopted by the Executive Board at its 155th session (Paris, 19 October-5 November 1998; Tashkent, 6 November 1998)* [em linha]. Paris: UNESCO, 3 December 1998. [Consult. 9 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001142/114238e.pdf>

UNESCO - *Decisions adopted by the Executive Board at its 167th session (Paris, 15 September-15 October 2003)* [em linha]. Paris: UNESCO, 14 November 2003. (167 EX/Decisions) [Consult. 18 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132529e.pdf>

UNESCO – *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO, 2001.

UNESCO - *Declaration of Oaxaca* (adopted at the Seminar on Education, Work and Cultural Pluralism, convened by UNESCO and the Mexican National Commission for UNESCO) [em linha]. [Oaxaca]: UNESCO, 1993. Disponível em: <http://www.icomos.org/unesco/oaxaca.html>

UNESCO - *Definitions of intangible cultural heritage as of Member States, IGOs and NGO's* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001]. [Consult. 16 Set. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00078-EN.pdf>

UNESCO - *Establishment of a system of "Living Cultural Properties" (Living Human Treasures) at UNESCO* [em linha]. Paris: UNESCO, 10 August 1993. [Consult. 7 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000958/095831EO.pdf>

UNESCO - *Expert meeting on "intangible cultural heritage: priority domains for an international Convention", Rio de Janeiro, Brazil, 22-24 January 2002: final report* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2002]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00074-EN.pdf>

UNESCO - *Expert meeting on documentation and archiving of intangible cultural heritage, 12-13 January 2006: meeting report* [em linha]. Paris: UNESCO, [2006]. [Consult. em 22 Fev. 2008]. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00015&theme_meeting=00027

UNESCO - *Expert meeting on identification of intangible heritage in Sudan (21-22 March 2006): report* [em linha]. 2006. [Consult. em 22 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00137-EN.pdf>

UNESCO - *First preliminary draft of an International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* [em linha]. Paris: UNESCO, 26 July 2002. [Consult. 12 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001270/127018e.pdf>

UNESCO - *Guidelines for the establishment of national “Living Human Treasures” systems* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [s.d.]. [Consult. 7 Abr. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00031-EN.pdf>

UNESCO - INTERGOVERNMENTAL COMMITTEE FOR THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL HERITAGE - *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* [em linha]. Revised 27 March 1992, p. 5. [Consult. em 27 Jul. 2008]. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide92.pdf>

UNESCO - *Intergovernmental conference on institutional, administrative and financial aspects of cultural policies, Venice, 24 August - 2 September 1970: final report* [em linha]. [Paris]: UNESCO, [1970?] [Consult. em 27 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000928/092837eb.pdf>

UNESCO – *International consultation on new perspectives for UNESCO’s Programme: the intangible cultural heritage: final report* [em linha]. Paris: UNESCO, 1993. [Consult. 4 Abr. 2008]. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting_id=00077#meet_00077

UNESCO - *International Round Table on Intangible Cultural Heritage – working definitions, 14 – 17 March, Turin, Italy: final report* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2001]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00077-EN.pdf>

UNESCO - *International seminar on principles and experiences of drawing up ICH inventories in Europe: summary report* [em linha]. Tallinn: Estonian National Commission for UNESCO. 2007. [Consult. em 3 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00203-EN.pdf>

UNESCO – *Meeting on inventorying intangible cultural heritage in Ethiopia, Djibouti and Somalia (19-20 October 2006, Addis Ababa): final Report* [em linha]. [Addis

Ababa]: UNESCO, 4 January 2007. [Consult. em 22 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00062-EN.pdf>

UNESCO – *Museum International*. Paris. n.º 227 (2005).

UNESCO – *Museum International*. Paris. n.º 221 e 222 (2004).

UNESCO - *Operational directives for the implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (adopted by the General Assembly at its second ordinary session, Paris, France, 16 to 19 June 2008)* [em linha]. UNESCO, June 2008. [Consult. 23 Mar. 2009]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00410-EN.pdf>

UNESCO - *Presentation by Mr. Mounir Bouchenaki Assistant Director-General UNESCO on the occasion of the international expert meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages* [em linha]. Paris, 10 March 2003. [Consult. 19 Abr. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00118-EN.pdf>

UNESCO - Press release: *Ministers to discuss intangible heritage as a mirror of cultural diversity* [em linha]. 11 September 2002 [Consult. 3 Mar. 2009]. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=6124&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO - *Proclamation of masterpieces of the oral and intangible heritage of humanity: guide for the presentation of candidature files* [em linha]. Paris: Intangible Heritage Section UNESCO, 2001. [Consult. 9 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124628eo.pdf>

UNESCO – *Recommendation sur la Sauvegarde de la Culture Traditionelle et Populaire* [em linha]. 15 Novembre 1989. [Consult. 17 Jul. 2008]. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.html

UNESCO - *Records of the General Conference twenty-ninth session, Paris, 21 October to 21 November 1997* [em linha]. Paris: UNESCO, 1998. vol. 1. [Consult. 9 Abr. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001102/110220e.pdf>

UNESCO - *Records of the General Conference, 30th session, Paris, 26 October to 17 November 1999: resolutions* [em linha]. [Paris]: UNESCO, [1999], vol. 1. p. 67. [Consult. em 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001185/118514e.pdf>

UNESCO - *Report by the Director-General on the preliminary draft of an international Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* [em linha]. Paris: UNESCO, 29 July 2003. [Consult. 17 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130869e.pdf>

UNESCO - *Report on the preliminary study on the advisability of regulating internationally through a new standard-setting instrument, the protection of traditional culture and folklore* [em linha]. Paris: UNESCO, 16 May 2001. [Consult. em 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001225/122585E.pdf>

UNESCO - *Report of the expert meeting on inventorying intangible cultural heritage, Paris, 17 – 18 March 2005* [em linha]. [S.l.: S.n], [S.d]. [Consult. em 10 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00036-EN.pdf>

UNESCO - *Select drafting group on the first draft of an International Convention for Intangible Cultural Heritage, UNESCO headquarters, Paris, 20-22 March 2002: final report* [em linha]. [S.l.]: UNESCO, [2002]. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00070-EN.pdf>

UNESCO - Hongrie: documentation du patrimoine musical. *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 6 (2007), p. 2.

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 1 (2006).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 2 (2006).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 3 (2006).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 4 (2006).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 5 (2007).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 6 (2007).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 7 (2007).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 8 (2007).

UNESCO - *The Intangible Heritage Messenger*. Paris. ISSN 1818-8990. n.º 9 (2008).

UNESCO - *Third Round Table of Ministers of Culture “Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity”, Istanbul, Turkey 16-17 September 2002: final communiqué Istanbul Declaration* [em linha]. UNESCO, 2002. [Consult. 10 Jul. 2008].
Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00072-EN.pdf>

UNESCO – *World conference on cultural policies, MONDIACULT, Mexico City 26 July-6 August 1982: final report* [em linha]. UNESCO: Paris, November 1982.
[Consult. 5 Jul. 2008]. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505eo.pdf>

UNESCO OFFICE PHNOM PENH & CAMBODIA. MINISTRY OF CULTURE AND FINE ARTS - *Inventory of intangible cultural heritage of Cambodia*. Phnom Penh: UNESCO Office Phnom Penh, 2004.

UNESCO-ACCU - *Réunion d'experts sur la participation des communautés à la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel: vers la mise en oeuvre de la Convention de 2003, 13-15 mars 2006, Tokyo, Japon: rapport* [em linha]. [S.l: UNESCO-ACCU], [2006?]. [Consult. em 20 Fev. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-FR.pdf>

UNESCO - *Meeting report - UNESCO-EIIHCAP regional meeting: safeguarding intangible heritage and sustainable tourism: opportunities and challenges* [em linha]. Hué: UNESCO [etc.], 2008. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00349-EN.pdf>. ISBN 978-92-9223-216-0.

UNESCO-JAPANESE AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS – *Yamato Declaration on Integrated Approaches for Safeguarding Tangible and Intangible Cultural Heritage (International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Heritage, 20-23 October 2004, Nara, Japan)*. UNESCO, Japanese Agency for Cultural Affairs, 2004. [Consult. 14 Fev. 2008]. Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/en/files/23863/10988742599Yamato_Declaration.pdf/Yamato_Declaration.pdf

VALLE, Cláudia, coord. - *Catálogo de danzas tradicionales del Pacífico de Nicaragua* [em linha]. [Nicaragua]: Comisión Nacional Nicaraguense de Cooperación con la UNESCO, [s.d.]. [Consult. em 4 Maio 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00254-ES.pdf>

VAN ZANTEN, Wim, ed. – *Glossary: intangible cultural heritage* [em linha]. The Hague: Netherlands National Commission for UNESCO, August 2002. [Consult. 9 Jul. 2008]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00265.pdf>

VAN-PRAËT, Michel - Las ciencias y el patrimonio natural: lo intangible en el museo. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 116-124.

VAQUER CABALLERÍA, Marcos - La protección jurídica del patrimonio cultural inmaterial. *Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales* [em linha]. n.º 1 (2005), p. 88-99. [Consult. 2 Fev. 2009]. Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/MC/MES/index.html>

VARINE, Hugues de – Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede... *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*. [Lisboa]. ISSN 1645-2186. N.º 10 (2003), p. 12-15.

VARINE, Hugues de – A respeito da Mesa-redonda de Santiago. In *A Memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Comité Brasileiro do ICOM, 1995, p. 17-20.

VARINE, Hugues de – The community museum as a continuing process. *Boletim Cultura e Património*. [Aveiro]. ISBN 0873-335X. (Dez. 1997), p. 136-139.

VARINE, Hugues de – The museum as a social agent of development. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 61, n.º 1 (2008), p. 5.

VARINE, Hugues de - La place du musée communautaire dans les stratégies de développement. In *Actas do II Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: NOPH [etc.], 2000.

VARINE, Hugues de - *L'initiative communautaire: recherche et expérimentation*. Paris: Ed. M.N.E.S., 1991. ISBN 2-906045-04-7.

VARINE, Hugues de - *Nouvelle muséologie: un nouveau regard* [em linha]. 28-03-2009. [Consult. 4 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.interactions-online.com/page_news.php?id_news=381&filtre_visu=0&pr=Varine

VICTOR, Isabel – Festa de N.ª Senhora do Rosário de Tróia. *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*. [Lisboa]. ISSN 1645-2186. n.º 21 (Set. 2006), p. 14.

VICTOR, Isabel – *Inter(culturalidade) ? Caminhando...: do museu que expõe ao museu que (se) expõe* [em linha]. 2 Nov. 2007. [Consult. 6 Mai. 2009]. Disponível em: http://www.interactions-online.com/page_news.php?id_news=300&filtre_visu=5&pr=Hugues%20de%20Varine

VIEREGG, Hildegard K - *ICOFOM and the role of museology related to the masterpieces of UNESCO* [em linha]. [Munich]: [S.n.], [2000]. [Consult. 8 Abr. 2009]. Disponível em: <http://art.tnnua.edu.tw/museum/html/course1/MasterpiecesSummary%E5%A4%A7%E7%B6%B1071221.doc>

VIEREGG, Hildegard K; DAVIS, Ann, ed. - *Museology and the intangible heritage: preprints, Munich, Germany and Brno, Czech Republic, November 26-December 5, 2000*. München: Museums-Pädagogisches Zentrum [etc.]. 2000. (ICOFOM Study Series 32). ISBN 3-929862-67-0.

VIEREGG, Hildegard K; SGOFF, Brigitte; SCHILLER, Regina, ed. - *Museology and intangible heritage II: International Symposium organized by ICOFOM, 20th general conference of ICOM, Seoul, Korea 2004: complete edition of the papers* [em linha]. München: Museums-Pädagogisches Zentrum, 2004. (ICOFOM Study Series 33 supplement). [Consult. 27 Jan. 2009]. Disponível em: http://www.lrz-muenchen.de/~iims/icofom/iss33_supplement.pdf

WALTER JAMIESON, Dean - Introduction to living heritage in the context of nature, Agri-, and eco-tourism. In UNESCO - *Meeting report: UNESCO-EIIHCAP regional meeting - Safeguarding intangible heritage and sustainable tourism: opportunities and challenges*. Hué: UNESCO [etc.], 2008. p. 85-87. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00349-EN.pdf>.

Web 2.0. In *Wikipedia: the free encyclopedia*. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Web_2.0

WENDLAND, Wend – Patrimonio inmaterial y propiedad intelectual: retos y perspectivas. *Museum International*. Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 98-109.

WENDLAND, Wend – *Safeguarding cultural heritage, protecting intellectual property and respecting the rights and interests of indigenous communities: what role for museums, archives and libraries?* [em linha]. Geneva: WIPO, [2005]. [Consult. 12 Fev. 2009]. Disponível em:

<http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2005/wendland.pdf>

WESTERMAN, William - *The Queen City manifesto: the potential for civic engagement in local folklife museums* [em linha]. [Consult. 27 Mai. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2004/westerman.html>

Wiki. In *Wikipedia: the free encyclopedia* [em linha]. [Consult. 26 Mai. 2009]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Wiki>

WILD, Beate - *Dead-end-road or turn-table between yesterday and tomorrow? New aims for museums* [em linha]. [Consult. 27 Mar. 2009]. Disponível em: <http://kunst.no/alias/HJEMMESIDE/icme/icme2003/wild.html>

WIPO - *Consolidated analysis of the legal protection of traditional cultural expressions* [em linha]. Geneva: WIPO, 2003. [Consult. 5 Jul. 2008]. Disponível em: http://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_5/wipo_grtkf_ic_5_3.pdf

WORCMAN, Karen [et al] - Identity and representation: social justice and community building through the Museums of the Person. In TRANT, J.; BEARMAN, D., ed. - *Museums and the web 2005: proceedings* [em linha]. Toronto: Archives & Museum Informatics, March 31, 2005. [Consult. 10 Abr. 2009]. Disponível em: <http://www.archimuse.com/mw2005/papers/gillespie/gillespie.html>

WORCMAN, Karen - The Museum of the Person. *ICOM News*. [Paris]. Vol. 57, n.º 3 (2004).

WORLD COMISSION ON CULTURE AND DEVELOPMENT - *Our Creative Diversity: report of the World Comission on Culture and Development* [em linha]. Paris: UNESCO, WCCD, 1996. [Consult. em 22 Fev. 2008]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001055/105586e.pdf>

YERKOVICH, Sally - Linking the present with the past through intangible heritage in history museums. *International Journal of Intangible Heritage*. Seoul. ISSN 1975-4019. Vol. 1 (2006), p. 43-52.

YIM, Dawnhee - Living human treasures and the protection of intangible culture heritage: experiences and challenges. *ICOM News*. n.º 4 (2004), p. 11-12.

YOSHIDA, Kenji – El museo y el patrimonio cultural inmaterial. *Museum International* Paris. Vol. 56, n.º 221 e 222 (2004), p. 110-115.

YOSHIDA, Reiko - *National capacity-building workshop on the implementation of the Convention for Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* (19-20 September 2008, Maputo, Mozambique) [em linha]. [Consult. 4 Mai 2009]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00419-EN.ppt#281,1>

LEGISLAÇÃO

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 28/2008. “DR. I Série”. 60 (2008-03-26)

DECRETO REGULAMENTAR n.º 34/2007. “D. R. I Série”. 63 (2007-03-29).

DECRETO-LEI n.º 138/2009. “D. R. I Série”. 113 (2009-07-15).

DECRETO-LEI n.º 139/2009. “D. R. I Série”. 113 (2009-07-15).

DECRETO-LEI n.º 215/2006. “D. R. I Série”. 208 (2006-10-27).

DECRETO-LEI n.º 59/80. “D. R. I Série”. 79 (1980-04-03).

DECRETO-LEI n.º 97/2007. “D. R. I Série”. 63 (2007-03-29).

DECRETO-LEI Nº 58/2003. “D. R. I Série”. 77 (2003-04-01).

DECRETO-REGULAMENTAR n.º 34/80. “DR. I Série”. 177 (1980-08-02).

LEI n.º 107/2001. “D. R. I Série”. 209 (2001-09-08).

LEI n.º 13/85. “D. R. I Série”. 153 (1985-07-06).

LEY n.º 4/2007. “Boletín Oficial de la Región de Murcia”. 83 (2007-03-16). p. 11360-11382.

PORTARIA n.º 312/2002. “D. R. I Série”. 69 (2002-02-22).

PORTARIA n.º 377/2007. “D. R. I Série”. 64 (2007-03-30).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 96/2000. “D. R. I Série”. 171 (2000-07-26). p. 3618 - 3620.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 124/2005. “D. R. I Série”. 149 (2005-08-04).

REFERÊNCIAS ONLINE

- Asia-Pacific Database on Intangible Cultural Heritage: <http://www.accu.or.jp/ich/en/>
- Blogue do projecto MEDINS: <http://medinsuevora.wordpress.com/>
- Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina (CRESPIAL): <http://www.crespial.org/>
- CommunityWalk: <http://www.communitywalk.com/>
- Conseil Québécois du Patrimoine Vivant: <http://www.cqpv.qc.ca/>
- Convention on Biological Diversity: <http://www.cbd.int/>
- Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN):
<http://extranet.monumentos.pt/>
- Direcção Regional da Cultura do Alentejo: <http://www.cultura-alentejo.pt/>
- Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo: <http://www.cultura-lvt.pt/>
- Direcção Regional de Cultura do Algarve: <http://www.cultalg.pt/>
- Direcção Regional de Cultura do Centro: <http://www.culturacentro.pt/>
- Direcção Regional de Cultura do Norte: <http://www.culturanorte.pt/>
- Écomusée Creusot-Montceau: <http://www.ecomusee-creusot-montceau.fr/>
- Ecomuseu do Barroso: <http://www.ecomuseu.org/>
- Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica: <http://www.ipa.min-cultura.pt/>
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável:
<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/>
- Euromed Heritage IV: <http://www.euromedheritage.net/>
- Flickr: <http://www.flickr.com>
- Google Maps: <http://maps.google.com/>
- Instituto do Patrimonio Cultural (Venezuela): <http://www.ipc.gov.ve/>
- Instituto dos Museus e da Conservação (IMC): <http://www.ipmuseus.pt/>
- Instituto Português de Arqueologia (IPA): <http://www.ipa.min-cultura.pt/>
- Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR): <http://www.ippar.pt>
- International Committee for Documentation (CIDOC): <http://cidoc.mediahost.org/>
- International Committee for Museology (ICOFOM): <http://www.icofom.com.ar/>

International Committee for Museums and Collections of Ethnography (ICME):
<http://museumsnett.no/icme/>

International Committee for the Training of Personnel (ICTOP):
<http://ictop.alfahosting.org/>

International Council of Museums (ICOM): <http://icom.museum/>

International Journal of Intangible Heritage: <http://www.ijih.org/>

INTERREG IVC: <http://www.interreg4c.eu/>

Inventaires des inventaires du patrimoine culturel immatériel - Mission Ethnologie (França): http://www.culture.gouv.fr/culture/dp/ethno_spci/invent_invent.htm

Life After the Holocaust:
http://www.ushmm.org/museum/exhibit/online/life_after_holocaust/exhibition/

Living Human Treasures in Nigeria: <http://www.livinghumantreasures.org.ng/>

Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity:
<http://www.unesco.org/culture/en/masterpieces/>

Matriz – Inventário e Gestão de Coleções Museológicas (Matriznet):
<http://www.matriznet.imc-ip.pt>

MEDINS - Identity is future: The Mediterranean Intangible Space:
<http://www.invisiblemedins.org/>

MEDINS Multimedia Laboratory: <http://mmedinslab.blogspot.com>

Mediterranean Voices: Oral History and Cultural Practice in Mediterranean Cities:
<http://www.med-voices.org>

MEMORIAMEDIA e-Museu de Património Imaterial: <http://www.memoriamedia.net/>

Memórias do trabalho – testemunhos do Porto laboral no século XX:
http://cdi.upp.pt/cgi-bin/arquivos.py?doc=apresenta_projecto_memorias&indice=0

MMMEDINS Bagheria:
http://www.communitywalk.com/mmedins_bagheria/map/206461

Movimento Internacional para uma Nova Museologia: <http://www.minom-icom.net/>

Museu da Casa Grande de Freixo de Numão: <http://www.acdr-freixo.pt/>

Museu da Chapelaria: <http://www.cm-sjm.pt/410>

Museu da Indústria Têxtil: <http://www.museudaindustriatextil.org/>

Museu da Pessoa: <http://www.museudapessoa.net/>

Museu do Douro: <http://www.museudodouro.pt/>

Museu Marítimo de Ílhavo: <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/>

National Folk Museum of Korea: <http://www.nfm.go.kr/>

National Museum of Egyptian Civilisation: <http://www.nmec.gov.eg/>

National Museum of New Zealand (Te Papa Tongarewa): <http://www.tepapa.govt.nz/>

Observatório das Actividades Culturais (OAC): <http://www.oac.pt/>

Odeo: <http://odeo.com/>

Os Bonecos de Santo Aleixo no passado e presente do teatro em Portugal:
<http://escritanapaisagem.net/bsa>

Património Imaterial pelos Trilhos do Alentejo e do Mediterrâneo:
<http://www.projectomedins.com/>

Patrimonio Inmaterial Galego Português: <http://www.opatrimonio.org/>

Portal de Patrimonio Cultural de la Region de Murcia: <http://www.patrimur.com/>

Portal Imaterial.org: <http://www.imaterial.org/>

Programa Cultura (2007-2013): <http://cultura2007.min-cultura.pt/>

Programa de vizinhança da bacia do Mediterrâneo – ENPI CBC:
<http://www.regione.sardegna.it/speciali/enpicbc/en/>

Programa MED: <http://www.programmemed.eu/>

Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7):
http://cordis.europa.eu/fp7/home_en.html

Sistema de Gestão de Coleções Museológicas Industriais: <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/chapeu/index.pl>

Sistema de informação GIS (IPPAR): http://www.ippar.pt/pls/dippar/patrim_pesquisa

Sistema de Inventário e Gestão Documental do Ecomuseu de Barroso:
<http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/eco/index.pl>

Sistemas do Futuro – Multimédia, Gestão e Arte, Lda: <http://www.sistemasfuturo.pt/>

The power of culture - UNESCO report 1995 - Our Creative Diversity:
<http://www.powerofculture.nl/uk/archive/report/inleiding.html>

UNESCO Documents and Publications: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/>

UNESCO World Heritage Centre: <http://whc.unesco.org/>

UNESCO: <http://portal.unesco.org/>

World Intellectual Property Organization (WIPO): <http://www.wipo.int/>

Youtube: <http://www.youtube.com>